



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1124

Sexta-feira - 23 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta.....	5
Biguaçu .....	5
Braço do Trombudo .....	21
Caçador.....	31
Camboriú.....	36
Campo Alegre .....	37
Campos Novos .....	40
Canoinhas.....	41
Capinzal .....	43
Catanduvas.....	62
Chapadão do Lageado .....	64
Concórdia .....	65
Cordilheira Alta .....	141
Corupá .....	141
Curitibanos .....	142
Fraiburgo.....	143
Gaspar .....	148
Governador Celso Ramos .....	151
Herval d'Oeste .....	151
Ibiam .....	152
Imbituba .....	154
Ipumirim .....	156
Irineópolis .....	159
Joaçaba.....	171
José Boiteux .....	174
Lebon Regis.....	174
Leoberto Leal.....	175
Lindóia do Sul .....	175
Luzerna .....	176
Meleiro .....	178
Navegantes.....	179
Nova Trento.....	179
Novo Horizonte .....	180
Palhoça .....	180
Rio do Sul.....	193
São Bento do Sul.....	197
São Lourenço do Oeste.....	201
São Pedro de Alcântara.....	207
Schroeder .....	207
Timbó .....	214
Vargeão.....	219
Videira.....	220
Vitor Meireles.....	222

### Consórcios

CIGA .....	223
------------	-----

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº. 11/2012

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Antonio Sartori & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 6/2012 - Pregão Presencial nº. 6/2012

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para o desenvolvimento de atividades junto ao setor social do município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 414,70 (quatrocentos e quatorze reais e setenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2012.

DATA : 24.09.2012

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Valdenir Sartori pela contratada.

#### Extrato do Contrato Nº. 12/2012

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 6/2012 - Pregão Presencial nº. 6/2012

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para o desenvolvimento de atividades junto ao setor social do município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.237,77 (seis mil duzentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2012.

DATA : 24.09.2012

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Extrato do Contrato Nº. 13/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce  
CONTRATADO : Giordani Alimentos Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 6/2012 - Pregão Presencial nº. 6/2012

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para o desenvolvimento de atividades junto ao setor social do município.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.523,06 (quatro mil quinhentos e vinte três reais e seis centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2012.  
DATA : 24.09.2012  
SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Andressa Giordani Neres da Cruz pela contratada.

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 516/2012**

PORTARIA Nº 516/2012.  
Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, a servidora CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a contar de 18 de novembro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 22 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 22 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 517/2012.**

PORTARIA Nº 517/2012.  
Concede Licença p/Tratamento de saúde.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor JOSE DOS REIS MULLER, ocupante do Cargo efetivo de

MOTORISTA, a partir de 23 de novembro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 22 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 22 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

# **Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação**

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS										1.000,00
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO										
REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2012										
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	6.143,00	6.220,91	77,91	1.723,00	1.421,99	(301,01)	7.866,00	7.642,90	(223,10)
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%	986,00	1.051,32	65,32	261,00	228,91	(32,09)	1.247,00	1.280,23	33,23
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 15%	2.234,00	2.215,60	(18,40)	571,00	519,22	(51,78)	2.805,00	2.734,82	(70,18)
0.1.17.000000	Iluminação Pública	133,00	160,45	27,45	34,00	35,41	1,41	167,00	195,86	28,86
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	23,40	16,51	(6,89)	11,50	1,12	(10,38)	34,90	17,63	(17,27)
0.1.58.000000	MDEB	88,00	144,95	56,95	26,00	35,91	9,91	114,00	180,86	66,86
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	-	15,32	15,32	15,10	8,30	(6,80)	15,10	23,62	8,52
0.1.60.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	27,00	35,60	8,60	9,00	14,11	5,11	36,00	49,71	13,71
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	90,00	71,46	(18,54)	30,00	28,53	(1,47)	120,00	99,99	(20,01)
0.1.62.000000	Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	11,59	11,59	-	11,59	11,59
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério – Mínimo 60%	728,00	900,68	172,68	191,00	237,09	46,09	919,00	1.137,77	218,77
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico – Máximo 40%	482,00	598,21	116,21	126,00	157,76	31,76	608,00	755,97	147,97
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar	13,00	5,11	(7,89)	1,75	0,64	(1,11)	14,75	5,75	(9,00)
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil	13,00	4,95	(8,05)	1,75	0,63	(1,12)	14,75	5,58	(9,17)
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	15,00	5,50	(9,50)	1,50	0,70	(0,80)	16,50	6,20	(10,30)
0.1.63.000000	Manutenção do FMAS	5,00	5,82	0,82	2,00	0,71	(1,29)	7,00	6,53	(0,47)
0.1.47.000000	Atendimento à Pessoa Idosa	8,00	8,06	0,06	2,00	2,03	0,03	10,00	10,09	0,09
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-

0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.22.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	104,00	121,74	17,74	34,00	40,45	6,45	138,00	162,19	24,19
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	285,75	285,75	100,00	155,14	55,14	100,00	440,89	340,89
0.1.22.000021	Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000006	Manutenção Transporte Escolar – Segundo Grau	84,00	96,24	12,24	28,00	32,09	4,09	112,00	128,33	16,33
0.1.24.000008	Preserv. e Desenvolv. Patrimônio Histórico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000023	Pavimentação de Ruas	500,00	591,78	91,78	200,00	-	(200,00)	700,00	591,78	(108,22)
0.1.24.000025	Construção de Pontes	-8,10		8,10	-	0,02	0,02	-	8,12	8,12
0.1.24.000075	Construção de Rede Pluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000027	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.24.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	80,00	42,09	(37,91)	20,00	10,14	(9,86)	100,00	52,23	(47,77)
0.1.53.000018	Construção Centro de Convivência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.83.000011	BADESC - Pavimentação de Ruas	-	398,14	398,14	-	534,47	534,47	-	932,61	932,61
0.1.89.000013	Alienação de Veículos	-	72,39	72,39	-	0,52	0,52	-	72,91	72,91
0.1.22.000074	Construção de Quadras Esportivas	-4,94		4,94	-	1,18	1,18	-	6,12	6,12
	SOMA	11.756,40	13.081,62	1.325,22	3.388,60	3.478,66	90,06	15.145,00	16.560,28	1.415,28

## UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE

## RECEITAS PRIMÁRIAS

0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	15,40	17,40	2,00	4,40	3,77	(0,63)	19,80	21,17	1,37
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	6,40	3,88	(2,52)	1,60	0,57	(1,03)	8,00	4,45	(3,55)
0.2.64.000032	ASPS/PAB	93,60	96,96	3,36	23,40	25,21	1,81	117,00	122,17	5,17
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	6,00	3,19	(2,81)	2,00	2,96	0,96	8,00	6,15	(1,85)
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	27,00	25,59	(1,41)	6,75	6,37	(0,38)	33,75	31,96	(1,79)





0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	13,40	11,51	(1,89)	3,35	4,91	1,56	16,75	16,42	(0,33)
0.2.64.000036	ASPS/PACS	107,20	117,21	10,01	26,80	29,74	2,94	134,00	146,95	12,95
0.2.64.000037	ASPS/PSF	166,40	166,22	(0,18)	41,60	44,08	2,48	208,00	210,30	2,30
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	20,00	17,56	(2,44)	5,00	4,60	(0,40)	25,00	22,16	(2,84)
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	43,20	43,50	0,30	10,80	10,11	(0,69)	54,00	53,61	(0,39)
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	27,00	22,45	(4,55)	6,75	2,81	(3,94)	33,75	25,26	(8,49)
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.2.064.00076	PMAQ	-	34,27	34,27	-	36,92	36,92	-	71,19	71,19
	SOMA	525,60	559,74	34,14	132,45	172,05	39,60	658,05	731,79	73,74
UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS										
RECEITAS PRIMÁRIAS										
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	1.280,00	1.918,94	638,94	360,00	606,25	246,25	1.640,00	2.525,19	885,19
	SOMA	1.280,00	1.918,94	638,94	360,00	606,25	246,25	1.640,00	2.525,19	885,19
	TOTAL GERAL	13.562,00	15.560,30	1.998,30	3.881,05	4.256,96	375,91	17.443,05	19.817,26	2.374,21

Antônio Carlos, 19 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

ANA CARLA PRIM  
Controladora Interna

CARLICE B. SCHMITZ  
Contadora

## Arroio Trinta

**PREFEITURA**

### Tomada de Preços Nº 0013/2012.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0013/2012.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.

TRATA-SE DE UM CONJUNTO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, CONTENDO MATERIAL DIDÁTICO PARA O ALUNO, MATERIAL DE APOIO E PALESTRAS AOS PAIS, MATERIAL E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO PARA OS PROFESSORES, EQUIPES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ANO LETIVO DE 2013.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 10/12/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:15h do dia 10/12/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 21 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRÍCIGO  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

**PREFEITURA**

### Decreto

DECRETO Nº 230/2012 DE: 31 DE OUTUBRO DE 2012.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora VERA ALICE SPERANDIO FELTZ e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora VERA ALICE SPERANDIO FELTZ, detentora da matrícula funcional nº 298, portadora do CPF n. 499.633.179-87, inscrita no PASEP n. 180.13124.35-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.  
Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.434,39 (dois mil quatrocentos e trinta e



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

quatro reais e trinta e nove centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

### Decreto

DECRETO Nº 229/2012 DE: 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º da Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor JAIR MEDEIROS VIEIRA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

### RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal ao servidor JAIR MEDEIROS VIEIRA, detentor da matrícula funcional nº 8397, inscrito no CPF n. 909.059.709-34 e no PASEP n. 123.09558.69-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - V - Servente, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 16,90% (dezesseis vírgula noventa por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, perfazendo a importância de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01/11/2012.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

### Decreto Nº 240/2012

DECRETO N º 240/2012 DE: 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3.156/2011 - LDO,

### DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 13.351.900,00 (treze milhões, trezentos e cinquenta e um mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2012 em anexo a este decreto:

#### 1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.05.000000 - Infra-Estrutura em Transporte - R\$ 33.300,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.26.782.0007.2079 Conservação de Estradas Municipais 33.300,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 33.300,00

FONTE 0.1.12.000000 - Remuneração dos Prof. Magistério 92,28%- R\$ 265.000,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.365.0003.2028 Remuneração dos Profissionais do Magistério 265.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 265.000,00

FONTE 0.1.13.000000 - Manutenção e Desenv. Ensino Básico 7,72% - R\$ 12.200,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.365.0003.2027 Manutenção do Ensino Infantil 12.200,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 12.200,00

FONTE 0.1.70.000020 - Constr. Melhorias Habitações Populares - R\$ 500.000,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1202.16.482.0006.1026 Constr. Melhorias de Habitações Populares 500.000,00

4.4.90.00 Investimentos 500.000,00

FONTE 0.1.70.000021 - Sinalização Turística - R\$ 600.000,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1001.15.452.00091048 Sinalização Turística 600.000,00

4.4.90.00 Investimentos 600.000,00

FONTE 0.1.70.000025 - Implantação do Parque tecnológico - R\$ 2.000.000,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1401.19.572.0007.1027 Impl. Parque Tecnol. E Desenv. Econômico 2.000.000,00

4.4.90.00 Investimentos 2.000.000,00

FONTE 0.1.70.000093 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários - R\$ 400.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.26.782.0007.1037 Aquisição de Equipamentos Rodoviários 400.000,00

4.4.90.00 Investimentos 400.000,00

FONTE 0.1.70.000094 - Pavimentação de Ruas - R\$ 669.100,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.15.451.0009.1043 Pavimentação de Ruas 669.100,00

4.4.90.00 Investimentos 669.100,00

FONTE 0.1.70.000098 - Revitalização de Orla Marítima - R\$ 4.000.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.15.451.0009.1045 Revitalização de Orla Marítima 4.000.000,00

4.4.90.00 Investimentos 4.000.000,00

FONTE 0.1.70.000127 - Aquisição de Ônibus Escolar - R\$ 350.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.361.0003.1007 Aquisição de Veículos para Transporte Escolar 350.000,00

4.4.90.00 Investimentos 350.000,00

FONTE 0.1.70.000137 - Convênio Ministério Turismo - Mercado Público - R\$ 150.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.13.391.0009.1041 Rest. Mercado Público e Concha Acustica 150.000,00

4.4.90.00 Investimentos 150.000,00

FONTE 0.1.70.000139 - Conv. MEC Ampl. Rede Física - R\$ 1.200.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.361.0003.1006 Ampl. Rede Física Ensino Fundamental 1.200.000,00

4.4.90.00 Investimentos 1.200.000,00

FONTE 0.1.70.000140 - Conv. MEC Ampl. Rede Física - R\$ 1.000.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.365.0003.1008 Ampl. Rede Física Ensino Infantil 1.000.000,00

4.4.90.00 Investimentos 1.000.000,00

FONTE 0.1.70.000143 - Conv. Min. Ind. Com. - Casa do Empreendedor - R\$ 300.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1401.23.691.0007.1032 Implantação da casa do Empreendedor 300.000,00

4.4.90.00 Investimentos 300.000,00

FONTE 0.1.70.000167 - Conv. Minist. Cidades Revitalização de Praças - R\$ 1.000.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0901.15.451.0009.1042 Revitalização de Praças 1.000.000,00

4.4.90.00 Investimentos 1.000.000,00

FONTE 0.1.80.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 516.700,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2601.28.843.0000.0003 Amortização de Dividas 516.700,00

4.6.90.00 Amortização de Dívida 516.700,00

FONTE 0.1.85.000099 - Despesas de Capital da Educação - R\$ 40.500,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0701.12.361.0003.1007 Aquisição de Veículo para o Transp. escolar 40.500,00

4.6.90.00 Amortização de Dívida 40.500,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 - Receita de Impostos para ASPS - R\$ 68.100,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.301.0004.1009 Construção Hospital Comarca de Biguaçu 68.100,00

4.4.90.00 Investimentos 68.100,00

FONTE 0.2.28.000043 - ASPS - Vigilância Sanitária - R\$ 30.200,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.304.0004.2041 Ações de Vigilância Sanitária 30.200,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 30.200,00

FONTE 0.2.28.000044 - ASPS Farmácia Básica - R\$ 60.300,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.3010004.2037 Ações de Assistência Farmacêutica Básica 60.300,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 60.300,00

FONTE 0.2.28.000045 - ASPS Vigilância Epidemiológica - R\$ 2.800,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.305.0004.2042 Vigilância Epid. E Amb. Em saúde 2.800,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 2.800,00

FONTE 0.2.28.000050 - ASPS - NASF - R\$ 20.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.301.0004.2038 Núcleo de Apoio a Saúde da Família 20.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 20.000,00

FONTE 0.2.28.000119 - ASPS - MAC - R\$ 18.000,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do FMS 18.000,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 18.000,00

FONTE 0.2.28.000120 - ASPS - Vigilância Epidemiológica - R\$ 14.300,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.301.0004.2042 Vigilância Epidemiológica e Ambiental 14.300,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 14.300,00

FONTE 0.2.29.000052 - ASPS - Farmácia Básica - R\$ 32.400,00

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

2101.10.301.0004.2037 Ações de Assistência Farmacêutica Básica

32.400,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 32.400,00

FONTE 0.2.29.000053 - ASPS - CEO - R\$ 4.300,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

2101.10.301.0004.2039 Centro de Especialidades Odontológicas 4.300,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 4.300,00

FONTE 0.2.81.000041 - ASPS - R\$ 26.100,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 26.100,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 26.100,00

3. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

FONTE 0.2.37.000061 - Manutenção do FMAS - R\$ 4.400,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

2301.08.243.0006.2052 Manutenção Serviços Abrigo Institucional 4.400,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 4.400,00

FONTE 0.2.37.000159 - PMFC III - R\$ 20.800,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

2301.08.244.0006.2063 Execução dos Serv. Proteção Social Especial 20.800,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 20.800,00

FONTE 0.2.81.000067 - Manutenção do FMAS - R\$ 1.100,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

2301.08.244.0006.2053 Manutenção do FMAS 1.100,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.100,00

**4. UNIDADE GESTORA FUNREBOM**

FONTE - 0.2.33.000000 - Manutenção DO FUNREBOM - R\$ 4.300,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0901.06.182.0006.2047 Manutenção do FUNREBOM 4.300,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 4.300,00

**5. UNIDADE GESTORA FAMABI**

FONTE 0.2.81.000082 - Manutenção da FAMABI - R\$ 8.000,00

**CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR**

1901.18.541.0008.2080 Manutenção da FAMABI 8.000,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 8.000,00

Art. 2º As dotações financiadas pelas Fontes de Recurso 0.1.70.000097 e 0.1.70.000122, não serão objeto de limitações de empenho haja vista tratar-se de recursos extraordinários, vinculados a obras já empenhadas, cuja liberação dos recursos é realizada de acordo com as medições.

Art. 3º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência serão coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas,

apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 213/2012.

Biguaçu, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Decreto Nº 240/2012 - Anexos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
DECRETO Nº 420/2012 - ANEXOS

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO RELATIVO AO QUINTO BIMESTRE DE 2012									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>PREFEITURA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.00.000000-Recursos Ordinários	26.450,0	28.289,7	1.839,7	6.150,0	6.128,5	-21,5	32.600,0	34.418,2	1.818,2
0.1.01.000000-Rec. De Impostos p/ MDEB	4.505,0	5.242,4	737,4	1.090,0	1.118,2	28,2	5.595,0	6.360,6	765,6
0.1.02.000000-Rec. De Impostos p/ ASPS	11.700,0	11.586,5	-113,5	2.840,0	2.885,4	45,4	14.540,0	14.471,9	-68,1
0.1.04.000000-Iluminação Pública	1.400,0	1.750,9	350,9	370,0	119,6	-250,4	1.770,0	1.870,5	100,5
0.1.05.000000-Infra-Estrutura em Transporte	81,0	77,6	-3,4	34,0	4,1	-29,9	115,0	81,7	-33,3
0.1.06.000000-Manut. Desenv. Ensino Fund.	525,0	739,6	214,6	140,0	180,9	40,9	665,0	920,5	255,5
0.1.07.000000-Manutenção de Escolas	0,0	0,2	0,2		0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
0.1.08.000000-Marenda Escolar <input type="checkbox"/> Ens. Fund.	84,0	91,9	7,9	28,0	31,3	3,3	112,0	123,2	11,2
0.1.09.000000-Manut. Do Transp. Escolar	12,0	26,3	14,3	4,0	12,0	8,0	16,0	38,3	22,3
0.1.10.000000-Merenda Escolar <input type="checkbox"/> Ens. Inf.	102,0	117,3	15,3	34,0	52,3	18,3	136,0	169,6	33,6
0.1.11.000000-Merenda Escolar <input type="checkbox"/> Ens. Ind.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.12.000000-Rem. Profissionais Mag. 92,28%	7.051,0	6.821,8	-229,2	1.820,0	1.784,2	-35,8	8.871,0	8.606,0	-265,0
0.1.13.000000-Mant. Des. Ens. Básico 7,72%	992,0	984,1	-7,9	278,0	273,7	-4,3	1.270,0	1.257,8	-12,2
0.1.14.000000-Constr. Hospital de Biguaçu	0,0	44,1	44,1		0,0	0,0	0,0	44,1	44,1
0.1.16.000000-Melhoria Transito <input type="checkbox"/> PC	34,0	57,1	23,1	10,0	8,4	-1,6	44,0	65,5	21,5
0.1.17.000000-Melhoria Transito <input type="checkbox"/> PM	34,0	57,1	23,1	10,0	8,4	-1,6	44,0	65,5	21,5
0.1.18.000000-Melhoria Transito <input type="checkbox"/> PMB	26,0	47,6	21,6	8,0	23,0	15,0	34,0	70,6	36,6
0.1.19.000000-Melhoria do Sistema Viário	0,0	6,1	6,1		6,0	6,0	0,0	12,1	12,1
0.1.40.000000-Implem. Rede Agua e esgoto	0,0	72,4	72,4		414,4	414,4	0,0	486,8	486,8
0.1.69.000000-Convênio Eletrosul	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000017-Conv.Min.Agric. Constr.Equip.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000018-Realização de Eventos	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000020-Constr.Melhoria Hab. Populares	0,0		0,0	500,0	0,0	-500,0	500,0		-500,0
0.1.70.000021-Sinalização Turística	200,0		-200,0	400,0	0,0	-400,0	600,0		-600,0
0.1.70.000022-Implantação de Ciclovias	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000023-Padronização de Calçadas	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000024-Conv. Minist. Agric. Apoio Pesc	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000025-Implantação Parque Tecnol.	0,0		0,0	2.000,0	0,0	-2.000,0	2.000,0		-2.000,0



0.1.70.000091-Construção de Area de Lazer	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000093-Aquisição Equip. Rodoviários	0,0		0,0	400,0	0,0	-400,0	400,0		-400,0
0.1.70.000094-Pavimentação de Ruas	0,0	162,6	162,6	1.000,0	168,3	-831,7	1.000,0	330,9	-669,1
0.1.70.000097-Drenagem Pluvial	14.660,0	12.721,0	-1.939,0	4.200,0	2.175,0	-2.025,0	18.860,0	14.896,0	-3.964,0
0.1.70.000098-Revitalização de Orla Marítima	0,0		0,0	4.000,0	0,0	-4.000,0	4.000,0		-4.000,0
0.1.70.000122-Conv. Minist. Cidades Abrigos	250,0	145,7	-104,3		0,0	0,0	250,0	145,7	-104,3
0.1.70.000127-Aquisição Onibus escolar	350,0		-350,0		0,0	0,0	350,0		-350,0
0.1.70.000142-Profissionalizar Jovens e Adult	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000143-Conv. Min.Ind. Com -Impl. Casa	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000130-Realização da Bigfest	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000133-Plano Municipal de Habitação	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000137-Conv.Min.Turismo Mercado Pub	150,0		-150,0		0,0	0,0	150,0		-150,0
0.1.70.000138-Conv. Min.Planj. Cidade Digital	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000139-Conv.MEC-Ampl.Rede Física	1.000,0		-1.000,0	200,0	0,0	-200,0	1.200,0		-1.200,0
0.1.70.000140-Conv.MEC-Ampl.rede Física	1.000,0		-1.000,0		0,0	0,0	1.000,0		-1.000,0
0.1.70.000143-Conv. Min.Inc.Com. Casa Empr	0,0		0,0	300,0	0,0	-300,0	300,0		-300,0
0.1.70.000148-Conv. MC - Construção pontes	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000150-Conv. ME - Constr.Equip.Esp.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.000167-Conv.Min.cidade Revit.Praças				1.000,0	0,0	-1.000,0	1.000,0		-1.000,0
0.1.71.000012-Manutenção do Transp.Escolar	374,0	424,6	50,6	132,0	141,6	9,6	506,0	566,2	60,2
0.1.71.000026-Pavimentação Estrada Rural	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000030-Realização da expo Nautica	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000031-Abrigos de Passageiros	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000095-Pavimentação de Ruas	0,0	52,1	52,1		0,0	0,0	0,0	52,1	52,1
0.1.71.000028-Criação do centro de Cultura	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000147-Conv. SDR-Constr.Equip.Seg.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000149-Conv. SDR-Construção Pontes	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000177-Aquis.Veic.Transp.escolar	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.1.80.000000-Recursos Ordinários	573,0	174,4	-398,6	141,0	22,9	-118,1	714,0	197,3	-516,7
0.1.81.000001-Manut.Desenv. Ens. Básico	20,0	43,6	23,6	7,0	3,5	-3,5	27,0	47,1	20,1
0.1.81.000002-Manut. Desenv. Ens. Fund.	0,0	5,5	5,5		2,5	2,5	0,0	8,0	8,0
0.1.81.000003-Infra-Estrutura em Transporte	0,0	1,4	1,4		0,4	0,4	0,0	1,8	1,8
0.1.81.000004-Merenda Escolar - Ens. Fund.	0,0	0,3	0,3		0,1	0,1	0,0	0,4	0,4
0.1.81.000005-Merenda esclar - Ensino Infantil	0,0	1,0	1,0		0,1	0,1	0,0	1,1	1,1



0.1.81.000006-Transporte escolar	0,0	0,7	0,7		0,2	0,2	0,0	0,9	0,9
0.1.81.000008-Transito Policia Civil	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.81.000009-Transito Policia Militar	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.81.000010-Transito Prefeitura	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.81.000011-Transporte escolar	0,0	10,1	10,1		0,8	0,8	0,0	10,9	10,9
0.1.81.000158-Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.81.000018-Outros Depósitos	46,0	66,0	20,0	19,0	29,9	10,9	65,0	95,9	30,9
0.1.82.000089-Aquisição de Veículo	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.82.000013-Programa Modernização Adm.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.82.000014-Construção de Casas Populares	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.82.000096-Pavimentação de Ruas	3.312,0	4.283,5	971,5	836,0	1.935,0	1.099,0	4.148,0	6.218,5	2.070,5
0.1.82.000128-Revitalização Maq. Arrec.	0,0	490,0	490,0		0,0	0,0	0,0	490,0	490,0
0.1.85.000099-Despesa de Capital da Edc.	0,0	9,5	9,5	50,0	0,0	-50,0	50,0	9,5	-40,5
0.1.85.000100-Despesas de Capital Geral	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>SOMA</b>	<b>74.931,0</b>	<b>74.604,7</b>	<b>-326,3</b>	<b>28.001,0</b>	<b>17.530,7</b>	<b>-10.470,3</b>	<b>102.932,0</b>	<b>92.135,4</b>	<b>-10.796,6</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.20.000000-manutenção do FMS	0,0	24,5	24,5		13,9	13,9	0,0	38,4	38,4
0.2.27.000000-Taxa de Vigilancia Sanitaria	68,0	113,2	45,2	23,0	20,9	-2,1	91,0	134,1	43,1
0.2.28.000042-ASPS PAB	800,0	870,8	70,8	200,0	226,1	26,1	1.000,0	1.096,9	96,9
0.2.28.000043-ASPS Vigilância Sanitária	41,0	11,6	-29,4	12,0	11,2	-0,8	53,0	22,8	-30,2
0.2.28.000044-ASPS Farmácia Básica	240,0	191,7	-48,3	60,0	48,0	-12,0	300,0	239,7	-60,3
0.2.28.000045-ASPS Vig. Epid.DST/HIV/AIDS	136,0	115,4	-20,6	34,0	51,8	17,8	170,0	167,2	-2,8
0.2.28.000046-ASPS Agentes Comunitários	816,0	888,2	72,2	204,0	221,3	17,3	1.020,0	1.109,5	89,5
0.2.28.000047-ASPS SF	828,0	878,4	50,4	208,0	227,5	19,5	1.036,0	1.105,9	69,9
0.2.28.000048-APS SAMU	104,0	112,5	8,5	28,0	25,0	-3,0	132,0	137,5	5,5
0.2.28.000049-ASPS CEO	56,0	59,4	3,4	14,0	13,2	-0,8	70,0	72,6	2,6
0.2.28.000050-ASPS NASF	176,0	160,0	-16,0	44,0	40,0	-4,0	220,0	200,0	-20,0
0.2.28.000119-MAC	848,0	1.147,3	299,3	212,0	315,6	103,6	1.060,0	1.462,9	402,9
0.2.28.000119-Centro Psico Social	14,0		-14,0	4,0	0,0	-4,0	18,0		-18,0
0.2.28.000120-Vigilância Epid. DST/HIV/AIDS	80,0	54,5	-25,5	20,0	31,2	11,2	100,0	85,7	-14,3
0.2.28.000179-PSF e CEO	0,0	175,4	175,4		222,1	222,1	0,0	397,5	397,5
0.2.28.000180-Progr.Requal. Unid. Bas. Saúde	0,0	106,2	106,2		0,0	0,0	0,0	106,2	106,2
0.2.28.000184-Ações Saude Familia/ SB	0,0	129,8	129,8		27,6	27,6	0,0	157,4	157,4
0.2.28.000185-Polos de Academia de Saúde	0,0	16,0	16,0		0,0	0,0	0,0	16,0	16,0

0.2.28.000186-Manutenção da UPA	0,0	400,0	400,0		200,0	200,0	0,0	600,0	600,0
0.2.28.000187-Centro de Atenção Psico Social	0,0	113,2	113,2		13,0	13,0	0,0	126,2	126,2
0.2.28.000203-Manutenção do FMS					0,9	0,9	0,0	0,9	0,9
0.2.29.000051-ASPS Vigilância Sanitária	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.29.000052-ASPS Farmácia Básica	183,0	174,7	-8,3	46,0	21,9	-24,1	229,0	196,6	-32,4
0.2.29.000053-ASPS CEO	24,0	21,8	-2,2	6,0	3,9	-2,1	30,0	25,7	-4,3
0.2.29.000054-ASPS NASF	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.29.000119-MAC	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.29.000125-Co-Financiamento	136,0	230,0	94,0	34,0	55,5	21,5	170,0	285,5	115,5
0.2.29.000155-Mob.Soc. Praticas Educ. Indig.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.29.000171-Centro de Atenção Psico-social	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.30.000000-SAMU	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000102-UPA	0,0	350,0	350,0		0,0	0,0	0,0	350,0	350,0
0.2.70.000126-Construção UBS/PSF	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000144-Conv. Min. Saúde - CEO	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000172-Constr.Unid.saúde Básica	0,0	260,0	260,0		0,0	0,0	0,0	260,0	260,0
0.2.70.000191-Ampliação de Um.Bas.saude	0,0	139,5	139,5		0,0	0,0	0,0	139,5	139,5
0.2.71.000055-Constr.Hospital	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.71.000178-Aquisição de Veículo	0,0	88,0	88,0		0,0	0,0	0,0	88,0	88,0
0.2.72.000000-Construção Hospital	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.1.81.000041-ASPS	82,0	71,1	-10,9	26,0	10,8	-15,2	108,0	81,9	-26,1
0.2.81.000124-Convênio SDR	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.85.000101-Despesas de Capitalem Saúde	0,0	8,7	8,7		0,0	0,0	0,0	8,7	8,7
<b>SOMA</b>	<b>4.632,0</b>	<b>6.911,9</b>	<b>2.279,9</b>	<b>1.175,0</b>	<b>1.801,4</b>	<b>626,4</b>	<b>5.807,0</b>	<b>8.713,3</b>	<b>2.906,3</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.37.000032-IGD/SUAS					1,5	1,5	0,0	1,5	1,5
0.2.37.000061-Piso de Alta e Media Compl.PCAI	27,0	23,8	-3,2	8,0	6,8	-1,2	35,0	30,6	-4,4
0.2.37.000069-PAIF	78,0	81,0	3,0	20,0	18,0	-2,0	98,0	99,0	1,0
0.2.37.000070-Bolsa Família	0,0	28,9	28,9		4,3	4,3	0,0	33,2	33,2
0.2.37.000071-Benef. Prest. Continuada	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.37.000072-Ações Sócio Educativa	8,0	8,3	0,3	2,0	2,0	0,0	10,0	10,3	0,3
0.2.37.000132-Piso Básico Variável II - PBVII	8,0	10,7	2,7	2,0	2,0	0,0	10,0	12,7	2,7
0.2.37.000141-Media Complexidade	63,0	77,0	14,0	16,0	20,4	4,4	79,0	97,4	18,4

0.2.37.000159-PMFC III	17,0	2,2	-14,8	6,0	0,0	-6,0	23,0	2,2	-20,8
0.2.37.000160-PVMC	18,0	20,0	2,0	6,0	5,0	-1,0	24,0	25,0	1,0
0.2.37.000176-Ação de Alta Complexidade	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.37.000198-Manutenção do FMAS	0,0	106,9	106,9		0,0	0,0	0,0	106,9	106,9
0.2.38.000073-Auxílio Natalidade	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.38.000156-Co-Financ.proteção especial	0,0	20,8	20,8		20,8	20,8	0,0	41,6	41,6
0.2.38.000175-P.S.P.S. Alta Complexidade	0,0	13,9	13,9		13,8	13,8	0,0	27,7	27,7
0.2.38.000200-Benefício Eventual					8,4	8,4	0,0	8,4	8,4
0.2.41.000000-Multas Repassadas p/ FORUM	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000075-Atendimento ao Idoso	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.71.000077-Idoso	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000078-Conv.SEAS Constr. CRAS	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.000079-Conv. SEAS Constr. CREAS	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000067-Manutenção do FMAS	10,0	12,6	2,6	6,0	2,3	-3,7	16,0	14,9	-1,1
<b>SOMA</b>	<b>229,0</b>	<b>406,1</b>	<b>177,1</b>	<b>66,0</b>	<b>105,3</b>	<b>39,3</b>	<b>295,0</b>	<b>511,4</b>	<b>216,4</b>
<b>FUNDO MUN. INF. ADOLESCENCIA</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.26.000000-FIA Manutenção do Conselho	0,0	2,8	2,8		0,4	0,4	0,0	3,2	3,2
0.2.71.000151-Construção Abrigo Institucional	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000059-Manutenção do FIA	0,0	1,7	1,7		0,1	0,1	0,0	1,8	1,8
<b>SOMA</b>	<b>0,0</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>		<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>
<b>PREVIGUAÇU</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.32.000000-Pgto. Inativos e Pension.	3.232,0	4.046,2	814,2	808,0	1.076,0	268,0	4.040,0	5.122,2	1.082,2
0.2.35.000000-Despesas Adm. RPPS	240,0	238,0	-2,0	60,0	60,0	0,0	300,0	298,0	-2,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000112-Manutenção do RPPS	2.059,0	4.093,7	2.034,7	675,0	1.500,9	825,9	2.734,0	5.594,6	2.860,6
<b>SOMA</b>	<b>5.531,0</b>	<b>8.377,9</b>	<b>2.846,9</b>	<b>1.543,0</b>	<b>2.636,9</b>	<b>1.093,9</b>	<b>7.074,0</b>	<b>11.014,8</b>	<b>3.940,8</b>
<b>FUNREBOM</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.33.000000-Manutenção do FUNREBOM	151,0	154,9	3,9	30,0	21,8	-8,2	181,0	176,7	-4,3

<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000058-Manutenção do FUNREBOM	0,0	2,2	2,2		0,5	0,5	0,0	2,7	2,7
<b>SOMA</b>	<b>151,0</b>	<b>157,1</b>	<b>6,1</b>	<b>30,0</b>	<b>22,3</b>	<b>-7,7</b>	<b>181,0</b>	<b>179,4</b>	<b>-1,6</b>
<b>FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUÁRIO</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.34.000000-Manutenção do FMDR	59,0	69,2	10,2	16,0	13,1	-2,9	75,0	82,3	7,3
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000080-Manutenção do FMDR	0,0	0,7	0,7		0,2	0,2	0,0	0,9	0,9
<b>SOMA</b>	<b>59,0</b>	<b>69,9</b>	<b>10,9</b>	<b>16,0</b>	<b>13,3</b>	<b>-2,7</b>	<b>75,0</b>	<b>83,2</b>	<b>8,2</b>
<b>FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE</b>									
<b>RECEITAS PRIMARIAS</b>									
0.2.36.000000-Manutenção FAMABI	32,0	69,8	37,8	14,0	6,2	-7,8	46,0	76,0	30,0
0.2.70.000083-Educação Ambiental	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000084-Recup. Áreas Degradadas	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000085-Saneamento ambiental	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.70.000086-Preservação Ambiental	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
<b>RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS</b>									
0.2.81.000082-Manutenção FAMABI	8,0	1,8	-6,2	2,0	0,2	-1,8	10,0	2,0	-8,0
<b>SOMA</b>	<b>40,0</b>	<b>71,6</b>	<b>31,6</b>	<b>16,0</b>	<b>6,4</b>	<b>-9,6</b>	<b>56,0</b>	<b>78,0</b>	<b>22,0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>85.573,0</b>	<b>90.603,7</b>	<b>5.030,7</b>	<b>29.672,0</b>	<b>20.315,4</b>	<b>-9.356,6</b>	<b>110.613,0</b>	<b>104.007,2</b>	<b>-6.605,8</b>

Biguaçu, 13 de novembro de 2012

**JOSE CASTELO DESCHAMPS**  
Prefeito Municipal

**PRISCILA RAIMUNDO PNHEIRO**  
Contadora CRC/SC 028726/O-6

**Decreto Nº 241/2012**

DECRETO N º 241/2012 DE: 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 75.120,13 (setenta e cinco mil cento e vinte reais e treze centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.1.10.000000; 0.2.28.000205; 0.2.38.000156 e 0.2.38.000175.

**0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0701.12.365.0003.2026 Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil 25.797,13

3.3.90.00/0.1.10.000000 Outras Despesas Correntes 25.797,13

**2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 11.208,00

3.3.90.00/0.2.28.000205 Outras Despesas Correntes 11.208,00

**2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

2301.08.244.0006.2063 Execução de Serviços de Proteção Social Especial 38.115,00

3.3.90.00/0.2.38.000156 Outras Despesas Correntes 10.395,00

4.4.90.00/0.2.38.000175 Investimentos 27.720,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

**Decreto Nº 243/2012**

DECRETO N º 243/2012 DE: 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de merenda escolar.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada; Considerando, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses; Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas; Considerando, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos já nos

próximos meses;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas; Considerando, que o fornecimento dos alimentos é essencial para confecção da merenda escolar;

Considerando, que o ano letivo está por encerrar;

Considerando, que as faturas pendentes de pagamento foram empenhadas na fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, e os pagamentos por esta fonte estão com atraso superior a trinta dias; Considerando, que os contratados formalizaram suas dificuldades de manter o fornecimento com esse atraso no pagamento; Considerando, que o fornecimento de merenda escolar não pode ser interrompido;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento de pelo menos 50% das obrigações vencidas até esta dada, relativo ao fornecimento de merenda escolar, quebrando assim, a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de novembro de 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

**Decreto Nº 244/2012**

DECRETO N º 244/2012 DE: 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Parágrafo Único do artigo 12 da Lei Municipal nº 3.174/2011 - Lei Orçamentária para 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por conta da Reserva de Contingência na seguinte dotação orçamentária:

**2601. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

2601.28.845.0000.0004 Contribuições ao PASEP 60.000,00

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de novembro de 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

**Portaria Nº 2794/2012**

PORTARIA Nº 2794/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de



julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARMEM LUCIA SCHMITZ FRAGA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8604/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 27/12/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

**Portaria 2806 de 21 de Setembro de 2012**

PORTARIA 2806 de 21 de setembro de 2012

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ALCIDES ADRIANO COSTA, ocupante do Cargo efetivo de Vigia;  
ALINE MARIA VENANCIO DE SIMAS, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANÉSIO EGÍDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria de Integração Regional;  
ANDRÉ ROBERTO ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Empreendedorismo;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Gabinete;  
ARIADINIS BARATA DIAS GENOVEZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Jurídico;  
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;  
BRUNO DIOGO MARQUES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Tributos;  
CAMILLA ADRIANO WOJICKIEWICZ, ocupante do Cargo de Escriturária;  
CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Infra-Estrutura e Obras;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;  
CLAUDIO GOEPFERT DANTAS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
CONCEIÇÃO HERMINIA RICHARTZ MIRANDA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Agricultura;  
DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOMINGOS MORESCO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;  
EDUARDO MARQUES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;  
EMERSON JOSE PAULI, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;  
EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
EVANDRO JOÃO DUARTE, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Projeto do Hospital Regional de Biguaçu;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo de Escriturária;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro;  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do Cargo Temporário de Técnica em Enfermagem;  
GLEYSOM NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente



de Saúde;  
 ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
 JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
 JERUSA CELI MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;  
 JOÃO ANTONIO ROMEU DE CASTRO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
 JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JOEL FRANCISCO PINHEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
 JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;  
 JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;  
 JOSÉ MANOEL VIEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional;  
 JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal,  
 JONATHAN JUNKES DOS SANTOS, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão da Maricultura,  
 JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
 JUCÉLIO LOURENÇO DA COSTA, ocupante do Cargo comissionado de Gerente Operacional;  
 LEANDRO MARCÍLIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Agricultura e Pesca;  
 LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
 LEANDRO BITENCOURT MATOS, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Administração do Cemitério;  
 LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral de Tributos;  
 LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
 LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
 LUIZ CARLOS DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Assuntos Administrativos da Educação;  
 LUIZ CARLOS GONÇALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista;  
 LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
 LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Inovação Tecnológica;  
 LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;  
 MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda;  
 MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
 MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
 MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
 MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
 MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
 MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
 MATIAS ARLINDO NAU, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;

MATHEUS HOFFMANN MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Adjunto;  
 MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
 NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
 NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
 OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;  
 OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;  
 OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
 PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;  
 PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;  
 PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
 PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
 PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;  
 RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Divisão Operacional;  
 RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
 ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
 ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
 SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
 SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer;  
 SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
 SAULO HENRIQUE SCHERER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio à Educação;  
 SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
 SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
 THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
 THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
 THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
 TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
 VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Núcleo de Transportes;  
 VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;  
 VITOR CASTELI SAMPAIO DE AGUIAR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
 VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;  
 WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
 WILLIAM HABYEUTTER KALESKI, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;  
 ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2785/2012**

PORTARIA nº 2785/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VIVIAN RODRIGUES GONÇALVES DA SILVA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 01/11/2012 a 29/04/2013.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2786/2012**

PORTARIA Nº 2786/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZANGELA DE SOUZA GERENT, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8658/2012 em anexo no período de 16/10/2012 a 17/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2787/2012**

PORTARIA Nº 2787/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZANGELA DE SOUZA GERENT, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8659/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 01/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2788/2012**

PORTARIA Nº 2788/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MONICKE DA SILVA CUNHA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8579/2012 em anexo no período de 26/10/2012 a 30/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2789/2012**

PORTARIA Nº 2789/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANE DE LOURDES MACHADO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8596/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 01/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2790/2012**

PORTARIA Nº 2790/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA ERMELI LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8501/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 12/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2791/2012**

PORTARIA Nº 2791/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MONICKE DA SILVA CUNHA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8733/2012 em

anexo no período de 31/10/2012 a 14/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2792/2012**  
PORTARIA Nº 2792/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELY DUARTE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR I (30 HS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8648/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 01/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2793/2012**  
PORTARIA Nº 2793/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SHIRLENE ELINARA SILVANO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8508/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 21/01/2013.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2795/2012**  
PORTARIA Nº 2795/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALMOR GARCIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8665/2012 em anexo no período de 30/10/2012 a 28/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2796/2012**  
PORTARIA Nº 2796/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIO ROBERTO SOARES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8726/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 20/12/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2797/2012**  
PORTARIA Nº 2797/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR II 30 HORAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8649/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 31/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2798/2012**  
PORTARIA Nº 2798/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8609/2012 em anexo no período de 30/10/2012 a 28/12/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2799/2012**  
PORTARIA Nº 2799/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL

ROB, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8559/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 01/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2800/2012**

PORTARIA Nº 2800/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8535/2012 em anexo no período de 26/10/2012 a 01/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2801/2012**

PORTARIA Nº 2801/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8421/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 23/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2802/2012**

PORTARIA Nº 2802/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PRISCILA MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8577/2012 em anexo no período de 29/10/2012 a 26/01/2013.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2803/2012**

PORTARIA Nº 2803/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILEIDE SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 30/10/2012 a 02/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2805/2012**

PORTARIA nº 2805/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei Nº 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, MARCELA ADRIANA LOYOLA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/11/2012 a 05/03/2013.

Biguaçu, 19 de novembro de 2012.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2832 de 20 de Novembro de 2012**

PORTARIA nº 2832 de 20 de novembro de 2012

Designar o (a) Servidor (a) Maciel Manoel Ricardo, para assinar os documentos referentes aos Fundos Municipais de Assistência Social e Infância e Adolescência e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designa, Maciel Manoel Ricardo, detentor do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, inscrito na matrícula 11008, para assinar os documentos referentes aos Fundos Municipais de Assistência Social e Infância e Adolescência, no período de 22/11/2012 até 21/12/2012, durante o período de férias de Alex José de Andrade, Assessor de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 22/11/2012.

Biguaçu, 20 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

Ata 27/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/1

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2012

Número do Registro de Preços: 27/2012      Data do Registro: 22/11/2012      Válido até: 22/11/2013

Objeto da Compra: Serviços de Detonação de Cascalheira.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Detonação de cascalheira com malha de perfuração não superior a 1,20x2,10m, com furos de 3" de diâmetros. (9180)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)		0	8,5000	1

### (PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2012

PROCESSO Nº 51/2012

(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Novembro de 2012.

**Ata de Registro de Preço 17/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO 90 (369)	LTS	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	16,2000	1
2	GRAXA (1871)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	18,0000	1
3	ANEL TRAVA (1883)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,9000	1
4	MATERIAL DE LIMPEZA (2943)	01	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Fransul	0	6,0000	1
5	Arruela 1/2 (5555)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2800	1
6	Parafuso 3/8x3 (5557)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0800	1
7	Tinta e Solvente (5565)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Anjo	0	26,5000	1
8	Arruela 7/8 (5566)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
9	Porca M8 (5568)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
10	Arruela 5/8 (5572)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
11	Arruela 3/4 (5573)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
12	Arruela 1" (5574)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
13	Ferro redondo (5579)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,1500	1
14	Oxigênio (5583)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	AGA	0	130,0000	1
15	Retentor 00266 (5587)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	9,1000	1
16	Retentor 00262 (5588)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,8000	1
17	Aço 1045 (5590)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	9,5500	1
18	Bronze (5591)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metalpim	0	66,0000	1
19	Arruela 5/16 (5596)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
20	Ferro chato (5598)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	6,5000	1
21	Flange (5600)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	5,1500	1
22	Solda Mig (5605)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	48,0000	1
23	Ferro cantoneira (5606)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	5,9500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Parafuso 7/8x4 (5611)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,3000	1
25	Porca 7/8 (5612)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
26	Parafuso 1/4x1 (5618)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
27	Porca 1/4 (5619)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
28	Braçadeira Plástica (língua sapo) (6085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,4200	1
29	Nylon (6086)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	48,2500	1
30	Unhas p/ Subsolador (6102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	44,0000	1
31	Viga "U" (6103)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,0000	1
32	Parafuso 5/16"x3" (6108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
33	Parafuso 1"x3" (6122)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	10,1500	1
34	Serviço especializado em mão-de-obra (homem) (6978)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	30,0000	1
35	Serviço especializado em torno (6979)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	45,0000	1
36	Aço 1045 trefilado (6980)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	13,0000	1
37	Aço 1045 quadrado trefilado (6981)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	18,0000	1
38	Anel O´ring (6982)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	2,6000	1
39	Arruela 1/4 (6983)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
40	Arruela 3/8 (6984)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
41	Arruela 7/16 (6985)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
42	Cano (6986)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	6,1000	1
43	Chapa preta (6987)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	0	6,9300	1
44	Cola silicone (6988)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tec Bond	0	6,6000	1
45	Cola tipo 3M (6989)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	3M	0	5,7500	1
46	Cupilha 4,5x50mm (6990)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Cupilha 6,5x60mm (6991)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	1,0000	1
48	Disco de corte 7" (6992)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Kronenflex	0	9,6500	1
49	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1500	1
50	Eletrodo OK 46 2,5mm (6994)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1500	1
51	Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	2,0000	1
52	Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,8500	1
53	Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	3,1500	1
54	Engraxadeira reta 1/4 (6998)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
55	Engraxadeira reta 3/8 (6999)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
56	Engraxadeira 45° 5/16 (7000)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
57	Engraxadeira 45° 3/8 (7001)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
58	Parafuso 1/4x2 (7002)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
59	Parafuso 1/4x3 1/2 (7003)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
60	Parafuso 5/16x1 aço (7004)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
61	Parafuso 5/16x1 1/2 aço (7005)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
62	Parafuso 5/16x2 aço (7006)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
63	Parafuso 5/16x3 1/2 (7009)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
64	Parafuso 3/8x1 aço (7010)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
65	Parafuso 3/8x1 1/2 (7011)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7000	1
66	Parafuso 3/8x2 aço (7012)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
67	Parafuso 3/8x3 1/2 (7014)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1200	1
68	Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1000	1
69	Parafuso 7/16x3 aço (7016)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Parafuso 1/2x1 aço (7017)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
71	Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
72	Parafuso 1/2x2 aço (7019)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
73	Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
74	Parafuso 1/2x3 aço (7021)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
75	Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
76	Parafuso 1/2X4 aço (7023)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
77	Parafuso 9/16x2 (7024)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5000	1
78	Parafuso 9/16x3 (7025)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,7000	1
79	Parafuso 5/8x2. (7026)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9500	1
80	Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
81	Parafuso 5/8x3 aço (7028)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,4500	1
82	Parafuso 5/8x3 1/2 aço (7029)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8500	1
83	Parafuso 5/8x4 aço (7030)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0500	1
84	Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4500	1
85	Parafuso 3/4x2 aço (7032)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,5000	1
86	Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8000	1
87	Parafuso 3/4x3 aço (7034)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4000	1
88	Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,2000	1
89	Parafuso 3/4x4 aço (7036)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,3000	1
90	Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,7800	1
91	Parafuso 3/4x5 aço (7038)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,0300	1
92	Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,7500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Parafuso 3/4x8 aço (7040)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,9500	1
94	Parafuso 7/8x3 (7041)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,0000	1
95	Parafuso 7/8x4 1/2 (7042)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,7000	1
96	Parafuso 7/8x5 (7043)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	7,0000	1
97	Parafuso 1x6 1/2 (7045)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	20,0000	1
98	Parafuso M6x50 8.8 (7046)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
99	Parafuso M8x50 8.8 (7047)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
100	Parafuso M8x100 8.8 (7048)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
101	Parafuso M10x50 8.8 (7049)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
102	Parafuso M10x80 8.8 (7050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5300	1
103	Parafuso M10x100 8.8 (7051)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
104	Parafuso M12x50 8.8 (7052)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4000	1
105	Parafuso M12x80 8.8 (7053)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
106	Parafuso M12x100 8.8 (7054)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,2600	1
107	Parafuso M14x100 8.8 (7056)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,7500	1
108	Parafuso M16x80 8.8 (7057)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
109	Parafuso M16x120 8.8 (7058)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,0000	1
110	Parafuso M18x80 8.8 (7059)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
111	Parafuso M18x100 8.8 (7060)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,5500	1
112	Parafuso M20x130 8.8 (7061)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	12,0000	1
113	Pino elástico 6x70mm (7062)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,0000	1
114	Pino elástico 8x70mm (7063)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1
115	Pino elástico 10x70mm (7064)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012**

Número do Registro de Preços: 17/2012

Data do Registro: 24/05/2012

Válido até: 24/05/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Pino trava "R" (7065)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,5000	1
117	Porca 5/16. (7066)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
118	Porca 3/8. (7067)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3800	1
119	Porca 7/16 (7068)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
120	Porca 1/2. (7069)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
121	Porca 9/16 (7070)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
122	Porca 5/8. (7071)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
123	Porca 3/4. (7072)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
124	Porca 1 (7073)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,6000	1
125	Porca M6 (7074)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1200	1
126	Porca M10 (7075)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
127	Porca M12 (7076)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
128	Porca M14 (7077)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
129	Porca M16 (7078)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
130	Porca M18 (7079)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
131	Porca M20 (7080)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
132	Retentor 00524 (7081)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,0000	1
133	Retentor 00009 (7082)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,5000	1
134	Retentor 00161 (7083)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,6500	1
135	Retentor 00188 (7084)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,5000	1
136	Retentor 00459 (7085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	11,0000	1
137	Retentor 00485 (7086)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,1000	1
138	Retentor 00517 (7087)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	11,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Retentor 00810 (7088)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,6000	1
140	Retentor 01180 (7089)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	15,9500	1
141	Retentor 02005 (7090)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	9,9000	1
142	Retentor 40000 (7091)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	15,0500	1
143	Rolamento 32205 (7092)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,0000	1
144	Rolamento 32206 (7093)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,6000	1
145	Rolamento 32207 (7094)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	39,5000	1
146	Rolamento 32208 (7095)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	61,2000	1
147	Rolamento 32209 (7096)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	52,3800	1
148	Rolamento 32210 (7097)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	108,0000	1
149	Rolamento 6201 ZZ (7098)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	11,0000	1
150	Rolamento 6202 ZZ (7099)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	15,0000	1
151	Rolamento 6203 ZZ (7100)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	17,0000	1
152	Rolamento 6204 ZZ (7101)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	23,9000	1
153	Rolamento 6205 ZZ (7102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	18,6000	1
154	Rolamento 6206 ZZ (7103)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	28,9500	1
155	Rolamento 6207 ZZ (7104)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	40,5000	1
156	Rolamento 6208 ZZ (7105)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	45,0000	1
157	Rolamento 6209 ZZ (7106)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	56,0000	1
158	Rolamento 6012 ZZ (7107)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	90,0000	1
159	Rolamento 6304 ZZ (7108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	19,0000	1
160	Rolamento 6305 ZZ (7109)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,2000	1
161	Rolamento 6306 ZZ (7110)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	35,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
162	Rolamento 6307 ZZ (7111)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	44,0000	1
163	Rolamento 6308 ZZ (7112)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	71,5000	1
164	Sextavado (7115)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,9000	1
165	Trava quebra dedo (7117)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,5000	1
166	Tubo SKF (7118)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	15,5500	1
167	Óleo hidráulico. (7119)	L	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	16,5000	1
168	Parafuso M14x70 8.8 (8050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0000	1
169	Parafuso 5/16x21/2 (9181)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
170	Parafuso 3/8x2 1/2 aço (9182)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2012****PROCESSO Nº 30/2012**

(6077) - TORMAQ DE WALTER F. WILDE

BRACO DO TROMBUDO , 24 de Maio de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.954

L E I Nº 2.954, de 21 de novembro de 2012.

Suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, por conta de anulação e excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício 2012, na importância total de R\$ 3.237.000,00 (três milhões duzentos e trinta e sete mil reais):

#### 02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 200.000,00

Soma . . . . . R\$ 200.000,00

#### 02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 340.000,00

Soma . . . . . R\$ 340.000,00

#### 02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 600.000,00

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias . R\$ 63.000,00

12.361.0011.2.046 - Aplicação dos Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 1.500.000,00

3.1.91.00.0018 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias . . R\$ 150.000,00

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte

3.3.90.00.0019 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 140.000,00

12.365.0011.2055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 164.000,00

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias R\$ 80.000,00

Soma . . . . . R\$ 2.697.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 3.237.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.587.000,00 (um milhão e quinhentos e oitenta e sete mil reais), abaixo descritas e excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais):

#### 02.01- GABINETE DO PREFEITO.

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 100.000,00

04.122.0002.2.070 - Regularização de terrenos Distrito de Taquara Verde

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 49.836,90

Soma . . . . . R\$ 149.836,90

15.452.0020.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 33.500,00

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 78.100,00

Soma . . . . . R\$ 111.600,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

0.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Transito, Transporte e Segurança Pública

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 50.000,00

Soma . . . . . R\$ 50.000,00

#### 02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 580.000,00

Soma . . . . . R\$ 580.000,00

#### 02.09 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do

Abastecimento

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 100.000,00

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper Intra-Orçamentárias . . R\$ 80.000,00

Soma . . . . . R\$ 180.000,00

#### 14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

14.06 - Divisão de Limpeza de Praças e Jardins

18.541.001..2.029 - Manutenção de Praças, Jardins e Trevos

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 515.563,10

Soma . . . . . R\$ 515.563,10

TOTAL . . . . . R\$ 1.587.000,00

Excesso de Arrecadação . . . . . R\$ 1.650.000,00

TOTAL GERAL . . . . . R\$ 3.237.000,00

(três milhões e duzentos e trinta e sete mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Fazenda.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

### Lei Nº 2.955

L E I Nº 2.955, de 21 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

#### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 500.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 500.000,00

(quinhentos mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementação orçamentária realizada na forma disposta no artigo anterior, será utilizada recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada, na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

#### 14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

14.06-18.541.0016.2.009 - Divisão de Limpeza de Praças e Jardins

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 500.000,00



TOTAL . . . . . R\$ 500.000,00  
(quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ      CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Fazenda.      Secretário da Administração.

### Lei Nº 2.956

L E I Nº 2.956, de 21 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado as suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 534.000,00

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 40.000,00

Soma . . . . . R\$ 574.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 574.000,00

(quinhentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizada na forma disposta no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias abaixo discriminadas, na importância de R\$ 574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais):

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.50.00.0000 - Trans. a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
R\$ 291.590,67

Soma . . . . . R\$ 291.590,67

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

27.812.031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 282.409,33

Soma . . . . . R\$ 282.409,33

TOTAL . . . . . R\$ 574.000,00

(quinhentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ      CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Fazenda.      Secretário da Administração.

### Decreto Nº 5.402

DECRETO Nº 5.402, de 21 de novembro de 2012.

Dispõe sobre a homologação, após análise dos recursos, da classificação do Processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal – EDITAL SME/Nº 07/2012,

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art.1º Fica homologada a classificação do Processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal, da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Edital SME nº 07/2012, de 25 de outubro de 2012, conforme consta dos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTTI  
Secretário de Educação.

HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 07/2012 - PROFESSOR DE A.E.E - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Nº	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	TITULOS	CAPACITAÇÃO	TOTAL
1.	NILVA CEDRON CZERNIAK	360	125	14	499
2.	LIRIA BELLAVER BASEGIO	397	75	7	479
3.	MARCIA INEZ G. CORDEIRO RUPPEL MELLO	283	150	8	441
4.	ROSEMARI MENEZES DE PAULA	244	150	10,6	404,6
5.	ROSANGELA APARECIDA BALCHAK	275	125	4	404
6.	ROZANGELA DE BASTIANI	259	125	7,5	391,5
7.	JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS	228	150	12	390
8.	ROZANGELA PRETO VIVAN	249	125	13,6	387,6
9.	VERA LUCIA MUCHISNKI	213	150	9,5	372,5
10.	ALDA PASQUALI BASQUEIRA	208	125	8,5	341,5
11.	JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO	195	125	2,6	322,6
12.	IVONETE D'AGOSTINI	237	75	4	316
13.	ELIANE CAVALHEIRO CACHINSKI	160	125	15	300

14.	GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI	160	125	9,25	294,25
15.	ADRIANA LOSS	202	75	8	285
16.	ELISANDRA SCAPINELLI	118	150	9,8	277,8
17.	SOELI APARECIDA DA SILVA	174	50	4,5	228,5
18.	LUIZA SAMIRA FLORES	94	125	7,2	226,2
19.	ALZIRA SALETE PADILHA	54	150	9	213
20.	FELIZARDA LEMOS FRANCIO	112	50	3	165
21.	LUCIANITA FURLANETTO	60	-	1,5	61,5
22.					
23.					
24.					
25.					
26.					

#### HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 07/2012 - PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

	Nome	Tempo de serviço	Titulos	Capacitação	Total
1.	CECILIA BERTOTTO PALOSCHI	379	50	12,5	441,5
2.	ELIZETE TEREZINHA VENTZ FURLAN	318	50	2	370
3.	ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS	299	50	1,5	350,5
4.	CLAUDIA APARECIDA MAURILIO	233	100	10	343
5.	HILDA APARECIDA PREVEDA	272	50	10	332
6.	ZULEIDE APARECIDA PICOLI RIBEIRO	252	50	15	317
7.	IVONE DELLAI	255	50	4,5	309,5
8.	VARDELEI FURLAN	242	50	14,5	306,5
9.	ADRIANA VALÉRIA CECILIATO AZAMBUJA	227	50	13	290
10.	ELAY ELISANE PALOSCHI	219	50	15	283
11.	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA ALVES RIBEIRO	163	100	6,5	269,5
12.	IEDA MARA FERNANDES	203	50	13,5	266,5
13.	MARINEZ PEREIRA	201	50	15	266
14.	MERILUCI TRENTO	190	50	15	255
15.	TEREZINHA ROSICLEIA KAMIENSKI	196	50	8,5	254,5
16.	IRACY APARECIDA BERTI DA CRUZ RIBAS	236	00	6	242
17.	IVONETE FATIMA ARRUDA PIERDONA	233	00	6	239
18.	RICARDO AZAMBUJA	184	50	3,38	237,38

19.	SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA	132	100	-	232
20.	CLAUDETE APARECIDA KONFLANZ	176	50	3	229
21.	ALDO MARGHOTTI	169	50	6,5	225,5
22.	LUCIANE DO CARMO PADILHA	161	50	7,5	218,50
23.	DEBORA JANE ZARUR	99	100	5,5	204,5
24.	NOELI SANDRA DALLACOSTA	148	50	3,05	201,5
25.	MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA	174	-	5,5	179,5
26.	SCHEILA BALBINOTTO ANCIUTI	120	50	2,5	172,50
27.					

#### Resolução Nº 19 CMAS

##### RESOLUÇÃO Nº19 / CMAS

Dispõe sobre o processo de inscrição das Entidades de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2012, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº2.869, de 22 de dezembro de 2011, considerando:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social; e as alterações incluídas pela Lei nº 12.453/2012 e 12.712/2012.

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. e suas alterações dadas pelas resoluções CNAS nº 27/2011, 13/2011, 10/2011 e 33/2010.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho; Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 18/2011, que define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Caçador SC.

Resolve:

1º. Aprovar a inscrição das entidades de Assistência Social que atuam de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social no Município de Caçador, abaixo identificadas:

#### ENTIDADES COM SEDE NO MUNICIPIO DE CAÇADOR

ENTIDADE	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ATIVIDADE	PARECER
Associação Maria Rosa-AMAR	-Proteção social básica -Proteção social especial de média complexidade -Proteção social especial de alta complexidade	-Projeto Ação Social com grupo -Projeto Arco Iris -Projeto Psiquê -Projeto Extremoso -Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência " Casa Abrigo Maria Rosa".	Favorável

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ATUAÇÃO PREPONDERANTE EM OUTRA ÁREA, MAS QUE ATUA TAMBÉM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

ENTIDADE	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ATIVIDADE	PARECER
Associação Caçadoreense de Educação de Educação Infantil-ACEIAS	-Proteção social básica -Proteção social especial de alta complexidade	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 06 a 15 anos -Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes- " Casa Lar". -Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. -Projeto promoção a cidadania	Favorável

		-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 0 a 6 anos -Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 6 a 15 anos. -Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Programa de promoção da integração ao mundo do trabalho. -Projeto Serviço Social na APAS. -Projeto Surdo Cidadão. -Projeto Psicologia aplicada na APAS. -Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade para pessoas com deficiência auditiva suas famílias	
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador-APAS	-Proteção Social Básica -Proteção Social Especial de média complexidade		Favorável
Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador	-Proteção Social Básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 6 a 15 anos. -Projeto Bombeiro Mirim	Favorável
		-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 0 a 6, 06 a 15 e 15 a 17 anos. -Serviço de Proteção Social Especial de Media complexidade para pessoas com deficiência intelectual idosos e suas famílias. -Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos a partir de 17 anos	Favorável
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE	-Proteção Social Básica -Proteção Social Especial de média complexidade		Favorável
Associação Brasileira de Educação e Cultura-ABEC Centro Social Marista Caçador CESMAR	-Proteção Social Básica	-Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. -Projeto Cidadania -Projeto de Atenção a Família	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.

2º. Delibera sobre o cancelamento das inscrições das entidades



que não atendem os critérios da Política Nacional de Assistência Social, abaixo identificadas:

1. Colégio Cenecista Marcos Olsen
2. Associação Marcos Olsen
3. Fundação Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe-FUNIARP
4. Associação esporte clube Flamengo-AFHAGO

3º. Delibera sobre o pedido de novas inscrições para as entidades, abaixo identificadas, tendo como base as orientações expedidas pelo Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social e a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal:

Solicitaram inscrições:

Foram Deferidas:

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ATUAÇÃO TAMBÉM NESSE MUNICÍPIO:

Fundação projeto pescar FRAMEPORT	-Proteção social básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Projeto de Integração ao mundo do trabalho	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.
Fundação projeto pescar -Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL	-Proteção social básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Projeto de Integração ao mundo do trabalho	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.

Caçador, 14 de novembro de 2012.

TERESINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS

### Portaria Nº 22.073

PORTARIA Nº 22.073, de 1º de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RESCINDIR, o CONTRATO por tempo determinado, da cidadã a seguir relacionada, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	C.H	Data da rescisão
Viviane Soares Rodrigues de Paula	Merendeira Escolar	Educação	44	19/09/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,  
em 1º de outubro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

### Portaria Nº 22.126

PORTARIA Nº 22.126, de 05 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal LEONILDA RISSARDI DA LUZ, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 627 (seiscentos e vinte e sete) dias, ou, 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00048/12-9, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 29/10/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,  
em 05 de novembro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

### Contrato 123-2012 Prefeitura

Contrato nº 123/2012 - PREFEITURA - 1º aditamento ao contrato administrativo 72-2012, prorroga prazo de execução por 60 dias, para contratação de empresa para construção da Pista de Laço no Parque das Araucárias. Prorrogação do prazo contratual pelo período de 60 (sessenta) dias, a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Engenharia Fiscal de Obra e mediante parecer jurídico favorável nº 425/2012. O prazo de execução dos serviços que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura deste e findando dia 20 de Janeiro de 2013, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público. Referente ao processo licitatório nº 99/2012 Tomada de Preços 08/2012. Contratada: ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA CNPJ nº 08.691.549/0001/81. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

### Contrato 30-2012 Esporte

Contrato nº 30/2012 - FMEC - 1º aditamento ao contrato administrativo 08-2012, suspende locação por 30 dias, para a locação temporária das dependências da Sociedade Caçadoreense de Bochas para treinamento de atletas e realização de competições nas modalidades de: Futebol de Salão, Handebol e Voleibol, salas para treinamento e competições das modalidades de Judô, Xadrez, Tênis de Mesa e dependências para competições e treinamento das canchas de Bochas, Bolão 16 e 23. A suspensão da locação pelo prazo de (30) trinta dias no período de 01 de novembro de 2012 a 30 de novembro de 2012, conforme solicitação e justificativa

emitida pela Presidente da Fundação Municipal de Esportes e mediante parecer jurídico favorável nº 368/2012, considerando que durante a realização dos 52º jogos abertos de Santa Catarina no Município de Caçador/SC, toda a sede anteriormente locada será utilizada para a realização dos jogos; que todos os atletas, os técnicos e demais servidores da Fundação Municipal de Esportes estarão envolvidos com a realização dos jogos abertos de Santa Catarina. O prazo de vigência da suspensão da locação será de trinta (30) dias, contados de 01 de novembro de 2012 a 30 de novembro de 2012, sendo retomada a normalidade a partir desta data, havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Não haverá pagamento da locação, durante o período de suspensão, ou seja, trinta (30) dias, devido a não utilização, não podendo ser caracterizado como inadimplência da Contratante. Referente ao processo licitatório nº 04/2012 DL nº 01/2012. CONTRATADA/LOCADORA: SOCIEDADE CAÇADORENSE DE BOCHAS/CNPJ sob nº 83.059.808/0001-71. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 038, de 13 de Novembro de 2012.

PORTARIA nº 038, de 13 de novembro de 2012.  
Concede 10 dias de férias à servidora Elaine Fávero.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2012, a serem gozadas no período de 19/11/2012 a 28/11/2012, à servidora ELAINE FÁVERO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados no dia 14/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 13 de novembro de 2012.  
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.

### IPASC

#### Portaria N.º 551, de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA n.º 551, de 08 de novembro de 2012.

Encerra benefício de pensão de JOÃO IDAYR BASEGGIO.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, mais o previsto nos seus arts. 7º e 10, I, "d",

#### RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício de pensão de JOÃO IDAYR BASEGGIO, Matrícula nº 5934, CPF nº 021.378.529-34, concedida pela Portaria nº 502, de 16/08/12, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 01/11/2012, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 08 de novembro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO  
Diretora Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI  
Diretora Administrativa.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Resumo de Convênio

#### RESUMO DE CONVÊNIO

Convênio nº 029/2012

Termo de convênio que celebram entre si o Município de Camboriú/Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE.

Data: 21/11/2012

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE com objetivo de custear as despesas com a internação e o tratamento de até 05 (cinco) crianças e/ou adolescentes do município de Camboriú, dependentes de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), conforme decisão judicial exarada no Processo nº. 0001615-17.2012.8.24.0113, relativa à Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

JOHN LENON TEODORO  
Secretário De Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria Nº 9.426 de 19 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.426 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional I, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 = 10 (dez) dias; pagamento de um terço referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 à 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 9.427 de 19 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.427 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional III, VINICIUS NEGERBON, Matrícula Funcional nº 000582, Registro no Sistema sob nº 954771, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 à 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 9.428 de 19 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.428 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional III, OSMARIO VERÍSSIMO MICHALSKY, Matrícula Funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, pagamento de um terço referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 à 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 9.429 de 19 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.429 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional III, GIOVANI JOSÉ

TOMAZ, Matrícula Funcional nº 000477, Registro no Sistema sob nº 954483, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2010 a 02 de outubro de 2011, pagamento de um terço referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 á 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 9.430 de 19 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.430 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servido Público, ocupante do cargo de Agente Operacional I, CLAUDIO CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000142, Registro no Sistema sob nº 36100, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro e 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 á 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 9.431 de 21 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.431 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A CHEFE DO SERVIÇO DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial na data de pagamento, a Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar - ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, Matrícula Funcional nº 000141, Registro no Sistema sob nº 188000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05 de agosto de 2006 á 05 de agosto de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Credenciamento Nº 24/2012 - Saúde**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2012

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Clínicas e/ou Profissionais, para a prestação de serviços de saúde, conforme valores constantes da TABELA UNIFICADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, abaixo transcritos nas Tabelas 1: Consultas Médicas Especializadas e 2: Exames, que o Município utiliza para seus usuários:

CÓDIGO	CONSULTAS	VALOR TABELA SUS	Qtde mensal prevista
03.01.01.007-2	Consulta em dermatologia	R\$ 10,00	15
CÓDIGO	EXAMES	VALOR TABELA SUS	Qtde mensal prevista
02.11.07.004-1	Audiometria tonal limiar com testes de discriminação	R\$ 21,00	06
02.11.07.020-3	Impedanciometria – pesquisa do reflexo estapedio	R\$ 23,00	05
02.01.01.052-6	Biópsia de tecidos moles da boca	R\$ 21,56	01
02.01.01.019-4	Biópsia de faringe	R\$ 19,06	01
02.01.01.036-4	Biópsia de pele e partes moles	R\$ 25,83	01

INSCRIÇÕES: A partir de 26 de novembro de 2012.

INFORMAÇÕES: (47) 3632-2266, Serviço de Suprimentos.

EDITAL: Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) (ícone Licitação/Inexigibilidade/Credenciamento 24/2012).

Campo Alegre, 30 de outubro de 2012  
ROSANA EMÍLIA GREIPEL  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde



**Pregão (Presencial) Nº 129/2012**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 129/2012

A licitação tem como objeto aquisição de pneus novos, para manutenção da frota municipal, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	06	Unid.	Pneu novo 1.000x20, 16 lonas, convencional, primeira linha de montagem, liso, com no mínimo 12,5mm de profundidade de escultura	803,90	4.823,40

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/12/2012, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 05/12/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:  
- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.01 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa - 47 - Frota Municipal; Projeto: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (código reduzido: 179, valor estimado = R\$ 4.823,00);

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 129/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 21 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

**Pregão (Presencial) Nº 27/2012 - Saúde**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 27/2012

A licitação tem como objeto a aquisição de medicamentos básicos e excepcionais para distribuição gratuita aos usuários, conforme tabela abaixo:

LOTE 01

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
------	------	---------	-----------	-------------------	---------------------------

01	50	ampola	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml	0,48	24,00
02	10	ampola	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml	2,0740	20,74
03	120	ampola	Enantato de noretisterona + valerato de estradiol (50mg/5mg)/ml solução injetável	10,2140	1.225,68
04	8.000	Comp.	Espiranolactona 25 mg	0,115	920,00
05	40	Fras.	Ranitidina 15mg/ml - xarope - frasco com 120ml	5,1860	103,72
06	40	Fras.	Dimeticona 75mg/ml - frasco com 10 ml	0,7390	14,78
07	40	Fras.	Bromoprida 4mg/ml - frasco com 20 ml	0,92	36,80
08	40	Fras.	Óleo mineral - frasco com 100 ml	1,9170	38,34
09	10.000	Comp.	Diosmina 450mg+hesperidina 50mg	0,44	3.942,40
10	5.000	Comp.	Hidroclorotiazida 25mg	0,017	85,00
	10.000	Comp.	Ibuprofeno 300mg	0,0459	459,00
				R\$	6.870,46

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE (Valor Total de cada Lote).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/12/2012, às 14 HORAS, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 05/12/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:  
Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 - Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.029 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita; Recurso: PAB Fixo; (código reduzido: 7);

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 27/2012- Saúde".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 14 de novembro de 2012.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Decreto Nº 6.624/12 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.624/12 DE 30/10/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.069 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica e Sanitária

Elementos de despesa: 30-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) provenientes do excesso de arrecadação - Recursos Vinculados para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,  
em 30 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.631/12 de 21/11/2012

DECRETO Nº 6.631/12 DE 21/11/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, RITA GONÇALVES LINS, retroagindo seus efeitos a 24 de Janeiro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
21 de Novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.632/12 de 21/11/2012

DECRETO Nº 6.632/12 DE 21/11/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Assistência Social, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.028 - Reeq. da Assistência Social do Município, Inclusive para o CRAS

Elementos de despesa: 28-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.575,31

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 25-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.695,68

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 8.270,99 (oito mil, duzentos e setenta reais e noventa e nove centavos) provenientes do excesso de arrecadação - Recursos Vinculados para manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,  
em 21 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### Aviso de Concorrência 03/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Nº 03/2012

O Município de Campos Novos, através do Prefeito Municipal Vilibaldo Erich Schmid, torna público que fará realizar no dia 26 de dezembro de 2012 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, CONCORRÊNCIA PÚBLICA do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA, NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

O Edital que está amparado na Lei de Licitações 8666/93 e suas alterações posteriores, encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada, à Rua Expedicionário, 323, no horário das 13:00 min às 17:00 horas diariamente.

Campos Novos, 22 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 004/2012 - FME

DECRETO Nº. 004/2012

"HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/FME/2012"

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

#### HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado resultado do processo seletivo visando a contratação temporária de Professores/Técnicos, previsto no Edital nº 002/FME/2012, conforme abaixo relacionado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente da FME

Este decreto foi registrado e publicado na Fundação Municipal de Esportes em 23/11/2012.

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Edital de Processo Seletivo nº. 002/FME/2012.

#### QUADRO DE VAGAS

##### Tênis de Mesa (40 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
03	Anderson Carlos de Moraes	054.626.509-06	5,25	1º

##### Voleibol (20 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
07	José Roberto Krzesinski Filho	047.818.229-59	5,20	1º
02	Pedro Eugênio Wipiewski	080.450.029-05	3,60	2º

##### Futebol de Salão (20 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
10	Felipe Eduardo Flenik	059.548.309-75	5,40	1º
08	Jailson Alves Ribeiro	069.228.419-21	3,60	2º
04	Elton Carlos Linkowski	003.392.999-83	3,45	3º

##### Integrador Futebol do Interior (40 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
05	Dimas Antônio Chagas	249.111.439-91	4,65	1º

##### Ginástica (40 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
06	Carla Regina Figura	008.133.009-08	6,65	1º
09	Cleide de Fátima Kanzler	671.831.749-72	6,30	2º

##### Futebol de Campo (40 horas)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Colocação
11	Luiz Piotrowski	780.531.459-49	0,00	Faltou

### Decreto Nº226/2012

DECRETO Nº226/2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA DE ACORDO COM A LEI 5.038 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.038 de 08/11/2012, resolve:

#### DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.038 de 08 de novembro de 2012, no valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

#### A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.000,00

Recurso 303 - Recursos Bolsa Família - Superávit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 2º da Lei 5.038 de 08 de novembro de 2012, o valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

#### A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.000,00

Recurso 303 - Recursos Bolsa Família - Superávit

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.038 de 08 de novembro de 2012, no valor de R\$14.040,00 (quatorze

mil e quarenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.040,00

Recurso 311 - Recursos Abrigos - FMAS

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 4º da Lei 5.038 de 08 de novembro de 2012, o valor de R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.040,00

Recurso 311 - Recursos Abrigos - FMAS

ART. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2012.

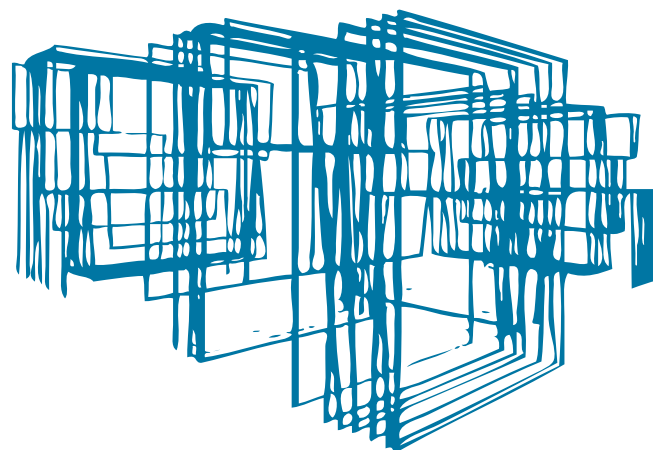
LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12/11/2012.

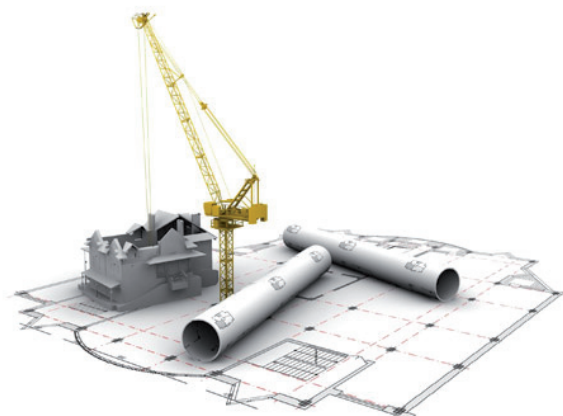
DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Capinzal

## PREFEITURA

### RGF 5º Bimestre de 2012

### RGF 5º BIMESTRE DE 2012

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo da Despesa Com Pessoal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012	

+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	19.273.941,45	0,00
Pessoal Ativo	18.043.591,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	707.999,21	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	522.351,05	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	21.999,72	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	21.999,72	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	667.426,42	0,00
Pessoal Ativo	667.426,42	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)</b>	<b>19.919.368,15</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>47.784.673,72</b>
<b>% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>		<b>41,69%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>60,00%</b>	<b>28.670.804,23</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>57,00%</b>	<b>27.237.264,02</b>

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
| Relatório de Gestão Fiscal |  
| Demonstrativo das Operações de Crédito |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A OUTUBRO 2012/5º Bimestre |  
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 5º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		1.855.456,30
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis		0,00
Outras Operacoes de Credito Internas - Contratua		1.855.456,30
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		1.855.456,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		50.645.517,06
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		3,66
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		8.103.282,73
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		3.545.186,19

Presidente  
EDSON A. CASSIANO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/5º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	7.975.583,03	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	55.270,95
Disponibilidade Financeira	7.975.583,03	Depósitos de Diversas Origens	55.270,95
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	7.975.583,03	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	7.709.885,50	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	265.697,53	Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.975.583,03</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>55.270,95</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>7.920.312,08</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.975.583,03</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.975.583,03</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>2.386.211,93</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>			<b>5.534.100,15</b>

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	REGIME PREVIDENCIÁRIO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>SUPERAVIT</b>	<b>5.534.100,15</b>

Presidente  
EDSON A. CASSIANO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CAPINZAL

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 10º Mes (Out) de 2012

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	19.919.368,15	41,69
Limite Maximo	28.670.804,23	60,00
Limite Prudencial	27.237.264,02	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	129.347,51	0,27
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	57.341.608,46	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	10.512.628,22	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	1.855.456,30	3,88
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito Internas e Externas	7.645.547,80	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antec. de Receita	3.344.927,16	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF. ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	2.386.211,93	7.975.583,03

Presidente  
EDSON A. CASSIANO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

## **Prêmio FECAM de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina  
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



# RREO-5º Bimestre de 2012 RREO 5º BIMESTRE DE 2012

Município de CAPINZAL  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Balanco Orçamentário  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	52.068.000,00	52.068.000,00	8.237.626,55	15,820	41.013.589,62	78,770	11.054.410,38
RECEITAS CORRENTES	51.272.096,75	51.272.096,75	7.722.464,19	15,060	39.979.495,32	77,980	11.292.601,43
RECEITA TRIBUTARIA	4.111.556,02	4.111.556,02	426.783,26	10,380	3.038.338,88	73,900	1.073.217,14
IMPOSTOS	2.835.486,40	2.835.486,40	409.232,75	14,430	2.861.569,99	100,920	-26.083,59
TAXAS	354.132,64	354.132,64	17.550,51	4,960	176.768,89	49,920	177.363,75
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	921.936,98	921.936,98	0,00	0,000	0,00	0,000	921.936,98
RECEITA DE CONTRIBUICOES	685.940,76	685.940,76	121.270,80	17,680	600.489,95	87,540	85.450,81
CONTRIBUICOES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,000	0,00	0,000	15.049,13
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	670.891,63	670.891,63	121.270,80	18,080	600.489,95	89,510	70.401,68
RECEITA PATRIMONIAL	454.406,47	454.406,47	87.528,00	19,260	584.277,73	128,580	-129.871,26
RECEITAS IMOBILIARIAS	37.157,40	37.157,40	5.455,88	14,680	24.109,32	64,880	13.048,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	415.894,32	415.894,32	80.237,28	19,290	551.527,74	132,610	-135.633,42
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	585,26	585,26	1.834,84	313,510	8.640,67	1476,380	-8.055,41
Outras Receitas Patrimoniais	769,49	769,49	0,00	0,000	0,00	0,000	769,49
RECEITA AGROPECUARIA	56.952,89	56.952,89	22.752,20	39,950	85.651,31	150,390	-28.698,42
Receita da Producao Vegetal	702,31	702,31	0,00	0,000	0,00	0,000	702,31
Receita da Producao Animal e derivados	65,01	65,01	0,00	0,000	0,00	0,000	65,01
Outras Receitas Agropecuarias	56.185,57	56.185,57	22.752,20	40,490	85.651,31	152,440	-29.465,74
RECEITA INDUSTRIAL	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITA DE SERVICOS	4.289.803,58	4.289.803,58	825.482,04	19,240	3.957.770,49	92,260	332.033,09
TRANSFERENCIAS CORRENTES	39.377.692,65	39.377.692,65	6.059.774,70	15,390	30.701.777,29	77,970	8.675.915,36
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.626.049,95	34.626.049,95	5.470.705,73	15,800	27.218.689,89	78,610	7.407.360,06
Transferencias de Instituicoes Privadas	19.370,04	19.370,04	0,00	0,000	0,00	0,000	19.370,04
Transferencias de Pessoas	4.020,29	4.020,29	0,00	0,000	0,00	0,000	4.020,29
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.728.252,37	4.728.252,37	589.068,97	12,460	3.483.087,40	73,670	1.245.164,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.295.094,08	2.295.094,08	178.873,19	7,790	1.011.189,67	44,060	1.283.904,41
MULTAS E JUROS DE MORA	376.038,45	376.038,45	90.317,76	24,020	374.972,08	99,720	1.066,37
INDENIZACOES E RESTITUICOES	136.349,80	136.349,80	19.232,85	14,110	69.070,72	50,660	67.279,08
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	591.781,35	591.781,35	13.039,56	2,200	321.162,38	54,270	270.618,97
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.190.924,48	1.190.924,48	56.283,02	4,730	245.984,49	20,650	944.939,99
RECEITAS DE CAPITAL	795.903,25	795.903,25	515.162,36	64,730	1.034.094,30	129,930	-238.191,05
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	700.000,00	499.562,36	71,370	983.239,30	140,460	-283.239,30
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	499.562,36	71,370	983.239,30	140,460	-283.239,30
ALIENACAO DE BENS	95.903,25	95.903,25	15.600,00	16,270	50.855,00	53,030	45.048,25
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	69.554,85	69.554,85	15.600,00	22,430	50.855,00	73,110	18.699,85
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	26.348,40	26.348,40	0,00	0,000	0,00	0,000	26.348,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	52.068.000,00	52.068.000,00	8.237.626,55	100,000	41.013.589,62	100,000	11.054.410,38
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	52.068.000,00	52.068.000,00	8.237.626,55	100,000	41.013.589,62	100,000	11.054.410,38
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	52.068.000,00	52.068.000,00	8.237.626,55		41.013.589,62		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	1.695.289,62	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.695.289,62	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.695.289,62	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	52.068.000,00	8.188.023,11	60.256.023,11	10.803.458,47	41.160.430,35	9.651.370,63	38.774.218,42	0,00	64,35	21.481.804,69
DESPESAS CORRENTES	39.139.356,08	3.070.909,22	42.210.265,30	6.669.992,41	33.395.883,26	6.975.996,90	32.742.554,73	0,00	77,57	9.467.710,57
Pessoal e Encargos Sociais	19.225.128,39	829.052,54	20.054.180,93	3.410.271,09	16.343.247,30	3.394.044,87	16.288.824,96	0,00	81,22	3.765.355,97
Juros/Encargos da Dívida	357.000,00	0,00	357.000,00	14.952,44	119.520,73	14.952,44	119.520,73	0,00	33,48	237.479,27
Outras despesas Correntes	19.557.227,69	2.241.856,68	21.799.084,37	3.244.768,88	16.933.115,23	3.566.999,59	16.334.209,04	0,00	74,93	5.464.875,33
DESPESAS DE CAPITAL	12.903.643,92	5.117.113,89	18.020.757,81	4.133.466,06	7.764.547,09	2.675.373,73	6.031.663,69	0,00	33,47	11.989.094,12
Investimentos	11.993.643,92	5.117.113,89	17.110.757,81	4.072.646,85	7.461.226,07	2.614.554,52	5.728.342,67	0,00	33,48	11.382.415,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	910.000,00	0,00	910.000,00	60.819,21	303.321,02	60.819,21	303.321,02	0,00	33,33	606.678,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	52.068.000,00	8.188.023,11	60.256.023,11	10.803.458,47	41.160.430,35	9.651.370,63	38.774.218,42	0,00	64,35	21.481.804,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	52.068.000,00	8.188.023,11	60.256.023,11	10.803.458,47	41.160.430,35	9.651.370,63	38.774.218,42	0,00	64,35	21.481.804,69
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.239.371,20	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	52.068.000,00	8.188.023,11	60.256.023,11	10.803.458,47	41.160.430,35	9.651.370,63	41.013.589,62	0,00	64,35	21.481.804,69

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>60.256.023,11</b>	<b>10.803.458,47</b>	<b>41.160.430,35</b>	<b>9.651.370,63</b>	<b>38.774.218,42</b>	<b>100,00</b>	<b>64,35</b>	<b>21.481.804,69</b>
01	LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	133.028,97	757.003,09	133.028,97	757.003,09	1,95	58,91	527.996,91
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	133.028,97	757.003,09	133.028,97	757.003,09	1,95	58,91	527.996,91
	<b>Subtotal</b>	<b>1.285.000,00</b>	<b>1.285.000,00</b>	<b>133.028,97</b>	<b>757.003,09</b>	<b>133.028,97</b>	<b>757.003,09</b>	<b>1,95</b>	<b>58,91</b>	<b>527.996,91</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	7.139.699,46	7.272.090,12	1.317.054,89	5.582.483,49	1.309.143,08	5.444.155,15	14,04	74,86	1.827.934,97
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.139.699,46	7.272.090,12	1.317.054,89	5.582.483,49	1.309.143,08	5.444.155,15	14,04	74,86	1.827.934,97
	<b>Subtotal</b>	<b>8.424.699,46</b>	<b>8.557.090,12</b>	<b>1.450.083,86</b>	<b>6.339.486,58</b>	<b>1.442.172,05</b>	<b>6.201.158,24</b>	<b>15,99</b>	<b>72,47</b>	<b>2.355.931,88</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	419.658,00	621.658,00	45.489,14	270.327,58	43.835,86	265.662,58	0,69	42,73	355.995,42
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	214.408,00	26.897,13	115.122,14	25.243,85	110.457,14	0,28	51,52	103.950,86
06.182	DEFESA CIVIL	205.250,00	407.250,00	18.592,01	155.205,44	18.592,01	155.205,44	0,40	38,11	252.044,56
	<b>Subtotal</b>	<b>8.844.357,46</b>	<b>9.178.748,12</b>	<b>1.495.573,00</b>	<b>6.609.814,16</b>	<b>1.486.007,91</b>	<b>6.466.820,82</b>	<b>16,68</b>	<b>70,45</b>	<b>2.711.927,30</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	958.422,22	1.193.422,22	120.783,73	520.529,36	116.643,92	512.473,55	1,32	42,94	680.948,67
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	91.480,00	7.828,84	55.860,77	7.828,84	55.860,77	0,14	61,06	35.619,23
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	588.598,22	672.598,22	83.267,32	349.271,32	83.267,32	349.226,32	0,90	51,92	323.371,90
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	302.344,00	429.344,00	29.687,57	115.397,27	25.547,76	107.386,46	0,28	25,01	321.957,54
	<b>Subtotal</b>	<b>9.802.779,68</b>	<b>10.372.170,34</b>	<b>1.616.356,73</b>	<b>7.130.343,52</b>	<b>1.602.651,83</b>	<b>6.979.294,37</b>	<b>18,00</b>	<b>67,29</b>	<b>3.392.875,97</b>
10	SAÚDE	7.331.214,47	7.731.214,47	1.459.279,84	6.436.574,18	1.456.452,66	6.352.121,31	16,38	82,16	1.379.093,16
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.986.516,96	6.386.516,96	1.301.179,23	5.648.865,68	1.336.422,42	5.618.796,92	14,49	87,98	767.720,04
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	2.798,00	9.819,50	1.729,00	8.750,50	0,02	23,33	28.749,50
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	854.328,00	854.328,00	59.803,46	453.231,64	23.322,73	404.752,53	1,04	47,38	449.575,47
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	68.000,00	68.000,00	0,00	1.650,00	0,00	1.650,00	0,00	2,43	66.350,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	63.000,00	11.185,37	15.967,70	6.349,37	11.131,70	0,03	17,67	51.868,30
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.869,51	321.869,51	84.313,78	307.039,66	88.629,14	307.039,66	0,79	95,39	14.829,85
	<b>Subtotal</b>	<b>17.133.994,15</b>	<b>18.103.384,81</b>	<b>3.075.636,57</b>	<b>13.566.917,70</b>	<b>3.059.104,49</b>	<b>13.331.415,68</b>	<b>34,38</b>	<b>73,64</b>	<b>4.771.969,13</b>
12	EDUCAÇÃO	10.895.216,37	13.881.843,42	2.240.476,23	10.640.768,93	2.016.475,19	10.286.228,74	26,53	74,10	3.595.614,68
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	9.179.545,65	12.155.564,23	1.919.699,26	9.071.241,87	1.693.342,12	8.723.949,06	22,50	71,77	3.431.615,17
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	25.000,00	4.953,60	18.231,73	4.953,60	18.231,73	0,05	72,93	6.768,27
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	1.000,00	4.500,00	1.000,00	4.000,00	0,01	22,22	14.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.568.670,72	1.592.279,19	302.823,37	1.486.557,33	305.179,47	1.485.809,95	3,83	93,31	106.469,24
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	7.000,00	0,00	238,00	0,00	238,00	0,00	3,40	6.762,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	84.000,00	12.000,00	60.000,00	12.000,00	54.000,00	0,14	64,29	30.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>28.029.210,52</b>	<b>31.985.228,23</b>	<b>5.316.112,80</b>	<b>24.207.686,63</b>	<b>5.075.579,68</b>	<b>23.617.644,42</b>	<b>60,91</b>	<b>73,84</b>	<b>8.367.583,81</b>
13	CULTURA	457.596,79	457.596,79	94.016,56	314.599,58	89.130,06	307.808,08	0,79	67,27	149.788,71
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	10.000,00	0,00	3.031,60	0,00	3.031,60	0,01	30,32	6.968,40
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	447.596,79	447.596,79	94.016,56	311.567,98	89.130,06	304.776,48	0,79	68,09	142.820,31
	<b>Subtotal</b>	<b>28.486.807,31</b>	<b>32.442.825,02</b>	<b>5.410.129,36</b>	<b>24.522.286,21</b>	<b>5.164.709,74</b>	<b>23.925.452,50</b>	<b>61,70</b>	<b>73,75</b>	<b>8.517.372,52</b>
15	URBANISMO	9.791.591,52	12.333.605,85	3.561.284,44	8.582.845,27	2.441.403,30	7.375.959,12	19,02	59,80	4.957.646,73
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.130.000,00	575.190,00	160.781,03	486.408,88	161.475,03	486.408,88	1,25	84,56	88.781,12
15.452	SERVIÇOS URBANOS	8.007.350,85	11.104.175,18	3.297.063,61	7.543.717,24	2.170.207,65	6.343.884,62	16,36	57,13	4.760.290,56
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	654.240,67	654.240,67	103.439,80	552.719,15	109.720,62	545.665,62	1,41	83,40	108.575,05
	<b>Subtotal</b>	<b>38.278.398,83</b>	<b>44.776.430,87</b>	<b>8.971.413,80</b>	<b>33.105.131,48</b>	<b>7.606.113,04</b>	<b>31.301.411,62</b>	<b>80,73</b>	<b>69,91</b>	<b>13.475.019,25</b>
16	HABITAÇÃO	330.000,00	330.000,00	8.162,71	12.016,21	8.162,71	12.016,21	0,03	3,64	317.983,79
16.482	HABITAÇÃO URBANA	330.000,00	330.000,00	8.162,71	12.016,21	8.162,71	12.016,21	0,03	3,64	317.983,79
	<b>Subtotal</b>	<b>38.608.398,83</b>	<b>45.106.430,87</b>	<b>8.979.576,51</b>	<b>33.117.147,69</b>	<b>7.614.275,75</b>	<b>31.313.427,83</b>	<b>80,76</b>	<b>69,42</b>	<b>13.793.003,04</b>
17	SANEAMENTO	7.238.795,78	8.196.705,40	980.166,66	3.730.378,82	1.133.208,70	3.213.057,71	8,29	39,20	4.983.647,69
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	21.000,00	21.000,00	0,00	3.350,00	0,00	3.350,00	0,01	15,95	17.650,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	7.217.795,78	8.175.705,40	980.166,66	3.727.028,82	1.133.208,70	3.209.707,71	8,28	39,26	4.965.997,69
	<b>Subtotal</b>	<b>45.847.194,61</b>	<b>53.303.136,27</b>	<b>9.959.743,17</b>	<b>36.847.526,51</b>	<b>8.747.484,45</b>	<b>34.526.485,54</b>	<b>89,05</b>	<b>64,77</b>	<b>18.776.650,73</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	390,00	12.660,44	390,00	12.660,44	0,03	24,44	39.139,56

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	390,00	4.422,64	390,00	4.422,64	0,01	29,88	10.377,36
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	8.237,80	0,00	8.237,80	0,02	27,46	21.762,20
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>45.898.994,61</b>	<b>53.354.936,27</b>	<b>9.960.133,17</b>	<b>36.860.186,95</b>	<b>8.747.874,45</b>	<b>34.539.145,98</b>	<b>89,08</b>	<b>64,73</b>	<b>18.815.790,29</b>
20	AGRICULTURA	750.300,00	800.300,00	102.624,75	560.826,58	126.278,66	544.682,33	1,40	68,06	255.617,67
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	40.000,00	40.000,00	0,00	28.182,00	0,00	28.182,00	0,07	70,45	11.818,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	602.800,00	676.300,00	90.330,41	477.099,34	116.619,99	463.590,76	1,20	68,55	212.709,24
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	7.000,00	0,00	4.482,00	0,00	4.482,00	0,01	64,03	2.518,00
20.604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	5.271,34	27.361,30	2.635,67	24.725,63	0,06	56,19	19.274,37
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	33.000,00	7.023,00	23.701,94	7.023,00	23.701,94	0,06	71,82	9.298,06
	<b>Subtotal</b>	<b>46.649.294,61</b>	<b>54.155.236,27</b>	<b>10.062.757,92</b>	<b>37.421.013,53</b>	<b>8.874.153,11</b>	<b>35.083.828,31</b>	<b>90,48</b>	<b>64,78</b>	<b>19.071.407,96</b>
22	INDÚSTRIA	270.000,00	105.469,77	0,00	105.469,77	0,00	105.469,77	0,27	100,00	0,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	270.000,00	105.469,77	0,00	105.469,77	0,00	105.469,77	0,27	100,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>46.919.294,61</b>	<b>54.260.706,04</b>	<b>10.062.757,92</b>	<b>37.526.483,30</b>	<b>8.874.153,11</b>	<b>35.189.298,08</b>	<b>90,75</b>	<b>64,85</b>	<b>19.071.407,96</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	333.000,00	1.098.550,40	225.362,67	523.465,59	217.156,46	509.883,38	1,31	46,41	588.667,02
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	66.314,60	631.865,00	122.335,31	232.892,74	117.569,10	222.750,53	0,57	35,25	409.114,47
23.695	TURISMO	266.685,40	466.685,40	103.027,36	290.572,85	99.587,36	287.132,85	0,74	61,53	179.552,55
	<b>Subtotal</b>	<b>47.252.294,61</b>	<b>55.359.256,44</b>	<b>10.288.120,59</b>	<b>38.049.948,89</b>	<b>9.091.309,57</b>	<b>35.699.181,46</b>	<b>92,07</b>	<b>64,49</b>	<b>19.660.074,98</b>
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.201,10	15.204,40	3.135,60	13.357,10	0,03	60,71	8.642,90
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.201,10	15.204,40	3.135,60	13.357,10	0,03	60,71	8.642,90
	<b>Subtotal</b>	<b>47.274.294,61</b>	<b>55.381.256,44</b>	<b>10.291.321,69</b>	<b>38.065.153,29</b>	<b>9.094.445,17</b>	<b>35.712.538,56</b>	<b>92,10</b>	<b>64,48</b>	<b>19.668.717,88</b>
26	TRANSPORTE	1.546.000,00	1.546.000,00	201.327,68	1.098.356,41	238.295,60	1.069.500,23	2,76	69,18	476.499,77
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.546.000,00	1.546.000,00	201.327,68	1.098.356,41	238.295,60	1.069.500,23	2,76	69,18	476.499,77
	<b>Subtotal</b>	<b>48.820.294,61</b>	<b>56.927.256,44</b>	<b>10.492.649,37</b>	<b>39.163.509,70</b>	<b>9.332.740,77</b>	<b>36.782.038,79</b>	<b>94,86</b>	<b>64,61</b>	<b>20.145.217,65</b>
27	DESPORTO E LAZER	595.331,94	692.831,94	64.992,54	320.244,40	65.196,48	320.244,40	0,83	46,22	372.587,54
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	595.331,94	692.831,94	64.992,54	320.244,40	65.196,48	320.244,40	0,83	46,22	372.587,54
	<b>Subtotal</b>	<b>49.415.626,55</b>	<b>57.620.088,38</b>	<b>10.557.641,91</b>	<b>39.483.754,10</b>	<b>9.397.937,25</b>	<b>37.102.283,19</b>	<b>95,69</b>	<b>64,39</b>	<b>20.517.805,19</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.627.373,45	2.610.934,73	245.816,56	1.676.676,25	253.433,38	1.671.935,23	4,31	64,04	938.999,50
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.627.373,45	2.610.934,73	245.816,56	1.676.676,25	253.433,38	1.671.935,23	4,31	64,04	938.999,50
	<b>Subtotal</b>	<b>52.043.000,00</b>	<b>60.231.023,11</b>	<b>10.803.458,47</b>	<b>41.160.430,35</b>	<b>9.651.370,63</b>	<b>38.774.218,42</b>	<b>100,00</b>	<b>64,38</b>	<b>21.456.804,69</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>60.256.023,11</b>	<b>10.803.458,47</b>	<b>41.160.430,35</b>	<b>9.651.370,63</b>	<b>38.774.218,42</b>	<b>100,00</b>	<b>64,35</b>	<b>21.481.804,69</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>60.256.023,11</b>	<b>10.803.458,47</b>	<b>41.160.430,35</b>	<b>9.651.370,63</b>	<b>38.774.218,42</b>	<b>100,00</b>	<b>64,35</b>	<b>21.481.804,69</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012	

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	04/2012	05/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	4.041.134,34	4.744.204,24	4.909.987,02	3.865.717,26	4.292.483,57	4.508.140,60	5.546.213,16
Receita Tributária	217.245,40	252.541,15	116.739,10	141.355,06	228.698,16	415.559,35	860.638,09
IPTU	12.400,88	10.756,43	0,00	0,00	0,00	168.800,11	636.485,59
ISS	112.911,75	133.532,95	59.557,36	83.683,47	118.724,89	120.519,57	111.620,85
ITBI	47.904,37	24.764,98	12.880,00	20.883,35	56.571,14	41.963,35	45.725,06
IRRF	29.894,86	50.359,02	34.915,25	26.725,90	28.678,89	32.035,60	41.079,82
Outras	14.133,54	33.127,77	9.386,49	10.062,34	24.723,24	52.240,72	25.726,77
Receita de Contribuições	115.319,31	58.290,74	59.779,65	59.279,91	57.023,19	63.184,10	60.517,75
Receita Patrimonial	64.510,51	67.223,56	55.168,25	48.318,34	81.995,80	52.645,60	76.505,61
Receita Agropecuária	10.080,16	12.362,40	2.994,80	104,00	4.400,30	7.695,41	11.582,10
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	363.771,10	397.126,61	283.924,56	356.083,82	436.356,27	409.314,05	422.788,73
Transferências Correntes	3.197.786,31	3.849.449,25	4.163.056,04	3.164.434,45	3.391.128,80	3.465.657,36	4.032.426,44
Cota-Parte do FPM	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	998.199,44
Cota-Parte do ICMS	1.435.476,64	1.476.364,71	1.477.090,47	1.289.467,17	1.395.421,53	1.461.025,37	1.313.627,62
Cota-Parte do IPVA	96.819,78	51.336,65	83.613,90	120.012,14	150.749,18	136.432,47	152.832,89
Cota-Parte do ITR	247,01	863,61	214,48	143,25	123,31	178,13	47,91
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.279,20	7.279,20	7.270,50	7.270,50	7.270,50
Transferência do FUNDEB	490.102,16	507.799,58	529.297,54	492.955,05	518.114,82	547.019,03	531.574,13
Outras Transferências	352.379,18	434.409,18	1.203.588,96	211.892,17	611.299,52	421.230,67	1.028.873,95
Demais Receitas Correntes	72.421,55	107.210,53	228.324,62	96.141,68	92.881,05	94.084,73	81.754,44
II-DEDUÇÕES	476.914,56	503.245,62	488.356,78	496.769,66	456.660,11	504.062,45	499.580,64
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	476.914,56	503.245,62	488.356,78	496.769,66	456.660,11	504.062,45	499.580,64
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.564.219,78	4.240.958,62	4.421.630,24	3.368.947,60	3.835.823,46	4.004.078,15	5.046.632,52

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	06/2012	07/2012	08/2012	09/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	4.484.539,15	4.495.566,21	3.958.053,04	4.292.917,11	4.359.334,27	53.498.289,97	57.572.057,70
Receita Tributária	300.022,87	285.872,97	262.670,02	259.973,63	166.809,63	3.508.125,43	4.111.556,02
IPTU	67.820,83	65.185,63	56.369,21	7.452,00	5.477,40	1.030.748,08	1.048.171,96
ISS	105.322,25	123.861,71	110.166,89	152.440,31	84.741,57	1.317.083,57	1.083.763,45
ITBI	67.478,68	44.129,09	44.575,38	51.141,40	30.629,29	488.646,09	300.579,92
IRRF	44.861,50	39.300,59	42.415,28	38.261,30	39.089,48	447.617,49	402.971,07
Outras	14.539,61	13.395,95	9.143,26	10.678,62	6.871,89	224.030,20	1.276.069,62
Receita de Contribuições	59.285,51	59.607,35	60.541,69	61.713,03	59.557,77	774.100,00	685.940,76
Receita Patrimonial	64.952,79	58.371,00	58.792,34	46.277,79	41.250,21	716.011,80	454.406,47
Receita Agropecuária	9.059,20	11.827,20	15.236,10	9.723,40	13.028,80	108.093,87	56.952,89
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,30
Receita de Serviços	412.508,71	407.863,75	403.448,56	388.653,42	436.828,62	4.718.668,20	4.289.803,58
Transferências Correntes	3.557.857,91	3.587.598,29	3.083.512,18	3.439.483,02	3.550.078,87	42.482.468,92	45.677.653,60
Cota-Parte do FPM	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,18	651.976,79	10.146.476,79	12.084.681,56
Cota-Parte do ICMS	1.357.453,49	1.327.778,01	1.329.139,46	1.541.075,58	1.452.513,77	16.856.433,82	17.522.909,16
Cota-Parte do IPVA	155.254,60	166.575,15	174.357,12	161.580,67	143.954,33	1.593.518,88	1.389.228,75
Cota-Parte do ITR	31,64	282,38	36,86	4.022,84	17.617,90	23.809,32	55.118,64
Transf.da LC 87/1996	7.270,50	7.270,50	7.270,50	0,00	14.541,00	87.190,20	117.565,75
Transferência do FUNDEB	521.104,96	481.733,08	499.821,51	561.553,28	525.110,27	6.206.185,41	5.373.888,77
Outras Transferências	664.930,29	967.854,14	370.958,16	557.073,47	744.364,81	7.568.854,50	9.134.260,97
Demais Receitas Correntes	80.852,16	84.425,65	73.852,15	87.092,82	91.780,37	1.190.821,75	2.295.094,08
II-DEDUÇÕES	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	5.713.616,25	6.315.010,08
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	5.713.616,25	6.299.960,95
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	4.005.542,60	4.063.644,47	3.510.732,09	3.823.917,41	3.898.546,78	47.784.673,72	51.257.047,62

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)** 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	Anterior(09/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	1.557.686,06	1.315.184,25	1.254.365,04
DEDUÇÕES (II)	9.136.716,12	9.957.832,34	7.975.583,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.136.716,12	9.957.832,34	7.975.583,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-7.579.030,06	-8.642.648,09	-6.721.217,99
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-7.579.030,06	-8.642.648,09	-6.721.217,99

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	1.921.430,10	857.812,07

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-43.780,22

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	50.856.034,31	7.642.226,91	39.428.952,51	36.240.824,69
Receita Tributária	4.111.556,02	426.783,26	3.038.338,88	2.581.188,05
IPTU	1.048.171,96	12.929,40	1.007.590,77	912.222,61
ISS	1.083.763,45	237.181,88	1.070.638,87	853.456,02
IRRF	402.971,07	77.350,78	367.363,61	276.454,26
ITBI	300.579,92	81.770,69	415.976,74	347.998,08
Outras	1.276.069,62	17.550,51	176.768,89	191.057,08
Receita de Contribuição	685.940,76	121.270,80	600.489,95	505.305,64
Outras Contribuições	685.940,76	121.270,80	600.489,95	505.305,64
Receita Patrimonial Líquida	38.344,03	7.290,72	33.734,92	25.042,42
Receita Patrimonial	454.406,47	87.528,00	584.277,73	513.563,98
(-) Aplicações Financeiras	415.292,95	80.237,28	550.542,81	488.521,56
Transferências Correntes	39.377.692,65	6.059.774,70	30.701.777,29	28.580.867,60
FPM	9.667.745,25	1.012.923,23	6.367.606,33	6.238.144,29
ICMS	14.018.327,33	2.394.871,65	11.155.674,88	10.353.716,68
Outras Transferências	15.691.620,07	2.651.979,82	13.178.496,08	11.989.006,63
Demais Receitas Correntes	6.642.500,85	1.027.107,43	5.054.611,47	4.548.420,98
Dívida Ativa	591.781,35	13.039,56	321.162,38	378.004,46
Diversas Receitas Correntes	6.050.719,50	1.014.067,87	4.733.449,09	4.170.416,52
Receitas de Capital (II)	795.903,25	515.162,36	1.034.094,30	213.768,04
(-) Operações de Crédito (III)	700.000,00	499.562,36	983.239,30	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	95.903,25	15.600,00	50.855,00	183.768,04
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	50.856.034,31	7.642.226,91	39.428.952,51	36.270.824,69

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	42.210.265,30	6.975.996,90	32.742.554,73	27.168.214,52
Pessoal e Encargos Sociais	19.888.007,93	3.376.692,97	16.207.162,35	12.941.882,24
Outras Despesas Correntes	21.965.257,37	3.584.351,49	16.415.871,65	14.112.643,92
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	357.000,00	14.952,44	119.520,73	113.688,36
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	41.853.265,30	6.961.044,46	32.623.034,00	27.054.526,16
Despesas de Capital (XI)	18.020.757,81	2.675.373,73	6.031.663,69	2.724.930,46
Investimentos	17.110.757,81	2.614.554,52	5.728.342,67	2.443.850,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	910.000,00	60.819,21	303.321,02	281.079,75
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	17.110.757,81	2.614.554,52	5.728.342,67	2.443.850,71
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	58.989.023,11	9.575.598,98	38.351.376,67	29.498.376,87
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-8.132.988,80	-1.933.372,07	1.077.575,84	6.772.447,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.695.289,62	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

56.584,16



```
+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária           |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                   |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO      |
+-----+
```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011				de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517.203,95	1.639,00	2.760.513,31	755.051,64	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.507,91	11.200,00	125.307,91		0,00
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578.965,14	0,00	490.710,57	88.254,57	
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.677,00	12.839,00	3.376.531,79	843.306,21	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011				de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	700.000,00	499.562,36	983.239,30	-283.239,30
Operacoes de Credito	700.000,00	499.562,36	983.239,30	-283.239,30
Operacoes de Credito Internas	700.000,00	499.562,36	983.239,30	-283.239,30
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	499.562,36	983.239,30	-283.239,30
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas - Contratuais	0,00	499.562,36	983.239,30	-983.239,30

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	18.020.757,81	2.675.373,73	6.031.663,69	11.989.094,12
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	18.020.757,81	2.675.373,73	6.031.663,69	11.989.094,12
--------------------------------	---------------	--------------	--------------	---------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-17.320.757,81	-2.175.811,37	-5.048.424,39	-12.272.333,42
-------------------	----------------	---------------	---------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	95.903,25	50.855,00	45.048,25
Alienacao de Outros Bens Moveis	69.554,85	50.855,00	18.699,85
Alienacao de Outros Bens Imoveis	26.348,40	0,00	26.348,40
Total	95.903,25	50.855,00	45.048,25

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.707,34	42.750,32	-2.042,98
Despesas de Capital	40.707,34	42.750,32	-2.042,98
Investimentos	40.707,34	42.750,32	-2.042,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	40.707,34	42.750,32	-2.042,98

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	7.422,91	8.104,68	15.527,59

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

CONTADORA CRC/SC017849/0-8  
MARLISA AP. PADILHA

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	52.068.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	52.068.000,00
Receitas Realizadas	8.237.626,55	41.013.589,62
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	1.695.289,62
Déficit Orçamentário	0,00	8.188.023,11

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	52.068.000,00
Dotação Atualizada	0,00	60.256.023,11
Despesas Empenhadas	10.803.458,47	41.160.430,35
Despesas Liquidadas	9.651.370,63	38.774.218,42
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	10.803.458,47	41.160.430,35
Despesas Liquidadas	9.651.370,63	38.774.218,42

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	47.784.673,72

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-43.780,22	857.812,07	-1959,3599
Resultado Primario	56.584,16	1.077.575,84	1904,3772

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	4.232.677,00	12.839,00	3.376.531,79	843.306,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

002

## LRF, Art.48 - Anexo XVII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Responsável pelo Controle Interno

ILUIZ CONTE - Diretor



# Catanduvás

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.856, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1.856, de 13 de novembro de 2012.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 15 de novembro de 2012, é Feriado Nacional em comemoração ao 123º ano da Proclamação da República, marco das transformações econômicas e sociais do Brasil;

CONSIDERANDO, que ocorre na próxima quinta-feira, tendo somente a sexta-feira, o dia que separa o Feriado do final de semana; e

CONSIDERANDO, que já é de praxe em outros órgãos ou repartições públicas, nestas ocasiões, estabelecer o já denominado FERIADÃO, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 16 de novembro de 2012, durante todo o expediente, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais.

Parágrafo único. No dia 19 de novembro de 2012, o expediente será normal, na forma estabelecida pelo Decreto Municipal nº 1.849, de 11 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 13 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

### Decreto Nº 1.858, de 21 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1.858, de 21 de novembro de 2012.

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal disposições constantes da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002, especialmente o art. 153, III, 157, 158 e ss.,

CONSIDERANDO, que em face de informações obtidas pela Administração Municipal através de consulta internet HISCREWEB/DataPrev, servidor público municipal percebeu salários no período em que se encontrava afastado percebendo auxílio doença previdenciário;

CONSIDERANDO, que diante disso, foi instaurada Sindicância Administrativa para apurar os fatos, sendo que o relatório final comprova fortes indícios de infrações sobre a ordenação e o recebimento de valores sem a existência de lastro legal, e contrariando o que dispõe o art. 85 e ss. da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Catanduvás;

CONSIDERANDO, que é dever da Administração Municipal, sempre que tomar conhecimento da existência de situação de lesão aos “bens, rendas, direitos e interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura”, determinar as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO, que disciplina o art. 153, neste passo, que da sindicância poderá resultar instauração de processo disciplinar - determinação que restou do despacho exarado pela Prefeita nos autos da sindicância, datado de 21 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD, destinado a apurar a responsabilidade pelas infrações praticadas pelo servidor e pelo ordenador da despesa, o Chefe do Poder Executivo ao tempo dos fatos, consoante o apurado na sindicância instaurada pelo Decreto Municipal nº 1.842, de 29 de agosto de 2012.

§ 1º Farão parte da Comissão, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro, e secretariada pelo segundo:

CAMILE RENATA JOHANN FERRAZ - Presidente

ALICE PAGANINI - Secretária

ALDA MARMENTINI NORA - Membro

§ 2º Fica designado o servidor público Douglas Antonioli Michot, Agente Administrativo, para auxiliar nos trabalhos de sindicância.

§ 3º Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 158 da Lei Complementar 19/02, o Assessor Jurídico do Município, acompanhará os trabalhos da Comissão.

Art. 2º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se dos autos da Sindicância Administrativa, instaurada pelo Decreto Municipal nº 1.842, de 29 de agosto de 2012; dos documentos existentes na ficha funcional do servidor; de demais documentos existentes na Administração Municipal; da oitiva de testemunhas e de outras provas que julgar necessárias à elucidação dos fatos.

Parágrafo único. Deverá a Comissão, no desenvolvimento dos trabalhos seguir fielmente os ditames previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, subsidiariamente da Lei Federal nº 8.112/90, do Código de Processo Penal e demais normas pertinentes, dando ênfase aos princípios do contraditório e ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 3º No desenvolvimento dos trabalhos a Comissão preservará o sigilo necessário à elucidação dos fatos, e também para preservar o direito de ambos os processados.

Parágrafo único. Com vistas a proporcionar o contraditório e ao direito à mais ampla defesa, a Comissão assegurará aos processados e seus procuradores, vista de todos os documentos constantes do PAD, bem como intimando-os e citando-os de todos os atos processuais.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias, para a sua conclusão, nos termos do Estatuto.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, sendo, porém, garantidos os direitos previstos no art. 182 do Estatuto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 21 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Segundo Termo de Alteração do Edital de Carta Convite 0002/2012

SEGUNDO TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº 0002/2012

O Presidente da Câmara de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Arlindo Tulio Reato, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Edital de Convite nº 0002/2012, torna público aos interessados, por motivo de impugnação do Sr. Alberto Broll, a qual foi conhecida e dado provimento em parte, fica alterada a data de abertura e o anexo II, da licitação supra citada, conforme segue:

1. A data de abertura e recebimento dos envelopes fica alterada: DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: dia 30 de novembro de 2012 até às 09h:45min DATA DA ABERTURA: dia 30 de novembro de 2012 às 10h:00min

2. O Anexo II do Edital passa a vigorar com a seguinte redação:

PEÇA/PRODUTO/SERVIÇO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Máximo Estimado
1 - Micro-ondas aço inox escovado, porta de vidro espelhada, 31 litros, c/dourador.	UN	1	R\$ 670,00
2 - Frigorífico 80 litros, Cor Branca, com prateleiras PS Cristal transparentes e resistentes, porta - latas reversível com capacidade de 08 latas, tampa de compartimento reversível para prateleira extra, prateleira inferior da porta para porta garrafas (até 2,5 lt.).	UN	1	R\$ 700,00
3 - TV 42" LED com conversor digital FULL HD com 03 entradas HDMI e entrada USB	UN	1	R\$ 1.700,00
4 - DVD com entrada para CD e USB	UN	1	\$ 140,00
5 - Condicionador de Ar (Frio/Quente), 12mil BTUS, Reverso.	UN	2	R\$ 1.500,00
6 - NOTEBOOK Processador Core i3, 4GB DDR3 de Memória, HD 500, Tela 15,6" LED, com: Teclado Numérico, Bluetooth, DVDRW, WEBCAM Entradas USB e Cartão de Memória, com pacote padrão completo de software.	UN	2	R\$ 2.250,00

7 - COMPUTADOR com Processador Core i7, 540 4M Cache 3,06GHz/ MB PC WARE IPM H55 P/CORE 4GB DDR3 1333MHz/500GB SATA 7200 RPM/DVDRW (Gravador de CD,DVD, Leitor de CD e DVD)/Full-duplex 10/100/1000Mbps/On-board intel/On-board /1 Slot PCI-Ex-16X; 1 Slot PCI;4 USB;1VGA;1DVI/4 X 1/Torre Smart/Teclado Multimídia ABNT2 PS2/USB/Mouse óptico C/ scroll PS2/USB. Monitor LED 20", com pacote padrão completo de software.	UN	2	R\$ 2.000,00
8 - Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 05 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 2,60 m x 2,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 3.200,00
9 Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 03 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 1,45m x 1m x 0,37m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 1.700,00
10 - Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 04 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 2,60m x 2,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 3.200,00
11 - Balcão em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 03 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura com as seguintes medidas: 0,75m x 1,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 1.300,00
12 - Mesa para recepção conjugada com balcão, em MDF espessura de 15mm, cor escura, tampo de 45mm, frente da mesa fechada com apliques. Especificações: BALCÃO de 02 m x 0,75m x 0,45m, com quatro portas e terminal. MESA de 3,60m x 2,35m x 1,90m, com altura de 0,75m; com 02 conjugados de gavetas composto por 04 gavetas (0,40m x 0,70m), 04 gavetas 0,40m x 0,45m, 02 porta CPU (0,20m x 0,70m), 02 porta teclado 0,55m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 5.000,00



13 - Mesa para escritório em MDF espessura de 15mm, Formato em "L", cor escura, tampo de 45mm, frente da mesa fechada com apliques. Com as seguintes medidas: 2,30m x 2,00m com altura de 0,75m, com 04 quatro gavetas (0,40m x 0,60m), 02 gavetões (0,70m x 0,60m), porta CPU (0,20m x 0,70m), porta teclado 0,55m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1	R\$ 2.000,00
14 - Projetor Multimídia (Data Show) 3LCD, Resolução XGA 1024x768, 3000 ANSI LUMENS, Entradas HDMI e USB, Cor Preta, BIVOLT, Lâmpada 4000H.	UN	1	R\$ 2.850,00
15 - MESA DE SOM com 12 entradas, Saída MASTER balanceadas com conectores XLR banhados a ouro, Saída de Fone/CTRL ROOM com matriz de fonte multi-entrada.	UN	1	R\$ 1.100,00
16 - MICROFONE Profissional c/FIO, Padrão Polar Hiper Cardióide, Cor Preta, Tipo Dinâmico, Impedância 200 Ohms, Conector XLR. Com SUPORTE de Haste Flexível Cromada, Base Redonda na cor preta.	UN	10	R\$ 380,00
17 - CENTRAL TELEFONICA DIGITAL - EQUIPADA COM 02 LINHAS TRONCO E 04 RAMAIS ANALÓGICOS.	UN	1	R\$ 3.100,00
18 - APARELHO FAX - Modem de 9600 BPS, Cor Branco, Papel Tipo Térmico, com cortador automático de papel, alimentador automático para 10 páginas, discagem automática com 25 posições de memória, capacidade para rolos térmicos de até 50m ou no máximo 70mm de diâmetro, sistema anti-enrolamento de papel, comutação automática fax e de voz numa única linha telefônica. Funções de copiado-ra, identificador de chamadas, recepção sem papel e transmissão programada.	UN	1	R\$ 800,00

3. Todos os demais termos do Edital de Licitação nº 0002/2012 ficam mantidos integralmente.

Catanduvas, 22 de novembro de 2012.  
**ARLINDO TULIO REATO**  
 Presidente da Câmara

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 70/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 70/2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso V da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361- Ensino Fundamental

110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar

R\$ 20.000,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361- Ensino Fundamental

115 - Transferência de Convênios - Educação

33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar

R\$ 20.000,00

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
 22 de novembro de 2012.

**JOSE BRAULIO INACIO**

Prefeito Municipal



# Concórdia

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 326, de 15 de Dezembro de 2003.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003.

Altera dispositivos do Código Tributário Municipal, relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal, terá dispositivos alterados ou acrescidos, na forma desta Lei Complementar.

Art. 2º O caput do art. 31 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista que compõe o Anexo I desta Lei, realizada por empresa ou profissional, ainda que essa não se constitua como atividade preponderante do prestador, independente.” (NR)

Art. 3º Ficam acrescidos parágrafos 1º a 9º ao art. 31, com a seguinte redação:

“Art. 31. ( )

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.

§ 2º O imposto que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 3º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§ 4º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 5º Ressalvadas as exceções expressas no Anexo I, os serviços nele mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 6º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 7º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 8º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do país;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

§ 9º Não se enquadram no disposto no inciso I do § 8º, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.” (NR)

Art. 4º O art. 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 31 desta LEI;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do Anexo I;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do Anexo I;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do Anexo I;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do Anexo I;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do Anexo I;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do Anexo I;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do Anexo I;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do Anexo I;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do Anexo I;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do Anexo I;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no

subitem 7.18 da lista do Anexo I;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do Anexo I;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do Anexo I;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do Anexo I;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do Anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos no subitem 16.01 da lista do Anexo I;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos no subitem 17.05 da lista do Anexo I;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos no subitem 17.10 da lista do Anexo I;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos no item 20 da lista do Anexo I.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhados ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01." (NR)

Art. 5º O art. 33 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas." (NR)

Art. 6º O art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

§ 2º Nos termos a seguir definidos, fica atribuída de modo expresse, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a

responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais." (NR)

Art. 7º Ficam acrescidos parágrafos 5º e 6º ao art. 36, com a seguinte redação:

"Art. 36 ( )

§ 5º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 6º Sem prejuízo do disposto neste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do Anexo I." (NR)

Art. 8º O caput do art. 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. O valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota correspondente, na forma do Anexo I desta Lei, ressalvados os casos excepcionados por este artigo." (NR)

Art. 9º Os parágrafos 7º e 8º do art. 38 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. ( )

§ 7º Considera-se prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, aquele efetuado por pessoa física, com simples fornecimento de trabalho relativo às atividades apontadas com alíquota fixa nos itens da tabela do Anexo I desta Lei, que sejam exercidos por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional.

§ 8º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte, o serviço prestado por empresas, sociedades, cooperativas, firmas ou qualquer outra pessoa jurídica, mesmo que firma individual, nem o que for prestado em caráter permanente, sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo." (NR)

Art. 10. O art. 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista do Anexo I forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

Parágrafo único. Compõe a base de cálculo deste serviço, qualquer valor que seja auferido pelo proprietário, através do objeto descrito no subitem citado." (NR)

Art. 11. O § 1º do art. 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. ( )

§ 1º Incluem-se na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o valor dos materiais e mercadorias fornecidas pelo prestador dos serviços, exceto as situações previstas nos itens 7.02, 7.06, 14.01, 14.03 e 17.11 da lista de serviços do Anexo

I desta Lei.” (NR)

Art. 12. Ficam acrescentados parágrafos 5º a 8º ao art. 43, com a seguinte redação:

“Art. 43. ( )

§ 5º Mercadoria é:

I - o objeto de comércio do produtor ou comerciante, por grosso ou retalho, que a adquire para revender a outro comerciante ou ao consumidor;

II - a coisa móvel que se compra e se vende, por atacado ou varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras;

III - todo bem móvel sujeito ao comércio, ou seja, com destino a ser vendido;

IV - a coisa móvel que se encontra na posse do titular de um estabelecimento comercial, industrial ou produtor, destinando-se a ser por ele transferida, no estado em que se encontra ou incorporada a outro produto.

§ 6º Material é:

I - o objeto que, após ser comercializado, pelo comércio do produtor ou do comerciante, por grosso ou a retalho, é adquirido, pelo prestador de serviço, não para revender a outro comerciante ou ao consumidor, mas para ser utilizado na prestação dos serviços previstos na lista do Anexo I;

II - coisa móvel que, após ser comprada, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras, é adquirida, pelo prestador de serviço, para ser empregada na prestação dos serviços previstos na lista do Anexo I;

III - todo bem móvel que, não sujeito mais ao comércio, ou seja, sem destino a ser vendido, por se achar no poder ou na propriedade de um estabelecimento prestador de serviço, é usado na prestação dos serviços previstos na lista do Anexo I;

IV - a coisa móvel que, logo que sai de circulação comercial, se encontra na posse do titular de um estabelecimento prestador de serviço, destina-se a ser por ele aplicada na prestação dos serviços previstos na lista do Anexo I.

§ 7º Subempreitada é:

I - a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na lista do Anexo I;

II - a terceirização de uma ou mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista do Anexo I.

§ 8º O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação, incluído neste os sinais e adiantamentos.” (NR)

Art. 13. Sobre o ato cooperado, entendendo-se como tal, os serviços e atos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, não incidirá o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 14. A Lista de Serviços que compõe o Anexo I da Lei nº 1.766/1981, com redação determinada pela Lei Complementar nº 78, de 16 de dezembro de 1993, passa a ter a redação da lista do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 15. Quando não for possível apurar ou o contribuinte não apresentar os valores referentes às mercadorias excluídas da base de cálculo dos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, será aplicado o disposto no item 2 do Anexo I da Lei Complementar nº 78/93, que trata da Tabela para Cobrança do ISSQN para execução de obras em construção civil.

Art. 16. A Unidade Fiscal de Referência - UFIR constante no Anexo Único desta Lei Complementar é a instituída pela Lei Complementar Municipal nº 176, de 11 de dezembro de 2000, com as alterações posteriores.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

HEDO GOSENHEIMER  
Secretário Municipal de Administração

ANTONIO JOSÉ BEGNINI  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2003.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Diretora Administrativa

### Lei Complementar Nº 326, de 15 de Dezembro de 2003.

#### ANEXO ÚNICO

#### LISTA DE SERVIÇOS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
1 – Serviços de informática e congêneres		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas	36,53	3
1.02 – Programação	36,53	3
1.03 – Processamento de dados e congêneres	-	5
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos	-	3
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	-	3
1.06 – Assessoria e consultoria em informática	36,53	3
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	36,53	3
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	36,53	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	-	3
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres		
3.01 –		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	-	5
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	-	3
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	-	5
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	-	3
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres		
4.01 – Medicina e biomedicina	91,34	3
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	-	3
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	-	3
4.04 – Instrumentação cirúrgica	7,30	3
4.05 – Acupuntura	7,30	3
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	7,30	3
4.07 – Serviços farmacêuticos	-	3
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	14,61	3
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	14,61	3
4.10 – Nutrição	14,61	3
4.11 – Obstetrícia	91,34	3
4.12 – Odontologia	45,67	3
4.13 – Ortopedia	91,34	3
4.14 – Próteses sob encomenda	7,30	5
4.15 – Psicanálise	91,34	3
4.16 – Psicologia	22,83	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	-	3
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	-	5
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	-	5
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	-	5
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	5
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	-	3
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	-	3
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia	18,26	5
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	-	5
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária	-	5
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	-	5
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	-	5
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	-	5
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	-	5
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	18,26	5
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	-	5
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres		
- Localizados na zona nobre (centro) da cidade .....		
- Localizados nos bairros e localidades da zona rural do Município	15,00	
.....		
.....	7,40	2



SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres - Localizados na zona nobre (cen- tro) da cidade .....	25,00	
- Localizados nos bairros e locali- dades da zona rural do Município .....	10,00	2
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	25,00	2
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	25,00	2
6.05 – Centros de emagrecimen- to, spa e congêneres	-	5
7 – Serviços relativos a engenha- ria, arquitetura, geologia, urba- nismo, construção civil, manu- tenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geo- logia, urbanismo, paisagismo e congêneres	36,53	5
7.02 – Execução, por administra- ção, empreitada ou subempreita- da, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o forneci- mento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	-	2
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojeto, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	-	3
7.04 – Demolição	-	2
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de merca- dorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	-	2
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cor- tinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material forne- cido pelo tomador do serviço	7,30	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	7,30	3
7.08 – Calafetação	-	5
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, recicla- gem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	-	5
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradou- ros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	7,30	3
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	7,30	5
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	-	5
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higie- nização, desratização, pulveriza- ção e congêneres	7,30	3
7.14 –		
7.15 –		
7.16 – Florestamento, refloresta- mento, sementeira, adubação e congêneres	-	2
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	-	2
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e con- gêneres	-	5
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	36,53	5
7.20 – Aerofotogrametria (inclu- sive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geo- gráficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	10,96	3
7.21 – Pesquisa, perfuração, ci- mentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a ex- ploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	-	2
7.22 – Nucleação e bombardea- mento de nuvens e congêneres		5
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educa- cional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	10,96	2

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	10,96	2
9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service, condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	-	4
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	-	5
9.03 – Guias de turismo	10,96	5
10 – Serviços de intermediação e congêneres		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	18,26	5
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	18,26	5
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	18,26	5
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	10,96	5
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	54,80	5
10.06 – Agenciamento marítimo	-	5
10.07 – Agenciamento de notícias	-	3
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	10,96	3,5
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	10,96	2
10.10 – Distribuição de bens de terceiros	-	2

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	-	5
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	-	4
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas	-	5
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	-	5
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres		
12.01 – Espetáculos teatrais	-	3
12.02 – Exibições cinematográficas	-	3
12.03 – Espetáculos circenses	-	3
12.04 – Programas de auditório	-	3
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	-	5
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres	-	5
12.07 – Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	-	2
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres	-	2
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	-	5
12.10 – Corridas e competições de animais	-	5
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	-	2
12.12 – Execução de música	7,30	2
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	-	2
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	7,30	2
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	-	2
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	-	2



SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	7,30	2
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01 –		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	-	5
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	18,26	5
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização	18,26	5
13.05 – Composição gráfica, foto-composição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia	-	5
14 – Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lubrificação, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	-	3,5
14.02 – Assistência técnica	-	3,5
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	-	3,5
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus	-	5
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	-	3,5
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	-	3,5
14.07 – Colocação de molduras e congêneres	7,30	5
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	-	5
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	9,13	5
14.10 – Tinturaria e lavanderia	-	5
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	-	4

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
14.12 – Funilaria e lanternagem	-	3,5
14.13 – Carpintaria e serralheria	7,30	3,5
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	-	5
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	-	5
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	-	5
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	-	5
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	-	5
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	-	5
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	-	5
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	-	5
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	-	5
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	-	5
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	-	5
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	-	5
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	-	5
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	-	5
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	-	5
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	-	5
16 – Serviços de transporte de natureza municipal	-	
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal	-	2
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	-	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	36,53	5
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	7,30	5
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	-	5
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	7,30	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	7,30	3
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	-	3,5
17.07 –		
17.08 – Franquia (franchising)	-	5
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	36,53	5
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	-	5
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	-	5
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	-	5
17.13 – Leilão e congêneres	18,26	5
17.14 – Advocacia	36,53	3
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	22,83	3
17.16 – Auditoria	22,83	3
17.17 – Análise de Organização e Métodos	-	3
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	-	3
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	22,83	3
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira	-	5
17.21 – Estatística	-	5
17.22 – Cobrança em geral	-	5
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	-	5
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	10,96	4
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	18,26	3
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	-	5
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	-	5
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	-	3
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	-	5
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais		
21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	-	5
22 – Serviços de exploração de rodovia		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	-	5
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	10,96	3
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	-	5
25 – Serviços funerários		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	-	5
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	-	5
25.03 – Planos ou convênio funerários	-	2
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	-	5
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	-	5
27 – Serviços de assistência social		
27.01 – Serviços de assistência social	18,26	3
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclu- sivamente para profissio- nais autônomos	Movimento Econômico (%)
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	36,53	5
29 – Serviços de biblioteconomia		
29.01 – Serviços de biblioteconomia	18,26	5
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química	18,26	5
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres		
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	10,96	5
32 – Serviços de desenhos técnicos		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos	22,83	3
33 – Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	22,83	3
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	10,96	3
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	10,96	3
36 – Serviços de meteorologia		
36.01 – Serviços de meteorologia	-	5
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	7,30	3
38 – Serviços de museologia		
38.01 – Serviços de museologia	-	3
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	-	5
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
40.01 - Obras de arte sob encomenda	7,30	3

## Lei Complementar Nº 513, de 20 de Dezembro de 2007.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.

Altera dispositivos da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados e acrescidos na forma desta LEI.

Art. 2º Fica acrescido o § 10 ao art. 31, com a seguinte redação:

“Art. 31. ( )

§ 10. Em se tratando de serviço prestado por profissional autônomo, considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada mês.” (NR)

Art. 3º Ficam acrescidos os parágrafos 9º, 10 e 11 ao art. 38, com a seguinte redação:

“Art. 38. ( )

§ 9º Quando os serviços constantes nos itens 4.01, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16 e 17.19, da lista de serviços do Anexo I desta Lei, forem prestados por sociedades, independentemente do número de funcionários que possuírem, essas ficarão sujeitas ao disposto no § 6º deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 10. Para fins do disposto no § 9º deste artigo, consideram-se sociedades de profissionais aquelas:

I - que não explorem atividade estranha à habilitação profissional de seus sócios;

II - em que, relativamente à execução de sua atividade-fim, não ocorra a participação de pessoa jurídica ou de pessoa física inabilitada.

§ 11. Quando não atendidos os requisitos dos parágrafos 9º e 10 deste artigo, o imposto será calculado com base no preço do serviço, mediante a aplicação da alíquota correspondente, conforme Anexo I desta Lei.” (NR)

Art. 4º O § 1º do art. 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. ( )

§ 1º Incluem-se na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, o valor dos materiais e mercadorias fornecidos pelo prestador dos serviços, exceto às situações previstas nos itens 7.02, 7.05, 7.06, 14.01, 14.03 e 17.11, da lista de serviços do Anexo I desta Lei, em que serão deduzidos do montante da receita bruta:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;

II - o valor das subempreitadas, já tributadas pelo imposto.” (NR)

Art. 5º Ficam acrescidos os arts. 208-A e 208-B, com a seguinte redação:

“Art. 208-A. O Município poderá efetuar convênio com o Estado de Santa Catarina, com o objetivo de transferir a atribuição de julgamento de processos administrativos fiscais, previsto no art. 39 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 208-B. O Município poderá efetuar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o objetivo de efetuar a inscrição em dívida ativa e cobrar judicialmente os tributos municipais previstos no art. 13 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.” (NR)

Art. 6º A tabela para cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, para execução de obras em construção civil, constante no item 2 do Anexo I, passa a vigorar na forma da tabela abaixo:

1	Residência unifamiliar até 70,00m2	Isento
2	Ampliação residencial até 100,00m2	1.10 UFRM o m2
3	Edificação de alvenaria nova até 100,00 m2	1.70 UFRM o m2
4	Edificação de alvenaria nova de 101,00m2 a 250,00m2	2.20 UFRM o m2
5	Edificação de alvenaria nova de 251,00m2 a 500,00m2	2.80 UFRM o m2
6	Edificação de alvenaria nova acima de 500,00m2	3.30 UFRM o m2
7	Edificação de madeira	0.55 UFRM o m2
8	Edificação mista	0.90 UFRM o m2
9	Galpões, pavilhões, barracões e similares, pré-moldados	0.55 UFRM o m2
10	Galpões, pavilhões, barracões e similares	0.80 UFRM o m2
11	Telheiros sem fechamento	0.18 UFRM o m2
12	Pavimentos exclusivos de garagem	1.10 UFRM o m2

Art. 7º Fica acrescido o § 4º à tabela referida no art. 6º desta Lei, com a seguinte redação:

“§ 4º Para as edificações em alvenaria com estrutura pré-moldada, enquadradas nos itens 1 a 6, deverá ser aplicado um percentual redutor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da tabela.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

HEDO GOSENHEIMER  
Secretário Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças



Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2007.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Diretora Administrativa

**Lei Complementar Nº 522, de 24 de Novembro de 2008.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 522, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2008.

Altera dispositivos da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados na forma desta LEI.

Art. 2º O parágrafo 9º do art. 38, acrescido pela Lei Complementar nº 513, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. ( )

§ 9º Quando os serviços constantes nos itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16 e 17.19, da lista de serviços do Anexo I desta Lei, forem prestados por sociedades, independentemente do número de funcionários que possuírem, essas ficarão sujeitas ao disposto no § 6º deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.” (NR)

Art. 3º O item 4.02 da Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Anexo I, com redação dada pelas Leis Complementares nºs. 78, de 16 de dezembro de 1993, 326, de 15 de dezembro de 2003 e 391, de 18 de março de 2005, passa a vigorar na forma abaixo:

SERVIÇOS Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês - exclusivamente para profissionais autônomos Movimento Econômico (%)

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres 91,34 3

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

HEDO GOSENHEIMER  
Secretário Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2008.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Diretora Administrativa

**Lei Nº 1.766, de 26 de Novembro de 1.981**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 1.766, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1.981

Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Concórdia e dá outras providências

O Senhor Ivo Frederico Reich, Prefeito Municipal de Concórdia - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Sistema Tributário do Município é regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário (Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966), Leis Complementares e por este Código que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas a regula o procedimento tributário.

Art. 2º O presente Código é constituído de cinco Títulos, com a matéria assim distribuída:

I. Título I, que versa sobre as disposições preliminares;

II. Título II, que regula os diversos tributos, dispondo sobre:

a) incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;

b) sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;

c) sistemática de cálculo, pela definição da base de cálculo e da alíquota do tributo;

d) instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;

e) arrecadação tributária, contendo disposições sobre formas e prazos de pagamento;

f) ilícito tributário, pela definição das infrações e das respectivas penalidades;

g) dispensa o pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais.

III. Título III, que dispõe sobre as normas gerais aplicáveis aos tributos, abrangendo:

a) sujeito passivo tributário;

b) lançamento;

c) arrecadação;

d) restituição;

e) infrações e penalidades;

f) imunidade e isenções.

IV. Título IV, que determina o procedimento fiscal e as normas de sua aplicação.

V. Título V, que dispõe sobre a Administração Tributária.

TÍTULO II



## DOS TRIBUTOS

## CAPÍTULO I

## DA DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

## I. Impostos:

a) Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU;

b) Imposto Sobre Serviços;

## II. Taxas:

a) De Serviços Públicos:

1. Taxa de Coleta de Lixo;

2. Taxa de Limpeza Pública;

3. Taxa de Conservação de Calçamento;

4. Taxa de Iluminação Pública;

5. Taxa de Expediente e Serviços Diversos;

6. Taxa de Embarque de Passageiros;

7. Taxa de Conservação de Estradas Municipais.

b) De Poder de Polícia:

1. Taxa de Localização e Verificação do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas;

(nº 1 com redação dada pelo art.14 da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

2. Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;

3. Taxa de Licença para Publicidade;

4. Taxa de Licença para Execução de Obras;

5. Taxa de Abate de Animais;

6. Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos.

7. Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual e/ou Ambulante.

(nº 7 acrescentado pelo art.1º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

## III. Contribuição de Melhoria.

## CAPÍTULO II

## DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

## Seção I

## Fato Gerador

Art. 4º Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado na zona urbana do município.

Parágrafo único. O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 5º O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

I. sem edificação;

II. em que houver construção paralisada ou em andamento;

III. em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

IV. cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6º Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana:

I - A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

a) meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

b) abastecimento de água;

c) sistemas de esgotos sanitários;

d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II - A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinada à habitação, à indústria ou ao comércio.

§ 1º O IPTU incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

§ 2º O IPTU não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo vegetal, agrícola, pecuária, independentemente de sua área.

(§ 2º com redação dada pelo art. 2º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

Art. 7º A Lei Municipal fixará a delimitação da zona urbana.

Art. 8º A incidência do imposto independe:

I. Da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II. Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III. Do cumprimento de quaisquer exigência legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

## Seção II

## Sujeito Passivo

Art. 9º Contribuinte do imposto é o proprietário titular do domínio

útil ou possuidor a qualquer título do bem imóvel.  
(§ único revogado pelo art.3º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

### Seção III

#### Cálculo do Imposto

Art. 10. O imposto tem como base de cálculo o valor venal do bem imóvel.

Art. 11. O valor venal do bem imóvel será conhecido:

I. Tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somado o resultado ao valor venal do terreno, conforme tabela do Anexo XI deste Código;  
(Inciso I com redação dada pelo art. 4º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

II. Tratando-se de terreno, pela multiplicação da sua testada, corrigida pelo valor do metro linear do terreno, aplicados os fatores corretivos, conforme tabela do Anexo XII deste Código.  
(Inciso II com redação dada pelo art. 4º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 1º Toda gleba terá seu valor venal reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º Entende-se por gleba, para os efeitos deste imposto, a porção de terra contínua, com mais de 30.000 m2 (trinta mil metros quadrados), situada dentro da zona urbana e de expansão urbana do Município e que ainda não foi objeto de loteamento.  
(§ 2º com redação dada pelo art. 4 da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 3º Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno pela fórmula seguinte:

$$\text{FRAÇÃO IDEAL} = \frac{\text{Testada corrigida do terreno} \times \text{área construída da unidade}}{\text{área total construída.}}$$

§ 4º O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente na apuração do valor venal.

Art. 12. Constituem instrumentos para apuração da base de cálculo do imposto:

I. os elementos contidos no cadastro fiscal imobiliário da Prefeitura e ou apurados em campo, que possibilitem a caracterização do imóvel;

II. as informações de órgãos técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor de metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;

III. fatores de correção de acordo com zoneamento, situação e topografia dos terrenos e fatores de correção, de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.  
(O inciso "III" com redação dada pelo art. 5º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

Art. 13. Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas

recebidas pela área onde se localizarem.  
(Caput com redação dada pelo art. 6º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 1º Os valores dos imóveis serão atualizados bimestralmente, através de uma comissão formada por 3 (três) pessoas designadas pelo Prefeito Municipal.  
(§ 1º acrescentado pelo art. 6º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 2º Quando não for objeto de atualização prevista neste artigo os valores dos imóveis serão atualizados pelo Poder Executivo, com base na variação do BTN - Bônus do Tesouro Nacional.  
(§ 2º acrescentado pelo art. 6º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

Art. 14. O IPTU, terá por base o valor venal dos imóveis e será cobrado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:  
(Caput com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

I. de 1% (um por cento), tratando-se de terreno;  
(Inciso I acrescentado pelo art. 7º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

II. de 0,5% (meio por cento), tratando-se de prédio.  
(Inciso II acrescentado pelo art. 7º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 1º Será aplicado imposto progressivo nos terrenos baldios e que se encontrem localizados nas zonas atualmente identificadas pelas siglas MC1, MC2, MC3, a que menciona a Lei nº 2.275, de 1º de dezembro de 1988.  
(§ 1º acrescentado pelo art. 7º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 2º Os valores para as alíquotas de que trata o parágrafo anterior, serão fixados com acréscimo de 0,5% (meio por cento) ao ano, tendo como base a alíquota do inciso I deste artigo.  
(§ 2º acrescentado pelo art. 7º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

### Seção IV

#### Cadastramento

Art. 15. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art.16. Para efeito de caracterização da unidade imobiliária poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 17. O cadastro imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§ 1º O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo anterior, e alteração quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§ 2º A inscrição será efetuada em formulário próprio no prazo de 20 dias contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do Município.

§ 3º A alteração será efetuada em formulário próprio no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

I. Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;

II. Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§ 4º A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

§ 5º Ficam os loteadores ou responsáveis pelos loteamentos obrigados a fornecer à Prefeitura, mensalmente, até o dia 10, relação nominal e respectivos endereços dos compradores ou promitentes compradores de imóveis de sua responsabilidade.

Art. 18. Serão objeto de uma única inscrição:

I. a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cuja aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização, desde que não haja loteamento aprovado pela Prefeitura;

II. a quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 19. A retificação da inscrição ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

#### Seção V

##### Lançamento

Art. 20. O lançamento do imposto será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 21. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de venda, o lançamento do imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

§ 2º O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

I. quando "pró indiviso", em nome de um ou de qualquer dos proprietários;

II. quando "pró diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 22. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e lançamento efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

#### Seção VI

##### Arrecadação

Art. 23. O imposto será pago de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em regulamento.

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, os valores das prestações serão corrigidos pela variação do BTNF - Bônus do Tesouro Nacional Fiscal ou outro indexador que o suceder, a contar da data do lançamento do tributo.  
(§ único acrescentado pelo art. 8º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

#### Seção VII

##### Infrações e Penalidades

Art. 24. As infrações serão punidas com a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto, nas hipóteses de:

I. falta de inscrição do imóvel ou de alteração de seus dados cadastrais;

II. erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição do imóvel ou nos dados da alteração.

Art. 25. Quando ocorrer atraso no pagamento, os infratores serão punidos com as seguintes multas:

I. 2% (dois por cento) quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias;

II. 4% (quatro por cento) quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia do vencimento;

III. 6% (seis por cento) quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia do vencimento;

IV. 8% (oito por cento) quando o pagamento se efetuar após o 90º (nonagésimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento;

V. 10% (dez por cento) quando o pagamento se efetuar após o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento do imposto.  
(alterada pelo art. 1º da L.C. 195, de 22.06.01)

Art. 26. Quando ocorrer o atraso no pagamento os infratores terão seus débitos corrigidos:

I. atualização monetária, de acordo com os índices de reajustamento do BTNF ou outro indexador que o venha suceder, calculado sobre o débito total, incluídas as multas.  
(Inciso I com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

II. juro de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o total do débito corrigido.

#### Seção VIII

##### Isenções

Art. 27. Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do imposto o bem imóvel:

I. pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas autarquias;

II. pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizada efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;

III. pertencente ou cedido gratuitamente à sociedade ou instituição

sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultura, físico ou recreativo;

IV. pertencente à sociedade civil, sem fins lucrativos, destinado ao exercício de atividade culturais, recreativas, esportivas e educacionais;

(Inciso IV com redação dada pelo art.10º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

V. declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI. localizados em zonas de cobertura vegetal (VV), Verde de Lazer (VL) e em Área de Interesse Especial (1), definidas em lei municipal;

(Inciso VI com redação dada pelo art.10º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

VII. pertencentes à faixa de proteção dos cursos d'água, definida em lei municipal, a área inviabilizada para a construção;

(Inciso VII acrescentada pelo art.10º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

VIII. a propriedade unifamiliar única do sujeito passivo da obrigação tributária, enquanto por ele ocupado como moradia, cuja área edificada não ultrapasse a 60 m2 (sessenta) metros quadrados e o valor venal territorial, na data do lançamento, não seja superior a 2.000 (dois mil) BTN's - Bônus do Tesouro Nacional;

(Inciso VIII acrescentada pelo art.10º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

IX. o imóvel único, residencial unifamiliar de propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove ser a única renda e que no mês de dezembro do ano anterior ao lançamento, o valor do rendimento tenha sido igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, vigente nesse mês.

(Inciso IX acrescentada pelo art.10º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

X. locado ou cedido em comodato para templos de qualquer culto, enquanto durar a locação ou comodato.

Parágrafo Único. A isenção prevista no inciso X deverá ser requerida anualmente, até a data fixada para pagamento da primeira parcela e sua cessação se dará uma vez verificado não mais existir os pressupostos que autorizam a concessão.

(Inciso X acrescentado pelo art.1º da Lei Complementar nº 327, de 15-12-2003.)

Art. 28. Ficam isentos do IPTU, as áreas livres, pertencentes a Cooperativas e Sindicatos Rurais, relativo as áreas utilizadas para carga, descarga e armazenamento de produtos agrícolas, corretivos e fertilizantes, comprovado que a sociedade não tem fins lucrativos.

(Caput com redação dada pelo art.11º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

Art. 29. Ficam isentos do IPTU as áreas livres de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, para uso exclusivo de estacionamento privativo.

(Caput com redação dada pelo art.12º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

§ 1º A isenção de que trata o caput do presente artigo exige:  
(§ 1º acrescentado pelo art.12º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

I. que as empresas proprietárias das áreas para estacionamento possuam um mínimo de 20 (vinte) empregados;

II. comprovação de propriedade de área definida;

III. projeto de estacionamento, compreendendo-se jardins e arborização, devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Concórdia.

§ 2º As isenções previstas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, serão requeridas, anualmente, até a data fixada para pagamento da primeira parcela e sua cessação se dará uma vez verificada não mais existir os pressupostos que autorizam sua concessão.

(§ 2º acrescentado pelo art.12º da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

Art. 30. Comprovada a não utilização da referida área com os serviços previstos no art. 29, ou exploração comercial da mesma, a Prefeitura Municipal de Concórdia procederá o lançamento do IPTU sobre a mesma.

### CAPÍTULO III

#### DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

##### Seção I

##### Fato Gerador

"Art. 31. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista que compõe o Anexo I desta Lei, realizada por empresa ou profissional, ainda que essa não se constitua como atividade preponderante do prestador, independente;" (NR)

(alterado pelo art.2º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

I. da existência de estabelecimento fixo;

II. do resultado financeiro do exercício da atividade;

III. do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis;

IV. do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 2º O imposto que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 3º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 4º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 5º Ressalvadas as exceções expressas no Anexo I, os serviços



nele mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 6º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 7º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 8º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do país;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 9º Não se enquadram no disposto no inciso I do § 8º, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior." (NR)

(acrescentado pelo art.3º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

"Art. 32. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 31 desta LEI;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do Anexo I;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do Anexo I;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do Anexo I;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do Anexo I;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do Anexo I;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do Anexo I;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do Anexo I;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do Anexo I;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do Anexo I;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do Anexo I;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do Anexo I;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do Anexo I;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do Anexo I;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do Anexo I;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do Anexo I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos no subitem 16.01 da lista do Anexo I;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos no subitem 17.05 da lista do Anexo I;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos no subitem 17.10 da lista do Anexo I;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos no item 20 da lista do Anexo I.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhados ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01." (NR)

(alterado pelo art. 4º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

"Art. 33. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica

ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.” (NR)  
(alterado pelo art. 5º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

## Seção II

### Sujeito Passivo

“Art. 34. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

§ 2º Nos termos a seguir definidos, fica atribuída de modo expresse, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.” (NR)  
(alterado pelo art. 6º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

Art. 35. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo pagamento do imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

(art. 35, caput, incisos I, II e § 1º e § 2º com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 162, de 22/07/99.)

I. integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II. subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviços.

§ 1º O disposto no artigo anterior aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade for continuada por ex-sócio ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.”

(art. 35, caput, incisos I, II e § 1º e § 2º com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 162, de 22/07/99.)

Art. 36. São responsáveis pela retenção e pagamento do imposto quando o prestador de serviço não comprovar o seu recolhimento:  
(art. 36, caput, incisos I a XXIII e § 1º a § 4º com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 162, de 22/07/99.)

I. os construtores, empreiteiros e administradores de obras hidráulicas, de construção civil ou de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiras, exclusivamente de mão-de-obra;

II. os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratados, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra ou contratante;

III. os construtores, empreiteiros, tomadores de obras de construção civil, pelo imposto devido por contribuintes não estabelecidos

no Município de Concórdia;

IV. os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimos desses bens, pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;

V. os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;

VI. os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;

VII. os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios, exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;

VIII. os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente, se não exigirem dos prestadores documento fiscal idôneo;

IX. os que utilizarem serviços profissionais autônomos estabelecidos, pelo imposto incidente, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição;

X. as entidades públicas ou privadas, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços de diversões públicas, prestados por terceiros, em locais de que sejam proprietários, administradoras ou possuidoras a qualquer título;

XI. prestador de serviço, quando alegar e não comprovar imunidade ou isenção;

XII. os estabelecimentos gráficos, pelo imposto devido, em relação às notas fiscais impressas sem autorização do Setor de Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças;

XIII. as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens aéreas;

XIV. os empresários, encarregados ou gerentes de empresas, proprietários de estabelecimentos, de instalações ou locais de diversão pública e jogos, pelo recolhimento do imposto incidente sobre diversões públicas;

XV. os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, de transporte de valores e de conservação e limpeza de imóveis;

XVI. as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;

XVII. as empresas que explorem serviços de plano de saúde ou de assistência médica e hospitalar através de planos de medicina de grupo e convênios, pelo imposto devido sobre os serviços a elas prestados por:

a) empresas que agenciem, intermediem ou façam corretagem dos referidos planos junto ao público;

b) hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises de patologia, de eletricidade médica e assemelhados, ambulatorios,



prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;

c) bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres;

d) empresas que executem remoção de doentes;

XVIII. as empresas seguradoras, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguro e sobre os pagamentos efetuados às oficinas mecânicas, relativos ao conserto de veículos sinistrados;

XIX. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

XX. as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes e intermediários;

XXI. as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;

XXII. hospitais e clínicas privadas, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

a) por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis;

b) por laboratórios de análise, patologia e de eletricidade médica e assemelhados, quando a assistência a seus pacientes se fizer sem a intervenção das empresas referidas no inciso XVII deste artigo;

c) por bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e de congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes, quando seu atendimento se fizer na forma da alínea anterior;

XXIII. os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis.

§ 1º Os responsáveis de que trata o caput deste artigo deverão proceder à retenção e ao recolhimento do imposto devido no prazo previsto no calendário fiscal, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, inclusive quando beneficiados pelo regime de imunidade e isenção.

§ 2º A retenção do imposto na fonte será justificada quando o contribuinte enquadrar-se em qualquer um dos incisos deste artigo.

§ 3º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o recolhimento do imposto retido na fonte em nome do responsável pela retenção que relacionará na guia nome e endereço dos respectivos prestadores de serviços.

§ 4º O imposto retido conforme a hipótese prevista no inciso anterior terá como base de cálculo o preço do serviço, ao qual será aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida pelo prestador de serviço.

(art. 36, caput, incisos I a XXIII e § 1º a § 4º com redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 162, de 22/07/99.)

§ 5º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

(acrescentado pelo art.7º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 6º Sem prejuízo do disposto neste artigo, são responsáveis:

(acrescentado pelo art.7º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país; (acrescentado pelo art.7º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do Anexo I." (NR) (acrescentado pelo art.7º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

Art. 37. A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo.

### Seção III

#### Cálculo do Imposto

"Art. 38. O valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota correspondente, na forma do Anexo I desta Lei, ressalvados os casos excepcionados por este artigo." (NR) (alterado pelo art. 8º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 1º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos, independentemente de qualquer condição.

(§ 1º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 2º Na falta deste preço, ou sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.

(§ 2º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 3º Na hipótese de cálculo efetuado na forma do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada, acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

(§ 3º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 4º Inexistindo preço na praça, será ele fixado:

I. pela repartição fiscal mediante estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;

II. pela aplicação do preço indireto, estimado em função do proveito, utilização ou colocação do objeto da prestação do serviço. (§ 4º e incisos I e II acrescentados pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 5º O preço de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela autoridade fiscal, em pauta que reflita o corrente na praça. (§ 5º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 6º Quando se tratar de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, na forma da tabela do Anexo I desta Lei, sem se considerar a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

(§ 6º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 7º Considera-se prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, aquele efetuado por pessoa física,

com simples fornecimento de trabalho relativo às atividades apon-  
tadas com alíquota fixa nos itens da tabela do Anexo I desta Lei,  
que sejam exercidos por profissional autônomo, que não tenha, a  
seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional.  
(alterado pelo art. 9º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 8º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte, o  
serviço prestado por empresas, sociedades, cooperativas, firmas  
ou qualquer outra pessoa jurídica, mesmo que firma individual,  
nem o que for prestado em caráter permanente, sujeito a normas  
do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.” (NR)  
(alterado pelo art. 9º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

“Art. 39. Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista do  
Anexo I forem prestados no território de mais de um Município, a  
base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da  
ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos  
de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em  
cada Município.  
(alterado pelo art. 10º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

Parágrafo único. Compõe a base de cálculo deste serviço, qualquer  
valor que seja auferido pelo proprietário, através do objeto descri-  
to no subitem citado.” (NR)  
(alterado pelo art. 10º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

Art. 40. O imposto retido na fonte será calculado aplicando-se a  
alíquota na tabela do Anexo I, sobre o preço do serviço, para au-  
tônomo ou pessoa jurídica.

Art.41. Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, en-  
quadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de  
serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas inci-  
dências e alíquotas estabelecidas na tabela Anexo I.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração,  
idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias  
atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais  
onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alí-  
quota mais elevada.

Art. 42. Na hipótese de serviços prestados por profissionais autô-  
nomos, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a  
lista de serviços, o imposto será calculado mediante a aplicação da  
alíquota mais elevada.

Art. 43. Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a  
ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título  
de subempreitada de serviços, frete, despesas ou imposto.

§ 1º Incluem-se na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de  
Qualquer Natureza, o valor dos materiais e mercadorias forneci-  
das pelo prestador dos serviços, exceto as situações previstas nos  
itens 7.02, 7.06, 14.01, 14.03 e 17.11 da lista de serviços do Anexo  
I desta Lei.” (NR)  
(alterado pelo art. 11º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

§ 2º Constituem parte integrante do preço:

I. os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda  
que de responsabilidade de terceiros;

II. os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobradas  
em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob  
qualquer modalidade.

§ 3º Não integram o preço do serviço os valores relativos a des-  
contos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia e  
expressamente contratados.

§ 4º Nos contratos de empreitada global o ISSQN será calculado  
sobre 40% do valor total.

§ 5º Mercadoria é:  
(acrescentado pelo art. 12º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

I - o objeto de comércio do produtor ou comerciante, por grosso  
ou retalho, que a adquire para revender a outro comerciante ou  
ao consumidor;

II - a coisa móvel que se compra e se vende, por atacado ou va-  
rejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras;

III - todo bem móvel sujeito ao comércio, ou seja, com destino a  
ser vendido;

IV - a coisa móvel que se encontra na posse do titular de um esta-  
belecimento comercial, industrial ou produtor, destinando-se a ser  
por ele transferida, no estado em que se encontra ou incorporada  
a outro produto.

§ 6º Material é:  
(acrescentado pelo art. 12º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

I - o objeto que, após ser comercializado, pelo comércio do produ-  
tor ou do comerciante, por grosso ou a retalho, é adquirido, pelo  
prestador de serviço, não para revender a outro comerciante ou  
ao consumidor, mas para ser utilizado na prestação dos serviços  
previstos na lista do Anexo I;

II - coisa móvel que, após ser comprada, por atacado ou a varejo,  
nas lojas, armazéns, mercados ou feiras, é adquirida, pelo pres-  
tador de serviço, para ser empregada na prestação dos serviços  
previstos na lista do Anexo I;

III - todo bem móvel que, não sujeito mais ao comércio, ou seja,  
sem destino a ser vendido, por se achar no poder ou na proprie-  
dade de um estabelecimento prestador de serviço, é usado na  
prestação dos serviços previstos na lista do Anexo I;

IV - a coisa móvel que, logo que sai de circulação comercial, se  
encontra na posse do titular de um estabelecimento prestador de  
serviço, destina-se a ser por ele aplicada na prestação dos serviços  
previstos na lista do Anexo I.

§ 7º Subempreitada é:  
(acrescentado pelo art. 12º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

I - a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na  
lista do Anexo I;

II - a terceirização de uma ou mais de uma das etapas específicas  
de um serviço geral previsto na lista do Anexo I.

§ 8º O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento  
econômico do mês em que for concluída a sua prestação, incluído  
neste os sinais e adiantamentos.” (NR)  
(acrescentado pelo art. 12º da L.C. nº 326, de 15-12-2003)

Art. 44. A apuração do preço será efetuada com base nos elemen-  
tos em poder do sujeito passivo.

Art. 45. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço,  
fundamentalmente, sempre que:

I. o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória  
ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;

II. o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros

fiscais de utilização obrigatória;

III. ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV. sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V. o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

#### Seção IV

##### Cadastramento

Art. 46. O cadastro fiscal econômico, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 47. O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de quaisquer documentos, inclusive recibos e notas fiscais.

Art. 48. A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte em formulário próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

§ 1º A inscrição será efetuada antes do início da atividade do contribuinte.

§ 2º Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

§ 3º A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito a inscrição única.

§ 4º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§ 5º A inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a Licença de Localização e Funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 49. Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do imposto.

§ 1º O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento da atividade.

§ 2º A administração poderá promover, de ofício alterações cadastrais.

Art. 50. Sem prejuízo da inscrição e respectivas alterações o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

#### Seção V

##### Lançamento

Art. 51. O imposto será lançado:

I. uma única vez, no exercício a que corresponde o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades previstas nesta lei;

II. mensalmente, quando a base de cálculo for o preço dos serviços.

Art. 52. Os contribuintes do imposto, caracterizados como empresa, ficam obrigados a:

I. manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II. emitir notas fiscais de serviços ou outro documento admitido pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

Art. 53. O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 1º Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares.

§ 2º Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento;

§ 3º A autoridade administrativa, por despacho fundamentado e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais ou autorizar a sua dispensa e permitir a emissão e utilização de notas e documentos especiais.

Art. 54. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização o Poder Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

#### Seção VI

##### Arrecadação

Art. 55. O imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo único. Tratando-se de lançamento de ofício, o imposto será pago no prazo mínimo de 20 (vinte) dias, contados da notificação.

Art. 56. Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar o tratamento fiscal diferente, a autoridade administrativa poderá exigir ou autorizar o recolhimento do imposto por estimativa.

§ 1º O enquadramento do contribuinte no regime da estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividade, independentemente:

I. de estar o contribuinte obrigado a escrita fiscal ou contábil;

II. do tipo de constituição da sociedade.

§ 2º O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades.

§ 3º A Administração poderá rever os valores estimados a qualquer

tempo, reajustando as parcelas do imposto.

§ 4º Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação de estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 57. No reconhecimento do imposto por estimativa será observado a seguinte regra:

I. com base em informação do contribuinte ou em outros elementos, serão estimados o valor dos serviços tributáveis e do imposto total a recolher no exercício do período, parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestação mensais;

Art. 58. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do imposto.

## Seção VII

### Infrações e Penalidades

Art. 59. Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais, a falta de pagamento ou retenção dos impostos nos prazos fixados, implica cobrança dos seguintes acréscimos:

(Caput com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

I. recolhimento fora do prazo, efetuado antes do início da ação fiscal:

(Inciso I com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

a) 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido do principal, quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta dias);

(Alínea "a" com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

b) 4% (quatro por cento) sobre o valor corrigido do principal, quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia do vencimento;

(Alínea "b" com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

c) 6% (seis por cento) sobre o valor corrigido do principal, quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia do vencimento;

(Alínea "c" acrescentada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

d) 8% (oito por cento) sobre o valor corrigido do principal, quando o pagamento se efetuar após o 90º (nonagésimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento;

(Alínea "d" acrescentada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

e) 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do principal, quando o pagamento se efetuar após o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento do tributo.

(Alínea "e" acrescentada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

II. recolhimento fora do prazo, efetuado após o início da ação fiscal:

(Inciso II com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

a) multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto

devido ou estimado e não pago, ou pago a menor, pelo prestador de serviço;

(Alínea "a" com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

b) multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação aos que, obrigados à retenção do tributo, deixarem de efetua-la;

(Alínea "b" com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

c) multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação, aos que deixarem de recolher, no prazo estabelecido, o imposto retido do prestador de serviço.

(Alínea "c" com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 135, de 18-12-1997.)

III. em qualquer caso, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento. Será contado, como mês completo, qualquer fração dele.

(Inciso III com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

IV. crédito tributário não pago no seu vencimento é corrigido monetariamente, mediante aplicação de coeficientes de atualização, nos termos da legislação própria:

(Inciso IV com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

a) a atualização monetária, incide sobre o valor integral do crédito tributário;

(Alínea "a" com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

b) juros de mora serão calculados sempre sobre o crédito tributário corrigido:

(Alínea "b" com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

c) inscrita ou ajuizada a dívida, são devidos, também, custas e honorários de advogado, na forma da legislação própria.

(Alínea "c" com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 1º As infrações às normas relativas ao imposto sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

(§ 1º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

I. infrações relativas a inscrição e alterações cadastrais:

(Inciso I com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

a) multa de 2 (duas) UFRMs, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazo estabelecidos, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou o encerramento de atividade, quando a infração for apurada através de ação fiscal ou denunciada após o seu início;

(Alínea "a" com redação dada pelo art.5º §1º inciso I da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

b) multa de 10 (dez) UFRMs, aos que promoverem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando ficar evidenciado não terem ocorrido as causas que ensejaram essas modificações cadastrais.

(Alínea "b" com redação dada pelo art.5º §1º inciso I da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

II. infrações relativas aos livros destinados à escrituração dos



serviços prestados ou tomados de terceiros, e a qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto, ou de serviços, quando apurados através de ação fiscal ou denunciados após o seu início nos casos em que não houver sido recolhido, integralmente, o imposto correspondente ao período da infração.

(Inciso I com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

a) multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços não escriturados, observada a imposição mínima de 1 (uma) e a máxima de 300 (trezentas) UFRMs, aos que não possuírem os livros ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados e autenticados, na conformidade das disposições da legislação;

(Alínea "a" com redação dada pelo art.5º §1º inciso II da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

b) multa equivalente a 4% por cento (quatro por cento) do valor dos serviços não escriturados, observada a imposição mínima de 1 (uma) e a máxima de 200 (duzentas) UFRMs, aos que, possuindo os livros, devidamente autenticados, não efetuarem a escrituração nos prazos estabelecidos;

(Alínea "b" com redação dada pelo art.5º §1º inciso II da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

c) multa equivalente a 3% (três por cento) dos serviços, observada a imposição mínima de 1 (uma) e a máxima de 100 (cem) UFRMs, aos que escriturarem, ainda que na forma e prazos regulares, livros não autenticados, na conformidade das disposições da legislação.

(Alínea "c" com redação dada pelo art.5º §1º inciso II da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

III. infrações relativas a fraude, adulteração, extravio ou inutilização de livros fiscais:

(Inciso III com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

a) multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de 10 (dez) UFRMs, quando se tratar dos livros destinados à escrituração dos serviços ou tomados de terceiros e de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto;

b) multa de 10 (dez) UFRMs, por livro, nos demais casos.

IV. infrações relativas aos documentos fiscais:

(Inciso IV com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

a) multa de 5 (cinco) UFRMs, por lote impresso, aos que mandarem imprimir documento fiscal sem a correspondente autorização para impressão;

b) multa de 10 (dez) UFRMs, por lote impresso, aos que imprimirem, para si ou para terceiros, documentos fiscais, sem a correspondente autorização para impressão;

c) multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de 1 (uma) e a máxima de 100 (cem) UFRMs, aos que, obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir ou o fizerem com importância diversa do valor do serviço, adulterarem, extraviarem ou inutilizarem nota fiscal, nota fiscal-fatura de serviços ou outro documento previsto na legislação;

d) multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de 1 (uma) UFRM, aos que, não tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente,

emitirem, para operações tributáveis, documento fiscal referente a serviços não tributáveis ou isentos e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem desses documentos para a produção de qualquer efeito fiscal.

V. infrações relativas à ação fiscal: multa de 10 (dez) UFRMs aos que recusarem a exibição de livros ou documentos fiscais, embargarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa.

(Inciso V com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

VI. infrações relativas às declarações: multa de 2 (duas) UFRMs aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazos regulares.

(Inciso VI com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

VII. infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta lei: multa de 0,5 (meia) UFRM.

(Inciso VII com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 2º O valor das multas previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso III e na alínea "c" do inciso IV do § 1º deste artigo, será reduzido, respectivamente, para 5 (cinco) e para 0,5 (meia) UFRM, nos casos de extravio ou inutilização dos livros e documentos fiscais, quando, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, estabelecido através de notificação expedida pela fiscalização, o contribuinte comprovar, documentalmente:

(§ 2º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

I. a perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratar de documentos fiscais destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto;

(Inciso I com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

II. nos demais casos, as informações que devessem, obrigatoriamente, estar registradas no livro fiscal considerado.

(Inciso II com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 3º No concurso das infrações, as penalidades são aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

(§ 3º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 4º Na reincidência, a infração é punida com o dobro da penalidade e a cada reincidência subsequente, aplica-se multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento), sobre o seu valor.

(§ 4º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

I. Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

(inciso I com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 5º Na aplicação de multa que tenha por base a UFRM, deve ser adotado o valor vigente à data da lavratura do auto de infração. (§ 5º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 6º Não serão exigidos os créditos tributários apurados através de ação fiscal e correspondentes a diferenças anuais de importância inferior a 10% (dez por cento) da UFRM. (§ 6º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 7º Quando se tratar de recolhimento a menor de tributo, a multa por recolhimento fora do prazo será calculada sobre a diferença entre o valor devido e o recolhido. (§ 7º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 8º Para efeitos do inciso II do § 1º desta Lei, somente serão consideradas diferenças anuais de crédito tributário que excederem a importância de 10 % (dez por cento) da UFRM. (§ 8º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 9º A denúncia espontânea do extravio ou inutilização de livros e documentos fiscais, somente elidirá a penalidade aplicável quando, sem prejuízo da observância às demais prescrições da legislação, for instruída com a prova da publicação do anúncio da ocorrência, descrita de forma explícita, inclusive com a indicação dos números da documentação respectiva, em jornal de grande circulação no Município, por 3 (três) dias consecutivos. (§ 9º com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 10. Para efeito de demonstração do pagamento do tributo devido, devem ser observadas as exigências contidas no inciso I do § 2º desta Lei. (§ 10 com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

§ 11. Para cálculo e cobrança das penalidades, na forma deste artigo, tomar-se-á por base a UFRM vigente no mês em que efetuado o lançamento. (§ 11 com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção VIII

### Isenções

Art. 60. Respeitadas as isenções concedidas por Lei Complementar, ficam isentos do imposto os serviços:

- I. prestados por engraxates ambulantes;
- II. prestados por associações culturais;
- III. de diversão pública, com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

## CAPÍTULO IV

### DA TAXA DE COLETA DE LIXO

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 61. A coleta de lixo tem como fato gerador a coleta e remoção

de lixo do imóvel edificado. (Caput com redação dada pelo art.8º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

Parágrafo único. As remoções especiais de lixo serão feitas mediante o pagamento de preço público e regulamentadas por decreto do Executivo Municipal. (parágrafo único com redação dada pelo art.8º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

Art. 62. Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado, situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior. (Caput com redação dada pelo art.9º da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

#### Seção III

##### Do Cálculo da Coleta de Lixo

Art. 63. A coleta de lixo tem como finalidade o custeio do serviço utilizado ou colocado à sua disposição e será calculada em função da utilização do imóvel, conforme descrição abaixo:

- I. 5% da UFRM por unidade residencial/mês;
- II. 7% da UFRM por unidade industrial/mês;
- III. 5% da UFRM por unidade agropecuária/mês;
- IV. 5% da UFRM por unidade outros/mês;
- V. 6% da UFRM por unidade comercial/mês. (Caput com redação dada pelo art.10 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

#### Seção IV

##### Lançamento

Art. 64. A coleta será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário. (Caput com redação dada pelo art.11 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

#### Seção V

##### Arrecadação

Art. 65. A coleta será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares. (Caput com redação dada pelo art.12 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## CAPÍTULO V

### DA LIMPEZA PÚBLICA

#### Seção I

##### Do Fato Gerador

Art. 66. A limpeza pública tem como fato gerador os seguintes serviços prestados em vias e logradouros públicos, que objetivem



manter limpa a cidade:  
(Caput com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

I. varrição, lavagem e irrigação;  
(Inciso I com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

II. limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo;  
(Inciso II com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

III. galerias de águas pluviais e córregos;  
(Inciso III com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

IV. capinação;  
(Inciso IV com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

V. desinfecção de locais insalubres.  
(Inciso V com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

Parágrafo único. Na hipótese de prestação de mais de um serviço haverá uma única incidência.  
(Parágrafo único com redação dada pelo art.13 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção II

### Sujeito Passivo

Art. 67. Contribuinte da limpeza pública é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel limítrofe a via ou logradouro público, onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária qualquer dos serviços mencionados.  
(Caput com redação dada pelo art.14 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

Parágrafo único. Considera-se também limítrofe, o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a via ou logradouro público.  
(Parágrafo único com redação dada pelo art.14 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção III

### Cálculo da Taxa

Art. 68. A limpeza pública tem como finalidade o custeio dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocado à sua disposição, e será calculado à razão de 0,10%(zero vírgula dez por cento) da UFRM, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço por mês.  
(Caput com redação dada pelo art.15 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção IV

### Lançamento

Art. 69. A limpeza pública será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário.  
(Caput com redação dada pelo art.16 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção V

### Arrecadação

Art. 70. A limpeza pública será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares.  
(Caput com redação dada pelo art.17 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## CAPÍTULO VI

### DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 71. A taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de reparação e de manutenção das vias e logradouros públicos pavimentados, inclusive os de recondicionamento de meio-fio.

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

Art. 72. Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel limítrofe e vias ou logradouros públicos, onde a prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços especificados no artigo anterior.

Parágrafo único. Considera-se também limítrofe o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a via e logradouro público.

#### Seção III

##### Cálculo da Taxa

Art. 73. A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição e será calculada à razão de 0,5% do valor de referência, definida nas Disposições Finais deste Código, por um metro linear de testada do imóvel beneficiado pelos serviços.

§ 1º Tratando-se de imóvel com mais de uma testada, considerar-se-á, para efeito de cálculo, somente a testada principal e dotada do serviço.

§ 2º A taxa será calculada até o limite máximo de 30% do valor de referência.

#### Seção IV

##### Lançamento

Art. 74. A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base no cadastro fiscal imobiliário.

#### Seção V

##### Arrecadação

Art. 75. A taxa será paga na forma e prazo regulamentares.

## CAPÍTULO VII

### DA CONSERVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 76. A conservação da iluminação pública tem como fato gerador o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

(Caput com redação dada pelo art.18 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção II

### Sujeito Passivo

Art. 77. Contribuinte da conservação da iluminação pública é o proprietário, o titular útil ou possuidor a qualquer título, de bem imóvel limítrofe a logradouro público beneficiado pelo serviço.  
(Caput com redação dada pelo art.19 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

Parágrafo único. Considera-se também limítrofe o bem de acesso, por passagem forçada, a via e logradouro público.  
(Parágrafo único com redação dada pelo art.19 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção III

### Cálculo da Conservação da Iluminação Pública

Art. 78. A conservação da iluminação pública tem como finalidade o custeio da manutenção dos serviços utilizados pelo contribuinte, ou posto a sua disposição, e será calculada à razão de 0,09134 UFIR'S, por metro linear de testada de imóvel, por mês.  
(Caput com redação dada pelo art.1º da Lei Complementar nº 128, de 24-04-1997.)

Parágrafo único. Para os imóveis edificados que contribuam na forma estabelecida na Lei nº 2.953, de 05 de março de 1997, ficam dispensadas do pagamento previsto no caput do presente artigo.  
(Parágrafo único acrescentado pelo art.1º da Lei Complementar nº 128, de 24-04-1997.)

## Seção IV

### Lançamento

Art. 79. A conservação da iluminação pública será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário.  
(Caput com redação dada pelo art. 21 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## Seção V

### Arrecadação

Art. 80. A conservação da iluminação pública será paga na forma e prazos regulamentados por Decreto do Executivo.  
(Caput com redação dada pelo art. 22 da Lei Complementar nº 78, de 16-12-1993.)

## CAPÍTULO VIII

### DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 81. A taxa tem como fato gerador a prestação de serviços de expediente e serviços diversos.

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

Art. 82. Contribuinte da taxa é a pessoa que se utilizar dos serviços constantes do artigo 81.

## Seção III

### Cálculo da Taxa

Art. 83. A taxa tem como finalidade o custeio dos serviços utilizados pelo contribuinte e será calculada em função da utilização de acordo com a tabela anexo IX.

## Seção IV

### Lançamento

Art. 84. A taxa será lançada no ato do serviço, em nome do contribuinte, sempre que for por ele requerido, com base nos dados por ele fornecidos ou constatado no local.

Parágrafo único. Independe do requerimento para os serviços de emissão dos documentos de arrecadação para lançamento dos tributos municipais.

## Seção V

### Arrecadação

Art. 85. A taxa será paga no ato do requerimento de concessão ou licença.

Parágrafo único. A taxa será paga na forma e prazos regulamentares na hipótese ou parágrafo único do artigo 84.

## CAPÍTULO IX

### TAXA DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 86. A taxa tem como fato gerador a prestação de serviços relativos a manutenção das instalações da estação rodoviária para embarque de passageiros.

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

Art. 87. O contribuinte da taxa é o usuário das instalações da estação rodoviária para embarque.

#### Seção III

### Cálculo da Taxa

Art. 88. A taxa tem como finalidade o custeio dos serviços de manutenção das instalações rodoviárias utilizadas pelo contribuinte e será cobrada de acordo com o valor estipulado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

#### Seção IV

### Lançamento

Art. 89. A taxa será lançada no ato da aquisição do bilhete da passagem junto as empresas concessionárias dos serviços de transportes.

## Seção V

## Arrecadação

Art. 90. A taxa será paga às empresas concessionárias dos serviços de transporte, na condição de responsáveis, no ato da aquisição do respectivo bilhete de passagem.

§ 1º O valor da taxa arrecadada no mês pelas empresas concessionárias responsáveis, será integralmente recolhido à municipalidade até o dia 10 (dez) do mês seguinte aquele que se efetivar o embarque.

## CAPÍTULO X

## TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS.

(Fica extinta a "Taxa de Conservação de Estradas Municipais", respectivos artigos e parágrafos e legislação própria, de acordo com o art. 1º da Lei nº 1.819, de 10-12-1982.)

## CAPÍTULO XI

## TAXA DE LOCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS

(Título com redação dada pelo art. 14 da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

## Seção I

## Fato Gerador

Art. 96. A hipótese de incidência da taxa de licença para localização e funcionamento é o exame e fiscalização, com vistas ao licenciamento obrigatório para cada exercício, das condições de localização e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, de acordo com as determinações contidas na legislação urbanística e edilícia do município, concernentes à higiene, saúde, moralidade, tranqüilidade pública, visando preservar direitos e costumes individuais e coletivos. (Caput com redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 1º A licença a que se refere o caput deste artigo, quando do primeiro licenciamento, abrange a localização e, nos exercícios subsequentes, a fiscalização do funcionamento das condições iniciais que permitiram a concessão da licença. (§ 1º com redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 2º Fica configurado como exercício do poder de polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, a fiscalização realizada em estabelecimento por servidor competente da Prefeitura Municipal. (§ 2º com redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 3º Caso a fiscalização constate a omissão cadastral, será a mesma efetuada de ofício. (§ 3º com redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 4º Entende-se como estabelecimento o local, ainda que residencial, onde sejam desenvolvidas atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, desde que não se realizem em logradouro público. (§ 4º acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

## Seção II

## Sujeito Passivo

Art. 97. Para efeito de incidência da taxa, serão considerados como estabelecimentos distintos: (Caput com redação dada pelo art.3º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

I. local onde estejam estabelecidas pessoas físicas e/ou jurídicas diferentes, para o exercício de atividades idênticas ou não; (Inciso I acrescentado pelo art.3º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

II. os estabelecimentos pertencentes a uma mesma pessoa física e/ou jurídica, situados em locais diferentes. (Inciso II acrescentado pelo art.3º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Parágrafo único. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviço interessado na obtenção da licença. (Parágrafo único acrescentado pelo art.3º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

## Seção III

## Cálculo da Taxa

Art. 98. A base de cálculo da taxa é o valor de referência definido no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo II a esta LEI.

§ 1º No caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal, acrescidos de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º Equipara-se a abandono do pedido a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

## Seção IV

## Lançamento

Art. 99. A taxa será lançada em nome do contribuinte conforme com base nos dados por ele fornecidos, constatadas no local e/ou existentes no cadastro.

Art. 100. O contribuinte é obrigado a comunicar a Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I. alteração da razão social ou do ramo de atividade;

II. alteração na forma societária.

## Seção V

## Arrecadação

Art. 101. A arrecadação da taxa, no que se refere à licença para localização e permanência de estabelecimentos, far-se-á segundo as normas regulamentares, exigida a apresentação da guia de recolhimento da respectiva contribuição relativa ao exercício financeiro. (Caput com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 57, de 09-12-1992.)

## CAPÍTULO XII

**DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL****Seção I****Fato Gerador**

Art. 102. O fato gerador da taxa é a fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

**Seção II****Sujeito Passivo**

Art. 103. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito à fiscalização.

**Seção III****Cálculo da Taxa**

Art. 104. A base de cálculo da taxa é o valor de referência no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo III a esta LEI.

**Seção IV****Lançamento**

Art. 105. A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados por ele fornecidos, constatados no local e ou existentes no cadastro.

**Seção V****Arrecadação**

Art. 106. A taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

**CAPÍTULO XIII****DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE****Seção I****Fato Gerador**

Art. 107. A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização de qualquer meio de publicidade, seja em vias de logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso público.

Art. 108. Não estão sujeitos à taxa os dizeres indicativos relativos a:

I. hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;

II. propaganda eleitora, política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública;

III. expressões de propriedade e de indicação.

**Seção II****Sujeito Passivo**

Art. 109. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que requererá autorização para veicular a publicidade.

Parágrafo único. Na falta de requerimento, sem prejuízo das sanções cabíveis, será considerado sujeito passivo aquela que veicular a publicidade.

**Seção III****Cálculo da Taxa**

Art. 110. A base de cálculo da taxa é o valor de referência definido no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo IV a esta LEI.

**Seção IV****Lançamento**

Art. 111. A taxa será lançada em nome do sujeito passivo definido no artigo 109 e parágrafo.

**Seção V****Arrecadação**

Art. 112. A taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

**CAPÍTULO XIV****DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS****Seção I****Fato Gerador**

Art. 113. A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, bem como pretenda fazer arruamentos ou loteamento em terrenos particulares.

**Seção II****Sujeito Passivo**

Art. 114. Contribuinte da taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

**Seção III****Cálculo da Taxa**

Art. 115. A base de cálculo da taxa é o valor de referência definido no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo V a esta lei.

**Seção IV****Lançamento**

Art. 116. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou constatados no local.

§ 1º A licença será cancelada no caso da obra não ser iniciada no prazo estabelecido no Alvará.

§ 2º A licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, caso a obra não seja concluída no prazo estabelecido no Alvará.

## Seção V

### Arrecadação

Art. 117. A taxa será arrecadada na entrada do requerimento de concessão ou prorrogação da respectiva licença, bem como do de alteração do projeto aprovado.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação, a taxa será devida em 50% do valor original.

## CAPÍTULO XV

### DA TAXA DE ABATE DE ANIMAIS

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 118. O abate de animais destinados ao consumo público, quando feito fora de matadouro municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.

Art. 119. A taxa tem como fato gerador a inspeção sanitária de que trata o artigo anterior, desde que verificada a não existência de fiscalização federal ou estadual.

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

Art. 120. O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate do animal.

#### Seção III

##### Cálculo da Taxa

Art. 121. A base de cálculo da taxa é o valor de referência definido no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo VI a esta lei.

#### Seção IV

##### Lançamento

Art. 122. A taxa será lançada em nome do contribuinte, sempre que for requerida a respectiva licença, com base nos dados por ele fornecidos e ou constatados no local.

## CAPÍTULO XVI

### DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

#### Seção I

##### Fato Gerador

Art. 123. A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e logradouros públicos, com veículos, barracas, tabuleiros, mesas e qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais, industriais ou prestação de serviços, bem como o exercício do comércio

eventual ou ambulante.

(Caput com redação dada pelo art.17 da Lei nº 2.401, de 13-12-1989.)

## Seção II

### Sujeito Passivo

Art. 124. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupe área nas vias públicas nos termos do artigo anterior.

## Seção III

### Cálculo da Taxa

Art. 125. A base de cálculo da taxa é o valor de referência definido no artigo 233 sobre o qual serão aplicados percentuais de acordo com a tabela do anexo VII a esta lei.

## Seção IV

### Lançamento

Art. 126. A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados por ele fornecidos e ou constatados no local.

## Seção V

### Arrecadação

Art. 127. A taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

## CAPÍTULO XVII

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVAS AS TAXAS

Art. 128. Quando ocorrer atraso no pagamento os infratores terão seus débitos corrigidos:

I. quando ocorrer atraso no pagamento os infratores serão punidos com as seguintes multas:

a) 10% (dez por cento) quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias.

b) 20% (vinte por cento) quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia do vencimento.

c) 30% (trinta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia do vencimento.

d) 40% (quarenta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 90º (nonagésimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento.

e) 50% (cinquenta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento imposto.

II. quando ocorrer atraso no pagamento os infratores terão seus débitos corrigidos:

a) correção monetária de acordo com os índices de reajustamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, calculada sobre o débito total incluídas as multas.

b) juro de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o total do débito corrigido.



Art. 129. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I. cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão.

II. multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença.

III. multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da taxa no caso de não observância do disposto no art. 101.

Parágrafo único. O contribuinte da taxa de licença para localização e funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

## CAPÍTULO XVIII

### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 130. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 131. O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência e observadas as normas fixadas no dec. Lei nº 195 de 24 de janeiro de 1967, determinará, em caso, mediante decreto, as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

## CAPÍTULO XIX

### INCIDÊNCIA

Art. 132. A contribuição de melhoria prevista na Constituição Federal, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art. 133. Será devida a contribuição de melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privado, em virtude de qualquer das seguintes obras:

I. abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II. construção ou ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III. construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV. serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicação em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V. proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e de saneamento e drenagem em geral, diques, barragens de contenção, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI. construção de estradas de ferro, e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII. construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII. aterros, e realização de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

## CAPÍTULO XX

### CÁLCULOS E LIMITES DA COBRANÇA

Art. 134. O valor da contribuição será aferido adotando-se, como critério, o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas zonas de influência.

§ 1º A apuração, dependendo da natureza das obras far-se-á levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º A determinação da contribuição de melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

Art. 135. A cobrança da contribuição de melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficiente de correção monetária.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 136. A contribuição de melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua parcela anual não exceda a 3% (três por cento) do valor fiscal do imóvel, atualizada a época da cobrança.

§ 1º O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para pagamento á vista, ou em prazos menores do que o lançado.

§ 2º As prestações da contribuição de melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção monetária do débitos fiscais.

§ 3º O atraso no pagamento das prestações fixadas no lançamento sujeitará o contribuinte à multa de mora de 12% (doze por cento), ao ano.

## CAPÍTULO XXI

### CONTRIBUINTE

Art. 137. A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis de domínio privado, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

Art. 138. Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 1º No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.

§ 2º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir os condôminos as parcelas que lhe couberam.



## CAPÍTULO XXII

## EDITAL E IMPUGNAÇÃO

Art. 139. Para cobrança da contribuição de melhoria a secretaria de Finanças deverá publicar edital, contendo, entre outros os seguintes elementos:

I. delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II. memorial descritivo do projeto;

III. orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV. determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 140. Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova..

Art. 141. A impugnação deverá ser dirigida ao Secretário da Fazenda, através de petição, que servirá para o início do processo administrativo.

## CAPÍTULO XXIII

## COBRANÇA

Art. 142. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á o lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 143. A Diretoria de Receita deverá escriturar em registro próprio, o débito da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, direta ou indiretamente por edital, do:

I. valor da contribuição de melhoria lançada;

II. prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimento;

III. prazo para a impugnação;

IV. local de pagamento;

Parágrafo único. Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 ( trinta ) dias, o contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

I. erro na localização e dimensões do imóvel;

II. cálculo dos índices atribuídos;

III. valor da contribuição;

IV. número de prestações, que será fixado pela Diretoria da Receita.

## CAPÍTULO XXIV

## DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 144. Quando ocorrer atraso no pagamento os infratores serão punidos com as seguintes multas:

I. 10% (dez por cento) quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias.

II. 20% (vinte por cento) quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia do vencimento.

III. 30% (trinta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia do vencimento.

IV. 40% (quarenta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 90º (nonagésimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento.

V. 50% (cinquenta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 120º (centésimo vigésimo) dia do vencimento do imposto.

Art. 145. Quando ocorrer o atraso no pagamento os infratores terão seus débitos corrigidos:

I. correção monetária de acordo com os índices de reajustamento das obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional calculada sobre o débito total incluídas as multas;

II. juro de mora de 1% ( hum por cento ) ao mês sobre o total do débito corrigido.

## TÍTULO III

## DAS NORMAS GERAIS

## CAPÍTULO I

## DO SUJEITO PASSIVO

\*Art. 145A. A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando à referida obrigação.

Parágrafo único. A capacidade tributária passiva independe:

I. da capacidade civil das pessoas naturais;

II. de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure um unidade econômica ou profissional.

Art. 146. São pessoalmente responsáveis:

I. adquirente ou remetente pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II. sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do " de cujus " , existentes até a data da partilha ou adjudicação limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

III. espólio, pelos débitos tributários de " de cujus " existentes à data de abertura da sucessão.

Art. 147. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão,

transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual.

Art. 148. Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vence-rão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao IPTU, respondendo por ela o alienante, ressaltando o disposto na alínea e do art. 27 .

Art. 149. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributados;

II. subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar de 6 ( seis ) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 150. Respondem solidariamente com contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I. os pais, pelos débitos tributários dos filhos que menores;

II. os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curadores;;

III. os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV. inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V. síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;

VI. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII. os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, às de caráter moratória.

Art. 151. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I. as pessoas referidas no artigo anterior;

II. os mandatários, os prepostos e empregados;

III. os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

## CAPÍTULO II

### DO LANÇAMENTO

Art. 152. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 153. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente ainda que posteriormente ou modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 154. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º A notificação far-se-á por edital de impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 155. O contribuinte terá o prazo de 20 (vinte) dias a partir da data do recebimento da notificação para impugnar o lançamento.

Art. 156. A notificação do lançamento conterá :

I. nome do sujeito passivo;

II. valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

III. a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV. prazo para recolhimento do tributo;

V. comprovante para o Órgão fiscal de recebimento pelo contribuinte;

VI. domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 157 - O lançamento do tributo independe:

I. da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II. dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 158. O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de

bem imóvel, nem da regularidade do exercício da atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 159. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

### CAPÍTULO III

#### DA ARRECADAÇÃO

Art. 160. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

§ 2º Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 161. Nos casos de recolhimento parcelado, o contribuinte que optar pelo pagamento do tributo em cota única gozará do desconto de 10% ( dez por cento ).

Parágrafo único. O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o das vencidas.

Art. 162. Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado em Órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de sua nulidade.

Art. 163. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

- I. quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- II. quando total, de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros tributos.

Art. 164. É facultado à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 165. A aplicação de penalidades não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 166. O não pagamento dos tributos nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará no cobrança, em conjunto, dos seguintes acréscimos:

I. Atualização monetária do principal, mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês seguinte àquele em que o tributo deveria Ter sido pago.

II. Multas de :

a) 2 % (dois por cento) sobre o valor corrigido do principal quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 4 % (quatro por cento) sobre o valor corrigido do principal quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o

vencimento.

c) 6 % (seis por cento) sobre o valor corrigido do principal quando o pagamento for efetuado depois de decorrido mais de 90 (noventa) dias do vencimento.

d) 8 % (oito por cento) sobre o valor corrigido do principal quando o pagamento se efetuar após o 90º (nonagésimo) até o 120º (centésimo vigésimo) dias do vencimento.

e) 10 % (dez por cento) sobre o valor corrigido do principal quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 120 (cento e vinte) dias do vencimento.

(Alterado pelo Art. 1º da L.C. 195, de 22-06/01)

III. Juros de mora, à razão de 1% (Hum por cento) ao mês devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento do tributo, considerado mês qualquer fração e calculado sobre o valor corrigido do principal.

Art. 167. O tributo não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art.168. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I. pela citação pessoal feita ao devedor;
- II. pelo protesto judicial;
- III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 169. O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais, e sucessivos.

§ 1º O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2º O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua revogação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

### CAPÍTULO IV

#### DA RESTITUIÇÃO

Art. 170. O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguintes casos:

I. cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II. erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III. reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória transitada em julgado.

Art. 171. O pedido de restituição, que dependerá de requerimento

da parte interessada, somente será conhecido desde que junta-da notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art. 172. A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a Terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 173. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiveram sido recolhidas, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§ 2º Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art. 174. O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

Art. 175. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 176. O direito de pleitear a restituição total ou parcial extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I. nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 170 da data da extinção do crédito tributário;

II. na hipótese do inciso II do artigo 170, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

## CAPÍTULO V

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 177. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 178. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Art. 179. O contribuinte, o responsável ou demais pessoas envolvidas em infrações poderão apresentar denúncia espontânea de infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 180. A lei tributária que define infração ou comina penalidade aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

I. exclua a definição do fato como infração;

II. comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

Art. 181. Ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria os Templos de qualquer cultos e as Instituições Educacionais e de Assistência Social.

§ 1º Os benefícios a que se refere o artigo 181 serão concedidos aos Templos e Instituições em despacho aos requerimentos que deverão atender aos seguintes quesitos:

I. estatutos da Entidade, devidamente registrados;

II. ata da eleição da atual Diretoria, devidamente registrada;

III. balanço Financeiro do último exercício, com demonstração da conta Receitas e Despesas, assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente habilitado;

IV. declarações, firmada pelo mais alto mandatário da Entidade e pelo Presidente do Conselho Fiscal, se houver, em que se afirme sob as penas da lei, que as rendas da Instituição, reverterem integralmente para manutenção dos objetos institucionais;

V. procuração por instrumento público, quando for o caso;

VI. certidão lavrada pelo cartório, com firma reconhecida, que comprove ser a Entidade possuidora do imóvel, objeto do requerimento;

VII. relatório das atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento por parte da entidade.

§ 2º Em caso de dúvida quando da apreciação dos documentos a que se refere o artigo 181, a Fazenda Municipal poderá convocar o interessado a apresentar novos documentos ou esclarecer, verbalmente ou por escrito, assuntos que, a critério da autoridade tributária, não pareçam convenientemente expostos.

§ 3º A Fazenda Municipal, no prazo de 15 ( quinze ) dias a contar do recebimento, encaminhará à apreciação do Sr. Prefeito Municipal, com parecer conclusivo sobre o reconhecimento ou não da imunidade.

## CAPÍTULO VI

### DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art. 182. É vedado ao Município instituir imposto sobre:

I. patrimônio ou os serviços da União, dos Estados , do Distrito Federal e dos Municípios.

II. os Templos de qualquer culto;

III. patrimônio ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de Assistência Social.

Parágrafo único. O disposto no inciso I é extensivo às autarquias



no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Art. 183. O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas Entidades nele referidas:

I. não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II. aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III. manterem escrituração de sua receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

Art. 184. A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, assecutorio do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 185. A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá da lei.

\*Art. 185 A. A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 185-B. Sobre os imóveis pertencentes a outros entes da federação, suas autarquias e fundações, cedidos ou utilizados pelo Município de Concórdia, sem ônus para este, não incidirá qualquer tributo.

(Alterado pelo Art. 1º da L.C. 389, de 07/03/05)

Art. 186. A documentação do primeiro pedido de reconhecimento da imunidade prevista no inciso III do art. 182 ou de isenção, que comprove os requisitos para a concessão do benefício poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

## CAPÍTULO VII

### DA REMISSÃO

Art. 187. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I. a situação econômica do sujeito passivo;

II. ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III. a diminuta importância do crédito tributário;

IV. a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;

V. a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

## TÍTULO IV

### DO PROCEDIMENTO FISCAL

#### CAPÍTULO I

#### DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 188. O procedimento fiscal terá início com:

I. a lavratura do auto de infração;

II. a lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;

III. a impugnação, pelo sujeito passivo de lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Art. 189. Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á a auto de infração.

Art. 190. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I. local, a data e a hora da lavratura;

II. nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;

III. a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV. a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringindo que define a infração, e do que lhe comina penalidade;

V. a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 20 ( vinte ) dias;

VI. a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

VII. a assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§ 2º As omissões ou incorreções do auto de infração não invadam, quando do processo constam elementos suficientes para determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art. 191. O processamento do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, bem como os documentos, infrações e pareceres.

Art. 192. O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

I. pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia

do auto de infração ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura-recibo, datado no original;

II. por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III. por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improficuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 193. Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 ( vinte ) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% ( cinqüenta por cento ).

Art. 194. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 195. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e preciosa do fato e a indicação das disposições legais.

Parágrafo único. O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art. 196. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art. 197. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas:

§ 1º A impugnação da exigência fiscal mencionará:

I. a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II. a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

III. os motivos de fato e de direito em que fundamenta;

IV. as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas desde que justificadas as suas razões;

V. objetivo visado.

§ 2º A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instituirá a fase contraditória do procedimento.

Art. 198. A autoridade administrativa determinará, de ofício, ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando as atender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerar impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único. Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas do sujeito passivo.

Art. 199. Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

§ 1º Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

§ 2º O impugnador será notificado do despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrarem local incerto e não sabido.

Art. 200. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa denegatório de impugnação e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento arquivado.

## CAPÍTULO II

### DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 201. Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para instância administrativa superior.

Parágrafo único. O recurso terá efeito suspensivo de cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho de primeira instância.

Art. 202. Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo ou o autuado do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de Referência mencionado no art. 233, seu prolator recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho.

Art. 203. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo único. Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

Art. 204. A instância administrativa superior será constituída na forma que a lei determina.

Art. 205. Da decisão da instância administrativa superior caberá pedido de reconsideração o Prefeito, no prazo de 30 (trinta dias).

## CAPÍTULO III

### DAS DECISÕES

Art. 206. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo sujeitas a recurso de ofício.

Art. 207. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelado da multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art. 208. Na hipótese da impugnação ser julga improcedente, os tributos e penalidades impugnadas ficam acrescidas de correção



monetária, multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º O sujeito passivo autuado ou não, poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue prévio depósito administrativo da quantia total exigida.

§ 2º Julgada procedente a impugnação, serão restituídos ao sujeito passivo autuado ou não, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas de correção monetária a partir da data em que foi efetuado o depósito.

## TÍTULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### CAPÍTULO I

##### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 209. Compete à administração fazendária municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 210. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas à obrigação tributária, inclusive nos casos de imunidade e isenção.

Art. 211. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I. exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;

II. apreender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

Art. 212. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultado à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 213. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais exigências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder o lançamento do tributo ou penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 214. Mediante intimação escrita, são obrigadas a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I. os tabeliões, escriturais e demais serventário do ofício;

II. os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III. as empresas de administração de bens;

IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V. os inventariantes;

VI. os síndicos, comissários e liquidatários;

VII. quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério atividade ou profissão.

Art. 215. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos benefícios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade jurídica e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do município e entre a União, Estado e outros municípios.

§ 2º A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

Art. 216. As autoridades da administração fiscal do município, através do prefeito, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício da função de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

#### CAPÍTULO II

##### DA CONSULTA

Art. 217. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência a normas estabelecidas.

Art. 218. A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 219. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único. Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 220. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvados os direitos daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Art. 221. A autoria administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. No despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Art. 222. Respondida a consulta, o consulente será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, dar cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de

penalidades.

Parágrafo único. O consulente poderá evitar a oneração do eventual débito por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo, das importâncias que, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 223. A resposta à consulta será respeitada pela administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

### CAPÍTULO III

#### DA DÍVIDA ATIVA

Art. 224. Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de rendas diversas, indenizações pagas e de multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.  
(Caput com redação dada pelo art.4º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Parágrafo único. A influência de juros de mora e atualização monetária não excluem, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.  
( Parágrafo único acrescentado pelo art.4º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Art. 225. A fazenda municipal providenciará para que, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte ao do lançamento dos tributos, sejam inscritos na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.  
(Caput com redação dada pelo art.5º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Parágrafo único. Sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa incidirão correção monetária, multa e juros, a contar da data de vencimento dos tributos. A inscrição em Dívida Ativa sujeitará ainda o débito a um acréscimo de 20% (vinte por cento) para custeio das despesas de cobrança.  
(Parágrafo único acrescentado pelo art.5º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Art. 226. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:  
(Caput com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)  
I. o nome do devedor, e, sendo o caso, dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um e de outros;  
(Incisos I com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

II. a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;  
(Incisos II com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

III. a origem, a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que sejam fundadas;  
(Incisos III com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

IV. a data em que foi inscrita;  
(Incisos IV com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

V. sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.  
(Incisos V com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§1º A certidão conterà, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição e poderá ser extraída através do processamento eletrônico.  
(§ 1º com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 2º Por determinação da secretaria Municipal de Finanças serão administrativamente cancelados os débitos:  
(§ 2º com redação dada pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

I- prescritos;  
(Inciso I acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

II- de contribuintes que hajam falecido deixando bens que, por força da lei, sejam insuscetíveis de execução;  
(Inciso II acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

III- que, por ínfimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente antieconômica.  
(Inciso III acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 3º A dívida será cobrada por procedimento:  
(§ 3º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

I. amigável, durante o período máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de vencimento do débito;  
(Inciso I acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

II. judicial;  
(Inciso II acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 4º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo.  
(§ 4º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 5º Cessa a competência da Secretaria Municipal de Finanças para cobrança do débito com o encaminhamento da certidão de Dívida Ativa para a cobrança judicial.  
(§ 5º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 6º O recebimento de débitos fiscais, constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia, com visto do órgão jurídico do Município incumbido da cobrança judicial da dívida.  
(§ 6º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 7º O Secretário de Finanças poderá permitir, em caráter excepcional, o pagamento parcelado de créditos tributários já vencidos, tendo em vista a situação econômico-financeiras do sujeito passivo, não se excluindo, em caso algum, o pagamento de juros, multas e atualização monetária, quando couber.  
(§ 7º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 8º Somente é concedido o parcelamento para débitos vencidos a mais de 2 (dois) meses, não ajuizados, cabendo a iniciativa do pedido ao contribuinte mediante petição.

(§ 8º acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 9º O parcelamento não será superior a 18 (dezoito) prestações mensais e sucessivas, obedecendo ao seguinte critério.

(§ 9º alterado pelo art.2º da Lei Complementar nº 195, de 22-06-01)

I. até 04 (quatro) parcelas com acréscimos de 1% (um por cento) de juros por parcela, para débitos no valor de até 80 (oitenta) UFIR;

(Inciso I acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

II. de 05 (cinco) a 08 (oito) parcelas, com acréscimo de 1% (um por cento) de juros por parcela, para débitos no valor de 81 (oitenta e um) até 160 (cento e sessenta) UFIR;

(Inciso II acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

III. de 09 (nove) a 12 (doze) parcelas, com acréscimo de 1% (um por cento) de juros por parcela, para débitos superiores a 161 (cento e sessenta e um) até 320 (trezentos e vinte) UFIR;

(Inciso III alterado pelo art.2º da Lei Complementar nº 195, de 22-06-01)

IV. de 12 (doze) a 18 (dezoito) parcelas, com acréscimo de 1º (um por cento) de juros por parcela, para débitos no valor acima de 321 (trezentos e vinte e uma) UFIR.

(Inciso IV acrescentado pelo art.2º da Lei Complementar nº 195, de 22-06-01)

§ 10. Não poderá ser concedido novo parcelamento a contribuinte que não liquidar o parcelamento anterior efetuado.

(§ 10 acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 11. As prestações mensais resultantes do parcelamento sofrerão atualização monetária, na forma da lei, até a data do pagamento.

(§ 11 acrescentado pelo art.6º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

Art. 227. A dívida, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

(Caput com redação dada pelo art.7º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 1º É vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da Dívida Ativa, ainda que se não tenha realizada a inscrição.

(§ 1º acrescentado pelo art. 7º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

§ 2º Incorrerá em responsabilidade funcional, e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fazer a concessão proibida neste artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

(§ 2º acrescentado pelo art. 7º da Lei Complementar nº 167, de 16-12-1999.)

#### CAPÍTULO IV

##### DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 228. A pedido do contribuinte e em não havendo débito será fornecida certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerido.

Art. 229. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressaltar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 230. O município não celebrará contrato ou aceitará proposta de concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova, por certidão negativa, de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 231. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º Os prazos serão contínuos, excluído no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento;

§ 2º Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente em repartição em que tenha o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 232. Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas dos anexos que a acompanham.

Art. 233. Fica instituído o valor de referência de CR\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos cruzeiros) para o exercício de 1982, devendo ser atualizado anualmente por lei.

Art. 234. A base de cálculo do ISS, definido no artigo 38 § 2º e o valor de referência mencionado no artigo anterior serão atualizados anualmente, até 31 de dezembro, por ato do Executivo Municipal, nos termos da Lei Federal nº 6.423, de 17 de junho de 1977 e suas modificações posteriores, com base na variação da ORTN.

Art. 235. Na fixação da base de cálculo dos tributos serão desprezadas as frações de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 236. Nos valores finais dos tributos a serem pagos serão desprezados as frações de CR\$ 1,00 (hum cruzeiro).

#### **Lei Nº 3.918, de 14 de Dezembro de 2007.**

##### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

**LEI Nº 3.918, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.**

Institui o Sistema Eletrônico de Gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica instituído no Município de Concórdia, SC, o Sistema Eletrônico de Gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração Indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Concórdia, SC, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via internet, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, relativas aos

serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado a pessoa jurídica.

§ 2º As informações prestadas poderão sofrer retificações, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º O Livro Eletrônico será gerado por programa específico, disponibilizado gratuitamente via internet, no endereço eletrônico do Município de Concórdia.

Art. 4º A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou do responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, as quais estarão sujeitas a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as notas fiscais ou faturas, com seus respectivos valores, emitindo, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuando o pagamento do imposto devido.

§ 2º O tomador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções do ISSQN exigidas na legislação, emitindo, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuando o pagamento do imposto devido, quando revestir-se da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º No mês que não prestarem ou que não adquirirem serviços, os contribuintes e os tomadores deverão informar, obrigatoriamente, através do programa, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "Sem Movimento".

Art. 6º Em substituição ao Livro de Registro de Serviços, previsto na legislação vigente, o tomador de serviços, substituto tributário ou não e o contribuinte emitente de nota fiscal de serviços, ficam obrigados a registrar eletronicamente: (art. 6º com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)

I - Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas, sujeitas à retenção ou não.

§ 1º O Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios deverá ser registrado pelos contribuintes prestadores de serviços.

§ 2º O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas, sujeitas à retenção ou não, deverá ser registrado pelos tomadores de serviços, com responsabilidade para recolhimento do ISSQN, por substituição e retenção tributária, atribuídas pela legislação vigente e também pelos tomadores de serviços domiciliados no Município, independentemente dos mesmos não serem sujeitos à retenção.

§ 3º Findo o exercício fiscal, o contribuinte deverá registrar eletronicamente os livros fiscais, contendo termos de abertura e encerramento em ordem sequencial dos livros, devendo, ainda, ser paginados e assinados digitalmente pelo responsável, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, para verificação do fisco, quando necessário. (art. 6º com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)

Art. 7º Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de

serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no sistema Livro Eletrônico, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central do Brasil.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais das receitas correspondentes.

Art. 8º Todos os demais desobrigados de emissão de notas fiscais de serviços, nos termos da legislação vigente, ficam também obrigados a escriturar a planilha a que se refere o artigo anterior, em relação aos serviços prestados e tomados.

Art. 9º O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviços, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 10. Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os carnês de recolhimento do ISSQN, pela Guia de Recolhimento do ISSQN, emitida através do sistema Livro Eletrônico.

Art. 11. A solicitação para "Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF", deverá ser solicitada pela empresa responsável pela impressão, pelo Livro Eletrônico do Município. (art. 11 com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)

Art. 12. A AIDF será concedida com observância nos critérios previstos na legislação vigente.

§ 1º O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da expedição da AIDF, sendo que o estabelecimento gráfico fará imprimir no rodapé, em destaque, logo após o número e a data da AIDF, a data de validade do documento, através da seguinte expressão: "válida para uso até \_\_\_\_\_", sendo esta data 24 (vinte e quatro) meses após a data da AIDF.

§ 2º O prazo de validade das notas fiscais será renovado uma única vez, por igual período.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, os documentos fiscais em branco serão inutilizados pela autoridade fiscal competente, mediante termo lavrado em livro próprio.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o contribuinte poderá solicitar nova AIDF para impressão de novos documentos fiscais, que terão numeração sequencial aos documentos inutilizados.

§ 5º Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos da autoridade fiscal competente.

§ 6º A autoridade fiscal poderá, em casos especiais, autorizar a confecção de documentos fiscais em números e prazos superiores ao previsto neste artigo, por solicitação do contribuinte, mediante processo administrativo.

Art. 13. A impressão das notas fiscais de serviços e das faturas de serviços deverão conter os dados mínimos obrigatórios apontados



no documento AIDF.

Art. 14. O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator, prestador ou tomador de serviços, às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente ao que:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal de Finanças o Livro Eletrônico no prazo determinado, independentemente do pagamento do imposto;

II - escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 15. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.

Art. 16. Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta Lei e não será mais aceita a escrituração de Livros de Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 17. O acesso ao preenchimento dos Livros previstos no art. 6º desta Lei, dar-se-á através de senha, fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculada ao número do Conselho Regional de Contabilidade - CRC do contabilista responsável.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2008.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2007.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Lei Nº 3.918, de 14 de Dezembro de 2007.** **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 3.918, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.

Institui o Sistema Eletrônico de Gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica instituído no Município de Concórdia, SC, o Sistema Eletrônico de Gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração Indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Concórdia, SC, ficam obrigadas

a adotar o Livro Eletrônico para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via internet, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, relativas aos serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado a pessoa jurídica.

§ 2º As informações prestadas poderão sofrer retificações, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º O Livro Eletrônico será gerado por programa específico, disponibilizado gratuitamente via internet, no endereço eletrônico do Município de Concórdia.

Art. 4º A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou do responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, as quais estarão sujeitas a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as notas fiscais ou faturas, com seus respectivos valores, emitindo, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuando o pagamento do imposto devido.

§ 2º O tomador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções do ISSQN exigidas na legislação, emitindo, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuando o pagamento do imposto devido, quando revestir-se da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º No mês que não prestarem ou que não adquirirem serviços, os contribuintes e os tomadores deverão informar, obrigatoriamente, através do programa, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "Sem Movimento".

Art. 6º Em substituição ao Livro de Registro de Serviços, previsto na legislação vigente, o tomador de serviços, substituto tributário ou não e o contribuinte emitente de nota fiscal de serviços, ficam obrigados a registrar eletronicamente: (art. 6º com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)

I - Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas, sujeitas à retenção ou não.

§ 1º O Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios deverá ser registrado pelos contribuintes prestadores de serviços.

§ 2º O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas, sujeitas à retenção ou não, deverá ser registrado pelos tomadores de serviços, com responsabilidade para recolhimento do ISSQN, por substituição e retenção tributária, atribuídas pela legislação vigente e também pelos tomadores de serviços domiciliados no Município, independentemente dos mesmos não serem sujeitos à retenção.

§ 3º Findo o exercício fiscal, o contribuinte deverá registrar eletronicamente os livros fiscais, contendo termos de abertura e encerramento em ordem sequencial dos livros, devendo, ainda, ser paginados e assinados digitalmente pelo responsável, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, para verificação do fisco, quando necessário. (art. 6º com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)



Art. 7º Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no sistema Livro Eletrônico, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central do Brasil.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais das receitas correspondentes.

Art. 8º Todos os demais desobrigados de emissão de notas fiscais de serviços, nos termos da legislação vigente, ficam também obrigados a escriturar a planilha a que se refere o artigo anterior, em relação aos serviços prestados e tomados.

Art. 9º O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviços, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 10. Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os carnês de recolhimento do ISSQN, pela Guia de Recolhimento do ISSQN, emitida através do sistema Livro Eletrônico.

Art. 11. A solicitação para "Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF", deverá ser solicitada pela empresa responsável pela impressão, pelo Livro Eletrônico do Município. (art. 11 com redação dada pela Lei nº 4.300, de 14.6.2011)

Art. 12. A AIDF será concedida com observância nos critérios previstos na legislação vigente.

§ 1º O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da expedição da AIDF, sendo que o estabelecimento gráfico fará imprimir no rodapé, em destaque, logo após o número e a data da AIDF, a data de validade do documento, através da seguinte expressão: "válida para uso até \_\_\_\_\_", sendo esta data 24 (vinte e quatro) meses após a data da AIDF.

§ 2º O prazo de validade das notas fiscais será renovado uma única vez, por igual período.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, os documentos fiscais em branco serão inutilizados pela autoridade fiscal competente, mediante termo lavrado em livro próprio.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o contribuinte poderá solicitar nova AIDF para impressão de novos documentos fiscais, que terão numeração seqüencial aos documentos inutilizados.

§ 5º Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos da autoridade fiscal competente.

§ 6º A autoridade fiscal poderá, em casos especiais, autorizar a confecção de documentos fiscais em números e prazos superiores ao previsto neste artigo, por solicitação do contribuinte, mediante processo administrativo.

Art. 13. A impressão das notas fiscais de serviços e das faturas de serviços deverão conter os dados mínimos obrigatórios apontados no documento AIDF.

Art. 14. O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator, prestador ou tomador de serviços, às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente ao que:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal de Finanças o Livro Eletrônico no prazo determinado, independentemente do pagamento do imposto;

II - escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 15. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.

Art. 16. Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta Lei e não será mais aceita a escrituração de Livros de Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 17. O acesso ao preenchimento dos Livros previstos no art. 6º desta Lei, dar-se-á através de senha, fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculada ao número do Conselho Regional de Contabilidade - CRC do contabilista responsável.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2008.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2007.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Lei Nº 4.013, de 24 de Novembro de 2008.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.013, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a Lei Geral do Simples Municipal, em conformidade com os arts. 146, III, 170, IX e 179 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Esta Lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO I

**DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO**

Art. 2º Fica criado o Alvará Digital Provisório, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará provisório de localização e funcionamento, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, para atividades econômicas em início de atividade no território do Município.

§ 1º Fica disponibilizado no sítio do Município o formulário de pedido de Alvará Digital Provisório, o qual será transmitido ao órgão competente, para manifestação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da solicitação do Alvará Digital Provisório, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada e o deferimento do Alvará Digital Provisório.

§ 2º No preenchimento do formulário, deverão ser informados:

I - atividade principal e secundárias, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

II - nome da pessoa jurídica;

III - endereço completo do estabelecimento;

IV - inscrição imobiliária;

V - número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - nome e qualificação do sócio ou administrador, se for o caso;

VII - nome do requerente;

VIII - nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 3º A emissão do Alvará Digital Provisório fica condicionada ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos das Leis Complementares Municipais nºs. 78, de 16 de dezembro de 1993, Anexo II e 513, de 20 de dezembro de 2007, e apresentação dos seguintes documentos:

I - documentos de constituição, devidamente registrados no órgão competente;

II - cartão do CNPJ;

III - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF dos sócios.

§ 4º Para a conversão do Alvará Digital Provisório em Alvará definitivo, deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Digital Provisório, apresentar na repartição competente, os seguintes documentos:

I - Vistoria do Corpo de Bombeiros;

II - Vistoria da Vigilância Sanitária, se for o caso;

III - Alvará de Habite-se;

IV - Licenciamento Ambiental, fornecido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, se for o caso.

§ 5º Somente será concedido Alvará Digital Provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação a ser definida em Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta LEI.

§ 6º O Alvará Digital Provisório previsto no caput deste artigo não se aplica nos casos de atividades eventuais e de comércio

ambulante.

§ 7º O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos que possuem Alvará Digital Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 8º Havendo motivo, devidamente justificado, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 3º Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Digital Provisório, vistoria no estabelecimento, visando à expedição dos demais atos necessários à emissão do Alvará definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 4º O Alvará Digital Provisório será declarado nulo se:

I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco, por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV - for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

V - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 5º Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao Município e/ou a terceiros, os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para integração ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN, a fim de desburocratizar os procedimentos para abertura, alteração e baixa de empresas.

Parágrafo único. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas, observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

**CAPÍTULO II****DO REGIME TRIBUTÁRIO**

Art. 7º As microempresas e as empresas de pequeno porte, optantes pelo regime tributário Simples Nacional, recolherão o valor devido mensalmente a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, mediante aplicação das respectivas tabelas anexas à Lei Complementar Federal nº 123/2006, ressalvado o ISSQN devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte.

Art. 8º O valor devido mensalmente a título de ISSQN pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18 do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, será por estimativa, no valor mensal de 15 (quinze) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal.

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput deste artigo será aplicado a partir do ano-calendário de 2009.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades, ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo, será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo, deverá ser incluído no valor devido pelas microempresas relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS.

Art. 9º Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISSQN em valor fixo mensal, calculado pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável, independentemente do tributo devido pessoalmente pelos respectivos profissionais, de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 326, de 15 de dezembro de 2003 e alterações, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

### CAPÍTULO III

#### DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 10. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente, de maneira orientadora e não punitiva junto às microempresas e as empresas de pequeno porte.

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação, com prazo de 30 (trinta) dias, para solucionar a irregularidade e/ou pendência.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As microempresas e as empresas de pequeno porte que se encontrem sem movimento há mais de 3 (três) anos, poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo único. A baixa prevista neste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, inclusive tributos e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis, os titulares ou sócios.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEODI SARETTA  
Prefeito Municipal

HEDO GOSENHEIMER  
Secretário Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2008.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Diretora Administrativa

### Lei Nº 4.116, de 17 de Novembro de 2009.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.116, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a Lei Geral do Simples Nacional, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Esta Lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual, contidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações.

### CAPÍTULO I

#### DO REGISTRO, DA LEGALIZAÇÃO E DA BAIXA

##### Seção I

##### Das Diretrizes

Art. 2º Fica criado o Alvará Digital Provisório, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará provisório de localização e funcionamento, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, para atividades econômicas em início de atividade no território do Município.

§ 1º Fica disponibilizado no sítio do Município o formulário de pedido de Alvará Digital Provisório, o qual será transmitido ao órgão competente, para manifestação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da solicitação do Alvará Digital Provisório, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada e o deferimento do Alvará Digital Provisório.

§ 2º No preenchimento do formulário, deverão ser informados:

I - atividade principal e secundárias, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

II - nome da pessoa jurídica;

III - endereço completo do estabelecimento;

IV - inscrição imobiliária;

V - número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - nome e qualificação do sócio ou administrador, se for o caso;

VII - nome do requerente;

VIII - nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 3º A emissão do Alvará Digital Provisório fica condicionada ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos das Leis Complementares Municipais nºs. 78, de 16 de dezembro de 1993, Anexo II e 513, de 20 de dezembro de 2007, e apresentação dos seguintes documentos:

I - documentos de constituição, devidamente registrados no órgão competente;

II - cartão do CNPJ;

III - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF dos sócios.

§ 4º Para a conversão do Alvará Digital Provisório em Alvará definitivo, deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Digital Provisório, apresentar na repartição competente, os seguintes documentos:

I - Vistoria do Corpo de Bombeiros;

II - Vistoria da Vigilância Sanitária, se for o caso;

III - Alvará de Habite-se;

IV - Licenciamento Ambiental, fornecido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, se for o caso.

§ 5º Somente será concedido Alvará Digital Provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação a ser definida em Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta LEI.

§ 6º O Alvará Digital Provisório previsto no caput deste artigo não se aplica nos casos de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 7º O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos que possuem Alvará Digital Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 8º Havendo motivo, devidamente justificado, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 3º Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Digital Provisório, vistoria no estabelecimento, visando à expedição dos demais atos necessários à emissão do Alvará definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 4º O Alvará Digital Provisório será declarado nulo se:

I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco, por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV - for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

V - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 5º Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao Município e/ou a terceiros, os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para integração ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN, a fim de desburocratizar os procedimentos para abertura, alteração e baixa de empresas.

Parágrafo único. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas, observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

Art. 7º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

## Seção II

### Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição

Art. 8º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade, previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no site oficial da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido de acordo com as leis do Plano Diretor Físico-Territorial Urbano - PDFTU;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública e vigilância sanitária;

II - indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública e vigilância sanitária.

§ 3º Na hipótese do inciso I do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública e vigilância sanitária pendentes, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual no Município.

§ 4º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento



de todas as normas de uso e ocupação de solo, posturas, segurança pública e vigilância sanitária, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 5º O contador ou o escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do art. 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 9º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor, na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br), após a realização e deferimento da consulta de viabilidade prevista no art. 8º desta LEI.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor, prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade, resultará no indeferimento da inscrição Municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e do Número de Identificação no Registro de Empresas - NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição Municipal.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição Municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 10. A inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempreendedor individual deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Finanças, Setor de Fiscalização, após o deferimento da consulta de viabilidade e do alvará no REGIN.

## CAPÍTULO II

### DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 11. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 12. O valor devido mensalmente a título de ISSQN pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18 do art. 18, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, será:

I - fixo, no valor de 25 (vinte e cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal, para as microempresas que auferiram receita de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);

II - fixo, no valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal, para as microempresas que auferiram receita entre R\$ 48.000,01 (quarenta e oito mil reais e um centavo) e R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

§ 1º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 2º O valor fixado na forma deste artigo será devido, ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 3º O valor fixado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pelas microempresas relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS.

§ 4º O valor estabelecido neste artigo será devido a partir de janeiro de 2010.

Art. 13. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISSQN em valor fixo mensal, calculado pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável, independentemente do tributo devido pessoalmente pelos respectivos profissionais, de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 326, de 15 de dezembro de 2003 e alterações, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 14. A retenção na fonte de ISSQN devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISSQN previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISSQN referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade, em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISSQN no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISSQN prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISSQN informada no documento fiscal for



inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISSQN a ser recolhido no Simples Nacional.

### CAPÍTULO III

#### DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 15. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente, de maneira orientadora e não punitiva junto às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual.

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação, com prazo de 30 (trinta) dias, para solucionar a irregularidade e/ou pendência.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual que se encontrem sem movimento há mais de 3 (três) anos, poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo único. A baixa prevista neste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, inclusive tributos e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis, os titulares ou sócios.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei nº 4.013, de 24 de novembro de 2008.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2009.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

## Lei Nº 4.341, de 23 de Setembro de 2011

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.341, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

### CAPÍTULO I

#### DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

##### Seção I

##### Definição

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no âmbito do Município de Concórdia, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Parágrafo único. Considera-se NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Concórdia, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por senha de acesso do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças - SEMUF, antes da ocorrência do fato gerador.

##### Seção II

#### Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º O Município de Concórdia definirá por decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem pela emissão da NFS-e estarão sujeitos ao disposto nesta Lei e à sua regulamentação, em caráter definitivo e irretratável.

### CAPÍTULO II

#### DO ACESSO AO SISTEMA DA NFS-e

##### Seção I

#### Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º O acesso ao sistema da NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante utilização de senha de segurança.

Art. 4º Para obter acesso ao sistema de que trata esta Lei, os interessados deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso no sítio: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line.

§ 1º Após o cadastramento de que trata o caput deste artigo, o interessado deverá imprimir o formulário denominado "Solicitação de Acesso".

§ 2º Comprovada a regularidade das informações pela SEMUF, proceder-se-á a liberação do acesso, sendo encaminhada, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, mensagem com o resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 3º No caso de constatação de qualquer inconsistência nas informações prestadas pelo interessado, este será informado, no endereço eletrônico (e-mail) cadastrado, o motivo do indeferimento do pedido de acesso.

Art. 5º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo por seu detentor.

Art. 6º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador de serviços, considerando o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, no Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "Solicitação de Acesso", e conterà as funções de gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 7º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da NFS-e.

## Seção II

### Do Acesso pela SEMUF

Art. 8º O acesso ao sistema da NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse da SEMUF, será realizado mediante utilização de senha de acesso, com as seguintes funções:

I - habilitar e desabilitar usuários;

II - criar ou modificar perfis de utilização;

III - incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da SEMUF.

Art. 9º Aos servidores da SEMUF será permitido acesso ao sistema da NFS-e, conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

## CAPÍTULO III

### DA EMISSÃO DA NFS-e

Art. 10. A NFS-e deverá conter as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) número da inscrição no CPF ou no CNPJ;

e) número da inscrição no Cadastro Econômico Municipal;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) número da inscrição no CPF ou no CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - local da prestação do serviço;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução na base de cálculo, se houver, na forma prevista na legislação municipal;

X - valor da base de cálculo;

XI - código do serviço, conforme itens da Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, constante na Lei Complementar Municipal nº 326, de 15 de dezembro de 2003.

XII - alíquota e valor do ISSQN;

XIII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Concórdia, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a legislação vigente;

c) retenção de ISSQN na fonte;

d) expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional", para as empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa;

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) outras informações que o contribuinte entender como necessárias à emissão.

§ 1º A NFS-e conterà as expressões "Prefeitura Municipal de Concórdia", "Secretaria Municipal de Finanças" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, específico por série e para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do caput deste artigo é opcional:

I - para as pessoas físicas;

II - para as pessoas jurídicas, somente quanto à alínea "c".

§ 5º As NFS-e de contribuinte optante pelo Simples Nacional conterào:

I - no campo destinado ao valor do imposto, a expressão "Simples Nacional";

II - no campo "alíquota", a informação do faturamento da empresa, de acordo com o art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

III - no campo destinado às informações complementares, as expressões: "Documento emitido por Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional".

§ 6º Caso a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional estiver impedida de recolher o ISSQN na forma deste regime, em decorrência de haver extrapolado o sublimite estabelecido, em face do disposto no § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, a NFS-e será emitida com a seguinte expressão: "Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISSQN pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 123/2006".

Art. 11. A NFS-e deverá ser emitida on-line, no sítio: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Concórdia, mediante liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive, ser enviada por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços.

Art. 12. A NFS-e poderá ser emitida por outras ferramentas gerenciais ou fiscais usadas pelas empresas contábeis ou pelo próprio contribuinte e exportada/importada para a ferramenta Fiscal Web em arquivo no formato "txt" pelo Integrador da NFS-e.

Art. 13. O desenvolvimento das rotinas de emissão da NFS-e no padrão do aplicativo fornecido pelo Município de Concórdia é de total responsabilidade do contribuinte, que deverá seguir estritamente as regras contidas no manual do integrador.

Art. 14. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas e impressas nos meios eletrônicos da SEMUF.

Art. 15. Todo estabelecimento prestador de serviços inscrito no Cadastro Econômico Municipal de Concórdia é obrigado a gerar NFS-e para todos os serviços prestados, independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício.

Art. 16. Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

#### Seção I

Do Sistema de Emissão da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e Conjugada

Art. 17. Fica autorizada a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e Conjugada, pelos contribuintes do ISSQN que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º A NF-e Conjugada será de uso exclusivo dos contribuintes que possuam, concomitantemente, operações de circulação de mercadoria, de competência estadual, e de prestação de serviços, de competência municipal.

§ 2º A solicitação para utilização e emissão deverá ser requerida

pelo interessado, protocolizada e endereçada à SEMUF - Seção de Fiscalização, que poderá autorizar em regime especial, desde que o contribuinte esteja previamente credenciado para emissão da NF-e Conjugada, pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, considerando o disposto no art. 8º da Portaria SEF nº 048/2010, de 26 de março de 2010.

§ 3º O contribuinte do ISSQN que passar a utilizar a NF-e Conjugada sem autorização do Fisco Municipal sujeitar-se-á às penalidades cabíveis na legislação tributária vigente.

§ 4º A normatização e regulamentação da NF-e Conjugada, submeter-se-á às normas definidas na Legislação Tributária do Município de Concórdia e na Legislação Tributária da Fazenda Estadual, especialmente dos artigos 1º a 23 do Anexo II, do Regulamento do ICMS, do Estado de Santa Catarina - RICMS/SC.

§ 5º A autorização para utilização da NF-e Conjugada não dispensa o contribuinte das demais obrigações definidas na Legislação Tributária Municipal.

Art. 18. Fica o contribuinte, que obteve autorização para utilizar a NF-e Conjugada, obrigado a informar ao Fisco Municipal, mediante ofício, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência de:

I - seu eventual descredenciamento na SEF de Santa Catarina;

II - alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade da emissão da NF-e Conjugada.

Art. 19. O contribuinte do ISSQN deve disponibilizar à Seção de Fiscalização da SEMUF, quando solicitado, o arquivo XML digital das NF-e Conjugadas emitidas e o respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE.

Parágrafo único. Os arquivos digitais e respectivos DANFES devem estar disponíveis para verificação do Fisco Municipal pelo período previsto na legislação tributária vigente.

#### Seção II

Da emissão da NFS-e por Profissionais Liberais

Art. 20. É facultada aos Profissionais Liberais, inscritos no Cadastro Econômico Municipal, a emissão de NFS-e, prevista no art.15 desta LEI.

#### Seção III

Da dispensa da obrigatoriedade da emissão da NFS-e

Art. 21. Estão dispensados da obrigatoriedade prevista no art.15 desta Lei:

I - bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

III - autônomos que prestem serviços sob a forma de trabalho pessoal.

#### Seção IV

Da Declaração Automática da NF-e e do Documento de Arrecadação

Art. 22. As NFS-e emitidas pelos contribuintes do ISSQN, inclusive os optantes pelo Simples Nacional, serão automaticamente declaradas pelo aplicativo emissor para a SEMUF, sem a necessidade de serem informadas pelo aplicativo (Fiscal Web) de envio de

**Declarações de Informações Fiscais do Município - DIF.**

Art. 23. O recolhimento do ISSQN relativo às NFS-e emitidas será efetuado por documento de arrecadação municipal emitido pelo aplicativo de envio de DIF na data do vencimento do imposto, mediante protocolo por assinatura digital.

Parágrafo único. Para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional ou que recolham o ISSQN sob regime de estimativa fixa mensal, o aplicativo não gerará débito do imposto bastando apenas efetuar o protocolo de envio da DIF pelo Fiscal Web.

**Sessão V****Do Cancelamento da NFS-e**

Art. 24. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, via sistema informatizado no sítio: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line, antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento ou vencimento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada mediante processo administrativo fiscal regular e pagamento de taxa no valor de 6,25 Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram à anulação do documento. O sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço informando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 25. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do valor do serviço, sendo o imposto devido em razão de sua prestação, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 326/2003.

**CAPÍTULO IV****Seção I****Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN**

Art. 26. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do ISSQN incidente na operação, ficando, a falta ou insuficiência de seu recolhimento, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

**CAPÍTULO V****DAS PENALIDADES**

Art. 27. No caso de infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor de:

I - 40 (quarenta) UFIRs Municipal para cada NFS-e não emitida, ausência de outro documento ou declaração exigida pela Administração Municipal;

II - 100 (cem) UFIRs Municipal para cada NFS-e indevidamente cancelada;

III - 150 (cento e cinquenta) UFIRs Municipal para cada NFS-e tributável, emitida indevidamente como isenta, imune ou não

tributável.

Art. 28. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa de 1.500 (mil e quinhentas) UFIRs Municipal.

**CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 29. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria Municipal de Administração do Município, pelo contribuinte, mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido no caput deste artigo, somente se admite antes de instaurado processo de fiscalização.

Art. 30. A partir da vigência desta Lei tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou que recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 31. Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias, a contar da data de vigência desta Lei, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo V desta LEI.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 90 (noventa) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo V desta LEI.

Art. 32. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br) para fins de verificação da autenticidade dos documentos emitidos, bastando que o consulente informe o código de verificação de autenticidade constante nas mesmas.

Art. 33. As NFS-e ficarão armazenadas em meio magnético no Município de Concórdia até o vencimento do prazo decadencial previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 34. Os contribuintes que já possuam inscrição no Cadastro Econômico Municipal e estejam emitindo documentos fiscais impressos tipograficamente, deverão solicitar Autorização para Emissão de NFS-e no prazo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei, passando compulsoriamente a emitir os documentos assim que autorizados.

§ 1º Os contribuintes enquadrados no caput deste artigo deverão apresentar as Notas Fiscais de Prestação de Serviços não utilizadas à Seção de Fiscalização do Município para sua inutilização, até 90 (noventa) dias após a publicação desta LEI.

§ 2º Deverão se submeter aos procedimentos determinados no parágrafo anterior também os contribuintes que optem pela emissão da NFS-e antes de decorridos 90 (noventa) dias após a publicação desta LEI.

§ 3º Os contribuintes enquadrados no caput deste artigo que



necessitarem de autorização para emissão de documentos fiscais antes de 90 dias após a publicação desta Lei, deverão obrigatoriamente solicitar Autorização para Emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços.

Art. 35. Aos contribuintes que se inscreverem no Cadastro Econômico Municipal a contar da data de publicação desta Lei, somente será liberada autorização para impressão de NFS-e.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Decreto Nº 5.623, de 23 de Setembro de 2011.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.623, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e instituída pela Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados:

I - os prestadores de serviços que já estejam obrigados à utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e, conforme estabelecido no art. 23 do Anexo 11 do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS do Estado de Santa Catarina;

II - os prestadores de serviços mencionados no Anexo Único deste Decreto, que se enquadrem nas seguintes situações:

a) pessoas jurídicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) no ano calendário anterior;

b) os microempreendedores individuais que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no ano calendário anterior.

§ 1º A obrigação de que trata o caput deste artigo será facultativa para os profissionais liberais (pessoa física) a que se refere o art. 38 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º As empresas obrigadas a emitir a NF-e Mercantil poderão incluir no Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE as informações relativas a NFS-e, enviando ao Município de Concórdia as informações (em arquivo XML) relativas aos serviços, e ao Estado o arquivo completo, obedecendo as regras específicas de cada ente para a emissão da NF-e e incluindo o número de série das respectivas notas.

Art. 3º Caso o contribuinte opte por efetuar as emissões da NFS-e em seu próprio sistema de informação, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 4.341/2011, deverá enviar e-mail para: datacenter@ipm.com.br e solicitar o manual do integrador ou baixá-lo na própria ferramenta de escrita fiscal.

Parágrafo único. A NFS-e emitida pelo aplicativo de que trata o caput deste artigo poderá ser exportada para outras ferramentas gerenciais e fiscais em opção própria, no menu da ferramenta de emissão da NFS-e.

Art. 4º Até que o Município passe a receber ou acessar os arquivos XML das NF-e e as informações gerenciais por parte da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, nos termos da cláusula segunda, inciso II, do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos, de 25 de outubro de 2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a FECAM, o contribuinte autorizado deverá:

I - imprimir em papel ofício, A4, exceto papel jornal, uma via da NF-e ou do DANFE;

II - manter a via impressa em arquivo pelo prazo decadencial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ANEXO ÚNICO

LISTA DE SERVIÇOS PARA COBRANÇA DO ISSQN

ITEM	SERVIÇOS
1	Serviços de informática e congêneres
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas
1.02	Programação
1.03	Processamento de dados e congêneres
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
1.06	Assessoria e consultoria em informática
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza



2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres
3.01	-
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres
4.01	Medicina e biomedicina
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres
4.04	Instrumentação cirúrgica
4.05	Acupuntura
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares
4.07	Serviços farmacêuticos
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental
4.10	Nutrição
4.11	Obstetrícia
4.12	Odontologia
4.13	Ortótica
4.14	Próteses sob encomenda
4.15	Psicanálise
4.16	Psicologia
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres
5.01	Medicina veterinária e zootecnia
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres:

-	localizados na zona nobre (centro) do Município
-	localizados nos bairros e localidades da zona rural do Município
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres:
-	localizados na zona nobre (centro) do Município
-	localizados nos bairros e localidades da zona rural do Município
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia
7.04	Demolição
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres
7.08	Calafetagem
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres
7.14	-
7.15	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfuração, concretagem, testemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres

8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza
9	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres
9.03	Guias de turismo
10	Serviços de intermediação e congêneres
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios
10.06	Agenciamento marítimo
10.07	Agenciamento de notícias
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial
10.10	Distribuição de bens de terceiros
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres
12.01	Espectáculos teatrais
12.02	Exibições cinematográficas
12.03	Espectáculos circenses
12.04	Programas de auditório
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres
12.07	Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não
12.10	Corridas e competições de animais
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador
12.12	Execução de música
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo

12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia
13.01	-
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia
14	Serviços relativos a bens de terceiros
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)
14.02	Assistência técnica
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)
14.04	Recaptação ou regeneração de pneus
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido
14.07	Colocação de molduras e congêneres
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento
14.10	Tinturaria e lavanderia
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral
14.12	Funilaria e lanternagem
14.13	Carpintaria e serralheria
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais

15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário
16	Serviços de transporte de natureza municipal
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares

17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra
17.05	Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários
17.07	-
17.08	Franquia (franchising)
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros
17.13	Leilão e congêneres
17.14	Advocacia
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica
17.16	Auditoria
17.17	Análise de Organização e Métodos
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira
17.21	Estatística
17.22	Cobrança em geral
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres

20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais
22	Serviços de exploração de rodovia
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres
25	Serviços funerários
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos
25.03	Planos ou convênio funerários
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres
27	Serviços de assistência social
27.01	Serviços de assistência social
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza
29	Serviços de biblioteconomia
29.01	Serviços de biblioteconomia
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres
32	Serviços de desenhos técnicos
32.01	Serviços de desenhos técnicos
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas
36	Serviços de meteorologia
36.01	Serviços de meteorologia
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins
38	Serviços de museologia
38.01	Serviços de museologia

39	Serviços de ourivesaria e lapidação
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda
40.01	Obras de arte sob encomenda

### Decreto Nº 5.649, de 24 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.649, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 5.623, de 23 de setembro de 2011, que regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.623, de 23 de setembro de 2011, que regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia, terá os seguintes dispositivos revogado e alterado:

I - fica revogada a alínea "b" do inciso II;

II - o § 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

§ 1º A obrigação de que trata o caput deste artigo será facultativa para os profissionais liberais (pessoa física) a que se refere o art. 38 do Código Tributário Municipal e aos microempreendedores individuais." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### Portaria Nº 017/2012, de 20 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUM-DEMA

PORTARIA Nº 017/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio





Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de Abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, "II" "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1190 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor MOACIR VALCARENGHI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Ambiental, no período de 03 de dezembro de 2012 a 01 de Janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
LEVI ELÓI DOS SANTOS  
Superintendente da FUMDEMA

### **Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 41/2012 - PMC**

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da senhora Neusa Terezinha Gugel, Diretora Administrativa, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso II, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para Confecção de livro desenvolvido pelo alunos da EBM Waldemar Pfeiffer, a favor da empresa BRINDAL SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, no valor total de R\$ 1.842,40 (um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

Concórdia, SC, 22 de novembro de 2012.  
SANTO HERMÍNIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

### **Extrato do Resultado da Habilitação Concorrência Nº 01/2012 - Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
CONCORRÊNCIA Nº 01/2012 FMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos e Memoriais Descritivos constantes no Anexo "D" do Edital.  
EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos, as licitantes: ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA e IACC PRÉ MOLDADOS LTDA, apresentaram sua documentação em conformidade com os requisitos exigidos no item 5.1 do Edital, desta forma foram julgadas HABILITADAS. Já a licitante FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, não apresentou os documentos exigidos no item 5.1 alínea "i", ou seja: "Atestado de capacidade técnica por execução de obras de características semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico da licitante (cujo nome deverá constar da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da Entidade Profissional Competente, referida na alínea acima) e acompanhado da competente Certidão

de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado, dos seguintes profissionais: i.1) Engenheiro Civil - Para este profissional é exigido que, em ao menos um, dos Atestados de Capacidade Técnica conste: i.1.1) O código A0839, de reforço estrutural em estrutura semelhante a ser executada; i.1.2) O código A0423, de impermeabilização semelhante ao que será executado; i.2) Engenheiro Mecânico - Para este profissional é exigido que, em ao menos um, dos Atestados de Capacidade Técnica conste a execução de estruturas semelhante às que serão executadas.", restando-a INABILITADA Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 30 (trinta) de novembro de 2012, às 14h00min (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2012.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da C.P.L, em exercício



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**



# Relatório Resumido da Execução Orçamentária Período de Referência: Janeiro a Outubro 2012/Bimestre Setembro-Outubro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2012/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo I(LRF, Art. 52, inciso I, alínea 'a' e 'b' II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	137.058.400,00	137.058.400,00	24.083.527,08	17,57	124.910.527,53	91,13	12.147.872,47
RECEITAS CORRENTES	134.731.400,00	134.731.400,00	23.967.548,32	17,78	122.280.908,27	90,75	12.450.491,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.230.000,00	18.230.000,00	2.430.018,29	13,32	17.308.974,11	94,94	921.025,89
Impostos	14.640.000,00	14.640.000,00	1.989.077,05	13,58	13.838.575,86	94,52	801.424,14
Taxas	2.590.000,00	2.590.000,00	246.382,48	9,51	2.671.465,84	103,14	(81.465,84)
Contribuição de Melhoria	1.000.000,00	1.000.000,00	194.558,76	19,45	798.932,41	79,89	201.067,59
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.244.400,00	5.244.400,00	1.150.729,27	21,94	5.867.020,49	111,87	(622.620,49)
Contribuições Sociais	2.944.400,00	2.944.400,00	808.224,77	27,44	3.948.869,05	134,11	(1.004.469,05)
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.300.000,00	2.300.000,00	342.504,50	14,89	1.918.151,44	83,39	381.848,56
RECEITA PATRIMONIAL	4.289.200,00	4.289.200,00	1.994.896,80	46,50	9.597.225,25	223,75	(5.308.025,25)
Receitas Imobiliárias	85.000,00	85.000,00	9.825,30	11,55	58.946,37	69,34	26.053,63
Receitas de Valores Mobiliários	4.043.200,00	4.043.200,00	1.947.652,64	48,17	9.376.480,53	231,90	(5.333.280,53)
Receita de Concessões e Permissões	161.000,00	161.000,00	37.418,86	23,24	161.798,35	100,49	(798,35)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	35.000,00	35.000,00	1.312,00	3,74	12.972,00	37,06	22.028,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	35.000,00	35.000,00	1.312,00	3,74	12.972,00	37,06	22.028,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.617.500,00	1.617.500,00	59.346,19	3,66	1.237.740,23	76,52	379.759,77
Receita de Serviços	1.617.500,00	1.617.500,00	59.346,19	3,66	1.237.740,23	76,52	379.759,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.347.600,00	101.347.600,00	17.505.205,83	17,27	84.107.783,56	82,98	17.239.816,44
Transferências Intergovernamentais	100.174.600,00	100.174.600,00	17.066.117,53	17,03	82.743.425,54	82,59	17.431.174,46
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.173.000,00	1.173.000,00	439.088,30	37,43	1.364.358,02	116,31	(191.358,02)
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.967.700,00	3.967.700,00	826.039,94	20,81	4.149.192,63	104,57	(181.492,63)
Multas e Juros de Mora	1.807.600,00	1.807.600,00	416.370,07	23,03	1.784.895,60	98,74	22.704,40
Indenizações e Restituições	687.600,00	687.600,00	192.870,49	28,04	1.268.382,09	184,46	(580.782,09)
Receita da Dívida Ativa	957.000,00	957.000,00	202.277,28	21,13	829.063,10	86,63	127.936,90
Receitas Correntes Diversas	515.500,00	515.500,00	14.522,10	2,81	266.851,84	51,76	248.648,16
RECEITAS DE CAPITAL	2.327.000,00	2.327.000,00	115.978,76	4,98	2.629.619,26	113,00	(302.619,26)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	242.000,00	242.000,00	8.838,52	3,65	356.155,88	147,17	(114.155,88)
Alienação de Bens Móveis	185.000,00	185.000,00	0,00	0,00	315.680,00	170,63	(130.680,00)
Alienação de Bens Imóveis	57.000,00	57.000,00	8.838,52	15,50	40.475,88	71,01	16.524,12
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.085.000,00	2.085.000,00	107.140,24	5,13	2.273.463,38	109,03	(188.463,38)
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	523.664,00	0,00	(523.664,00)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.085.000,00	2.085.000,00	107.140,24	5,13	1.749.799,38	83,92	335.200,62
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.906.600,00	3.906.600,00	1.295.632,58	33,16	6.326.734,49	161,94	(2.420.134,49)
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	140.965.000,00	140.965.000,00	25.379.159,66	18,00	131.237.262,02	93,09	9.727.737,98

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2012/Bimestre Setembro-Outubro**

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>25.379.159,66</b>	<b>18,00</b>	<b>131.237.262,02</b>	<b>93,09</b>	<b>9.727.737,98</b>
DEFICIT (VI)	-	-	-	-	-	0,00	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>25.379.159,66</b>	<b>18,00</b>	<b>131.237.262,02</b>	<b>93,09</b>	<b>9.727.737,98</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	9.790.849,38	-	-	4.242.412,38	-	-
Superávit Financeiro	-	9.790.849,38	-	-	4.242.412,38	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
						Setembro à Outubro	Até Outubro		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	133.862.150,00	14.422.995,82	148.285.145,82	15.473.298,22	122.027.874,77	22.004.860,69	106.531.159,53	71,84	41.753.986,33
DESPESAS CORRENTES	115.378.450,00	10.261.121,67	125.639.571,67	13.579.046,09	106.603.876,79	19.614.820,62	95.495.719,11	76,00	30.143.852,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.259.400,00	3.468.010,40	52.727.410,40	8.311.647,77	42.952.286,66	8.402.212,88	42.777.954,33	81,13	9.949.456,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	440.000,00	0,00	440.000,00	15.180,88	185.687,77	11.180,88	181.687,77	41,29	258.312,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.679.050,00	6.793.111,22	72.472.161,22	5.252.217,59	63.465.902,33	11.201.427,00	52.536.077,07	72,49	19.936.084,19
DESPESAS DE CAPITAL	18.283.700,00	4.161.874,15	22.445.574,15	1.894.252,13	15.423.998,07	2.390.039,92	11.035.440,40	49,16	11.410.133,73
INVESTIMENTOS	16.593.300,00	4.161.874,15	20.755.174,15	1.754.293,99	13.777.664,88	2.250.081,71	9.389.107,13	45,23	11.366.066,97
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.690.400,00	0,00	1.690.400,00	139.958,19	1.646.333,22	139.958,19	1.646.333,22	97,39	44.066,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	7.102.850,00	1.100.400,00	8.203.250,00	1.263.624,22	6.355.289,77	1.291.160,10	6.326.734,44	77,12	1.876.515,55
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>15.523.395,82</b>	<b>156.488.395,82</b>	<b>16.736.922,44</b>	<b>128.383.164,47</b>	<b>23.296.020,79</b>	<b>112.857.894,07</b>	<b>72,11</b>	<b>43.630.501,83</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>15.523.395,82</b>	<b>156.488.395,82</b>	<b>16.736.922,44</b>	<b>128.383.164,47</b>	<b>23.296.020,79</b>	<b>112.857.894,07</b>	<b>72,11</b>	<b>43.630.501,83</b>
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.379.368,07	0,00	0,00
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>15.523.395,82</b>	<b>156.488.395,82</b>	<b>16.736.922,44</b>	<b>128.383.164,47</b>	<b>23.296.020,79</b>	<b>131.237.262,02</b>	<b>83,84</b>	<b>25.251.133,83</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	Setembro à Outubro	Até Outubro (g)	% (g/f)	
DESPESAS CORRENTES	7.102.850,00	1.100.400,00	8.203.250,00	1.263.624,22	6.355.289,77	1.291.160,10	6.326.734,44	77,12	1.876.515,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.102.850,00	1.100.400,00	8.203.250,00	1.263.624,22	6.355.289,77	1.291.160,10	6.326.734,44	77,12	1.876.515,55
<b>TOTAL</b>	<b>7.102.850,00</b>	<b>1.100.400,00</b>	<b>8.203.250,00</b>	<b>1.263.624,22</b>	<b>6.355.289,77</b>	<b>1.291.160,10</b>	<b>6.326.734,44</b>	<b>77,12</b>	<b>1.876.515,55</b>

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 08h e 33m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Setembro/2012 a Outubro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Pag: 1/3

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	133.862.150,00	148.285.145,82	15.473.298,23	122.027.874,77	22.004.860,60	106.531.159,51	94,39	71,84	41.753.986,31
Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00	230.811,50	1.527.215,95	269.782,41	1.408.804,16	1,25	58,70	991.195,84
Acao Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00	230.811,50	1.527.215,95	269.782,41	1.408.804,16	1,25	58,70	991.195,84
Administracao	12.673.700,00	13.608.198,10	1.282.763,23	11.168.825,10	1.930.156,91	9.894.879,05	8,77	72,71	3.713.319,05
Acao Judiciaria	70.000,00	70.000,00	0,00	35.885,81	6.469,94	20.033,43	0,02	28,62	49.966,57
Planejamento e Orcamento	132.000,00	132.000,00	0,00	102.098,40	1.280,42	97.755,04	0,09	74,06	34.244,96
Administracao Geral	9.027.600,00	9.326.000,00	1.172.989,74	7.210.799,06	1.292.746,36	6.731.556,40	5,96	72,18	2.594.443,60
Comunicacao Social	351.600,00	431.600,00	0,00	428.837,47	5.259,62	423.348,08	0,38	98,09	8.251,92
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	3.092.500,00	3.648.598,10	109.773,49	3.391.204,36	624.400,57	2.622.186,10	2,32	71,87	1.026.412,00
Assistencia Social	5.608.300,00	6.050.269,46	680.950,33	5.008.162,11	862.215,94	4.341.524,33	3,85	71,76	1.708.745,13
Administracao Geral	3.014.800,00	3.271.300,00	392.172,76	2.616.960,36	450.283,75	2.461.880,81	2,18	75,26	809.419,19
Assistencia ao Idoso	250.000,00	260.000,00	50.278,57	217.419,69	44.985,97	177.164,74	0,16	68,14	82.835,26
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	511.800,00	300.780,48	14.227,91	251.752,55	55.875,26	194.556,28	0,17	64,68	106.224,20
Assistencia Comunitaria	1.831.700,00	2.218.188,98	224.271,09	1.922.029,51	311.070,96	1.507.922,50	1,34	67,98	710.266,48
Previdencia Social	6.095.000,00	6.095.000,00	739.811,77	3.940.914,66	777.887,45	3.843.698,06	3,41	63,06	2.251.301,94
Administracao Geral	860.000,00	860.000,00	41.036,83	521.120,62	79.112,51	423.904,02	0,38	49,29	436.095,98
Previdencia Basica	5.235.000,00	5.235.000,00	698.774,94	3.419.794,04	698.774,94	3.419.794,04	3,03	65,33	1.815.205,96
Saude	34.217.400,00	37.517.542,79	4.422.437,00	33.746.322,20	6.320.758,27	29.938.583,45	26,53	79,80	7.578.959,34
Administracao Geral	3.011.300,00	2.128.026,61	249.111,31	1.604.489,44	408.963,23	1.413.052,46	1,25	66,40	714.974,15
Atencao Basica	12.144.700,00	14.527.600,94	2.223.903,77	12.099.332,14	2.229.011,73	11.802.233,38	10,46	81,24	2.725.367,56
Suporte Profilatico e Terapeutico	18.416.400,00	20.071.104,91	1.876.244,82	19.589.198,77	3.594.677,96	16.389.207,04	14,52	81,66	3.681.897,87
Vigilancia Sanitaria	645.000,00	790.810,33	73.177,10	453.301,85	88.105,35	334.090,57	0,30	42,25	456.719,76
Educacao	31.883.300,00	37.639.115,76	4.844.585,20	32.297.058,90	6.467.682,78	29.689.822,04	26,31	78,88	7.949.293,72
Alimentacao e Nutricao	860.000,00	855.521,00	22.730,02	826.993,12	160.988,05	742.017,77	0,66	86,73	113.503,23
Ensino Fundamental	22.862.300,00	26.959.154,36	3.255.842,97	22.955.733,73	4.638.803,15	21.413.324,57	18,97	79,43	5.545.829,79
Ensino Medio	820.000,00	820.000,00	(35.293,48)	783.886,73	146.753,67	523.040,73	0,46	63,79	296.959,27
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educacao Infantil	7.277.000,00	8.914.790,40	1.601.305,69	7.656.456,25	1.508.449,98	6.949.647,30	6,16	77,96	1.965.143,10
Educacao Especial	63.000,00	88.650,00	0,00	73.989,07	12.687,93	61.791,67	0,05	69,70	26.858,33
Cultura	1.480.600,00	1.533.057,12	150.381,55	902.623,23	189.453,30	828.339,78	0,73	54,03	704.717,34
Administracao Geral	1.016.700,00	1.017.642,12	103.845,15	713.435,83	126.206,90	647.781,38	0,57	63,66	369.860,74
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	8.000,00	8.000,00	384,00	2.101,00	1.307,00	2.101,00	0,00	26,26	5.899,00
Difusao Cultural	455.900,00	507.415,00	46.152,40	187.086,40	61.939,40	178.457,40	0,16	35,17	328.957,60
Urbanismo	18.462.400,00	21.488.376,41	1.755.666,51	16.551.825,63	2.566.127,38	12.120.334,27	10,74	56,40	9.368.042,14
Administracao Geral	3.996.600,00	3.967.750,00	564.381,40	3.128.197,65	574.822,29	3.043.157,09	2,70	76,70	924.592,91
Infra-estrutura Urbana	14.465.800,00	17.520.626,41	1.191.285,11	13.423.627,98	1.991.305,09	9.077.177,18	8,04	51,81	8.443.449,23
Habitacao	339.500,00	321.300,00	43.234,52	141.441,92	44.024,86	99.982,93	0,09	31,12	221.317,07
Administracao Geral	28.000,00	30.310,00	0,00	21.165,21	4.248,32	10.136,40	0,01	33,44	20.173,60
Habitacao Rural	311.500,00	290.990,00	43.234,52	120.276,71	39.776,54	89.846,53	0,08	30,88	201.143,47

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Setembro/2012 a Outubro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Pag: 2/3

Gestao Ambiental	767.000,00	686.752,45	68.338,24	548.695,31	97.346,06	461.156,30	0,41	67,15	225.596,15
Administracao Geral	504.800,00	492.952,37	68.338,24	374.158,57	69.030,66	327.942,66	0,29	66,53	165.009,71
Recuperacao de Areas Degradadas	262.200,00	193.800,08	0,00	174.536,74	28.315,40	133.213,64	0,12	68,74	60.586,44
Agricultura	2.831.100,00	3.067.988,80	67.274,34	2.159.644,54	315.728,18	1.738.214,42	1,54	56,66	1.329.774,38
Administracao Geral	15.000,00	15.000,00	0,00	7.207,02	1.104,12	5.230,17	0,00	34,87	9.769,83
Saneamento Basico Rural	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promocao da Producao Vegetal	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promocao da Producao Animal	109.000,00	65.900,00	0,00	61.949,60	4.838,99	38.322,91	0,03	58,15	27.577,09
Abastecimento	65.000,00	45.000,00	480,00	13.461,00	480,00	13.461,00	0,01	29,91	31.539,00
Extensao Rural	2.502.100,00	2.942.088,80	66.794,34	2.077.026,92	309.305,07	1.681.200,34	1,49	57,14	1.260.888,46
Industria	650.000,00	529.795,10	0,00	59.795,10	0,00	29.795,10	0,03	5,62	500.000,00
Promocao Industrial	650.000,00	529.795,10	0,00	59.795,10	0,00	29.795,10	0,03	5,62	500.000,00
Comercio e Servicos	1.650.000,00	2.302.255,30	147.902,43	1.414.685,62	246.794,52	924.249,65	0,82	40,15	1.378.005,65
Promocao Comercial	350.000,00	929.550,40	(10.802,57)	798.235,50	210.132,52	630.876,00	0,56	67,87	298.674,40
Turismo	1.300.000,00	1.372.704,90	158.705,00	616.450,12	36.662,00	293.373,65	0,26	21,37	1.079.331,25
Transporte	5.146.450,00	5.632.450,00	409.046,66	5.108.989,12	746.569,82	4.776.470,93	4,23	84,80	855.979,07
Administracao Geral	2.229.450,00	2.244.450,00	327.153,50	1.812.925,13	336.724,03	1.757.391,09	1,56	78,30	487.058,91
Transporte Rodoviario	2.917.000,00	3.388.000,00	81.893,16	3.296.063,99	409.845,79	3.019.079,84	2,68	89,11	368.920,16
Desporto e Lazer	3.541.500,00	3.306.563,35	406.955,28	2.699.380,64	571.362,34	2.313.536,95	2,05	69,97	993.026,40
Administracao Geral	1.634.700,00	1.380.004,05	131.366,77	1.040.030,44	186.922,14	910.735,92	0,81	66,00	469.268,13
Desporto de Rendimento	1.544.800,00	1.599.559,30	269.523,51	1.343.597,77	307.090,84	1.141.440,30	1,01	71,36	458.119,00
Desporto Comunitario	362.000,00	327.000,00	6.065,00	315.752,43	77.349,36	261.360,73	0,23	79,93	65.639,27
Encargos Especiais	5.915.900,00	5.906.481,18	223.139,67	4.752.294,74	598.970,38	4.121.768,09	3,65	69,78	1.784.713,09
Defesa Civil	500.000,00	432.000,00	0,00	340.000,00	34.370,00	321.270,00	0,28	74,37	110.730,00
Servico da Divida Interna	2.130.400,00	2.130.400,00	155.139,00	1.832.020,96	151.139,00	1.828.020,96	1,62	85,81	302.379,04
Outros Encargos Especiais	3.285.500,00	3.344.081,18	68.000,67	2.580.273,78	413.461,38	1.972.477,13	1,75	58,98	1.371.604,05
Reserva de Contingencia	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Reserva de Contingencia	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro (b)	% b/to, b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.102.850,00	8.203.250,00	1.263.624,25	6.355.289,70	1.291.160,10	6.326.734,49	5,61	77,12	1.876.515,51
Legislativa	100.000,00	100.000,00	0,00	83.000,00	11.203,53	54.444,79	0,05	54,44	45.555,21
Acao Legislativa	100.000,00	100.000,00	0,00	83.000,00	11.203,53	54.444,79	0,05	54,44	45.555,21
Administracao	766.950,00	777.950,00	113.823,01	656.377,21	130.155,33	656.377,21	0,58	84,37	121.572,79
Administracao Geral	766.950,00	777.950,00	113.823,01	656.377,21	130.155,33	656.377,21	0,58	84,37	121.572,79
Assistencia Social	311.000,00	367.000,00	58.887,84	284.559,88	58.887,84	284.559,88	0,25	77,54	82.440,12
Administracao Geral	311.000,00	367.000,00	58.887,84	284.559,88	58.887,84	284.559,88	0,25	77,54	82.440,12
Previdencia Social	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	4.081,78	19.910,64	0,02	49,78	20.089,36
Administracao Geral	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	4.081,78	19.910,64	0,02	49,78	20.089,36
Saude	1.430.600,00	1.562.100,00	236.543,26	1.177.023,85	236.543,26	1.177.023,85	1,04	75,35	385.076,15



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

CONSOLIDADO

Pag: 3/3

Administracao Geral	41.000,00	97.500,00	15.487,90	75.697,68	15.487,90	75.697,68	0,07	77,64	21.802,32
Atencao Basica	1.389.600,00	1.464.600,00	221.055,36	1.101.326,17	221.055,36	1.101.326,17	0,98	75,20	363.273,83
Educacao	3.444.550,00	4.315.050,00	689.379,94	3.341.611,31	689.379,94	3.341.611,31	2,96	77,44	973.438,69
Ensino Fundamental	2.443.550,00	3.036.550,00	480.972,93	2.346.509,58	480.972,93	2.346.509,58	2,08	77,28	690.040,42
Educacao Infantil	1.001.000,00	1.278.500,00	208.407,01	995.101,73	208.407,01	995.101,73	0,88	77,83	283.398,27
Cultura	63.400,00	66.300,00	10.304,91	50.866,16	10.304,91	50.866,16	0,05	76,72	15.433,84
Administracao Geral	63.400,00	66.300,00	10.304,91	50.866,16	10.304,91	50.866,16	0,05	76,72	15.433,84
Urbanismo	498.600,00	544.600,00	85.468,61	422.337,50	85.468,61	422.337,50	0,37	77,55	122.262,50
Administracao Geral	498.600,00	544.600,00	85.468,61	422.337,50	85.468,61	422.337,50	0,37	77,55	122.262,50
Gestao Ambiental	33.000,00	30.500,00	3.598,85	21.901,50	3.598,85	21.901,50	0,02	71,81	8.598,50
Administracao Geral	33.000,00	30.500,00	3.598,85	21.901,50	3.598,85	21.901,50	0,02	71,81	8.598,50
Transporte	278.550,00	303.550,00	46.612,98	229.465,25	46.612,98	229.465,25	0,20	75,59	74.084,75
Administracao Geral	278.550,00	303.550,00	46.612,98	229.465,25	46.612,98	229.465,25	0,20	75,59	74.084,75
Desporto e Lazer	122.100,00	82.100,00	13.207,79	59.727,68	13.207,79	59.727,68	0,05	72,75	22.372,32
Administracao Geral	122.100,00	82.100,00	13.207,79	59.727,68	13.207,79	59.727,68	0,05	72,75	22.372,32
Encargos Especiais	14.100,00	14.100,00	1.715,28	8.508,72	1.715,28	8.508,72	0,01	60,35	5.591,28
Outros Encargos Especiais	14.100,00	14.100,00	1.715,28	8.508,72	1.715,28	8.508,72	0,01	60,35	5.591,28
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>156.488.395,82</b>	<b>16.736.922,48</b>	<b>128.383.164,47</b>	<b>23.296.020,70</b>	<b>112.857.894,00</b>	<b>100,00</b>	<b>72,12</b>	<b>43.630.501,82</b>

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 08h e 57m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da DespesaELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SCJOÃO GIRARDI  
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Novembro/2011 a Outubro/2012**

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Novembro /2011	Dezembro /2011	Janeiro /2012	Fevereiro /2012	Março /2012	Abril /2012	Maio /2012	Junho /2012	Julho /2012	Agosto /2012	Setembro /2012	Outubro /2012		
RECEITAS CORRENTES (I)	11.738.351,91	13.853.025,19	12.271.581,84	12.646.232,44	16.444.848,60	13.903.623,33	12.662.113,83	12.757.938,99	12.978.095,89	12.946.401,56	12.577.868,24	13.490.714,10	158.280.493,99	147.538.000,00
Receita Tributária	1.011.335,26	1.360.025,64	1.011.103,24	2.020.300,74	4.355.040,74	1.402.965,14	1.471.209,90	1.435.407,59	1.593.367,10	1.559.561,34	1.230.175,90	1.199.842,39	19.680.935,02	18.230.000,00
IPTU	8.415,76	61.756,67	24.249,96	88.200,13	2.892.914,97	299.661,37	290.882,73	233.049,07	287.319,99	262.209,28	43.716,15	31.467,43	4.573.843,47	4.400.000,00
ISS	615.394,54	592.246,56	642.088,64	390.468,57	741.551,46	632.768,53	631.071,04	638.111,57	667.993,97	663.021,40	674.885,60	663.834,67	7.573.136,44	7.500.000,00
ITBI	123.920,31	194.850,93	113.886,48	116.431,31	179.502,87	147.247,10	206.524,58	179.694,75	241.547,87	277.528,28	151.761,58	175.623,42	2.108.519,54	1.600.000,00
IRRF	96.608,26	217.332,07	100.001,62	101.737,61	100.676,37	118.045,02	132.338,57	126.903,70	126.120,63	125.849,54	126.673,64	121.114,59	1.493.301,45	1.140.000,00
Outras Receitas Tributárias	167.396,35	293.839,46	130.876,55	1.323.463,16	440.395,05	205.243,12	210.393,04	217.748,56	230.952,86	233.138,95	207.802,31	3.932.134,12	3.590.000,00	
Receita de Contribuições	509.768,24	761.425,73	524.730,16	545.970,52	705.114,25	592.144,57	587.995,25	538.798,16	581.739,40	589.798,97	580.264,73	570.464,48	7.138.214,48	5.244.400,00
Receita Patrimonial	794.411,68	442.680,84	900.335,80	935.836,24	869.578,50	1.598.705,54	892.228,43	238.233,77	1.370.713,92	826.696,22	662.967,57	1.331.929,23	10.834.317,87	4.289.200,00
Receita Agropecuária	780,00	850,50	1.107,50	1.113,00	3.795,00	1.835,50	1.230,00	1.156,50	727,50	695,00	749,50	562,50	14.602,50	35.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	24.544,84	46.878,97	22.781,94	41.858,62	665.019,44	85.167,17	88.635,37	92.165,38	87.122,27	95.663,97	36.103,59	23.242,60	1.309.163,78	1.617.500,00
Transferências Correntes	8.966.723,75	10.800.063,67	9.461.699,37	8.894.990,35	9.427.289,04	5.940.363,42	9.311.324,67	9.338.150,74	9.173.445,67	9.362.790,90	8.578.306,31	10.027.931,58	114.283.079,48	114.154.200,00
Cota-Parte do FPM	1.631.355,26	2.742.883,28	1.723.942,97	2.085.370,92	1.416.299,88	1.785.002,38	1.996.398,86	1.733.624,83	1.272.210,07	1.403.857,17	1.228.354,36	1.303.983,60	20.292.953,53	20.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.076.781,83	3.126.517,70	2.957.028,45	2.574.873,18	2.784.370,44	2.915.983,67	2.618.809,38	2.737.694,80	2.648.013,43	2.650.579,05	3.076.115,87	2.898.138,97	34.035.906,73	34.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	498.317,32	236.249,99	362.230,22	526.115,51	762.194,56	713.105,98	788.108,16	731.329,32	938.681,46	935.695,24	891.978,16	956.229,27	8.399.935,24	8.000.000,00
Cota-Parte do ITR	780,85	646,67	191,26	279,25	136,12	757,74	258,22	170,97	78,03	167,75	7.761,67	15.969,78	27.198,37	3.000,00
Transferência da LC 87/1996	15.505,04	15.505,04	14.619,68	14.619,68	14.602,60	14.602,60	14.602,60	14.602,60	14.602,60	14.602,60	0,00	29.205,20	177.070,26	200.000,00
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.825.744,63	1.891.671,75	1.917.293,04	1.784.842,94	1.875.938,92	1.980.592,52	1.924.871,23	1.896.765,25	1.744.211,55	1.809.704,58	2.033.216,87	1.901.267,47	22.575.920,68	22.000.000,00
Outras Transferências Correntes	1.918.338,79	2.786.589,27	2.486.383,64	1.908.888,98	2.573.746,52	2.530.318,58	1.967.476,24	2.223.963,03	2.495.648,52	2.548.184,52	2.340.879,34	2.923.167,35	28.774.094,73	28.651.200,00
Outras Receitas Correntes	429.988,38	441.099,88	349.843,83	206.162,88	149.011,67	282.441,97	309.490,27	954.026,76	290.980,09	511.195,28	489.298,62	336.741,32	5.020.180,84	3.967.700,00
DEDUÇÕES (II)	1.277.153,82	1.590.715,60	1.250.232,20	1.298.032,83	1.255.374,98	1.362.133,64	1.362.618,16	1.993.791,16	1.256.830,79	1.283.196,00	1.422.886,23	1.321.801,47	16.664.767,17	14.271.600,00
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	218.345,90	453.498,26	232.351,03	246.336,86	249.471,86	265.331,37	266.657,45	236.276,58	265.830,77	265.958,89	265.557,65	264.943,00	3.260.859,67	1.444.400,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	1.247,41	68.308,17	1.613,10	1.711,15	1.711,15	1.711,15	1.711,15	634.726,67	6.667,23	6.667,23	106.369,09	6.785,94	869.229,34	20.600,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.057.360,51	1.068.909,14	1.016.268,07	1.049.984,82	1.004.191,98	1.095.091,32	1.094.249,54	1.052.787,95	984.332,85	1.010.569,88	1.050.959,53	1.050.072,53	12.534.678,16	12.806.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	10.460.998,11	12.262.309,59	11.021.349,64	11.348.199,61	15.189.473,62	12.541.489,44	11.299.495,68	10.794.147,74	11.721.265,10	11.663.205,54	11.154.980,01	12.168.912,63	141.615.726,79	133.266.400,00

Fonte: Sistema ATENJE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 08h e 58m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
 Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
 Contador  
 CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
 Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
 Controlador Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREQ - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V)

CONSOLIDADO

Poder/Órgão	RP Processados					RP Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2011				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2011 <sup>1</sup>			
EXECUTIVO	47.965,79	183.158,77		168.700,52	62.424,04	65.789,31	4.904.394,77	609.581,93	3.918.978,03	441.624,12
Encargos Gerais	60,00	3.344,72		2.844,72	560,00		121.451,63	10.517,36	110.430,82	503,45
Fundacao Municipal de Cultura							17.027,52	5.998,42	10.914,84	114,26
Fundacao Municipal de Defesa do Meio Ambiente							481,21	133,38	347,83	
Fundacao Municipal de Esportes	1.038,80	266,44			1.305,24		34.360,86	1.609,19	32.751,67	
Fundo Mun.de Habitacao de Inter.soc.de Concordia							3.004,40	2.047,70	956,70	
Fundo Municipal de Assistencia ao Servidor							133.659,98	47.500,21	86.159,77	
Fundo Municipal de Assistencia Social							22.385,54	847,50	17.400,27	4.137,77
Fundo Municipal de Saude							627.151,61	148.253,75	456.281,69	22.616,17
Fundo Municipal Para a Infancia e Adolescencia	1.157,00	497,30		497,30	1.157,00		533,33		533,33	
Gabinete do Prefeito	492,50	164,50		164,50	492,50	240,00	12.083,52	8.409,58	2.492,34	1.421,60
Gabinete do Vice-prefeito							930,67	135,28	795,39	
Instituto de Previdencia Social Dos Servidores							26.093,47	11.400,46	14.180,59	512,42
Secretaria Munic.de Agric.desenvrural e Meio Am		6.239,35		6.239,35			338.454,78	1.239,89	332.561,37	4.653,52
Secretaria Munic.deserveconomico e Turismo-sede	1.420,00	5.501,41		501,41	6.420,00		262.124,79	601,48	232.545,38	28.977,93
Secretaria Munic.deserveconomico e Turismo-Setor	12.380,64	11.170,15		864,72	22.686,07		39.120,25	5.516,15	29.554,76	4.049,34
Secretaria Municipal de Administracao - Semad	670,00	4.975,97		4.792,67	853,30	90,00	62.493,31	11.238,19	51.345,12	
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	11.144,95	142.190,58		143.561,50	9.774,03		955.402,32	8.699,20	626.411,50	320.291,62
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	175,90	239,55		239,55	175,90		1.027,83	4,18	1.023,65	
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	2.343,00	3.818,73		4.161,73	2.000,00		64.182,89	25.648,36	5.932,59	32.601,94
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semu	17.083,00	4.749,97		4.832,97	17.000,00	65.459,31	2.182.424,86	319.781,65	1.906.358,42	21.744,10
LEGISLATIVO							50.119,55		50.119,55	
Camara Municipal de Vereadores							50.119,55		50.119,55	
INTRA-ORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL	47.965,79	183.158,77		168.700,52	62.424,04	65.789,31	4.954.514,32	609.581,93	3.969.097,58	441.624,12

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 09h e 45m.

<sup>1</sup> Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.JOAQUIM P. B. BICCAN, SEGUNDO  
Ordenador da DespesaELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SCJOAO GIRARDI  
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - Anexo V(LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012	até Outubro 2011
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	3.528.400,00	3.528.400,00	2.512.563,90	11.780.914,20	6.721.637,55
RECEITAS CORRENTES	3.528.400,00	3.528.400,00	2.512.563,90	11.780.914,20	6.721.637,55
Receita de Contribuições dos Segurados	1.444.400,00	1.444.400,00	530.500,65	2.588.715,42	2.093.698,24
Pessoal Civil	1.444.400,00	1.444.400,00	530.500,65	2.588.715,42	2.093.698,24
Ativo	1.440.700,00	1.440.700,00	528.928,23	2.581.044,32	2.086.680,98
Inativo	2.400,00	2.400,00	997,98	4.728,33	4.438,32
Pensionista	1.300,00	1.300,00	574,44	2.942,77	2.578,94
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.060.400,00	2.060.400,00	1.868.908,26	8.390.218,02	4.586.521,69
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.060.400,00	2.060.400,00	1.868.908,26	8.390.218,02	4.586.521,69
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	23.600,00	23.600,00	113.154,99	801.980,76	41.417,62
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.600,00	20.600,00	113.154,99	799.673,76	36.832,83
Demais Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	2.307,00	4.584,79
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.606.600,00	2.606.600,00	1.059.340,80	5.162.580,12	4.179.058,29
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	6.135.000,00	6.135.000,00	3.571.904,70	16.943.494,32	10.900.695,84

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESP. PREVID. - RPPS (Exceto Intra-Orçamentária) (IV)	6.095.000,00	6.095.000,00	777.887,45	3.843.698,06	3.188.305,27
ADMINISTRAÇÃO	6.095.000,00	6.095.000,00	79.112,51	423.904,02	369.138,21
Despesas Correntes	6.035.000,00	6.035.000,00	78.682,51	406.668,02	352.510,21
Despesa Capital	60.000,00	60.000,00	430,00	17.236,00	16.628,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	698.774,94	3.419.794,04	2.819.167,06
Pessoal Civil	0,00	0,00	698.774,94	3.419.794,04	2.819.167,06
Aposentadorias	0,00	0,00	427.884,50	2.205.837,73	1.854.432,26
Pensões	0,00	0,00	111.524,95	563.563,78	470.039,90
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	159.365,49	650.392,53	494.694,90
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. do RPPS para o RGP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	17.975,79
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.135.000,00	6.135.000,00	781.969,23	3.863.608,70	3.206.281,06
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	2.789.935,47	13.079.885,62	7.694.414,78

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012	até Outubro 2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - Anexo V(LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Setembro/2012	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Caixa	0,00	0,00	0,00
Banco Conta Movimento	804.659,03	15.733,13	158.202,04
Investimentos	55.217.040,84	57.690.306,81	44.481.512,49
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.606.600,00	2.606.600,00	1.059.340,80	5.162.580,12	4.179.058,29
Receita de Contribuições	2.606.600,00	2.606.600,00	1.059.340,80	5.162.580,12	4.179.058,29
Pessoal Civil	1.911.200,00	1.911.200,00	792.506,96	3.862.206,41	3.126.863,22
Ativo	1.905.000,00	1.905.000,00	790.156,90	3.850.741,56	3.116.375,35
Inativo	3.600,00	3.600,00	1.491,52	7.066,70	6.633,56
Pensionista	2.600,00	2.600,00	858,54	4.398,15	3.854,31
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
para Cobertura de Déficit Atuarial	695.400,00	695.400,00	266.833,84	1.300.373,71	1.052.195,07
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII+IX-X)	2.606.600,00	2.606.600,00	1.059.340,80	5.162.580,12	4.179.058,29

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
ADMINISTRAÇÃO (XII)	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	17.975,79
Despesas Correntes	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	17.975,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	40.000,00	40.000,00	4.081,78	19.910,64	17.975,79

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 09h e 12m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

(2/2)



DOM/SC

Assinado Digitalmente

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2012/ Bimestre Setembro-Outubro**

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Em 31/Ago/2012 (b)	Em 31/Out/2012 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.517.967,29	1.991.587,12	1.851.628,93
DEDUÇÕES (II)	15.920.885,29	18.207.794,01	17.327.981,92
Disponibilidade de Caixa Bruto	16.152.009,85	18.271.189,78	17.391.377,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.329,32	1.329,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	231.124,56	64.725,09	64.725,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(12.402.918,00)	(16.216.206,89)	(15.476.352,99)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(12.402.918,00)	(16.216.206,89)	(15.476.352,99)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Setembro à Outubro (c-b)	até Outubro (c-a)
VALOR	739.853,90	(3.073.434,99)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DO DO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	760.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 31/Ago/2012	Em 31/Out/2012
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VI)	56.225.561,34	56.225.561,34	56.225.561,34
Passivo Atuarial	56.225.561,34	56.225.561,34	56.225.561,34
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VII)	45.161.704,92	55.437.474,48	58.227.517,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	158.202,04	26.772,18	15.733,13
Investimentos	44.481.512,48	54.888.711,91	57.690.306,81
Demais Haveres Financeiros	521.990,39	521.990,39	521.990,39
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	512,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	11.063.856,42	788.086,86	(2.001.956,57)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	11.063.856,42	788.086,86	(2.001.956,57)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 20/11/2012, Hora de emissão 14h e 03m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III)  
CONSOLIDADO

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Setembro à Outubro	até Outubro 2012	até Outubro 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	134.594.800,00	23.315.528,26	119.231.162,23	110.349.105,84
Receita Tributária	18.230.000,00	2.430.018,29	17.308.974,11	15.189.419,35
IPTU	4.400.000,00	75.183,58	4.503.671,04	4.026.271,19
ISS	7.500.000,00	1.338.720,27	6.365.795,34	5.907.716,78
ITBI	1.600.000,00	327.385,00	1.789.748,30	1.494.934,65
IRRF	1.140.000,00	247.788,20	1.179.361,18	904.379,25
Outras Receitas Tributárias	3.590.000,00	440.941,24	3.470.398,25	2.856.117,48
Receita de Contribuição	9.151.000,00	2.446.361,85	12.193.754,98	10.217.583,05
Receita Previdenciária	4.051.000,00	1.589.841,45	7.751.295,54	6.272.756,53
Outras Contribuições	5.100.000,00	856.520,40	4.442.459,44	3.944.826,52
Receita Patrimonial Líquida	246.000,00	47.244,16	220.744,72	197.557,13
Receita Patrimonial	4.289.200,00	1.994.896,80	9.597.225,25	6.410.824,50
(-) Aplicações Financeiras	4.043.200,00	1.947.652,64	9.376.480,53	6.213.267,37
Transferências Correntes	101.347.600,00	17.505.205,83	84.107.783,56	80.304.720,63
FPM	16.640.000,00	2.025.846,41	12.735.212,27	12.476.288,53
ICMS	27.600.000,00	4.779.404,07	22.266.107,22	22.060.212,72
Convênios	1.173.000,00	439.088,30	1.364.358,02	1.381.726,12
Outras Transferências Correntes	55.934.600,00	10.260.867,05	47.742.106,05	44.386.493,26
Demais Receitas Correntes	5.620.200,00	886.698,13	5.399.904,86	4.439.825,68
Dívida Ativa	957.000,00	202.277,28	829.063,10	732.294,78
Diversas Receitas Correntes	4.663.200,00	684.420,85	4.570.841,76	3.707.530,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	2.327.000,00	115.978,76	2.629.619,26	4.069.312,17
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	242.000,00	8.838,52	356.155,88	992.937,68
Transferências de Capital	2.085.000,00	107.140,24	2.273.463,38	3.076.374,49
Convênios	2.085.000,00	107.140,24	1.749.799,38	3.076.374,49
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	523.664,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	2.085.000,00	107.140,24	2.273.463,38	3.076.374,49
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	136.679.800,00	23.422.668,50	121.504.625,61	113.425.480,33

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Setembro à Outubro	até Outubro 2012	até Outubro 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	133.842.821,67	20.905.980,78	101.822.453,60	86.764.082,77
Pessoal e Encargos Sociais	60.930.660,41	9.693.372,91	49.104.688,79	41.162.764,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	440.000,00	11.180,81	181.687,74	457.061,16
Outras Despesas Correntes	72.472.161,26	11.201.427,06	52.536.077,07	45.144.257,32
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	133.402.821,67	20.894.799,97	101.640.765,86	86.307.021,61
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	22.445.574,15	2.390.039,92	11.035.440,40	13.250.092,93
Investimentos	20.755.174,15	2.250.081,73	9.389.107,18	12.012.817,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.690.400,00	139.958,19	1.646.333,22	1.237.275,44
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	20.755.174,15	2.250.081,73	9.389.107,18	12.012.817,49
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	200.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	154.357.995,82	23.144.881,70	111.029.873,04	98.319.839,10
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)</b>	(17.678.195,82)	277.786,80	10.474.752,57	15.105.641,23
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			9.790.849,38	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(1.032.000,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 09h e 28m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

CONSOLIDADO

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS <i>(apud do art. 212 da Constituição)</i>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (b)	% (b/a)
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.295.000,00	15.295.000,00	2.103.725,45	14.430.635,53	94,35
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Propr. Predial e Territorial Urbana – IPTU	4.893.000,00	4.893.000,00	140.175,44	4.876.471,85	99,66
IPTU	4.400.000,00	4.400.000,00	75.183,58	4.506.546,20	102,42
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	27.000,00	27.000,00	7.761,89	27.585,82	102,17
Divida Ativa do IPTU	380.000,00	380.000,00	48.723,29	291.533,89	76,72
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Divida Ativa do IPTU	86.000,00	86.000,00	8.506,68	53.681,10	62,42
(-) Dedução da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	2.875,16	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	327.385,00	1.789.748,30	111,86
ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	328.245,00	1.793.698,30	112,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Divida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita do ITBI	0,00	0,00	860,00	3.950,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	7.662.000,00	7.662.000,00	1.388.376,81	6.585.054,20	85,94
ISS	7.500.000,00	7.500.000,00	1.340.352,35	6.380.877,97	85,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	68.000,00	68.000,00	11.551,30	42.371,46	62,31
Divida Ativa do ISS	82.000,00	82.000,00	32.575,44	143.197,86	174,63
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Divida Ativa do ISS	12.000,00	12.000,00	5.529,80	33.689,54	280,75
(-) Dedução da Receita do ISS	0,00	0,00	1.632,08	15.082,63	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.140.000,00	1.140.000,00	247.788,20	1.179.361,18	103,45
IRRF	1.140.000,00	1.140.000,00	247.788,20	1.179.361,18	103,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Divida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	64.033.000,00	64.033.000,00	10.503.064,87	52.035.818,54	81,26
2.1- Cota-Parte FPM	20.800.000,00	20.800.000,00	2.532.307,96	15.919.014,99	76,53
Parcela Referente à CF, art. 159, I, Alínea b	20.800.000,00	20.800.000,00	2.532.307,96	15.919.014,99	76,53
Parcela Referente à CF, art. 159, I, Alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	34.500.000,00	34.500.000,00	5.974.254,84	27.832.607,20	80,67
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	29.205,20	146.060,18	73,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	530.000,00	530.000,00	95.357,97	446.697,45	84,28
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	23.731,45	25.770,79	859,03
2.6- Cota-Parte IPVA	8.000.000,00	8.000.000,00	1.848.207,45	7.665.667,93	95,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	79.328.000,00	79.328.000,00	12.606.790,32	66.466.454,07	83,79
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (b)	% (b/a)
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	3.082.000,00	3.082.000,00	642.104,79	2.687.661,89	87,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.100.000,00	360.726,31	1.835.553,64	87,41
5.2- Outras Transferências do FNDE	963.000,00	963.000,00	280.627,90	827.203,65	85,90
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos FNDE	19.000,00	19.000,00	750,58	24.904,60	131,08
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	1.140.000,00	1.140.000,00	207.616,20	849.387,47	74,51
6.1- Transferências de convênios	1.136.000,00	1.136.000,00	207.322,00	848.473,85	74,69
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	4.000,00	4.000,00	294,20	913,62	22,84
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	4.222.000,00	4.222.000,00	849.720,99	3.537.049,36	83,78
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (b)	% (b/a)
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	12.806.600,00	12.806.600,00	2.101.032,06	10.408.508,51	81,27
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.160.000,00	4.160.000,00	506.461,55	3.183.802,72	76,53
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.900.000,00	6.900.000,00	1.194.850,77	5.566.499,98	80,67
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	5.841,04	29.212,02	73,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	106.000,00	106.000,00	19.071,57	89.339,46	84,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinado ao FUNDEB – (20% de 2.5)	600,00	600,00	4.746,26	5.154,03	859,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	370.000,07	1.534.500,30	95,91
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	22.200.000,00	22.200.000,00	3.934.484,28	18.915.904,41	85,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	22.000.000,00	22.000.000,00	3.934.484,28	18.858.504,31	85,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	0,00	57.400,10	28,70
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	9.193.400,00	9.193.400,00	1.833.452,22	8.449.995,80	91,91
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

Continua (1/3)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	18.205.000,00	18.812.500,00	2.619.713,73	15.107.440,85	80,31
13.1- Com Educação Infantil	3.206.000,00	4.333.500,00	736.713,78	3.601.077,15	83,10
13.2- Com Ensino Fundamental	14.999.000,00	14.479.000,00	1.882.999,95	11.506.363,70	79,47
14- OUTRAS DESPESAS	3.995.000,00	4.523.457,08	728.269,26	3.575.778,03	79,05
14.1- Com Educação Infantil	985.000,00	1.234.900,00	272.211,36	1.012.449,95	81,99
14.2- Com Ensino Fundamental	3.010.000,00	3.288.557,08	456.057,90	2.563.328,08	77,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	22.200.000,00	23.335.957,08	3.347.982,99	18.683.218,88	80,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB					358.457,08
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)					358.457,08
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COMEDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13-18) / 11) x 100%					77,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NAO FORAM UTILIZADOS					358.457,08
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012					358.457,08
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 31)	19.832.000,00	19.832.000,00	3.151.697,58	16.616.613,51	83,79
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.637.000,00	9.127.400,00	1.562.832,15	7.377.875,89	80,83
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.191.000,00	5.568.400,00	1.008.925,14	4.613.527,10	82,85
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.446.000,00	3.559.000,00	553.907,01	2.764.348,79	77,67
24- ENSINO FUNDAMENTAL	22.575.850,00	26.448.907,08	4.165.412,44	20.797.422,71	78,63
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.009.000,00	17.767.557,08	2.339.057,85	14.069.691,78	79,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.566.850,00	8.681.350,00	1.826.354,59	6.727.730,93	77,50
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	62.000,00	62.000,00	12.687,93	46.190,47	74,50
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	30.275.850,00	35.639.307,08	5.740.932,52	28.221.489,07	79,19
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				8.274.710,37	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)				57.400,10	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB				358.457,08	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				0,00	
36- CANCEL. NO EXERC., DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)				8.699,20	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)				8.699.266,75	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23+24)-37)				19.476.031,85	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%				29,30	

Continua (2/3)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Setembro à Outubro	até Outubro 2012 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.118.000,00	2.411.133,29	427.168,35	2.053.359,43	85,16
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	2.934.000,00	3.903.725,40	988.961,85	2.756.584,85	70,61
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	5.052.000,00	6.314.858,68	1.416.130,20	4.809.944,28	76,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	35.327.850,00	41.954.165,76	7.157.062,72	33.031.433,35	78,73
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		321.640,98			8.699,20

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR	
		FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>		909.270,10	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		18.858.504,31	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		19.801.569,62	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		57.400,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL		23.604,89	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 09h e 51m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

(3/3)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setem bro a Outubro de 2012**

RREO - ANEXO XVI(ADCT. art. 77)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Outubro 2012 (b)	% (b/a)
RECEITA LÍQUIDA IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS(I)	79.328.000,00	79.328.000,00	66.466.454,07	83,78
Impostos	14.640.000,00	14.640.000,00	13.838.575,86	94,52
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	655.000,00	655.000,00	592.059,67	90,39
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	64.033.000,00	64.033.000,00	52.035.818,54	81,26
Da União	21.003.000,00	21.003.000,00	16.090.845,96	76,61
Do Estado	43.030.000,00	43.030.000,00	35.944.972,58	83,53
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS(II)	19.103.000,00	19.103.000,00	16.715.093,49	87,49
Da União para o Município	16.999.000,00	16.999.000,00	15.038.753,56	88,46
Do Estado para o Município	1.676.000,00	1.676.000,00	1.434.531,68	85,59
Demais Municípios para o Município	37.000,00	37.000,00	37.330,36	100,89
Rend. Aplic. Financ. Vinculadas a Saúde	124.000,00	124.000,00	64.477,89	51,99
Outras Receitas do SUS	267.000,00	267.000,00	140.000,00	52,43
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	55.340.600,00	55.340.600,00	58.464.222,97	105,64
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	12.806.600,00	12.806.600,00	10.408.508,51	81,27
<b>TOTAL</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>140.965.000,00</b>	<b>131.237.262,02</b>	<b>93,09</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2012 (d)	% (d/c)
DESPESAS COM SAÚDE	35.129.000,00	38.448.584,24	30.969.521,83	80,54
Pessoal e Encargos Sociais	12.379.900,00	13.021.585,00	11.196.230,92	85,98
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.749.100,00	25.426.999,24	19.773.290,91	77,76
DESPESAS DE CAPITAL	519.000,00	631.058,55	146.085,47	23,14
Investimentos	519.000,00	631.058,55	146.085,47	23,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>35.648.000,00</b>	<b>39.079.642,79</b>	<b>31.115.607,30</b>	<b>79,62</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2012 (e)	% (e/desp saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	35.648.000,00	39.079.642,79	31.115.607,30	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESA CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	19.103.000,00	20.672.347,46	15.990.448,76	51,39
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	19.103.000,00	20.672.347,46	15.990.448,76	51,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>16.545.000,00</b>	<b>18.407.295,33</b>	<b>15.125.158,54</b>	<b>48,60</b>

Continua (1/2)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro a Outubro de 2012**

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77)

CONSOLIDADO

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	138.902,68	27.050,49

LIMITE CONSTITUCIONAL (V-VI)/I	%
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS <sup>2</sup>	22,72

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Outubro 2012 (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	13.534.300,00	15.992.200,94	12.903.559,55	41,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	18.416.400,00	20.071.104,91	16.389.207,04	52,67
Vigilância Sanitária	645.000,00	790.810,33	334.090,57	1,07
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	3.052.300,00	2.225.526,66	1.488.750,14	4,78
TOTAL	35.648.000,00	39.079.642,79	31.115.607,30	100,00

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 12/11/2012, Hora de emissão 14h e 00m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

(2/2)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)  
CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012				SALDO TOTAL (c) = (a + b)			
					Setembro à Outubro		Até Outubro (b)					
TOTAL DE ATIVOS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Contabilizados na SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contraprestações Futuras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Riscos Não Provisionados				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Passivos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		131.996.210,08	141.615.726,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 10h e 35m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordernador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setem bro/2012 a Outubro/2012**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Setem bro à Outubro	Até Outubro		
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita	-		140.965.000,00		
Previsão Atualizada da Receita	-		140.965.000,00		
Receitas Realizadas	25.379.159,66		131.237.262,02		
Déficit Orçamentário	-		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores	-		0,00		
DESPESAS					
Dotação Inicial	-		140.965.000,00		
Créditos Adicionais	-		15.523.395,82		
Dotação Atualizada	-		156.488.395,82		
Despesas Empenhadas	16.736.922,48		128.383.164,47		
Despesas Liquidadas	23.296.020,70		112.857.894,00		
Superávit Orçamentário	-		18.379.368,02		
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Setem bro à Outubro	Até Outubro		
Despesas Empenhadas		16.736.922,48	128.383.164,47		
Despesas Liquidadas		23.296.020,70	112.857.894,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Outubro		
Receita Corrente Líquida			141.615.726,79		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Setem bro à Outubro	Até Outubro		
Regime Geral de Previdência Social		0,00	0,00		
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00		
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		3.571.904,70	16.943.494,32		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		781.969,23	3.863.608,70		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.789.935,47	13.079.885,62		
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Outubro (b) % em Relação à Meta (b/a)		
Resultado Nominal		760.000,00	(3.073.434,99) (404,39)		
Resultado Primário		(1.032.000,00)	10.474.752,57 (1.014,99)		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Outubro	Pag. Até Outubro	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		231.124,56	0,00	168.700,52	62.424,04
Poder Executivo		231.124,56	0,00	168.700,52	62.424,04
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		5.020.303,63	609.581,93	3.969.097,58	441.624,12
Poder Executivo		4.970.184,08	609.581,93	3.918.978,03	441.624,12
Poder Legislativo		50.119,55	0,00	50.119,55	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.251.428,19	609.581,93	4.137.798,10	504.048,16

Continua (1/2)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2012 a Outubro/2012**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

CONSOLIDADO

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE	Valor Apurado até Outubro	Lim ites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Outubro	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	19.476.031,85	25%	29,30	
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam	14.748.983,77	60%	77,97	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL		Valor Apurado Até Outubro	Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito		0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida		11.035.440,40	11.410.133,75	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	5.264.345,17	3.250.432,68	944.338,79	3.967,17
Despesas Previdenciárias (V)	2.425.547,67	2.325.933,41	4.361.228,16	2.148.257,63
Resultado Previdenciário (IV - V)	2.838.797,50	924.499,27	(3.416.889,37)	(2.144.290,46)

<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSO</b>		Valor Apurado até Outubro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		356.155,88	(114.155,88)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		149.371,56	1.126.978,95

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Outubro	Limite Constitucional Anual	
		% Mínima a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Outubro
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.098.108,05	15,00	22,72

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Data de emissão 13/11/2012, Hora de emissão 12h e 29m.

JOAQUIM P. B. BICCA N. SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC: 028226/O-9/SC

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

(2/2)





**Edital de Notificação Convênio - Pconcórdiafmaspbfi/CRAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 22 de novembro de 2012.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Edital de Notificação Convênio - Pconcórdiafmaspbvii/Idosos/e Ou Crianças de Zero a Seis Anos e Suas Famílias,**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Concórdia SC, 22 de novembro de 2012.  
CRISTIANE WERLANG  
Gestora do FMAS

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Decreto Legislativo Nº 2.522**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.522, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa o Convênio nº 3/2012, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Rede Feminina de Combate ao Câncer, em 15 de junho de 2012.  
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 3/2012, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Rede Feminina de Combate ao Câncer, em 15 de junho de 2012.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços para manutenção das atividades da entidade, propiciando atendimento e auxílio na prevenção do câncer de mama e do colo de útero, no tratamento e recuperação de mulheres mastectomizadas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de novembro de 2012.  
LEOCIR DOMINGO ZANELLA  
Presidente

DIRCEU BIONDO  
1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.523**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.523, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 0311877-74/2009, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 28 de setembro de 2012.  
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 0311877-74/2009, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 28 de setembro de 2012.

Parágrafo único. O Termo objetiva alterar a Cláusula Quarta - Do Valor.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de novembro de 2012.  
LEOCIR DOMINGO ZANELLA  
Presidente

DIRCEU BIONDO  
1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.524**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.524, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa o Termo de Cessão de Uso Gratuito nº 1/2012, celebrado entre o Município de Concórdia e a Empresa Viero Móveis Indústria e Comércio Ltda.  
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cessão de Uso Gratuito nº 1/2012, celebrado entre o Município de Concórdia e a Empresa Viero Móveis Indústria e Comércio Ltda.

Parágrafo único. O Termo objetiva a cessão de uso gratuito, à Empresa, de materiais, pertencentes à Municipalidade, necessários para a ampliação da rede de subestação abrigada, com forma de incentivo econômico.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de novembro de 2012.  
LEOCIR DOMINGO ZANELLA  
Presidente

DIRCEU BIONDO  
1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.525**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.525, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa o Termo de Rescisão do Convênio nº 32/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, em 19 de outubro de 2012.  
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o

inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Rescisão do Convênio nº 32/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, em 19 de outubro de 2012. Parágrafo único. O Termo objetiva a rescisão amigável do Convênio, a partir de 19 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de novembro de 2012.  
LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente  
DIRCEU BIONDO  
1º Secretário

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 80/2012

DECRETO Nº 80 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 994 de 19 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 23  
Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - Educação - R\$ 107.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados os seguintes recursos orçamentários:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.009 - Construção e Ampliação de Unidades Escolares de Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 12  
Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - Educação - R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.1.002 - Manutenção, conservação e Reforma do Centro Social Albano Briancini  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 64  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 20.000,00  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 65  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 16.482.2514.1.005 - Apoio e Execução de Projetos Habitacionais Urbanos  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 84  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 17.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### Portaria Nº 447/2012

PORTARIA Nº 447/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
REVOGA PORTARIA 391/2012 E RESTABELECE OS EFEITOS DA PORTARIA 244/2011, CONCEDENDO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Municipal nº 391/2012, que dispõe sobre a suspensão da concessão de Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% ao Servidor Municipal, Sr. OSCAR BORSOI, restabelecendo-se os efeitos da Portaria 244/2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

## Corupá

### PREFEITURA

**Portaria N º 2103/12 - Delega Competência ao Servidor Leandro Francisco Burger Para a Direção de Veículo e Dá Outras Providências.**

PORTARIA N º 2103/12

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR LEANDRO FRANCISCO BURGER PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor LEANDRO FRANCISCO BURGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, portador da CNH Registro nº 05457726586, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria N º 2104/12 - Delega Competência a Servidora Dilvane Kuhl Klabunde Para a Direção de Veículo e Dá Outras Providências.**

PORTARIA N º 2104/12

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA DILVANE KUHLM KLABUNDE PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar a servidora DILVANE KUHLM KLABUNDE, ocupante do cargo de Gerente Fazendário, portadora da CNH Registro nº 04693357855, categoria AC, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 2106/2012 - Nomeia Advogado Para Defesa do Servidor Público Marcelo Ziehlsdorff e Dá Outras Providências.**

PORTARIA Nº 2106/2012

NOMEIA ADOVADO PARA DEFESA DO SERVIDOR PÚBLICO MARCELO ZIEHLSDORFF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009, bem como a solicitação contida no Memorando n. 001, de 14 de novembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art.1º - DESIGNAR o advogado Mauri Edgar Padilha de Lima, OAB n. 28541 (lotado no Município com matrícula n. 827601), nos moldes do artigo 204 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para representar o servidor público municipal, Sr. Marcelo Luis Ziehlsdorff, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar Sumário n. 002/12, conduzido pela Comissão Processante, designada pela Portaria nº 2090, de 17 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 1101, de 19 de outubro de 2012, do Sr. Prefeito Municipal de Corupá/SC, bem como apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, defesa prévia, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, bem como nos artigos 187 e 196 da Lei Orgânica do

Município de Corupá/SC - Lei Complementar n. 014/2009.

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, o advogado supra designado terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá acompanhar todos os procedimentos legais do Processo Administrativo Disciplinar Sumário n. 002/12.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

21 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 15/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO VIATURA ABTR-09 PLACAS MCE-3136, CONFORME ANEXO DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 06/12/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 15:00 horas do dia 06/12/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos.

Curitibanos, 21 de Novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 209/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços para manutenção de 25 aparelho ar condicionado, compreendido de manutenção preventiva, limpeza de filtros, medição e reposição de gás, verificar irregularidades na drenagem e medição da tensão elétrica, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 05/12/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a





Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0317/2012**

DECRETO Nº 0317, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0416 (7) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722330400 - Transferência de Recursos do Estado - Atenção Básica R\$ 9.000,00

Total R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0318/2012**

DECRETO Nº 0318, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de infraestrutura

10.01 - Secretaria de infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (298) R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no

artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0319/2012**

DECRETO Nº 0319, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e seiscentos reais) nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (9) R\$ 86.500,00

Total R\$ 86.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (7) R\$ 86.500,00

Total R\$ 86.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2221/2012**

PORTARIA Nº 2.221, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor ANTONIO LUIZ SAÓ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 084.146.349-23, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2222/2012**

PORTARIA Nº 2.222, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, o contrato de SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 052.928.359-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2223/2012**

PORTARIA Nº 2.223, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora MARINEZ BOLZANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 482.071.609-34, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2224/2012**

PORTARIA Nº 2.224, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCIANE ELOY DE ANDRADE, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 987.835.059-20, no cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2225/2012**

PORTARIA Nº 2.225, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARINES BOLZANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 482.071.609-34, no cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2226/2012**

PORTARIA Nº 2.226, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições

legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Função Gratificada Nível 1, do servidor JOÃO BATISTA PRATES SANTANA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 552.072.949.20, ocupante do cargo de provimento efetivo de CHAPEADOR, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2227/2012**

PORTARIA Nº 2.227, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Função Gratificada Nível 1, do servidor ELENICE MELO DE GODOI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 848.016.549.91, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2228/2012**

PORTARIA Nº 2.228, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Função Gratificada Nível 1, do servidor CLAUDINEI SOUZA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 479.915.509.15, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2229/2012**

PORTARIA Nº 2.229, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Função Gratificada Nível 1, do servidor MAMÉDIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 387.153.179.00, ocupante do cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2230/2012**

PORTARIA Nº 2.230, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora LUCIANA KAMPHORST AVILA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 000.392.989-22, nomeada no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 21 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2231/2012**

PORTARIA Nº 2.231 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2203/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2203 de 12 de Novembro de 2012, do servidor JONAS MAFRA, alterando o cargo para ACESSOR DE SETOR.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2100 de 18 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2232/2012**

PORTARIA N.º 2.232 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2013/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2013 de 28 de setembro de 2012, da servidora DAIANE APARECIDA FERREIRA, alterando a data de prorrogação para o período de 01 de novembro de 2012 à 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2100 de 18 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2233/2012**

PORTARIA N.º 2.233, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital nº 0036 de 28 de novembro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO, que se encontra afastada em auxílio doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA SERLEI HOLEK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 384.847.069-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de novembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2234/2012**

PORTARIA Nº 2.234, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Concede Função Gratificada.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora GISELE APARECIDA FOGAÇA DA ROCHA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 048.253.809-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 2, a partir de 19 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2235/2012**

PORTARIA Nº 2.235, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor GUSTAVO MARCONDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 082.345.089-97, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 22 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2236/2012**

PORTARIA Nº. 2.236, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Equipe Multiprofissional para Desenvolvimento do Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social de todos os Servidores Públicos Municipais De Fraiburgo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 0185 da Lei Complementar n. 0109/2010 e Decreto nº. 0003/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Decreto nº. 0003/2010, para integrarem a Equipe Multiprofissional para Desenvolvimento do Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social de todos os servidores públicos municipais de Fraiburgo:



I - DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL - Assistente Social;  
II - ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA - Secretário Municipal de Administração e Planejamento;  
III - CAROLINE CARDOSO PEREIRA - Analista de Gestão Humana;  
IV - CLAUDIANE APARECIDA MATTEUCCI - Coordenador de Departamento;  
V - EDINARA LASCOSKI - Assessor de Esportes;  
VI - FABIO JUNIOR MARQUES - Assistente Administrativo;  
VII - FERNANDO ANDRÉ MARQUES - Professor;  
VIII - MARIA DE LOURDES TIBES PAULETTI - Diretor Geral de Gestão;  
IX - PATRICIA CERON MACHADO - Técnico em Administração;  
X - ROSE MARI GAIO BIANCHI - Professor e Especialista Grupo Ocup. PG;  
XI - ROSELEI TITON - Engenheiro de Segurança do Trabalho;  
XII - SALETE PARIS - Enfermeiro  
XIII - SIBELE GODOY CAMINSKI - Psicólogo

Parágrafo único. A coordenação da Equipe Multiprofissional ficará a cargo da servidora Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol.

Art. 2º. Os membros da Equipe Multiprofissional ficarão dispensados de suas atividades quando a serviço do múnus que lhe é atribuído.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de Novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 2237/2012

PORTARIA N.º 2.237, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de CÂNDIDA DE SOUZA BATEZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 839.102.390-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 34 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 0164/2012 - Rp 0075 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0164/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0075/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de

gêneros alimentícios para alimentação dos internos dos Abrigos (Casas Lares) deste município. Validade da Ata: Janeiro a Fevereiro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 10.12.2012. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 0165/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0165/2012 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de sonorização, iluminação e filmagens para a VII Semana de Música e Artes Plásticas que acontecerá nos dias 17 a 20 de dezembro de 2012 no Centro Cultural Egon Frey. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 05.12.2012. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Gaspar

#### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.483, de 19 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.483, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CORAÇÃO DO VALE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de utilidade pública a entidade denominada Centro de Tradições Gauchas Coração do Vale, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 83.778.605/0001-35.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,  
em 19 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.251, de 21 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.251, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Dotação: 401 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional Programática: 00012.00306.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200040 Merenda Escolar

Dotação: 39 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Dotação: 40 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil

Dotação: 50 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 113 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.252, de 21 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.252, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos do Edital nº 001/2012, conforme quadro abaixo, em virtude de sua desistência expressamente manifestada:

Nome	Cargo	Decreto de nomeação
Luciano dos Santos	Procurador Municipal	5.235/2012
Luis Roberto Schmitt Junior	Procurador Municipal	5.244/2012

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de novembro de 2012.

EDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2.918, de 20 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.918, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA SHEILA KATH GAMBERALLI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora SHEILA KATH GAMBERALLI pela Portaria nº 2.757/2012, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/12/2012, devendo retornar ao trabalho em 07/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 2.919, de 20 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.919, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA ENI MARIA DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora ENI MARIA DA SILVA pela Portaria nº 2.641/2012, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, devendo retornar ao trabalho em 31/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 2.920, de 20 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.920, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA MARIA CATARINA VANZUITA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Maria Catarina Vanzuita, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 05/11/2012 a 04/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de novembro de 2012.

Gaspar, 30 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

---

**SAMAE**

---

**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 2/2012 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012**

Número do contrato: 2/2012 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 7/2012 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LAERCIO JOSE KRAUSS - CNPJ do contratado: 528.152.939-00

Objeto: Locação de imóvel para abrigar as instalações do SAMAE, quais sejam, a sede administrativa, a garagem de veículos e máquinas, o almoxarifado e a sala de leituristas.  
Valor acrescido: R\$ 83.808,00 (oitenta e três mil oitocentos e oito reais).

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 22/2010 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012**

Número do contrato: 22/2010 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 27/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. - CNPJ do contratado: 95.886.735/0005-02

Objeto: Execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado, que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

Valor acrescido: R\$ 1.790.740,00 (um milhão, setecentos e

noventa mil, setecentos e quarenta reais)

Gaspar (SC), em 21 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 60/2008 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012**

Número do contrato: 60/2008 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 52/2008 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMUSA - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor acrescido: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar (SC), em 20 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE****- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012**

Número do contrato: 60/2008 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 52/2008 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMUSA - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor acrescido: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar (SC), em 20 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº 093/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 093/2012.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: DELTACOMP COMÉRCIO DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de configuração, instalação e manutenção de equipamentos de informática instalados em toda rede publica municipal, em conformidade com anexo I e II do edital.

PRAZO: Da assinatura do contrato até 22/12/2012. VALOR: R\$ 24.600,00 (vinte quatro mil seiscientos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretarias Municipais.

Governador Celso Ramos, 24 de agosto 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

#### Extrato do Contrato Nº 096/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 096/2012.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: DELTACOMP COMÉRCIO DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de configuração, instalação e manutenção de equipamentos de informática instalados em toda rede publica de saúde, em conformidade com os anexos I e II do edital.

PRAZO: Da assinatura do contrato até 22/12/2012. VALOR: R\$ 5.180,00 (cinco mil e cento e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos, 30 de agosto 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 1104/2012

PORTARIA Nº. 1104/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora SILVANA LAZZARINI BULLA (Matr. 2571), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 20 de novembro de 2012 a 01 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### Republica Portaria Nº 1102/2012

PORTARIA Nº 1102/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor CARLOS ROGERIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 19 de novembro de 2012 a 30 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### Republica Portaria Nº 1103/2012

PORTARIA Nº. 1103/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora IVONE DEBUS COSTA BEBER (Matr. 2859), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 19 de novembro de 2012 a 30 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



**Ibiam****PREFEITURA****Portaria Nº 264/2012**

PORTARIA Nº 264, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO A SRA. DELESIA ORZZATTO MICHELUZZI, PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 8º e § 2º, do art. 10, ambos da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, combinado com o inciso I, do art. 8º, art. 20 e ss., ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004; bem como o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal; e, tendo em vista o resultado do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para o cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA A - Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, a Sra. DELESIA ORZZATTO MICHELUZZI, brasileira, portadora do CPF nº 021.600.909-05, com os vencimentos previstos em LEI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 266/2012**

PORTARIA Nº 266, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ANA PAULA ORTIGARA - AGENTE ADMINISTRATIVO - NÍVEL 5 - REFERÊNCIA E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora ANA PAULA ORTIGARA, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO - Nível 5 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo III - Serviços Administrativos, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 04.10.2011 à 03.10.2012, a partir de 21 a 30 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 21 de novembro de 2012.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 267/2012**

PORTARIA Nº 267, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS A SRA ROSANA CARMEN PANCERI VIECELI - DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora ROSANA CARMEN PANCERI VIECELI, brasileiro, viúva, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CC-2 - Anexo 1 - Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Municipal nº 044, de 21 de Julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 002, de 09.01.2002, referente ao período aquisitivo de 05.05.2011 a 04.05.2012, a partir de 19 de novembro a 03 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 19 de novembro de 2012.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 268/2012**

PORTARIA Nº 268, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA SALETE MARIA BALBINOTE - TÉCNICA EM ENFERMAGEM - NÍVEL 5 - REFERÊNCIA E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora SALETE MARIA BALBINOTE, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM- Nível 5 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo IV - Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei

Complementar nº 023, de 03.03.2011, referente ao período aquisitivo de 01.07.2011 a 30.06.2012, a partir de 26 de novembro a 10 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 26 de novembro de 2012.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MARIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 269/2012**

PORTARIA Nº 269, 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA ALESSANDRA SERATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 14 de novembro de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ALESSANDRA SERATTO, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga - Nível 6 - Referência B, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Giovani Seratto Gomes - filho, de conformidade com o atestado médico da Dra. marta Santina D. Titon - CRM/SC 2885.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02 (dois) dias, conforme laudo médico, no período compreendido de 08.11.2012 a 09.11.2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2012.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº265/2012**

PORTARIA Nº 265, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012  
"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO A SRA. LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, PARA OCUPAR O CARGO DE PEDAGOGA"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 1º, da Lei Complementar Municipal nº 24, de 01 de novembro de 2011, combinado com o inciso I, do art. 8º, art. 20 e ss., ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004; bem como o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal; e, tendo em vista o resultado do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para o cargo de Provimento Efetivo de PEDAGOGA - NÍVEL 10 - REFERÊNCIA A - Anexo único - Serviços de Nível Superior, da Lei Complementar Municipal nº 24, de 01 de novembro de 2011, a Sra. LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, brasileira, portadora do CPF nº 005.109.969-14, com os vencimentos previstos em LEI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Retificação de Extrato de Publicação Proc 49/12** RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2012  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2012

Referente ao Processo acima descrito, publicado na edição do dia 22/11/2012, onde se lê: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA, LEIA-SE: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE PINUS SERRADA.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044 ou no seguinte endereço eletrônico: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)

Ibiam, 22 de Novembro de 2012.  
NELSON MARIO GRASSI  
Prefeito Municipal de Ibiam



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 125.2012

DECRETO PMI Nº 125, de 21 de novembro de 2012.

Institui Comissão de Transição de Governo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando aos superiores interesses do povo de Imbituba;

CONSIDERANDO, ainda, que a nova gestão administrativa necessita conhecer dados fundamentais, sem os quais dificultar-se-ia a implantação de seus projetos, programas de governo e compromissos de campanha, já a partir do início do exercício do novo mandato;

CONSIDERANDO, finalmente, que os agentes e autoridades administrativas, têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia, razoabilidade, precaução e transparência;

DECRETA:

Art. 1º Para efeitos deste Decreto, transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o prefeito eleito possa receber do seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do novo governo.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Transição de Governo, com representantes do Governo, os seguintes servidores:

-Daniel Vinício Arantes Neto, Secretário de Administração e Gestão Pública;

-Euclides de Oliveira Porto, Secretário da Fazenda;

Parágrafo único. Fica designado como coordenador da Comissão de Transição de Governo o Senhor Daniel Vinício Arantes Neto (Secretário de Administração e Gestão Pública).

Art. 3º A Comissão de Transição de Governo no âmbito de suas atribuições delegadas por este Decreto, está apta para receber as solicitações de informações da equipe de transição do novo Governo.

Art. 4º Informações e esclarecimentos deverão ser solicitados, exclusivamente, ao coordenador da Comissão de Transição de Governo, por vias formais, documentadas e assinadas pelo Prefeito Eleito ou pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. As informações deverão ser prestadas na forma e no prazo que assegurem o cumprimento dos objetivos da transição governamental.

Art. 5º Os Secretários Municipais deverão, obrigatoriamente, sob pena de ser imputada responsabilidade, encaminhar ao Coordenador da Comissão de Transição de Governo informações circunstanciadas sobre:

I - programas realizados e em execução relativos a atual gestão governamental;

II - assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos 100 (cem) primeiros dias do novo governo;

III - projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos.

Art. 6º Caberá exclusivamente ao Secretário de Administração e Gestão Pública:

a) relacionar o patrimônio:

- móveis - descrição do bem, número do registro patrimonial, quantidade, localização e valores unitário e total;

- imóveis - descrição do bem, documento de propriedade, localização e valor atualizado;

b) relacionar os materiais existentes no almoxarifado, com as

seguintes informações: descrição dos materiais, unidades respectivas, quantidade em estoque e valores unitário e total;

c) preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo as seguintes relações e informações:

- quadro de cargos em comissão e funções gratificadas;

- quadro de cargos de provimento efetivo;

- listagem de contratados por prazo determinado;

- relação dos servidores cedidos;

- demonstrativo da situação das folhas de pagamento;

- Projetos de Leis em curso na Câmara Municipal de Vereadores;

- Desapropriações em andamento: amigáveis e judiciais;

- Relação dos concursos realizados ainda vigendo e relacionados por cargo;

- Relação de concursados por ordem de classificação em cada cargo e que ainda não tenham sido admitidos.

d) preparar para entregar à Comissão de Transição de Governo exemplares atualizados de:

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

- Legislação do Regime Próprio de Previdência e listagens da sua organização administrativa, se for o caso;

- Planos de Carreira dos Servidores;

- Lei Orgânica Municipal;

- Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

- Lei da Estrutura Administrativa e Regimento Interno do Poder Executivo Municipal;

- Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

- Códigos de Obras e de Posturas Municipais;

- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

- Código Tributário Municipal e legislação que o regulamente;

e) chaves dos departamentos, veículos e equipamentos devidamente identificados.

Art. 7º Caberá exclusivamente ao Secretário da Fazenda:

a) elaborar o Demonstrativo das Dívidas do Município, por quaisquer formas assumidas, constando: títulos (Restos a Pagar; Serviços da Dívida a Pagar; Depósitos; Débitos de Tesouraria e Dívida Fundada Interna), nome do credor, natureza, data do vencimento e respectivos valores;

b) elaborar o Demonstrativo dos Créditos do Município, constando: natureza do crédito, nome do devedor, data do vencimento e respectivo valor;

c) relacionar todos os Convênios, constando: órgão concessor, objeto e valores individualizados, do convênio, do quanto foi recebido pela Prefeitura Municipal, do quanto foi executado, bem como daquilo que já foi objeto ou não de prestação de contas;

d) estabelecer data limite para emissão de empenho;

e) elaborar o Termo de Conferência de Caixa, que será lavrado ao final do expediente do último dia útil do mês de dezembro e que conterá informações sobre os valores em dinheiro, em cheques e demais documentos, devendo ser assinado pelo contador e pelo tesoureiro;

f) elaborar o Boletim de Caixa e Bancos, relativo ao último dia útil do mês de dezembro, com o saldo transferido para o exercício seguinte, e que será assinado pelo tesoureiro, pelo responsável pela Contabilidade e pelo prefeito;

g) elaborar o Demonstrativo das Disponibilidades, relativo ao último dia útil do mês de dezembro, consignando os valores de Caixa, Bancos Conta Movimento e Bancos Conta Vinculada;

h) apresentar os extratos bancários de todas as contas correntes (movimento e vinculadas), acompanhados das respectivas conciliações dos saldos bancários em confronto com os saldos contábeis, se for o caso;

i) preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo as seguintes relações e informações:

- relação dos créditos não tributários;

- relação de fundos especiais;

- demonstrativo analítico da dívida ativa;

- relação de dívidas;

- demonstrativo da aplicação de recursos oriundos da venda de ativos;



- demonstrativo das despesas assumidas nos dois últimos quadrimestres do mandato;
  - demonstrativo do recolhimento de encargos sociais e demais obrigações patronais;
  - demonstrativo do sistema de atendimento à saúde dos servidores (se for o caso), da compensação previdenciária com o RPPS e com o RGPS e fundos próprios de outros Entes;
  - demonstrativo do percentual da receita corrente líquida absorvido pela folha de pagamento.
  - Convênios, acordos, consórcios firmados ou dos quais o município participe;
  - As prestações de contas a serem realizadas até o final do exercício e as que devam ser encaminhadas no primeiro trimestre do exercício vindouro;
  - Leis Municipais de Incentivos Fiscais e outros;
  - Leis Municipais que criem obrigações, cujo cumprimento precisa ser realizado mensalmente ou no primeiro trimestre do exercício;
  - PPA, LDO e LOA (estes últimos do exercício financeiro vindouro);
- Art. 8º Caberá exclusivamente ao Procurador Geral:
- a) relacionar os Contratos e Termos Aditivos, dentro dos prazos de vigência respectivos, constando: contratado, objeto, valor, forma de pagamento e prazo de vigência inicial e final;
  - b) organizar para entregar à Comissão de Transição de Governo, informações relativas a:
- Ações cíveis, trabalhistas, e outras, constando: nº do processo, partes e juízo;
  - Precatórios: nº dos processos, partes e respectivo valor;
  - Contratos de obras e serviços firmados e em andamento.

Art. 9º Caberá exclusivamente ao Controlador Geral o preparo para ser entregue à Comissão de Transição de Governo a relação dos Conselhos Municipais existentes e sua composição, constando legislação, mandatos, conselheiros titulares e suplentes com sua qualificação, endereços e representação;

Art. 10. Caberá exclusivamente ao Secretário de Articulação Política, através do Diretor de Relações Institucionais, preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo a relação dos assuntos de interesse do município em tramitação nas esferas Federal e Estadual e se possível, descrição da situação em que se encontram.

Art. 11. Caberá exclusivamente ao Secretário de Infraestrutura preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos de transportes, limpeza pública, cemitérios e outros;

Art. 12. Caberá exclusivamente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos de gestão e fiscalização urbana e ambiental, e outros.

Art. 13. Caberá exclusivamente ao Secretário de Saúde preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados a área de saúde pública em geral.

Art. 14. Caberá exclusivamente ao Secretário de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados à área social, trabalho e habitação.

Art. 15. Caberá exclusivamente ao Secretário de Educação Cultura e Esporte preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados à área de educação, cultura e esporte.

Art. 16. Caberá exclusivamente ao Secretário de Agricultura e Pesca preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados à área de agricultura e pesca.

Art. 17. Caberá exclusivamente ao Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico preparar para ser entregue à Comissão de Transição de Governo os regulamentos vinculados a área de turismo e desenvolvimento econômico.

Art. 18. Principais projetos, programas e ações, executados ou não, elaborados pelos órgãos e entidades durante a gestão em curso, bem como os recursos previstos para as devidas execuções, deverão constar nos relatórios apresentados.

Art. 19. Salvo os casos expressos em Lei, fica vedado a qualquer servidor público a prestação de informações relativas à transição disciplinada neste decreto, exceto quando expressamente autorizado pelo Coordenador da Comissão de Transição de Governo.

Art. 20. O período de transição ocorrerá a partir de 22 de novembro de 2012, devendo, todas informações contidas neste Decreto, serem entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do início da transição.

Parágrafo único. Solicitações formais da equipe de transição do novo Governo deverão ser respondidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## CÂMARA MUNICIPAL

### Aviso de Edital

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2012

Assunto: Inscrição de profissionais formados ou atuantes nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing com o intuito de constituir subcomissão técnica para a contratação de Agência de Propaganda, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010. Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, de segunda a sexta-feira, até o dia 14/12/2012, das 13h às 19h, na Câmara Municipal de Imbituba, situada na Rua Ernani Cotrin, 555, Centro, Imbituba/SC, CEP: 88780-000, sendo que o Edital, com as normas e documentos exigidos, pode ser obtido no site: [www.cmi.sc.gov.br](http://www.cmi.sc.gov.br).

Imbituba/SC, 19 de novembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Ipumirim

## PREFEITURA

### Lei Nº 1699

cria bairro e denomina logradouros públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que O Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o BAIRRO COLINA DO SOL, denominado anteriormente como sendo LOTEAMENTO PEGOGARO E LOTEAMENTO SINTRIAL III, situado próximo ao Bairro Beira Sol e Bairro Santa Rita nesta cidade de Ipumirim.

Art. 2º Fica denominado neste Bairro as Ruas A como Sol Nascente, a Rua B como Dos Canários, a Rua C como Novo Horizonte, a Rua D como Everest, a Rua E como Liberdade, a Rua F como Monte Líbano e a Rua G como Natureza.

Art. 3º Esta lei entrará vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário

Ipumirim-SC, aos 21 de novembro de 2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1700

Cria o serviço de exploração de pátio para recolhimento de veículos apreendidos pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina no âmbito do Município de Ipumirim.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Através da presente lei, fica o Município de Ipumirim autorizado a criar o serviço de exploração de pátio para recolhimento de veículos apreendidos pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina no âmbito do Município de Ipumirim.

Parágrafo Primeiro: O referido serviço mencionado no caput deste artigo será concedido mediante processo licitatório na modalidade de concessão, na qual possibilite a participação de qualquer empresa que esteja registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, tendo no seu objeto social, autorização para exploração dos serviços de guincho.

Parágrafo Segundo: A empresa que quiser participar no processo licitatório pretendendo a concessão para exploração de referido serviço público, deverá obrigatoriamente ter pátio de estacionamento próprio, cuja capacidade de estacionamento de no mínimo 50 (cinquenta) veículos, bem como guincho para realizar o serviço.

Art. 2º. A empresa autorizada mediante concessão a exploração do serviço de exploração de pátio para recolhimento de veículos, sobreviverá na atividade mediante cobrança de tarifas cujo valor será estabelecido no momento da fixação de edital de concessão do serviço público.

Art. 3º. Após aprovação da presente lei o Poder Executivo, num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, abrirá processo licitatório para a concessão do referido serviço público.

Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a conceder a título precário mediante decreto, a exploração de

referido serviço, a empresa particular que esteja enquadrada nos ditames da presente lei, devido à urgência da implantação do serviço, até aprovação da presente lei e a homologação da licitação que será realizada para tal fim.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, 21 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1701

Altera Ementa e artigo 1º da Lei nº 1122/2000.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A Ementa da presente Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO ITBI, PARA IMÓVEIS FINANCIADOS PELO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA.

Art. 2º. O artigo 1º da presente Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica isento do ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, os imóveis financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2012.

Ipumirim, 21 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Decreto N. 1.948 de 21 de Novembro de 2012

ABRE CRÉDITOS ESPECIAIS POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 523.681,71.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II c/c ao § 2º e 730; do artigo 34 da Lei 1.671 de 14 de outubro de 2011 que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.702 de 21 de novembro de 2012,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 70, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 70.000,00.

II. Código reduzido 82, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 25.000,00.

III. Código reduzido 128, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento

33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 1.937,30.

IV. Código reduzido 68, Projeto 28.846.0000.0002 - Gestão dos Gastos de Pessoal Inativos e Pensionistas - Administrativo, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 50.000,00.

V. Código reduzido 65, Projeto 28.843.0000.0000 - Amortização e Encargos da Dívida Contratual, elemento 32900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 25.000,00.

VI. Código reduzido 66, Projeto 28.843.0000.0000 - Amortização e Encargos da Dívida Contratual, elemento 46900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 10.700,00.

VII. Código reduzido 104, Projeto 26.782.0026.2061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 45.000,00.

VIII. Código reduzido 93, Projeto 12.361.0012.2037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.000,00.

IX. Código reduzido 94, Projeto 12.361.0012.2037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 25.000,00.

X. Código reduzido 89, Projeto 12.361.0012.2038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 40.000,00.

XI. Código reduzido 86, Projeto 12.362.0012.2048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.000,00.

XII. Código reduzido 83, Projeto 12.364.0017.2049 - Apoio as Ações do Ensino de Graduação, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.000,00.

XIII. Código reduzido 10, Projeto 27.812.0025.2060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 15.000,00.

XIV. Código reduzido 2, Projeto 20.606.0019.2050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 15.000,00.

XV. Código reduzido 153, Projeto 08.244.0032.2095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0085 - FNAS Atenção Básica, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 21.044,41.

XVI. Código reduzido 5, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 110.000,00.

XVII. Código reduzido 6, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 523.681,71

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 76, Projeto 04.122.0004.2007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 28,10.

II. Código reduzido 126, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 264,00.

III. Código reduzido 127, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 216,00.

IV. Código reduzido 64, Projeto 28.843.0000.0001 - Amortização da Dívida de Débitos Consolidados, elemento 46900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 110.000,00.

V. Código reduzido 61, Projeto 28.846.0000.0003 - Pagamento de Sentenças Judiciais - Precatórios, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 5.000,00.

VI. Código reduzido 62, Projeto 28.846.0000.0003 - Pagamento de Sentenças Judiciais - Precatórios, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 790,32.

VII. Código reduzido 97, Projeto 18.541.0004.2010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 76,80.

VIII. Código reduzido 84, Projeto 18.541.0004.2010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 44710000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 123,20.

IX. Código reduzido 58, Projeto 18.541.0021.2055 - Gestão das Políticas de Meio Ambiente, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 3.035,00.

X. Código reduzido 114, Projeto 26.782.0026.1032 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinário Pesado destinados ao DMER, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 1.485,00.

XI. Código reduzido 107, Projeto 26.782.0026.1033 - Infra-Estrutura para o Trânsito de Pessoas e Mercadorias, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 608,40.

XII. Código reduzido 148, Projeto 26.782.0026.2061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 65,18.

XIII. Código reduzido 99, Projeto 12.361.0012.1019 - Edificações para a Modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 130.000,00.

XIV. Código reduzido 56, Projeto 12.365.0012.1049 - Aquisição de Veículos e Equipamentos p/ Modernização do Ensino Infantil, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 542,00.

XV. Código reduzido 19, Projeto 12.366.0012.2047 - Apoio as Ações do Ensino de Jovens e Adultos - EJA, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 2.399,56.

XVI. Código reduzido 18, Projeto 12.367.0017.2046 - Apoio as Ações do Ensino Especial, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 356,81.

XVII. Código reduzido 26, Projeto 13.392.0004.2018 - Ações de Parceria com Entidades Culturais, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 5.000,00.

XVIII. Código reduzido 138, Projeto 27.812.0025.2060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 81,86.

XIX. Código reduzido 7, Projeto 20.601.0019.2082 - Ações de Incentivos à Produção Agrícola e Estruturação de Propriedades, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 126,81.

XX. Código reduzido 3, Projeto 20.606.0019.1024 - Equipamentos e veículos para Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 1.052,14.

XXI. Código reduzido 13, Projeto 20.606.0019.2050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 32.798,49.

XXII. Código reduzido 6, Projeto 20.601.0020.2054 - Gestão das Ações de Agregação de Valores e Alternativas de Renda, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos

Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 985,00.

XXIII. Código reduzido 41, Projeto 08.244.0032.2098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0085 - FNAS Atenção Básica, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 21.044,41.

XXIV. Código reduzido 44, Projeto 08.244.0004.2021 - Ações de Parceria com Entidades da Assistência Social, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 9.500,00.

XXV. Código reduzido 139, Projeto 08.244.0032.2095 - Assistência Social Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 205,26.

XXVI. Código reduzido 34, Projeto 15.452.0027.1035 - Aquisição de Equipamentos e Veículos destinados a Modernização das Ações no Urbanismo, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 7.820,10.

XXVII. Código reduzido 113, Projeto 15.452.0027.1035 - Aquisição de Equipamentos e Veículos destinados a Modernização das Ações no Urbanismo, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 100,00.

XXVIII. Código reduzido 30, Projeto 15.452.0028.2064 - Gestão das Ações de Limpeza Urbana, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 428,67.

XXIX. Código reduzido 36, Projeto 15.451.0029.2065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 9.548,60.

XXX. Código reduzido 2, Projeto 10.301.0005.1052 - Edificações para funcionamento de Unidades de Saúde, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.000,00.

XXXI. Código reduzido 9, Projeto 10.301.0005.2025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - ESF/NASF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 160.000,00.

XXXII. Código reduzido 14, Projeto 10.301.0005.2027 - Gestão das Ações Básicas de Saúde Bucal/ESB, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 523.681,71

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 21 de novembro de 2012.

Ipumirim-SC, 21 de novembro de 2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Republicação do Decreto Nº 2311 com As Imagens dos Relatórios.

DECRETO nº 2311/2012.

“Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2010 e 2011 inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do município de Irineópolis, a saber:

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/2

### ESTADO DE SANTA CATARINA

### FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

Relação de Restos a Pagar de 01/01/2010 a 24/10/2012

Administração Direta

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Fonte de Rec.	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS							
Recurso: 0.1.0214 - Recurso PAB							
0002535/11	08/09/2011	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA	0.1.0214	91,80	0,00	0,00	91,80
0002538/11	08/09/2011	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD	0.1.0214	120,00	0,00	0,00	120,00
0002715/11	29/09/2011	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0.1.0214	9,23	0,00	0,00	9,23
0002872/11	14/10/2011	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0.1.0214	58,00	0,00	0,00	58,00
Total do Recurso:				279,03	0,00	0,00	279,03
Recurso: 0.1.0216 - Recursos PSF							
0000444/11	23/02/2011	MARCOS ROBERTO MOECKE	0.1.0216	70,00	0,00	0,00	70,00
0001098/11	26/04/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/ VEICULOS LTDA - PIRAMIDE	0.1.0216	193,00	0,00	0,00	193,00
0001262/11	10/05/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/ VEICULOS LTDA - PIRAMIDE	0.1.0216	35,00	0,00	0,00	35,00
Total do Recurso:				298,00	0,00	0,00	298,00



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## Recurso: 0.1.0217 - Recursos Vigilância Epidemiológica

0000731/11	18/03/2011	GOHL & GOHL LTDA - ME - GOHL GRAF	0.1.0217	360,00	0,00	0,00	360,00
Total do Recurso:				360,00	0,00	0,00	360,00

## Recurso: 0.1.0219 - Recursos Assistência Farmacêutica

0000067/11	10/01/2011	SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0.1.0219	178,50	0,00	0,00	178,50
0000158/10	19/01/2010	DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA	0.1.0219	186,31	0,00	0,00	186,31
0000561/10	25/02/2010	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD.	0.1.0219	9,50	0,00	0,00	9,50
0002981/10	01/10/2010	DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA	0.1.0219	150,00	144,00	144,00	6,00
0003113/10	18/10/2010	DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA	0.1.0219	150,00	144,00	144,00	6,00
Total do Recurso:				674,31	288,00	288,00	386,31

## Recurso: 0.1.0221 - Recursos Outras Transferências do Estado

0002390/10	11/08/2010	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA *	0.1.0221	390,00	0,00	0,00	390,00
0003205/10	26/10/2010	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD.	0.1.0221	27,60	0,00	0,00	27,60
Total do Recurso:				417,60	0,00	0,00	417,60

## Recurso: 0.1.0250 - Recursos Saúde Bucal

0000697/10	09/03/2010	CENTROSUL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	0.1.0250	85,80	0,00	0,00	85,80
0001875/10	24/06/2010	CENTROSUL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	0.1.0250	60,50	0,00	0,00	60,50
0001877/10	24/06/2010	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0.1.0250	205,40	0,00	0,00	205,40
0002526/10	23/08/2010	CENTROSUL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	0.1.0250	21,45	0,00	0,00	21,45
0002528/10	23/08/2010	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0.1.0250	90,48	0,00	0,00	90,48
0003041/10	06/10/2010	CENTROSUL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	0.1.0250	130,24	0,00	0,00	130,24
Total do Recurso:				593,87	0,00	0,00	593,87

## Recurso: 0.1.0251 - Transferências do Município 15%

0000100/11	18/01/2011	VERITA VEICULOS LTDA	0.1.0251	1.502,36	0,00	0,00	1.502,36
0000101/11	18/01/2011	VERITA VEICULOS LTDA	0.1.0251	12,51	0,00	0,00	12,51
0000102/11	18/01/2011	VERITA VEICULOS LTDA	0.1.0251	409,50	0,00	0,00	409,50
0000283/11	08/02/2011	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME / SUPRIDENTAL	0.1.0251	83,70	0,00	0,00	83,70
0000491/10	18/02/2010	VIDEMED COM. E MANUT. DE EQUIP. MEDIC. HOSP. LTDA	0.1.0251	187,00	0,00	0,00	187,00
0000545/11	03/03/2011	HERBERT MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	0.1.0251	99,00	0,00	0,00	99,00
0000830/11	30/03/2011	JOAÇABA EQUIP. E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME	0.1.0251	210,00	0,00	0,00	210,00
0000883/11	31/03/2011	IRINEOPOLIS CONSTRUÇÕES LTDA ME	0.1.0251	9,85	0,00	0,00	9,85
0000959/11	08/04/2011	FRONCZAK & MARQUES LTDA	0.1.0251	17,45	0,00	0,00	17,45
0000962/11	08/04/2011	FRONCZAK & MARQUES LTDA	0.1.0251	40,00	0,00	0,00	40,00
0000988/11	12/04/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/ VEICULOS LTDA - PIRAMIDE	0.1.0251	250,00	0,00	0,00	250,00
0001010/11	14/04/2011	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA M	0.1.0251	307,50	0,00	0,00	307,50
0001068/10	15/04/2010	GRAFICA CANOINHAS LTDA	0.1.0251	32,00	0,00	0,00	32,00
0001149/11	02/05/2011	DRA. DINARA DE SOUZA CINGANO	0.1.0251	150,00	0,00	0,00	150,00
0001510/10	19/05/2010	FRONCZAK & MARQUES LTDA	0.1.0251	53,40	0,00	0,00	53,40
0001529/11	06/06/2011	GRAFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTACOES WOLDAM LTC	0.1.0251	122,60	0,00	0,00	122,60
0001656/11	14/06/2011	GRAFICA CANOINHAS LTDA	0.1.0251	12,00	0,00	0,00	12,00
0001664/11	15/06/2011	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	0.1.0251	50,00	0,00	0,00	50,00
0002299/10	03/08/2010	LECH & CIA LTDA	0.1.0251	112,35	0,00	0,00	112,35
0002300/10	03/08/2010	LECH & CIA LTDA	0.1.0251	33,00	0,00	0,00	33,00
0002662/11	23/09/2011	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME / SUPRIDENTAL	0.1.0251	83,70	0,00	0,00	83,70
0002667/11	23/09/2011	FLORICULTURA ART FLORES - SOELI SANDRA KRUGER	0.1.0251	22,50	0,00	0,00	22,50
0002765/11	04/10/2011	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA M	0.1.0251	205,00	0,00	0,00	205,00

## Recurso: 0.1.0251 - Transferências do Município 15%

0003149/10	21/10/2010	IMPRESSA NACIONAL	0.1.0251	212,59	0,00	0,00	212,59
0003241/11	23/11/2011	METROMED - COMERCIO MATERIAIS MEDICO HOSPIT. LTDA	0.1.0251	66,80	0,00	0,00	66,80
0003244/11	23/11/2011	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0.1.0251	128,27	0,00	0,00	128,27
0003247/11	23/11/2011	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA	0.1.0251	137,30	0,00	0,00	137,30
0003249/11	23/11/2011	JORNAL DIARIO DO PLANALTO - ANGELO MARCELO SCHULKA	0.1.0251	395,00	0,00	0,00	395,00
0003441/10	24/11/2010	ALIANCA HOSPITALAR LTDA - ME	0.1.0251	23,87	0,00	0,00	23,87
0003474/10	26/11/2010	FUNDO MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS	0.1.0251	116,00	0,00	0,00	116,00
0003519/11	20/12/2011	ROQUE AUTO PEÇAS - TRETTO & CIA LTDA	0.1.0251	60,00	0,00	0,00	60,00
0003573/11	30/12/2011	AUTO POSTO VALOES LTDA	0.1.0251	73,30	73,29	73,29	0,01
0003701/10	22/12/2010	RETIFICA MOTOCAR LTDA	0.1.0251	1.618,00	0,00	0,00	1.618,00
0003702/10	22/12/2010	RETIFICA MOTOCAR LTDA	0.1.0251	360,00	0,00	0,00	360,00
Total do Recurso:				7.196,55	73,29	73,29	7.123,26
Total da Entidade:				9.819,36	361,29	361,29	9.458,07
Total Geral:				9.819,36	361,29	361,29	9.458,07

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2010 e 2011, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 05 de novembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Republicação do Decreto Nº 2316 com As Imagens dos Relatórios.

Decreto nº 2316/2012.

“Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do município de Irineópolis, a saber:

## GABINETE DO PREFEITO:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**  
Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
0001738/10	13/04/2010	LOJA MINI PRECO - JORGE CARLOS PASKOSKI	22.75	0.00	0.00	22.75



**SECRETARIA DA FAZENDA:****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
000578/11	26/10/2011	GRAFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTACOES'	160.00	0.00	0.00	160.00
000632/11	24/11/2011	BETHA SISTEMAS LTDA	185.00	170.00	170.00	15.00
000644/11	29/11/2011	BETHA SISTEMAS LTDA	185.00	170.00	170.00	15.00

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
000206/11	26/04/2011	COPEMA - DE JOAO ESEQUIEL HUNHOFF	194.00	0.00	0.00	194.00
000347/11	30/06/2011	IMPrensa NACIONAL	121.48	0.00	0.00	121.48
000373/11	03/08/2010	ATACADO OURO VERDE LTDA	49.75	0.00	0.00	49.75
000380/11	13/07/2011	MR INFORMATICA LTDA	10.00	0.00	0.00	10.00
000394/11	21/07/2011	IRINEU WUWANKO & CIA LTDA ME - NOVO ESTILO	380.00	0.00	0.00	380.00
000408/11	29/07/2011	LS ENCADERNAÇÃO - LEONI MAZURECHEN STA	18.00	0.00	0.00	18.00
000424/11	08/08/2011	LOJA MINI PRECO - JORGE CARLOS PASKOSKI	2.80	0.00	0.00	2.80
000462/11	20/09/2010	BETHA SISTEMAS LTDA	250.00	0.00	0.00	250.00
000496/11	08/10/2010	LABORATORIO FOTOGRAFICO CENTRAL LTDA - F	66.00	0.00	0.00	66.00
000582/11	27/10/2011	TONI CARLI KUHN - ME - BAZZI DISTRIBUIDORA	89.00	0.00	0.00	89.00
000597/11	04/11/2011	E G DACOREGIO & DACOREGIO LTDA	225.60	0.00	0.00	225.60
000597/11	04/11/2011	ALBACORA SUPR. DE INFORM. LTDA ME - JET PR	75.96	0.00	0.00	75.96
000644/11	28/12/2010	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA.	169.24	0.00	0.00	169.24
000704/11	23/12/2011	AROLD FROGUEL	100.00	0.00	0.00	100.00

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
000462/11	26/08/2011	IRINET COMPUTADORES E ACESSORIOS LTDA - I	30.00	0.00	0.00	30.00
000561/11	23/11/2010	METZLER & CIA LTDA	435.00	0.00	0.00	435.00
000561/11	23/11/2010	METZLER & CIA LTDA	769.40	0.00	0.00	769.40
000600/11	07/12/2010	PERFECT PROVEDOR DE INTERNET LTDA - PERF	45.00	0.00	0.00	45.00
000600/11	07/12/2010	PERFECT PROVEDOR DE INTERNET LTDA - PERF	22.00	0.00	0.00	22.00

**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**

Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012

Administração Direta

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Inscrito	Valor Cancelado	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS							
0003175/11	13/06/2011	COMPENSADOS SANTA CATARINA LTDA	375,00	0,00	0,00	0,00	375,00
0003463/11	29/06/2011	COMPENSADOS SANTA CATARINA LTDA	594,00	0,00	0,00	0,00	594,00
0003488/11	30/06/2011	R J FLEITH & CIA LTDA - COMERCIAL SAO JO	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
0003489/11	30/06/2011	HERBERT - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	18,00	0,00	0,00	0,00	18,00
0005508/11	11/10/2011	GRAFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAC	370,00	0,00	0,00	0,00	370,00
0005761/10	29/11/2010	INDUSTRIA E COMERCIO 22 DE JULHO LTDA	374,85	0,00	0,00	0,00	374,85

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Inscrito	Valor Cancelado	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS							
0000746/11	22/02/2011	JORNAL DIARIO DO PLANALTO - ANGELO M	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
0002691/11	23/05/2011	TONI CARLI KUHN - ME - BAZZI DISTRIBUIDO	129,00	0,00	0,00	0,00	129,00
0003902/11	13/07/2011	JORNAL DIARIO DO PLANALTO - ANGELO M	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
0005521/11	13/10/2011	POSTO RIO VERMELHO LTDA	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
0005712/11	24/10/2011	GRAFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAC	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
0005962/10	03/12/2010	GRUPO INTEGRACAO RIOMAFRENSE DE O	900,00	0,00	0,00	0,00	900,00
0006194/09	27/11/2009	MARFRON CONSTRUÇÕES LTDA	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Inscrito	Valor Cancelado	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS							
0002926/11	31/05/2011	CDEMERCADO - DE CLAUDIO MERSCHNE	20,67	0,00	0,00	0,00	20,67

**SECRETARIA DA AGRICULTURA:**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**

Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012

Administração Direta

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
0003239/10	01/07/2010	G RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA	5,00	0,00	0,00	5,00
0004307/11	10/08/2011	ASSOCIAÇÃO AGRICULTORES FRUTICULTORES I	600,00	0,00	0,00	600,00
0005178/10	25/10/2010	SERVHITRAL - SERVICOS HIDRAULICOS E TRAT	117,20	0,00	0,00	117,20
0005821/10	30/11/2010	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD	59,40	0,00	0,00	59,40



**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**  
 Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 26/07/2012  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/2

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Devido	Valor Liquidado	Valor Pago	Saída
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS						
0000439/11	09/02/2011	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE DESENV EDUCACI	52,50	0,00	0,00	52,50
0001363/10	23/03/2010	J.A. ELETRONICA LTDA	35,00	0,00	0,00	35,00
0001364/10	23/03/2010	J.A. ELETRONICA LTDA	35,00	0,00	0,00	35,00
0001365/10	23/03/2010	J.A. ELETRONICA LTDA	35,00	0,00	0,00	35,00
0001366/10	23/03/2010	J.A. ELETRONICA LTDA	35,00	0,00	0,00	35,00
0001409/11	25/03/2011	COPEMA - DE JOAO ESEQUIEL HUNHOFF	105,00	0,00	0,00	105,00
0001969/11	20/04/2011	COOPERGRIL - COOPERATIVAAGROPECUARIA IF	9,50	0,00	0,00	9,50
0002763/11	25/05/2011	DJ SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	119,38	0,00	0,00	119,38
0002764/11	25/05/2011	DJ SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	118,04	0,00	0,00	118,04
0002890/11	31/05/2011	SILVIO MARIA DE AGOSTINHO	80,00	0,00	0,00	80,00
0003177/10	29/06/2010	LOJA SÃO PAULO - JOSÉ NELSON WILHELMS	137,50	0,00	0,00	137,50
0003495/11	30/06/2011	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	152,97	0,00	0,00	152,97
0003498/11	30/06/2011	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	210,45	0,00	0,00	210,45
0003760/10	04/08/2010	FAMMA - COMERCIO DE VEICULOS LTDA	279,13	0,00	0,00	279,13
0003813/10	05/08/2010	INDUSTRIA E COMERCIO 22 DE JULHO LTDA	44,00	0,00	0,00	44,00
0004134/11	29/07/2011	COPEMA - DE JOAO ESEQUIEL HUNHOFF	35,00	0,00	0,00	35,00
0004136/11	01/08/2011	COPEMA - DE JOAO ESEQUIEL HUNHOFF	34,00	0,00	0,00	34,00
0004319/10	06/09/2010	RETIFICA MOTOCAR LTDA	265,00	0,00	0,00	265,00
0004484/11	17/08/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	923,50	0,00	0,00	923,50
0004782/11	31/08/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	11,85	0,00	0,00	11,85
0004870/10	04/10/2010	BORINI MATERIAIS ELETRICOS - BORINI & CIA LT	1.302,00	0,00	0,00	1.302,00
0004976/11	14/09/2011	BORINI MATERIAIS ELETRICOS - BORINI & CIA LT	95,20	0,00	0,00	95,20
0004997/11	15/09/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	312,05	0,00	0,00	312,05
0005036/11	19/09/2011	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB ME	1.841,18	0,00	0,00	1.841,18
0005044/11	19/09/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	128,96	0,00	0,00	128,96
0005135/10	22/10/2010	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	253,47	0,00	0,00	253,47
0005147/11	22/09/2011	RAMLOV & LECH LTDA	21,00	0,00	0,00	21,00
0005148/11	22/09/2011	MARCIO ROGERIO COELHO - ME	50,00	0,00	0,00	50,00
0005151/11	22/09/2011	MARCIO ROGERIO COELHO - ME	250,00	0,00	0,00	250,00
0005457/10	11/11/2010	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	444,96	0,00	0,00	444,96
0005458/10	11/11/2010	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	267,55	0,00	0,00	267,55
0005459/10	11/11/2010	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	458,05	0,00	0,00	458,05
0005460/10	11/11/2010	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	479,70	0,00	0,00	479,70
0005477/11	10/10/2011	ALMEIDA & FILHOS LTDA - AUTO POSTO ALMEIDA	40,01	0,00	0,00	40,01
0005618/10	23/11/2010	HOBÍ EXTRACAO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA	57,60	0,00	0,00	57,60
0005628/11	18/10/2011	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA	44,40	0,00	0,00	44,40
0005760/10	29/11/2010	INDUSTRIA E COMERCIO 22 DE JULHO LTDA	51,00	0,00	0,00	51,00
0006145/11	17/11/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	128,75	0,00	0,00	128,75
0006376/11	25/11/2011	SUPERMERCADO JACKIW - JACKIW & JACKIW LT	337,10	0,00	0,00	337,10
0006393/10	23/12/2010	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	410,50	0,00	0,00	410,50
0006394/10	23/12/2010	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	52,60	0,00	0,00	52,60
0006555/11	01/12/2011	ADEMIR MARCOS RODRIGUES ME	140,00	0,00	0,00	140,00
0006834/11	15/12/2011	SUPERMERCADO BAHNIUK - CLEMENTE BAHNIUK	167,00	0,00	0,00	167,00

**SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**  
 Relação de Restos a Pagar de 01/01/2009 a 30/07/2012  
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/1

Empenho	Data Emissão	Credor/Contrato de Dívida	Valor Inscrito	Valor Cancelado	Valor Liquidado	Valor Pago	Saída
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS							
0000676/11	18/02/2011	CASA DO COLONO - DE PAULO KNOLL	28,00	0,00	0,00	0,00	28,00
0001540/11	31/03/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/VEICULOS LT	155,00	0,00	0,00	0,00	155,00
0001543/11	31/03/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/VEICULOS LT	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
0002530/10	25/05/2010	HOBÍ EXTRACAO E COMÉRCIO DE AREIA LT	133,00	0,00	0,00	0,00	133,00
0003523/11	30/06/2011	RODRIGO MOTOS - RODRIGO CASTRO	130,00	0,00	0,00	0,00	130,00
0004305/10	06/09/2010	COOPERGRIL - COOPERATIVAAGROPECUA	92,50	0,00	0,00	0,00	92,50
0004732/11	30/08/2011	ACE GASES LTDA - EPP	84,00	0,00	0,00	0,00	84,00
0004925/10	07/10/2010	RODRIGO MOTOS - RODRIGO CASTRO	65,00	0,00	0,00	0,00	65,00
0005784/10	30/11/2010	COOPERGRIL - COOPERATIVAAGROPECUA	37,00	0,00	0,00	0,00	37,00
0005957/11	04/11/2011	COOPERGRIL - COOPERATIVAAGROPECUA	112,50	0,00	0,00	0,00	112,50
0006389/11	28/11/2011	PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS - ARTEFATO:	108,78	0,00	0,00	0,00	108,78
0007089/11	30/12/2011	ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA	68.000,00	863,60	67.136,40	67.136,40	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS							
0000566/11	15/02/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/VEICULOS LT	45,00	0,00	0,00	0,00	45,00
0001552/11	31/03/2011	FAMMA - COMERCIO DE VEICULOS LTDA	103,61	0,00	0,00	0,00	103,61
0001693/11	07/04/2011	JMM COMERCIO DE PEÇAS P/VEICULOS LT	22,00	0,00	0,00	0,00	22,00
0002510/10	24/05/2010	MODELO PNEUS LTDA	208,00	0,00	0,00	0,00	208,00
0003034/10	22/06/2010	MR LECHINOSKI & CIA LTDA ME	751,00	0,00	0,00	0,00	751,00
0004052/10	24/08/2010	FM PNEUS LTDA	145,00	0,00	0,00	0,00	145,00
0004978/11	15/09/2011	BORINI MATERIAIS ELETRICOS - BORINI & C	152,15	0,00	0,00	0,00	152,15
0005069/11	20/09/2011	PRE-MOLDADOS IRINEOPOLIS - ARTEFATO:	145,04	0,00	0,00	0,00	145,04
0005373/10	09/11/2010	MR LECHINOSKI & CIA LTDA ME	1.348,00	0,00	0,00	0,00	1.348,00
0006127/11	17/11/2011	BENJAMIN DE AZEVEDO CARVALHO	817,50	0,00	0,00	0,00	817,50
0006989/11	22/12/2011	ELETRICA IRANI LTDA	376,27	0,00	338,65	338,65	37,62

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de novembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Metro-med Comércio Materiais Médico Hospitalar Ltda, Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda, Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Cointer Material Médico Hospitalar Ltda, J.R. Ehlke & Cia Ltda, Especialista Produtos para Laboratório Ltda, Olimed Material Hospitalar Ltda, Plasmedic Comércio de Materiais de Uso Médico e Laboratorial Ltda, Genetcorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.  
NILDO JULIANO KRUGER  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### Edital Teste Seletivo

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 009/2012  
Secretaria Municipal de Educação

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Wanderlei Lezan, torna público que se encontram abertas de 26/11/2012 a 30/11/2012 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Professores para a Secretaria Municipal de Educação, para o exercício de 2013, com fundamento na Lei Complementar Municipal 013/2003, com alteração na Lei Complementar Municipal nº 022/2005, Art. 2º, Inciso 4º; para atuação na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental/PETI e Disciplinas específicas do Ensino Fundamental, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para cargos de professor disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano letivo de 2013.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

#### 2. DAS VAGAS

2.1. O preenchimento das vagas da Secretaria Municipal de Educação dar-se-ão, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato poderá se inscrever nas seguintes disciplinas, áreas e níveis de ensino:

- a) Educação Infantil;
- b) Séries Iniciais do Ensino Fundamental e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- c) Artes
- d) Educação Física
- e) Matemática
- f) Geografia
- g) História
- h) Língua Portuguesa
- i) Língua Inglesa
- j) Ciências
- k) Educação Especial Segundo Professor

3.2. A inscrição deverá ser feita através da internet, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato deverá:

- a. Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;
  - b. Acessar [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) para INSCRIÇÃO ON LINE e preencher o requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;
  - c. Imprimir o requerimento de inscrição;
  - d. Entregar os documentos exigidos para a efetivação da Inscrição, com envelope devidamente lacrado e rubricado pelo candidato até o dia 30/11/2012 até as 13:00 hs na Secretaria Municipal de Educação que encaminhará no mesmo dia para a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE, a qual fornecerá um protocolo de recebimento.
  - e. Efetuar o depósito identificado (diretamente no caixa/dentro da agência) no valor da inscrição, no Banco do Brasil - Agência 0206-2, Conta Corrente nº 22.366-2 (Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE).
- 3.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição a opção, pela área e pela disciplina.
- 3.3.1 O Candidato deverá observar a formação mínima exigida para os cargos seguindo a tabela abaixo:

DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil).
Séries Iniciais e PETI	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais).

Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.
Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.
Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras/Português. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Português.
Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras / Inglês. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês.
Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras / Inglês. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês.
Educação Especial Segundo Professor	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Educação Especial ou Certidão de Frequência em Curso de Complementação em Educação Especial com no mínimo 40 horas. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase em Curso Superior em Pedagogia.

3.4. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

3.5. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina ou área.

3.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. O candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos, terá sua inscrição indeferida.

3.7. O candidato ou seu representante deverá informar no

requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.8 O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.9 O valor da inscrição será de R\$ 30,00 (trinta reais), para aqueles que se inscreverem em uma área de ensino ou uma disciplina específica.

3.9.1 O valor da inscrição será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para aqueles que se inscreverem em duas disciplinas ou áreas de ensino conforme habilitação.

3.9.2 As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas no dia 01/12/2012 até as 13:00hs no mural de publicações da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e nos sites definidos no item 1.2 deste edital, onde caberá recurso no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) dirigido à Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE.

#### 4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas conforme o artigo 37, da Constituição Federal, fica assegurado o direito de inscrição no teste seletivo desde que a deficiência de que são portadores sejam compatíveis com o exercício do cargo.

4.2. Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento).

4.3. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

4.4. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões clinicamente estabelecidos.

4.5. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada e de acordo com as vagas por lei reservadas.

4.6. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.

4.7. A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feito em duas listas, contendo na primeira a pontuação total de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiências e, a segunda relação somente com a classificação dos portadores de deficiência (para os cargos que atinjam o percentual reservado).

4.8. Quando da convocação para a contratação, o candidato portador de deficiência passará por avaliação médica a fim de atestar a deficiência alegada e analisar a compatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

4.9. Caso fique comprovado que o candidato não é portador de deficiência, o mesmo perderá o direito a vaga, da mesma forma que se verificar a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

#### 5. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

5.1. O Candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição os seguintes documentos:

5.1.1. Documento de Identificação com foto.

5.1.2. Fotocópia do Diploma de conclusão do curso, devidamente registrado ou certidão de colação de grau ou declaração de frequência a partir da 2ª fase.

5.1.3. Cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização.

5.1.4. Atestado de Tempo de Serviço na área da educação com data até 30/11/2012.

#### 6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Secretaria Municipal de Educação.

6.2. As provas serão elaboradas e aplicadas pela Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE.

#### 7. DAS PROVAS:

7.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas



com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 14 (quatorze) questões de conhecimentos específicos aos cargos pretendidos; 06 (seis) questões de conhecimentos gerais.

7.1.1. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.2. Prova de Títulos: Escolaridade, cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização, de caráter classificatório, com a seguinte pontuação:

Requisito	Pontuação:
a - Pós-graduação na área da Educação	30 (trinta)
b - Cursando pós-graduação na área da Educação	10 (dez)
c - Graduação na área de Educação	30 (trinta)
d - Cursando graduação na área da Educação	10 (dez)
e - Certificado de Complementação em Educação Especial	30 (trinta)
f - Cursando Complementação em Educação Especial	10 (dez)
g - Curso de Magistério completo	05 (cinco)
h - Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação ofertada por instituições oficiais	05 (cinco) pontos para cada 40 horas
i - Tempo de serviço na área de Educação	05 (cinco) pontos para cada 12 meses

7.2.1. Para receber a pontuação relativa ao título, o candidato deverá apresentar fotocópia dos diplomas ou certificados devidamente registrados, na área da Educação, com carga horária mínima de 10 (dez) horas e realizados no período de 01/12/2010 a 01/12/2012, para fins de comprovação de atualização na área.

7.2.2. Para comprovação e avaliação do Tempo de Serviço, será feita através de atestado de Tempo de Serviço na área da educação, emitido por órgão oficial, na Rede Pública Municipal, Estadual e Rede Particular, onde obterá pontuação de 5.0 (cinco) para cada 12 (doze) meses completos de Tempo de Serviço, limitando-se a 10 anos.

7.2.3. Para as Disciplinas Específicas o candidato deverá comprovar a habilitação para o cargo.

7.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

## 8. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

8.1. A prova escrita terá duração máxima de 1h 30min (uma hora e trinta minutos) e será realizada no dia 15/12/2012, com início às 09 (nove) horas, nas dependências da EEB Horácio Nunes, sito Rua Paraná, Centro.

8.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

8.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II - consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

8.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

8.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 45 minutos a partir do início.

8.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

## 9. CLASSIFICAÇÃO GERAL

9.1. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos disponíveis na Secretaria Municipal de Educação será no dia 18/12/2012, divulgadas no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Iri- neópolis e no endereço eletrônico: [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br), após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

9.2. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos interpostos através de requerimento próprio sendo o mesmo dirigido à Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinen- se – AMPLANORTE, devendo o mesmo ser protocolado até o dia 20/12/2012 às 13:00hs, junto à Secretaria Municipal de Educação.

9.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela Amplanorte e após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 21/12/2012 até às 13:00 horas;

9.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcan- çado pelo (a) candidato (a).

9.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na or- dem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

9.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá pre- ferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

## 10. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

a) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admis- são.

b) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo com o competente registro no órgão fiscalizador do exercí- cio profissional.

c) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, me- diante atestado adicional fornecido pelo médico.

d) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proi- bida de cargo, emprego ou função pública.

e) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Cer- tificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Ca- dastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exi- gido para o cargo; - Título de eleitor - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem neces- sários a época da admissão.

10.2. Os classificados serão notificados a comparecer no depar- tamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desclassifica- ção do Teste Seletivo, sendo convocado o próximo candidato de



acordo com a classificação.

10.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

#### 11. DO REGIME JURÍDICO

11.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar nº 013/2003 de 25/06/2003, com redação dada pelas Leis Complementares nº 022/2005 e 040/2008, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

#### 12. DAS ESCOLHAS DE VAGAS

12.1. A primeira escolha de vagas para a Educação Infantil ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 02/01/2013 na Secretaria Municipal da Educação com horário previsto às 09 horas da manhã.

12.1.1. O Contrato para os inscritos na área de Educação Infantil terá vigência de 07/01/2013 a 07/02/2013.

12.1.2. A segunda escolha de vagas para a Educação Infantil e demais disciplinas será dia 06/02/2013 às 09:00 horas na Secretaria de Educação.

12.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

12.3. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

12.4. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma passará ao último da listagem de classificação de sua área. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para segunda e última chamada.

12.5. Após a fase disposta no item 12.4, no surgimento de vagas durante o ano de 2013, a Secretaria Municipal da Educação realizará novas chamadas para preenchimento das vagas, dando continuidade a listagem de classificação de vaga respeitando a ordem de classificação.

12.6. O candidato terá 02 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para dar retorno sobre a convocação. Expirando o prazo, será dada continuidade à convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem da classificação.

12.7. O candidato que for selecionado para uma substituição por período inferior a 30 dias permanecerá na mesma ordem de classificação até a existência da próxima vaga.

12.8. O candidato que escolher a vaga e entrar com toda a documentação exigida junto ao departamento de recursos humanos da prefeitura municipal, não poderá desistir da vaga escolhida durante o período de 30 (trinta) dias, sujeito ao contrário pagar uma multa de um salário a instituição contratante.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE e pela Comissão do Teste Seletivo.

13.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o (a) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação dos candidatos;

13.3 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfazer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

13.4 O professor regularmente contratado para exercer suas funções durante o ano letivo de 2013, poderá ter seu contrato rescindido antecipadamente, se:

a) Apresentar 05 (cinco) faltas injustificadas, apontadas pelo chefe imediato;

b) Apresentar 02 (duas) ocorrências funcionais (advertência).

13.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 20 de novembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ

Secretária Municipal de Educação

#### ANEXO I

#### CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Análise de texto: compreensão e interpretação, estrutura e vocabulário. Gêneros e tipos de textos. Coerência e coesão textual. Instrumentos de coesão textual. Valor semântico e emprego de conectivos. O sistema ortográfico do português: emprego de letras; acentuação gráfica e sinais diacríticos. Emprego dos sinais de pontuação. Emprego do pronome pessoal (Reto, Oblíquo e Pronome de Tratamento), do pronome possessivo, do pronome indefinido, do pronome demonstrativo e do pronome relativo. Elementos morfológicos do verbo e do nome; processos de formação de palavras. Flexão nominal de gênero e número. Flexão verbal. Valores da coordenação e da subordinação. Sintaxe de concordância. Sintaxe de regência. Emprego do sinal indicativo da crase. Sintaxe de colocação. Aspectos semânticos: adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. Estilística: figuras sintáticas, semânticas e fonológicas. Níveis de língua e funções da linguagem.

##### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de ambiente Windows e suas funcionalidades: ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão, Word e Excel, PowerPoint. Conceitos básicos de Internet e utilização de ferramentas de navegação: navegadores, correio eletrônico, busca e pesquisa. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas.

##### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Região, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo). História do Município de Irineópolis.

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES

Constituição Federal e Estadual; LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais, Decreto 6094/07. FNDE/MEC; Resolução 47/07 FNDE/MEC; Resolução 029 MEC FNDE; Lei 10.639/2003; Lei 10.172/01. Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano de Ações Articuladas; FUNDEB. Compromisso todos pela Educação. Regime de Colaboração entre os Entes Federados. Conselhos da Área Educacional: Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho da Alimentação Escolar, Conselhos Escolares, Conselho Tutelar. Gestão Orçamentária da Educação, Articulação Escola Comunidade. Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (\*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2010; Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental Educação especial – legislação Avaliação da aprendizagem; Temas Multidisciplinares, Planejamento: Plano de Curso e Plano de Ensino; Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONTEÚDO PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ACORDO COM A MATÉRIA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Alfabetização na Pré-Escola através do Método Fonético. Avaliação na Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Literatura: Emília Ferreiro, Piaget, Vygotski, Ana Teberosky. PCNs. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades.

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização no Método Fonético. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático e tecnológico. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski, Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

CARGO: PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal Nº9.394/96- Lei De Diretrizes E Bases Da Educação. Constituição Federal: Capítulos Da Educação. Ações voltadas para a qualidade de vida; Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho e dos alimentos. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Segurança alimentar e noções de valor nutricional dos alimentos. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Saúde preventiva. Meio Ambiente. Lei Orgânica Municipal. Constituição Federal. Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Emenda Constitucional 19 e 20. Conhecimentos inerentes ao Programa - PETI. Conhecimentos inerentes a tricô, crochê, bordados e trabalhos artesanais.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física. A importância social na Educação Física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social; Psicomotricidade; Planos de aulas para: cardiopatas, hipertensos, diabéticos, obesos, desvios posturais, gestantes, desvios respiratórios, distúrbios ortopédicos; Conhecimento das

regras dos esportes em geral e treinamentos esportivos.

CARGO: PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos em Língua Inglesa: estratégias de leitura, tipologia textual, estrutura e organização textual. Principais elementos e relações da estrutura lingüística da Língua Inglesa: morfologia, sintaxe, semântica, fonologia, vocabulário. Fundamentos teóricos do processo ensino/aprendizagem da Língua Inglesa: a abordagem comunicativa, o inglês instrumental (English for Specific Purposes). Estilos e Estratégias de Aprendizagem.

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

Fundamentos históricos, filosóficos da Educação Artística. História do ensino das artes no Brasil. Metodologias e procedimentos pedagógicos, recursos materiais e objetivos do ensino das linguagens da arte na escola. Conhecimentos específicos das diferentes linguagens da arte: Teatro (Artes Cênicas), Artes Visuais e Música quanto ao desenvolvimento infantil, à prática específica e a história das artes universal e brasileira, em seus vários períodos até os movimentos contemporâneos.

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA

Lógica - Sentenças e proposições. O uso de conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. Quantificadores. Conjuntos numéricos - Os sistemas de numeração. Números naturais, inteiros, racionais e reais. Conceitos, operações e propriedades. Estimativas com números e aproximações numéricas aplicadas à situações-problema. Progressões - Sequência. Progressões aritmética e geométrica. Aplicações. Funções - Relações. Par ordenado. Plano Cartesiano. Produto cartesiano. Relações binárias. Relações de equivalência e de ordem. Representação gráfica. Aplicações de funções na resolução de problemas. Domínio, contradomínio, imagem. Sobrejeção, injeção, bijeção, função inversa e função composta. Função constante e função idêntica. Análise das representações gráfica, tabular e algébrica de funções de 1º e 2º grau, polinomiais, trigonométricas, exponenciais e logarítmicas. Equações, inequações e sistemas. Inequação produto e inequação quociente. Estatística - Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Inferências e medições com base em amostras. Média, mediana e moda. Variância e desvio padrão. Aplicação de probabilidade e combinatória. Princípio multiplicativo, arranjo, combinação e permutação. Proporcionalidade. Contagem. Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem e fator de correção. Juros. Matrizes. Sistemas lineares e determinantes - Aplicações de diferentes tipos de matrizes. Determinantes. Operações. Propriedades. Sistemas lineares. Geometria Analítica Distância entre dois pontos e entre ponto e reta. Divisão de segmentos. Coeficiente angular. Condição de alinhamento. Equações da reta e da circunferência. Posições relativas. Perpendicularidade. Tangência. Lugares geométricos. Elipse. Hipérbole. Parábola. Geometria - Conceitos primitivos e axiomática euclidiana. Medida e forma. Retas. Triângulos, quadriláteros e demais polígonos. Circunferências e círculos. Definições. Aplicações de propriedades geométricas. Construção de modelos geométricos. Representações planas e espaciais em desenhos e mapas. Congruência e semelhança. Sólidos geométricos. Poliedros, prismas, pirâmides. Cilindro, cone e esfera. Ângulos. Definições, aplicações e propriedades. Relações métricas. Perímetros, áreas e volumes. Unidades de medidas de Sistema Internacional. Resolução de problemas - A resolução de problemas como postura metodológica do professor. Construção, equação e interpretação de problemas.

CARGO: PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA

Conteúdo: Compreensão e interpretação de texto. Modos de

organização textual: descrição, narração e dissertação. Argumentação. Qualidades do parágrafo e da frase em geral. Unidade, coerência e ênfase. Coesão, concisão, paralelismo sintático e semântico. Coerência e coesão textual. Intertextualidade. Concisão. Clareza. Níveis de linguagem. Valor semântico e emprego dos conectivos. Frase, período e oração. Estrutura sintática da frase; ordem direta e indireta da estrutura frasal. A construção do texto: o parágrafo como unidade de composição; tópico frasal e suas diferentes feições. Como desenvolver o parágrafo. Semântica: o sentido das palavras - adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. Generalização e especificação o concreto e o abstrato. Vocabulário: paráfrase, resumo e ampliação. A norma culta. Ortografia oficial. Pontuação. Acentuação gráfica e sinais diacríticos. Prosódia e ortoepia. Emprego das classes gramaticais. Flexões nominais. Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos; vozes verbais, locuções verbais e tempos compostos. Processos de coordenação e subordinação (valores sintáticos e semânticos). Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe de colocação: deslocamento e valor semântico-gramatical posição do pronome átono. Sintaxe da oração e do período. Estrutura e formação de palavras. Gêneros literários. O processo literário brasileiro: estilos literários. Periodização da Literatura Brasileira. Gêneros textuais. Funções da linguagem. A narrativa e seus subgêneros. Elementos da narrativa. O poema e suas formas. O Barroco e o Arcadismo. O épico e o lírico. O Romantismo: características principais, autores e obras representativos. A ficção realista/naturalista. O Modernismo: características principais, autores e obras representativos; romance, conto e crônica modernos.

#### CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A história do pensamento geográfico - Conceitos, temas e teorias da Geografia. A questão do método e a crítica do conhecimento. Meio ambiente, natureza e pensamento geográfico. A Geografia, os Parâmetros Curriculares e a Cartografia. A Geografia no contexto dos Parâmetros Curriculares (5ª a 8ª Séries): O conhecimento geográfico e sua importância social. Categorias. Objetivos Gerais. Metodologia. Cartografia: os mapas e as visões de mundo - Localização: coordenadas geográficas. Escalas. Projeções. O Espaço Mundial. A Geopolítica Mundial: Da Guerra Fria à nova ordem mundial: do mundo bipolar ao mundo multipolar. As transformações políticas no mundo contemporâneo; blocos econômicos supranacionais; a atual divisão internacional do trabalho. Meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A era da Globalização. A produção da globalização; a globalização e território na América Latina. Conflitos étnicos atuais, a questão das nacionalidades; movimentos separatistas; terrorismo. O Espaço Industrial: localização das indústrias (fatores determinantes); tipos de indústria; o processo de industrialização nos países pioneiros; grandes potências industriais; os países de industrialização recente e os subdesenvolvidos. Os diferentes modelos de produção industrial. A revolução técnico-científica. A produção mundial de energia e suas diferentes fontes. O Espaço Agrário: as novas relações cidade x campo; os sistemas agrícolas; a agropecuária em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A modernização das atividades agrícolas. Os Espaços Urbano e Regional: as cidades e as metrópoles; urbanização em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; rede e hierarquia urbana; megacidades e cidades globais. Segregação no ambiente urbano. Infraestrutura e serviços urbanos. Região e organização espacial. A População e Espaço Geográfico: dinâmica, crescimento, distribuição e estrutura da população; teorias demográficas; migrações internacionais. O Espaço da Circulação: transportes e comunicação no mundo atual. A Geografia das redes. A natureza e sua importância para o homem: Os diferentes componentes do quadro natural (clima, vegetação, relevo, geologia, solos, hidrografia, águas oceânicas). Quadro natural: recursos e aproveitamento econômico. Domínios

morfoclimáticos; natureza/questiones socioculturais; problemas ambientais urbanos; mudanças ambientais globais e meio ambiente. A natureza da globalização e a globalização da natureza. Impactos das sociedades sobre o meio ambiente. Estratégias de uso e conservação na natureza. O Espaço Geográfico do Brasil. A Natureza do Território Brasileiro: grandes paisagens naturais; geomorfologia, relevo e solos; domínios morfoclimáticos; principais bacias hidrográficas e águas territoriais brasileiras. A Formação territorial do Brasil: A ocupação e a construção do território nacional. A organização do Estado brasileiro. O Brasil e suas diferentes regionalizações. Políticas territoriais. As regiões brasileiras e os contrastes regionais. O Brasil na Economia Global: O Brasil na economia-mundo. O Brasil e o mercado mundial. O Espaço Industrial Brasileiro: O processo de industrialização no Brasil. Concentração e dispersão espacial da indústria; o Sudeste como pólo industrial do país e a desconcentração industrial; as fontes de energia no Brasil. O Espaço Agrário Brasileiro: A produção agropecuária no Brasil; modernização do espaço agrário; as relações de trabalho no campo; a reforma agrária. Conflitos no campo. O Espaço Urbano Brasileiro: A organização do espaço urbano. Hierarquia e rede urbana; funções urbanas; urbanização, favelização, periferização e metropolização; estrutura interna das cidades brasileiras. Problemática socioespacial das metrópoles brasileiras. A questão do trabalho nas cidades: a expansão da economia informal. Segregação nas cidades brasileiras. População e o Espaço Geográfico Brasileiro: Estrutura da população; dinâmica demográfica. Investimentos e políticas demográficas; distribuição da população pelo território. Migrações. Meio Ambiente: Questões e problemas ambientais no campo e nas cidades. Desenvolvimento urbano e impactos ambientais nas metrópoles brasileiras. A sustentabilidade e a conservação do meio ambiente. O planejamento ambiental no Brasil.

#### CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano. O período medieval: a Alta e a Baixa Idade Média. O mundo Moderno: o antigo Regime e o absolutismo; a expansão européia; os sistemas coloniais na América; o Renascimento; a Reforma Protestante. Brasil: colônia, império e República Velha. A Revolução Industrial; o iluminismo; Ilustração. O Mundo Contemporâneo: Revolução Francesa; Nacionalismo; Liberalismo; Imperialismo; 1ª Guerra Mundial. A Revolução russa; a crise de 1929-1933. 2ª Guerra Mundial; o período entre guerras. Nazismo. Fascismo. A Guerra Fria; O Brasil: Estado Novo. Golpe de 1964 e a nova República. Crise do socialismo. Crise da social democracia. A descolonização afroasiática; o Oriente Médio. A América Latina no século XX; a nova ordem econômica internacional. Globalização. Neoliberalismo. A 3ª Revolução Industrial. Atualidades do Brasil e do Mundo.

#### CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de Ciências no Brasil; Ciências como produção humana; Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza / ambiente / ecologia; tecnologia / nanotecnologia / biotecnologia; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos); As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos.



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato de Termo de Convênio Nº 33/2012-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC)  
CONVENIADO: CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL

OBJETO: COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS VALOR TOTAL DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA, DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO PELA ENTIDADE, PARTE INTEGRANTE DESSE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL ENCANTADO 2012" COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4276/2012 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE PREFEITURA

ORGÃO 02: Gabinete do Prefeito

UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS

PROJ./ATIV. 2.023 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000-0-23 TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIV

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 03 (TRÊS) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA

JOAÇABA-SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ALUAR ZAGONEL

Presidente

## SIMAE

### Pregão Presencial JHL 0058/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0083/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2012

PROTOCOLO JHL 3051/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0058/2012 - Licitação 0083/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO EM ROCHA DE FORMA PARCELADA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/12/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 05/12/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 23/11/2012 a 05/12/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 23 de NOVEMBRO de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

### Resumo do Edital de Concurso Público JHL 001/2012

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/01/2012

EDITAL SIMAE/JHL/01/2012

Pelo presente ficam cientificados todos os interessados que, de 26/11/2012 a 17/12/2012, estarão abertas, na sede do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, SC, as inscrições para o concurso público para preenchimento de uma vaga para cada um dos seguintes cargos: Auxiliar de Operações, Auxiliar de Informática, Mecânico de Manutenção e Engenheiro.

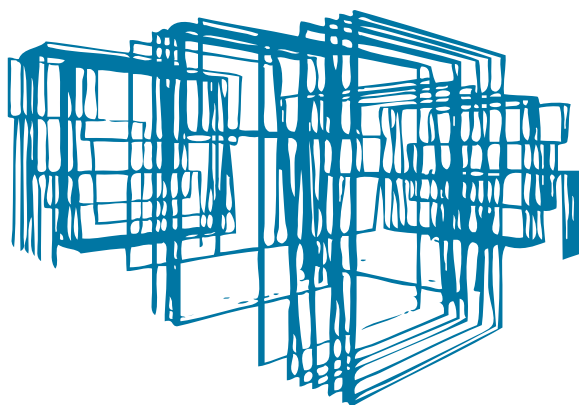
As inscrições poderão ser efetuadas de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, na sede do SIMAE - Setor de Recursos Humanos, localizada na Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba, SC.

As condições do concurso estão estabelecidas no Edital SIMAE/JHL/01/2012, que se encontra no site do SIMAE - [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br) - e nos murais do SIMAE e das Prefeituras Municipais de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna.

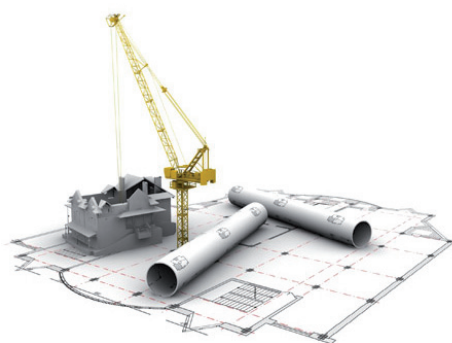
Joaçaba, 23 de novembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente



## Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Homologação PR52/12

### HOMOLOGAÇÃO PR52/12

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 52/2012 - PR</b>  Processo Administrativo: 76/2012 Processo de Licitação: 76/2012 Data do Processo: 15/10/2012
	Folha: 1/1

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 76/2012  
b ) Licitação Nr.: 52/2012-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 21/11/2012  
e ) Data da Adjudicação: 21/11/2012 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ADEQUAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULAS REDUTORAS DE PRESSÃO EXISTENTES NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SIMAE

		(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>
		<u>Total dos Itens</u>	
Lote: 2	- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	2	0,0000
Lote: 7	- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	3	0,0000
Lote: 8	- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	6	0,0000
Lote: 12	- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	1	0,0000
<b>Total por Fornecedor:</b>		<b>12</b>	<b>6.260,60</b>
Lote: 10	- 007364 - L'ACQUA D'ORO AXA METAIS IND. COM. E	2	0,0000
<b>Total por Fornecedor:</b>		<b>2</b>	<b>2.445,00</b>
Lote: 1	- 008068 - BUGATTI BRASIL VALVULAS LTDA	4	0,0000
Lote: 4	- 008068 - BUGATTI BRASIL VALVULAS LTDA	2	0,0000
Lote: 5	- 008068 - BUGATTI BRASIL VALVULAS LTDA	11	0,0000
<b>Total por Fornecedor:</b>		<b>17</b>	<b>15.197,40</b>
<b>Total:</b>		<b>31</b>	<b>23.903,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 247.382,13

Joaçaba, 21 de Novembro de 2012.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Homologação PR55/12**  
HOMOLOGAÇÃO PR 55/12**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 55/2012 - PR**Processo Administrativo: 80/2012  
Processo de Licitação: 80/2012  
Data do Processo: 19/10/2012

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 80/2012  
b ) Licitação Nr.: 55/2012-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 21/11/2012  
e ) Data da Adjudicação: 21/11/2012 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006720 - GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA	1	0,0000	6.900,00
- 006099 - POSTO ESTRELA LTDA	2	0,0000	166.050,00
	3		172.950,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3), 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (13)

Joaçaba, 21 de Novembro de 2012.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

## José Boiteux

### PREFEITURA

#### Processo Licitatorio 47/2012

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 47/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2012

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 06/12/2012, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA EM GERAL PARA REFORMA DO VEÍCULO DOBLO PLACAS MCR-7694 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 22 de Novembro de 2012.  
LEONORA FUSINATO  
Gestora Municipal de Saude

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 531/2012

PORTARIA Nº 531 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXÍLIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária DIRINEI GUEDES FURTADO, Servente de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Serviços Municipais, Auxílio Doença, a partir de 20/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

#### Portaria Nº 532/2012

PORTARIA Nº 532 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXÍLIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SONIA IVANICE DIAS PEREGO, Servente de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Serviços Municipais, Auxílio Doença, a partir de 01/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

#### Portaria Nº 533/2012

PORTARIA Nº 533 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXÍLIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária EVANILDES MENDES CORREIA, Servente de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Serviços Municipais, Auxílio Doença, a partir de 20/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças







Órgão 03: SEECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0044- Aplicações Diretas R\$ 3.875,26

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação do Fundo Especial:

Fonte - Excesso de Arrecadação do Fundo Especial R\$ 3.914,41

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 20 de Novembro de 2012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

### **Decreto Nº 2.329/2012, de 05 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 2.329/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.111/2012 de 16 de Outubro de 2012 e Lei Ordinária Nº 1.113/2012 de 05 de Novembro de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.029 - Vigilância Epidemiológica

3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.027 - Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 05 de Novembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

### **Decreto Nº 2.333/2012 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 2.332/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.065/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.00023- Aplicações Diretas R\$ 5.536,89

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta dos rendimentos de aplicação de recursos de convênio:

Fonte - Rendimento de Aplicação de Recursos de Convênio R\$ 5.536,89

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 20 de Novembro de 2012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

**Luzerna**

**PREFEITURA**

### **Extrato de Portaria Nº 106.12**

Portaria nº 106/12 de 24/10/12 - "Prorroga a Portaria nº 006/10 de 26 de janeiro de 2010 que coloca a disposição temporariamente servidora que especifica" (Prorroga por mais um ano a partir de 1º de janeiro de 2013, a Portaria nº 006/10 de 26 de janeiro de 2010 que coloca a disposição do Cartório Eleitoral da 18ª Zona, a servidora DEISE ROVÉA ALBERTI)

**Extrato de Portaria Nº 107.12**

Portaria nº 107/12 de 07/11/12 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (ANA PAULA SOUSA SPIER, servidora pública municipal, ocupante do emprego público de Auxiliar de Sala, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de graduação em nível de especialização de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato de Portaria Nº 108.12**

Portaria nº 108/12 de 12/11/12 - "Concede licença gestação à servidora que especifica" (CAMILA HOFFELDER, Professora II, 40 horas semanais, na Educação Infantil, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12/11/2012).

**Extrato de Portaria Nº 109.12**

Portaria nº 109/12 de 13/11/12 - "Prorroga licença gestação concedida à servidora que especifica" (prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora NILDA KISSOW DAL VESCO, ocupante do emprego público temporário de Técnica de Enfermagem no Programa Estratégia Saúde da Família/ESF, 40 horas semanais, a partir de 18/11/2012).

**Extrato de Portaria Nº 110.12**

Portaria nº 110/12 de 21/11/12 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (INDIANARA VALDUGA ALVES, servidora pública municipal, ocupante do emprego público efetivo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, Nível 1, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de graduação de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato de Portaria Nº 111.12**

Portaria nº 111/12 de 21/11/12 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (CRISTIANE MARIA DENARDI, Técnica Administrativa, Classe "C", Nível 01, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de especialização de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato de Portaria Nº 112.12**

Portaria nº 112/12 de 21/11/12 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (ANGELO BRANDALISE JUNIOR, Tesoureiro, Classe "A", Nível 03, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato de Portaria Nº 113.12**

Portaria nº 113/12 de 21/11/12 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (VALTER GUESSER, Operador de Máquinas II, Nível 07, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato de Portaria Nº 114.12**

Portaria nº 114/12 de 21/11/12 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (ACACIR DUTRA, Operador de Máquinas II, Nível 07, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento), a partir de 01/01/2013).

**Extrato Homologação Convite PML.017.2012 - Iluminação Natalina**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Convite nº 017/2012

O Prefeito em Exercício de Luzerna, CARLOS RENATO MARCON, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 084/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de túnel de luzes na Avenida 16 de Fevereiro no Município de Luzerna, conforme descrição.

- Empresa(s) Vencedora(s): LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME

- Valor total: R\$ 15.805,00

Luzerna (SC), 22 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito em Exercício

**Extrato Homologação Tomada de Preço PML.012.2012 - Vila Kennedy**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Tomada de Preço nº 0012/2012

O Prefeito em Exercício, CARLOS RENATO MARCON, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0086/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

- Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de pavimentação asfáltica em CAUQ, em parte de estrada municipal na Vila Kennedy, com extensão de 325,67m e área de 2.000,05m², conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

- Empresas Vencedoras: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

- Valor total: R\$ 116.749,67

Luzerna (SC), 22 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito em Exercício

**Extrato Pregão PML.046.2012 - Escavadeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE EDITAL  
Pregão Presencial nº 046/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, CARLOS RENATO MARCON, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO.

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Escavadeira Hidráulica nova, em conformidade com as especificações e demais condições do Edital. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 06 de dezembro de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 06 de dezembro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## 2º Apostilamento Arp FMS.005.11 - Medicamentos

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2011

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2011 de 20/12/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0084/2011, Pregão nº 0040/2011, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA(SC) e as empresas GENESIO A MENDES & CIA LTDA, DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CENTERMEDI-COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, BH FARMA COMÉRCIO LTDA, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA, CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, S & R DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA e DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

ORLANDO FÁVERO, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº fms.0005/2011 de 20/12/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0084/2011, Pregão nº 0040/2011, incluindo a dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.32.02 - Medicamentos

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 003

Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.829,70

Luzerna(SC), 13 de novembro de 2012.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Meleiro**

**PREFEITURA**

## Portaria N.º 346/2012

PORTARIA n.º 346/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, e Concurso Público 001/2010, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LELIANI PERUCHI SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 147/2012.

Meleiro, 22 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Portaria N.º 347/2012

PORTARIA n.º 347/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, e Concurso Público 001/2010, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CHAIANE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 058/2012.

Meleiro, 22 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Aviso de Licitação - Tomada de Preço N.º 079/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N.º 079/2012

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 11/12/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 079/2012, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECEBIMENTO DA DESTINAÇÃO FINAL DE ATÉ 500 TONELADAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-537-8400. A retirada do Edital

poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 22 de novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 210/2012 FMS

Contrato Nº.: 210/2012

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Contratada : OLOS TECNOLOGIA LTDA

Valor : 6.181,68 (seis mil cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos).

Vigência : Início: 22/11/2012 Término: 31/12/2013

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 87/2009

Recursos : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (9)

Objeto : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PROMOVER O ADITIVO DE 13,84 (TREZE VÍRGULA OITENTA E QUATRO POR CENTO) DO VALOR GLOBAL E ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA, DA ATUALIZAÇÃO PELO ÍNDICE DE REAJUSTE E DO VALOR PACTUADO NO CONTRATO ORIGINAL.

NAVEGANTES, 22 de novembro de 2012.

## Nova Trento

### PREFEITURA

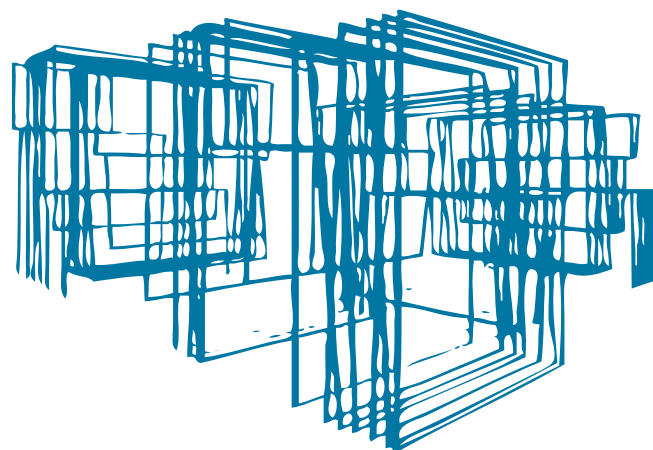
#### Contrato Nº 150/2012

CONTRATO Nº 150/2012

Origem: Processo Licitatório nº 085/2012. Modalidade: Pregão Presencial nº 050/2012. Homologação: 12/11/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: VICTOR ALISSON GOMES, residente a Rua Valério Celso Zanluca, nº 202, Bairro Vígolo, cidade de Nova Trento/SC, CEP: 88270.000, inscrito no CPF sob n.º 018.154.619-18 e no CREA/SC sob nº 074497; Objeto do Contrato: Constitui objeto deste contrato a Contratação de Profissional para prestação de Serviços de Consultoria na área de Engenharia Agrônoma, conforme especificação do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Pregão e seus anexos. O valor total deste contrato é de R\$ 7.050,00 (Sete mil e cinquenta reais). Validade do Contrato: Terá vigência até dia 12 de Janeiro de 2013.

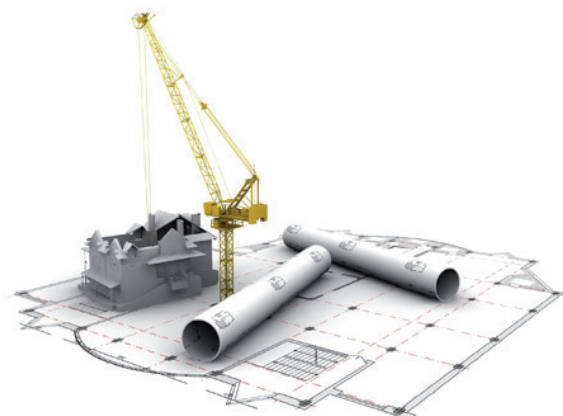
Nova Trento, 12 de novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato do Pregão Presencial Nº 032/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 071/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2012  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Organização de Evento, abrangendo os serviços de Sonorização, Iluminação, Cenário, Filmagem, Produção e Arte de Flyer e Cartão Convite para o evento; Fornecimento de coquetel, incluindo doces e salgados, sucos e café; Aquisição de brindes, quando da realização do Evento de Encerramento Anual das Oficinas Sócio Educativas oferecidas aos Usuários do CRAS e encerramento das atividades 2012 a ser realizado no dia 15/12/2012, com Recursos do PBF (Piso Básico Fixo) nos termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 05/12/2012

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:00h às 13:00h ou pelo fone (49) 3362-0024 e/ou pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 23 de Novembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

#### Extrato de Homologação e Adjudicação PL Nº 067/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/12  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/12  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 21/11/12  
CONTRATADO: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças e recarga de toner para os vários

Departamentos da Prefeitura Municipal e Escolas Municipais do Município, de acordo com as exigências, quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 538,00 (Quinhentos e trinta oito reais).

DATA: 21/11/12

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.732, de 12 de Novembro de 2012.

LEI Nº. 3.732, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.  
UTILIDADE PÚBLICA. CEFAPE - Escola de Futebol de Base.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o CEFAPE - Escola de Futebol de Base, inscrito no CNPJ sob nº 97.521.392/0001-76, com sede e foro na Rua Valentim Camilo Garcia, 524, Ponte do Imaruim, Palhoça - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.733, de 12 de Novembro de 2012.

LEI Nº. 3.733, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.  
UTILIDADE PÚBLICA. Associação Catarinense de Esporte Amador. Reedita a Lei nº 3.464, de 18 de abril de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei nº 3.464, de 18 de abril de 2011, fica assim reeditada:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Esporte Amador, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda, sob o CNPJ nº 10.566.724.0001/50, com sede na Rua Prefeito Nelson Martins, s/nº, Centro de Palhoça/SC - CEP 88.131.300". (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes da Lei nº 3.464, de 18 de abril de 2011.

Palhoça, 12 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.734, de 12 de Novembro de 2012.

LEI Nº. 3.734, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.  
INSTITUI NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, O PRÊMIO MULHERES EMPREENDEDORAS DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Palhoça, a distinção honorífica denominada "Prêmio Mulheres Empreendedoras de Palhoça", outorgada anualmente pela Câmara Municipal de Palhoça, às mulheres, que tenham se destacado em atividades de empreendedorismo, à frente de empresas, cooperativas, clubes de trocas e associações Palhocenses, nas áreas da indústria,

artesanato, comércio e serviços.

Art. 2º O Prêmio Mulheres Empreendedoras de Palhoça, outorgado em forma de diploma, será entregue em Sessão Solene a ser realizada na 2ª quinzena do mês de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Parágrafo único. Na Sessão Solene, prevista no caput deste artigo, poderão ser prestadas outras homenagens, que se coadunem em espécie e com a área de atuação das homenageadas.

Art. 3º Cada vereador poderá apresentar, até o dia 30 de outubro do ano que anteceder à premiação, uma indicação, contemplando apenas uma homenagem.

Parágrafo único. A indicação mencionada no caput deste artigo, deve estar acompanhada de justificativa escrita que evidencie, de forma suficiente, o mérito da homenageada.

Art. 4º Sendo as indicações apresentadas pelos Vereadores consideradas aptas, pela Comissão de Educação e Cultura, será procedida a outorga das mesmas por intermédio de Decreto Legislativo.

Art. 5º Aplica-se à presente Lei, no que couber, o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.735, de 12 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.735, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA O MUNICÍPIO DE PALHOÇA COMO CIDADE AMIGA DO MANGUE, ESTABELECEANDO RESPONSABILIDADE SOBRE PROTEÇÃO DOS MANGUEZAIS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Cidade Amiga do Mangue o Município de Palhoça, estabelecendo responsabilidades sobre proteção dos manguezais.

Art. 2º A Fundação do Meio Ambiente do Município de Palhoça, elaborará estudos sobre a proteção dos manguezais, divulgando na rede municipal de ensino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.736, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.736, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE "EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO", EM TODAS AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito do Município de Palhoça,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:  
Art. 1º Dispõe sobre o ensino de "Educação para o Trânsito" em

todas as escolas da rede municipal de ensino no Município de Palhoça.

Art. 2º Será objeto de estudo dos alunos os seguintes itens:

a) Trânsito e cidadania;

b) O trânsito, a família e a escola;

c) Conhecimento e respeito aos sinais de trânsito;

d) Conhecimento e uso das faixas de passagens de pedestres nas vias públicas;

e) Conhecimento da sinalização das estradas;

f) Importância do uso do cinto de segurança dos veículos;

g) Conscientização sobre uso de drogas lícitas e ilícitas e suas implicações no trânsito;

h) Direitos e deveres dos motoristas e pedestres.

Art. 3º A "Educação para o Trânsito" será objeto de ensino sob forma de atividade, adaptadas ao projeto pedagógico de cada unidade escolar.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.737, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.737, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPOR QUE AS PARADAS DE ÔNIBUS DE PALHOÇA POSSUAM PAINÉIS COM MAPA INDICATIVO DE SUA LOCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º As paradas de ônibus do Centro de Palhoça, bem como dos pontos turísticos da Cidade, possuirão painéis com mapa indicativo de sua localização, de modo a orientar os usuários do sistema público de transporte.

Art. 2º A despesa para a implantação deste projeto poderá ser custeada pela iniciativa privada, por meio da venda de espaço publicitário no próprio painel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.738, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.738, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

UTILIDADE PÚBLICA. A.E.R.C - Cerâmica Silveira Futebol Clube.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a A.E.R.C. Cerâmica Silveira Futebol Clube, inscrita no CNPJ sob nº 79.831.681/0001-90, com sede e foro na Rua Paulo José de Souza, S/Nº, bairro São Sebastião, Palhoça - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.739, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.739, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

INSTITUI A POLÍTICA DE ESTÍMULO À ADOÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Palhoça, a Política de Estimulo à Adoção de Animais Domésticos.

§ 1º O Poder Executivo poderá disponibilizar espaços nos parques e praças para a realização de feiras e campanhas de estímulo à adoção e guarda responsável.

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxas municipais para a realização de feiras de adoção, promovidas por entidades de proteção aos animais.

Art. 2º No intuito de divulgar a política ora instituída, fica constituído como dia municipal de proteção aos animais dia 04 de outubro.

Parágrafo único. O dia ora constituído passara a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá promover através de seu órgão competente, ampla divulgação da política ora instituída.

Parágrafo único. No dia constituído no artigo 2º desta Lei, o Poder Executivo através do órgão competente poderá promover as seguintes atividades:

I. Ministrar Palestras que visem à conscientização da população com relação ao tratamento que deve ser dispensado aos animais;

II. Ministrar palestras com temas voltados à transmissão de doenças, epidemiologia, patogenia, controle e prevenção de doenças;

III. Divulgar Programas de controle em cada nível de ação com:

a) investigação e controle de foco do vetor mosquito "palha", responsável pela transmissão da leishmaniose, uma doença provocada pelos parasitas unicelulares do gênero Leishmania, um protozoário.

b) controle da população de cães e gatos através de esterilização.

Art. 4º O Poder Executivo incluirá na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e na Lei Orçamentária Anual - LOA - do exercício civil seguinte à data de publicação desta Lei, as despesas decorrentes de sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.740, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº. 3.740, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS NOVOS LOTEAMENTOS E EDIFICAÇÕES, PREVER A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS MISTAS COM AJARDINAMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os novos loteamentos e edificações aprovados a partir da publicação da presente Lei deverão, obrigatoriamente, prever somente a construção de calçadas mista com ajardinamento, que fica denominado de Calçada Verde, a qual deverá obedecer as seguintes disposições:

I - A implantação da Calçada Verde será em passeios de largura mínima de 2,00 (dois) metros, com faixa ajardinada desenvolvida longitudinalmente, localizada junto a guia.

II - A Calçada Verde respeitará a faixa mínima de 1,00 (um) metro, necessária ao trânsito livre e seguro de pedestre, construída de concreto ou revestimento cerâmico antiderrapante.

III - A faixa ajardinada da Calçada Verde terá largura máxima de 1,00 (um) metro a partir da guia.

IV - Em passeios, igual ou superior a 2,5 (dois e meio) metros, será facultada a execução de outra faixa de jardinagem junto ao alinhamento do lote, com largura máxima de ½ (meio) metro para cada faixa.

V - Nas áreas ajardinadas junto ao alinhamento dos lotes, com largura de até ½ (meio) metro, somente será permitido o plantio de grama, vegetação rasteira, herbáceas ou subarbustos, com porte máximo de 50 (cinquenta) centímetros.

VI - Nas áreas ajardinadas junto a guia somente será permitido o plantio de grama ou outra vegetação rasteira.

VII - Nas faixas ajardinadas da Calçada Verde não poderão ser usadas espécies vegetais que apresentem espinhos, acúleos ou tóxicos que possam causar danos físicos aos pedestres.

VIII - As faixas ajardinadas da Calçada Verde serão interrompidas em toda a sua extensão, em frente de acesso para veículos pelo pavimento do passeio, substituídas por concreto ou revestimento cerâmico antiderrapante.

Art. 2º A administração municipal poderá promover campanhas de incentivo para a implantação da Calçada Verde, em substituição aos passeios construídos de concretos ou revestimento cerâmico.

§ 1º A unidade administrativa competente, quando acionada, fornecerá indicações e orientações técnicas aos interessados na implantação da Calçada Verde.

§ 2º Os munícipes ficam responsáveis pela manutenção das Calçadas Verdes nos limites correspondentes aos seus lotes, assim como pelos reparos dos passeios existentes quando da sua implantação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.429, de 12 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº. 1.429, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Altera.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, observado o disposto na Lei Complementar nº. 102, de 06 de abril de 2011, nº 100, de 30 de dezembro de 2010, nº 3.224, de 28 de dezembro de 2006, nº 56, de 03 de outubro de 2007, nº 61, de 31 de janeiro de 2008, nº 63, de 07 de abril de 2009

**DECRETA:**

Art. 1º Um cargo de Assessor I Nível AD-ASS-01, da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Administração.

Art. 2º Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, da Secretaria de Educação e Cultura, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Faculdade Municipal de Palhoça.

Art. 3º Um cargo de Assessor I Nível AD-ASS-01, da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva.

Art. 4º Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes.

Art. 5º Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria de Governo

Art. 6º Um cargo de Assessor V Nível AD-ASS-05, da Secretaria de Assistência Social, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria o Gabinete do Prefeito.

Art. 7º Um cargo de Assessor I Nível AD-ASS-01, da Superintendência das Águas de Palhoça, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil.

Art. 8º Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria de Assistência Social.

Art. 9º Um cargo de Assessor II Nível AD-ASS-02, da Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para a Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2012.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.453, de 14 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº. 1.453, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R\$ 20.000,00

Red. 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0118.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R\$ 20.000,00

Red. 41 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0118.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar crédito adicional especial no valor de R\$ 17.900,00 (Dezessete mil e novecentos reais), na dotação orçamentária abaixo:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R\$ 17.900,00

Red. 88 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0118.0 - Aplicações Diretas R\$ 17.900,00

Art. 4º A suplementação que se refere o artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R\$ 17.900,00

Red. 89 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0118.0 - Aplicações Diretas R\$ 17.900,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.454, de 20 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 1.454, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a criação e regulamentação do "Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o que dispõe a Portaria nº. 519/MPS/GM, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria nº 170, de 25 de abril de 2012, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, fica criado o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - SC.



Art. 2º O Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco) membros, ocupantes de cargos efetivos com vínculo ao IPPA, a saber:

I - O Diretor Executivo do IPPA como membro nato;

II - O Procurador do Município, efetivo do IPPA, como membro nato;

III - O Presidente do Conselho Administrativo;

IV - O Presidente do Conselho Fiscal;

V - 01 (um) membro indicado pelo Diretor Executivo, com nível superior e detentor do CPA10;

Art. 3º O Comitê de Investimentos de que trata este Decreto terá mandato de 04 (quatro) anos permitida a recondução.

Art. 4º Ao Comitê de Investimentos compete:

I - analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado financeiro;

II - traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;

III - avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do IPPA;

IV - avaliar riscos potenciais;

V - propor alterações na Política de Investimentos.

Art. 5º O Comitê se reunirá com a presença de, no mínimo, 03 (três) membros.

Art. 6º As reuniões do Comitê ocorrerão quando convocadas pelo Diretor Executivo do IPPA que presidirá este Comitê e na sua ausência pelo Presidente do Conselho Administrativo.

Art. 7º Qualquer dos membros poderá convocar reunião do Comitê, se a urgência do assunto assim o exigir.

Art. 8º Em decorrência das responsabilidades, sem prejuízo da remuneração funcional, os membros do Comitê serão gratificados mensalmente, nos termos do Decreto Municipal n. 1.243, de 25 de março de 2011, aplicando-se o percentual atribuído no Art. 123 da LC 096/2010, valor este, pago pelo IPPA.

Parágrafo único. O Membro que, sem justificativa deixar de comparecer às reuniões ordinárias não receberá sua gratificação mensal.

Art. 9º As deliberações do Comitê de Investimentos serão encaminhadas à Diretoria Executiva para imediata execução.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal.

#### **Decreto Nº 1.455, de 21 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº. 1.455, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PALHOÇA SC. Nomeia membros Suplentes do Conselho Tutelar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei Municipal nº. 2.755/2007, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros suplentes, para compor o Conselho Tutelar de Palhoça em ordem de classificação:

I - Daiani Cristina Estevam;

II - Adriana Zilda da Silva;

III - Jane Maria Quadros Rousseng

IV - Alcionea Xavier da Costa Peçanha

V - Simone Fátima Suelos da Silva de Oliveira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal.

#### **Portaria 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA

Portaria 001/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70 e 79, incisos IV e V, da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora LUCIANA BALLMANN, matrícula 800.556, como DEFENSORA DATIVA, fazendo parte da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, conforme prevê a Lei nº 8.112/90, artigo 164, § 2º (1).

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal de Palhoça

(1) Ante a redação imprecisa do artigo 243 do Estatuto do Servidor Público Municipal, utilizou-se por analogia os termos do artigo 164, § 2º, do Estatuto do Servidor Público Federal, conforme cita a Comunicação Interna nº 0913/PGM/2012 da Procuradoria Geral do Município de Palhoça.

#### **Portaria Nº 002/2012.**

PORTARIA Nº 002/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70 e 79, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº. 929/SAS/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE

1.0 Determinar, com fulcro no artigo 214 caput da Lei Complementar

nº 096 de 15 de dezembro de 2010, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar o possível delito tipificado no Art.214, inciso X da Lei Complementar nº 096/2010 - supostamente cometido pelo servidor C. A. DE F., com matrícula 500.147, em razão de, nos termos dos indícios apontados nos autos, a saber, "lesão aos cofres públicos".

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos servidores públicos, efetivos e estáveis, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS - Matrícula 801097
- B) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Matrícula 801101
- C) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - Matrícula 800230

3.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais de 60 dias.

Palhoça - SC, em 14 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal de Palhoça

#### **Portaria Nº 003/2012.**

PORTARIA Nº 003/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70 e 79, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº. 929/SAS/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social,

#### **RESOLVE**

1.0 Determinar, com fulcro no artigo 214 caput da Lei Complementar nº 096 de 15 de dezembro de 2010, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar o possível delito tipificado no Art.214, inciso X da Lei Complementar nº 096/2010 - supostamente cometido pelo servidor R. DA S. P., com matrícula 800.986, em razão de, nos termos dos indícios apontados nos autos, a saber, "lesão aos cofres públicos".

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos servidores públicos, efetivos e estáveis, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS - Matrícula 801097
- B) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Matrícula 801101
- C) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - Matrícula 800230

3.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais de 60 dias.

Palhoça - SC, em 14 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal de Palhoça

#### **Portaria Nº 004/2012.**

PORTARIA Nº 004/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70 e 79, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº. 929/SAS/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social,

#### **RESOLVE**

1.0 Determinar, com fulcro no artigo 214 caput da Lei Complementar nº 096 de 15 de dezembro de 2010, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar o possível delito tipificado no Art.214, inciso X da Lei Complementar nº 096/2010 - supostamente cometido pelo servidor P. R. L., com matrícula 800.949, em razão de, nos termos dos indícios apontados nos autos, a saber, "lesão aos cofres públicos".

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos servidores públicos, efetivos e estáveis, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS - Matrícula 801097
- B) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Matrícula 801101
- C) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - Matrícula 800230

3.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais de 60 dias.

Palhoça - SC, em 14 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal de Palhoça

#### **Pregão Presencial 191-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº. 191/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 191/2012, no dia 04 de dezembro de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a confecção de material gráfico para Polícia Militar, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 22 de novembro de 2012.  
PREGOEIRO (A).

#### **Revogação da Concorrência Pública Nº97/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 972012

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Edital Concorrência Pública Nº 97/2012, que consiste na contratação de empresa para recuperação de Pavimentação Asfáltica de diversas ruas do Município, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material. A REVOGAÇÃO se dá devido ao não repasse dos recursos por parte do BADESC, agente financiador. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 21 de novembro de 2012.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º132/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º132/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
31	300	BL	Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato ofício.	Albgraf	R\$ 3,30	R\$ 990,00
47	100	BL	Ordem de abastecimento, bloco 2x50, formato 150 x 110mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul carbonado com impressão em preto - 1x0.	Albgraf	R\$ 2,00	R\$ 200,00

Valor Total: R\$ 1.190,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º133/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º133/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
1	500	UN.	Adesivo redondo, formato 7x7 cm, impressão 4x0 cor, com faca de corte.	Delta	R\$ 0,20	R\$ 100,00
20	50	BL	Comunicação interna 2x50, papel 63gr branco, tamanho 15x21,5 1/0 cor, impressão offset.	Delta	R\$ 2,60	R\$ 130,00
24	1.000	BL	Declaração de comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor branca com impressão em preto - 1x0	Delta	R\$ 0,89	R\$ 890,00

30	1.000	FLS	Ficha de ANAM-NESE CAPS II, formato tamanho 42x29,7cm, papel off set 75 gr, cor 1x0, frente e verso, com 1 vinco.	Delta	R\$ 0,14	R\$ 140,00
36	20.000	UN.	Folder Dia Internacional da Mulher 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
38	20.000	UN.	Folder prevenção 20x21 cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
39	20.000	UN.	Folder transmissão vertical 20x21cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
48	400	BL	Pedido de Marcação - Unidade Origem, bloco com 1x50, formato 210 x 150 mm, papel offset 63gr, branco com impressão preto - 1x0.	Delta	R\$ 0,80	R\$ 320,00
52	100	BL	Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm, papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Delta	R\$ 1,40	R\$ 140,00
53	350	BL	Receituário de controle especial, 2x50, formato 190x145mm, papel offset com gramatura de 63gr, sendo 1ª via branca e 2ª amarela com impressão em preto - 1x0.	Delta	R\$ 1,83	R\$ 640,50
55	100	BL	Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls.	Delta	R\$ 2,20	R\$ 220,00
56	300	BL	Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.	Delta	R\$ 1,63	R\$ 489,00

58	100	BL	Requisição de Material, bloco 2x50, formato 230 x 150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul com impressão em preto - 1x0.	Delta	R\$ 2,20	R\$ 220,00
59	300	BL	Termo consentimento livre escolha, tamanho 21x30cm, 1x0 cor, 1ª via em papel offset 75gr, 1 capa sem impressão em papel capa AG 90 gr, tamanho 42,00x30,00cm, bloco 50x1.	Delta	R\$ 1,27	R\$ 381,00

Valor Total: R\$ 7.210,50

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º134/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º134/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP. OBJETO: aquisição serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
7	1.000	UN.	Cartão de Agendamento do EAD, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,10	R\$ 100,00
10	1.000	UN.	Cartão de identificação Brasil Sorridente, formato 100mmx70mm, papel off-set 180gr, branco com impressão em duas cores (preto e verde), 2x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,06	R\$ 60,00
11	1.500	UN.	Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,049	R\$ 73,50
14	6.000	UN.	Cartão para autorização de consultas, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	GGL/SUZANO	R\$ 0,029	R\$ 174,00

21	50	BL	Comunicado dos Agentes Comunitário, formato 9,50x12cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.	GGL/SUZANO	R\$ 1,38	R\$ 69,00
42	10.000	UN.	Folhetos 1º dezembro 15x10 cm, 1 folha 4x4 cores em papel offset 120gr comercial, 1 dobra, vinco	GGL/SUZANO	R\$ 0,042	R\$ 420,00
60	20.000	UN.	Vale camisinha 6x9cm 4x0 cores 1 folha 4x1 cores em papel offset 90gr comercial 90 gr 6,00x9,00 cm.	GGL/SUZANO	R\$ 0,019	R\$ 380,00

Valor Total: R\$ 1.276,50

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º135/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º135/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRAFICA MADRI LTDA. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.



Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
3	200	BL	Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas.	Votorantim	R\$ 0,70	R\$ 140,00
4	520	BL	Atestado médico, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas	Votorantim	R\$ 0,70	R\$ 364,00
5	1.000	UN.	Calendário de mesa, 4X0 cores em papel triplex 300 gr comercial 30 gr, tamanho 18,00 x 36,00 cm, vinco, faca pronta, plastificação com brilho.	Votorantim	R\$ 0,40	R\$ 400,00
6	101.600	UN.	Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra. Para os modelos: 1- Ação Judicial, 2 - Componente Especializado e 3 - Prontuários dos pacientes das UBS.	Votorantim	R\$ 0,15	R\$ 15.240,00
12	3.000	UN.	Cartão de visita, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 4x 0 cor, quantidade para ser personalizado para 7 servidores.	Votorantim	R\$ 0,07	R\$ 210,00
23	60	BL	Dados da mãe e recém-nascido "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 2,48	R\$ 148,80
33	400	BL	Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.	Votorantim	R\$ 0,54	R\$ 216,00
43	17.468	BL	Formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 1. Acompanhamento de tuberculose - ficha B-TB, 2. Boletim de produção mensal e boletim bimestral de encaminhamento, 3. Ficha B-dia, 4. Ficha B-HA - Acompanhamento de hipertensos, 5. Ficha B-HAN, 6. Ficha de atendimento do Centro de Triage, 7. Ficha de acompanhamento da criança - FAC, 8. Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, 9. Ficha de para controle de visitas domiciliares dos ACS, 10. Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2, 11. Ficha de avaliação de fisioterapia, 12. Mapa de acompanhamento anual do hipertenso e/ou diabético, 13. Ficha de visita às maternidades "Acolher ao Nascer", 14. Termo de recebimento do Kit do "Acolher ao Nascer", 15. Cadastro de paciente Anexo 01 - Medicamento Excepcionais/ Alto Custo, 16. Recibo de dispensação, 17. Recibo de dispensação ação judicial, 18. Solicitação de medicamentos especiais - Clodidogrel, 19. Requerimento componente especializado - Anexo 2, 20. Recibo de dispensação do medicamento - Clodidogrel, 21. Laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos, 22. Ficha de cadastro de gestantes sisprenatal, 23. Ficha de registro diário do atendimento das gestantes, 24. Boletim diário de atendimento odontológico - endodontia, 25. Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, 26. Boletim diário de atendimento odontológico - periodontia, 27. Registro de Controle da Dengue - PNCD, 28. Boletim diário de atendimento do Nutricionista, 29. Boletim diário de atendimento do Otorrinolaringologista, 30. Boletim diário de atendimento do Pediatra, 31. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, 32. Boletim diário de atendimento do Dermatologista, 33. Boletim diário de atendimento do Endócrino, 34. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, 35. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 223153, 36. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 223503, 37. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 251510, 38. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 251605, 39. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 239415, 40. Orientações para Projeto Terapêutico Compartilhado, 41. Termo de responsabilidade CAPS II, 42. Projeto Terapêutico CAPS II, 43. Contrato Terapêutico CAPS II, 44. Formulário de acolhimento CAPS II, 45. Ficha clinica evolução Anamnese, 46. Atestado médico CAPS II, 47. APAC - CAPS II, 48. Atestado médico EAD (Equipe de Atendimento a Álcool e outras Drogas), 49. Contrato Terapêutico EAD, 50. Projeto Terapêutico EAD, 51. Termo de responsabilidade EAD, 52. Levantamento de saúde mental, 53. Boletim de reconhecimento geográfico RG 01, 54. Boletim de reconhecimento geográfico RG 02.	Votorantim	R\$ 0,96	R\$ 16.769,28

44	13.950	BL	Formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 1. Ficha A - Cadastro de famílias, 2. Ficha clinica, 3. Ficha D - Programa saúde da Família, 4. Cadastro do SISVAN, 5. Mapa de acompanhamento do SISVAN, 6. Ficha odontológica, 7. Registro diário do serviços Antivetorial, 8. Boletim mensal de doses aplicadas de vacinas de rotina, 9. Boletim diário de atendimento do Cardiologista, 10. Boletim diário de atendimento do Enfermeiro, 11. Boletim diário de atendimento do Gineco, 12. Boletim diário de atendimento do Médico da Saúde da Família, 13. Boletim diário de atendimento do Neurologista, 14. Encaminhamento de paciente, 15. Formulário de acolhimento EAD.	Votorantim	R\$ 1,14	R\$ 15.903,00
45	100.000	UN.	Informativos modelos diversos, tamanho 15 x 21 cm, em papel mais barato 4x0 cor.	Votorantim	R\$ 0,02	R\$ 2.000,00
49	15.000	BL	Receita médica, formato 210x150 mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor branca com impressão em preto - 1x0, bloco 1x50 fls.	Votorantim	R\$ 0,56	R\$ 8.400,00
50	50	BL	Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm, papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 2,00	R\$ 100,00
51	1.000	BL	Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm, papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 0,90	R\$ 900,00
54	500	BL	Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.	Votorantim	R\$ 1,09	R\$ 545,00
57	15.000	BL	Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls.	Votorantim	R\$ 0,58	R\$ 8.700,00

Valor Total: R\$ 70.036,08

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º136/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	1.000	UN.	Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.	Horizonte	R\$ 0,129	R\$ 129,00
13	5.000	UN.	Cartão odontológico, tamanho 13x10cm, papel off-set 180gr, cor 1x0.	Horizonte	R\$ 0,039	R\$195,00
15	3.500	UN.	Cartão para entrega de exames, frente e verso, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$0,026	R\$ 91,00
16	3.000	UN.	Cartão para marcação de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$0,03	R\$ 90,00
17	4.000	UN.	Cartão para resultados teste Anti-HIV, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$ 0,029	R\$116,00



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

22	20.000	UN.	Convite Venha Fazer seu HIV, tamanho 7,5X10cm, 4X0 cores, papel off-set 180 gr comercial.	Horizonte	R\$0,024	R\$480,00
46	10	UN.	Livro capa dura em preto para controle de entrega de medicamentos do CEAP, com formato 20,5x30cm, papel interno off-set com gramatura 75g, cor 1x0, com 200 folhas numeradas, cola.	Horizonte	R\$ 48	R\$ 480,00

Valor Total: R\$ 1.581,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º137/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIS FERNANDES ACHAR ME. OBJETO: aquisição serviços materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
25	3.000	UN.	Envelope saco ouro, tamanho 18x 24cm, impressão 1x0 cor, papel off-set com gramatura de 90 g/m2.	Infopel	R\$ 0,11	R\$ 330,00
26	6.000	UN.	Envelope saco timbrado, formato 260x360mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,20	R\$ 1.200,00
27	5.000	UN.	Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,079	R\$ 395,00
28	3.000	UN.	Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,12	R\$ 360,00
29	400	BL	Etiqueta laboratório Dengue/Entomologia, formato A4, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote 7,20x7,00cm, grampo e cola.	Infopel	R\$ 2,09	R\$ 836,00

Valor Total: R\$ 3.121,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º138/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º138/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SELO SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA ME. OBJETO: aquisição de serviços materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
2	2.000	UN.	Agenda de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel off-seet 240 gr.	Selo	R\$ 1,50	R\$ 3.000,00
9	3.000	UN.	Cartão de Controle de Medicação - Programa de Saúde mental, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 180,00
18	2.000	UN.	Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.	Selo	R\$ 0,21	R\$ 420,00
19	1.000	UN.	Cartazes assim pega, assim não pega 42X60cm, 4X0 cores 1 folha, papel couche brilho 150 gr comercial.	Selo	R\$ 0,49	R\$ 490,00
32	3.000	FL	Ficha de prateleira, formato 21,50x15,70cm, frente e verso, papel offset branco 180g, cor 1x0.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 180,00
34	20.000	UN.	Folder adolescente 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00

35	10.000	UN.	Folder Dia dos Pais 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 600,00
37	20.000	UN.	Folder informativo da Dengue, papel couche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00
40	10.000	UN.	Folder vivendo com HIV 20x21 cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 600,00
41	20.000	UN.	Folheto dia das mães 30x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel 180 gr comercial, dobra, corte e vinco, faça.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00

Valor Total: R\$ 9.050,00

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei Promulgada Nº 3.596/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.596, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Piquera.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art 1º- Fica denominada de RUA PIQUERA, com extensão de 180 metros de comprimento por 7 m de largura, com início na Rua Dália, Via Pública localizada no Bairro Jardim das Palmeiras.

Parágrafo Único - A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de outubro de 2012.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

## IPPA

### Portaria 061/2012

PORTARIA Nº 061/2012

Retifica as Portarias dos atos de concessão de aposentadoria dos servidores em destaque, em virtude da Emenda Constitucional nº 070/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições, RESOLVE:  
Art.1º Retificar as Portarias abaixo arroladas, para alteração dos proventos aos respectivos aposentados, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 070/2012, com efeitos retroativos a 01 de

abril de 2012.

Servidor(a)	Portarias Retificadas	Provento Anterior	Provento com aplicação da E.C 070/2012 e Reajuste Municipal, conforme L.C 122/2012
EVA ZENITA DE ESPINDOLA	007/2004, 14/2005 e 29/2010	R\$ 1057,83	R\$ 1.456,13
MARIA NEUSA DOS SANTOS	009/2007 e 017/2009	R\$ 622,00	R\$ 1.169,37
TEREZINHA ANALIA DOS SANTOS	008/2004, 022/2004, 29/2010 e 059/2012	R\$ 622,00	R\$ 753,98

Art. 2º As demais disposições contidas nas Portarias em epígrafes permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 20 de novembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Executivo IPPA  
Matrícula 500022

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES  
Assistente Administrativo  
Matrícula 900048

### Portaria 062/2012

PORTARIA Nº 062/2012

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Maria Goreti dos Passos Fabre.

Ronério Heiderscheidt, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Maria Goreti dos Passos Fabre, detentora da matrícula funcional nº 800827, inscrita no CPF sob o nº 927.522.689-04 e no PIS/PASEP sob o nº 1.007.249.369-8, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010



- Estatuto do Magistério Público Municí-pal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 19 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT      MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Prefeito Municipal                      Diretor-Executivo

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300155

### **Portaria 063/2012**

PORTARIA Nº 063/2012

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora TEREZA FILOMENA DA SILVA.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora TEREZA FILOMENA DA SILVA, de-tentora da matrícula funcional nº 800109, inscrita no CPF sob o 511.882.369-20 e no PIS/PASEP sob o nº 170.017.456-67, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocu-pante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pes-soal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribui-ção, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucio-nal nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 19 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT      MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Prefeito Municipal                      Diretor-Executivo do IPPA

ANDRÉA MARA H. LUCKMANN PLÉTICOS  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300169

### **Portaria 064/2012**

PORTARIA Nº 064/2012

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora LIDIA MARIA ZACCHI.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora LIDIA MARIA ZACCHI, detentora da matrícula funcional nº 800302, inscrita no CPF sob o Nº 540.468.669-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.705.561.619-9, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - Educação Infantil do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 19 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT      MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Prefeito Municipal                      Diretor Executivo do IPPA  
Matrícula 500022

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES  
Assistente Administrativo  
Matrícula 900048

### **Portaria 065/2012**

PORTARIA Nº 065/2012

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora ZENIR APARECIDA DA SILVA SCHUCH.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora ZENIR APARECIDA DA SILVA SCHUCH, detentora da matrícula funcional nº 800482, inscrita no CPF sob o Nº 398.673.749-91 e no PIS/PASEP sob o nº 101.112.835-63, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 53,34% (cinquenta e três, virgula trinta e quatro por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma

prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 19 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT	MILTON LUIZ ESPINDOLA
Prefeito Municipal	Diretor Executivo do IPPA
	Matrícula 500022

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES  
Assistente Administrativo  
Matrícula 900048

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Portaria N. 1260/RH PORTARIA Nº. 1260/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1119/RH de 10/10/2012, a qual nomeia LUIS RICARDO ERCKMANN para exercer o cargo de provimento efetivo ADVOGADO, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, devido o não comparecimento no prazo previsto para a posse, conforme prevê o Art. 14, § 2º da Lei Complementar 207/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
RIs

#### Portaria Nº 1.247/2012 PORTARIA Nº. 1.247/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 136978/2012, ao servidor municipal AUGUSTO FEY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (20h), durante o período de 26/11/2012 à 25/11/2014, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### Portaria Nº 1.249/2012 PORTARIA Nº. 1.249/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal JOÃO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Detonador, em razão das justificativas apresentadas conforme os termos do Protocolo nº 137483/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### Portaria Nº 1.250/2012 PORTARIA Nº. 1.250/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal HELMUTH FOSTER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais Masculino, em razão das justificativas apresentadas conforme os termos do Protocolo nº 137485/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### Portaria Nº 1.251/2012 PORTARIA Nº. 1.251/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal WILSON PEDRO SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais Masculino, em razão das justificativas apresentadas conforme os termos do Protocolo nº 137486/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 1.257/2012**

PORTARIA Nº. 1.257/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Nomear o servidor DANIEL PASA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista (40h), para a partir de 22/11/2012, exercer a função comissionada de Secretário Adjunto de Planejamento, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 1253/2012**

PORTARIA Nº. 1253/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 15/11/2012, a servidora ANA CRISTINA ESPINDOLA DE SOUZA, admitida em cargo de provimento efetivo de Vigia, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Novembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 1259/2012**

PORTARIA Nº. 1259/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora LUCIANE ARAUJO MATTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, conforme certidão de nascimento n.º 0024538 45 do cartório de registro civil do município de Três Passos RS, onde encontra-se o assento de SEBASTIAN ARAUJO MATTANA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Novembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Pregão Presencial 017/2012-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2012 - FMAS

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e filmadora para unidades do CREAS. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 05/12/2012, às 08:30h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 05/12/2012, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Pregão Presencial 019/2012-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2012 - FMAS

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, colchões e caixa da água para atender os serviços de alta complexidade. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/12/2012, às 08:30h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 07/12/2012, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Pregão Presencial 167/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2012

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar, Secretaria de Educação..

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/12/2012, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 06/12/2012.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumos dos Contratos da Concorrência Pública 124/2012**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 289/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de conclusão da obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da rua Ângelo Cechet, Barra Itoupava em Rio do Sul, com extensão de 500,00 metros, Lote 01 Valor: R\$ 316.563,20 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 290/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de conclusão da obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da rua Itajaí, Barra Itoupava em Rio do Sul, com extensão de 617,90 metros, Lote 01 Valor: R\$ 287.398,88 (duzentos e oitenta e sete mil e trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 291/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de conclusão da obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da Travessa Emílio Trevisani, Barra Itoupava em Rio do Sul, com extensão de 360,00 metros, Lote 01

Valor: R\$ 269.153,70 (duzentos e sessenta e nove mil e cento e cinquenta e três reais e setenta centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Edital de Pavimentação Subsidiada Nº 0006/12**

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº 0006/2012

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MILTON HOBUS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA INDIRA GHANDI, Bairro BOA VISTA, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

**1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA**

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) Rua INDIRA GHANDI tem extensão de 398,70 metros e área a ser pavimentada de 2.796,72 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

**2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO**

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Impri-mação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5 cm sobre a área de 2.796,72 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 398,70m.

**3. DO ORÇAMENTO**

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento,



Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 2.796,72 referidos neste edital é de R\$ 343.892,26 (trezentos e quarenta e tres mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 62,72 (sessenta e dois reais e setenta e dois centavos) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

##### 4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Área Pav.	Valor R\$
ADMINISTRADORA DE BENS DOIS IRMÃOS LTDA	22397.2	150,15	9.417,41
ALCIDES VRES	4818.6	42,05	2.637,38
ALZIRA BARTH	5028.8	45,00	2.822,40
ANA PAULA CARDOZO E MARCOS HOE-PERS	5027.0	44,30	2.778,50
ANTONIO CARLOS DE SOUZA	5019.9	59,70	3.744,38
ANTONIO MOMM E ESPOSA	4571.3	43,40	2.722,05
BIANCA KURTH	4578.0	45,00	2.822,40
CELIA MARIA DIRSCHNABEL CARDOSO	4575.6	45,00	2.822,40
DOUGLAS ARISTIDES MACHADO	34630.6	53,40	3.349,25
ELLEN HEIDRICH	5023.7	44,62	2.798,57
EVANILDE DE MARCH	4820.8	36,90	2.314,37
FRANCISCO KRIEGER	4841.0	39,35	2.468,03
GILBERTO DALLMOLIN	4819.4	38,24	2.398,41
ILDEFONSO ANTONIO ROSSI	5014.8	60,00	3.763,20
IRACEMA MARQUES MACHADO	5016.4	60,04	3.765,71
JANARA DE LIZ FILAGRANA	4828.3	38,30	2.402,18
JANETE FRONZA	34628.4	52,80	3.311,62
JANETE TEREZINHA BEZERRA TRISTAO	5025.3	45,07	2.826,79
JOAO CARLOS DA ROCHA APO-LINARIO	20582.6	45,00	2.822,40
JOLMIR FILAGRANA	4824.0	37,50	2.352,00
JOSE ARNALDO REZENA	4595.0	79,80	5.005,06
LINDOMAR ALVES DOS SANTOS	4823.2	37,50	2.352,00

LUIS CARLOS SABINO	22917.2	72,45	4.544,06
LUIZ JOSE FELICIO	4825.9	112,50	7.056,00
LURDES DA SILVA	4593.4	55,20	3.462,14
MARIA LIGIA ROSA DA CRUZ	5024.5	45,35	2.844,35
MARIA MADALENA MULLER	4829.1	40,65	2.549,57
MARTINHO MARQUES	5026.1	44,90	2.816,13
NADIR DE SOUZA	5013.0	73,00	4.578,56
NAZIR CARGNIN MARQUES	4574.8	44,55	2.794,18
NERI LUIS ULLMANN	4573.0	39,60	2.483,71
NEWTON ROBERTO DOS SANTOS KONKEL	5020.2	50,05	3.139,14
NIVALDO SELHORST	5017.2	59,80	3.750,66
ONELIO ANTONIO DALLPOS-SO-ESPOLIO	4569.1	44,90	2.816,13
PAOLA DE LIZ FONTANA	34629.2	43,50	2.728,32
PAULO CESAR MACANEIRO	5007.5	60,00	3.763,20
PEDRO DA ROSA	5004.0	60,00	3.763,20
PEDRO DA ROSA	4602.7	100,00	6.272,00
ROBERTO MAFLI	5022.9	45,00	2.822,40
SIRLEI DA SILVA	5021.0	43,55	2.731,46
SULAMITA GELSLEICHTER VERSINO	4822.4	35,90	2.251,65
SUZANA MARGARETE GRIMM	4570.5	44,25	2.775,36
TERESA MARIA MANNRICH	5005.9	59,65	3.741,25
TITO IRINEU SCHMITZ	4596.9	60,00	3.763,20
VALDEMIR VERIKURTH	4579.9	48,57	3.046,31
VANDERLEI ESSER	5029.6	40,15	2.518,21
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)			189.184,60
TOTAL GERAL		2.466,64	343.892,26

##### 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

##### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento,

nos termos da Lei supra mencionada.

#### 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 22 de novembro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3099/2012

LEI Nº 3099, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE CASEMIRO RANK, RUA DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Casemiro Rank, rua localizada no Bairro Cruzeiro, sendo do Loteamento Residencial Emília, com extensão de 111,49 metros e largura de 12,00 metros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 4000/2012

LEI Nº 4000, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE ARTINO EDGAR NEUMANN, RUA DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Artino Edgar Neumann, rua localizada no Bairro Cruzeiro, sendo do Loteamento Residencial Emília, com extensão de 95,00 metros e largura de 12,00 metros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 4001/2012

LEI Nº 4001, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação

orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.48.00.00.00.00.0152 - Outros Aux. Financ. a PF

R\$ 12.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 237.518,27 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.306.0011.2.000 - Alimentação Escolar

3.3.90.30.00.00.00.00.0160 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 101.287,91

Atividade: 08.243.0013.2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 8.100,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita R\$ 49.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita R\$ 23.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 2.187,36

3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.782,73

3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Atividade: 08.242.0013.6.041 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - Port. de Deficiência

3.3.50.43.00.00.00.00.0352 - Subvenções Sociais R\$ 160,27

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados como fontes de recursos os excessos de arrecadações nas fontes: 0152 - Outras Transf. de Recursos do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$ 130.358,00 (cento e trinta mil e trezentos e cinquenta e oito reais) e na fonte 0160 - Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE, no valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e às anulações parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 15.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Material Permanente R\$ 9.000,00

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 18.000,00  
3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Mat. Permanente R\$ 2.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00.0352 - Equip. Mat. Permanente R\$ 160,27

Atividade: 08.244.0013.6.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social "Especial"  
3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00  
3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1301/2012**

DECRETO Nº 1301, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:  
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 01 - Assistência Social  
Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social  
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 20.000,00  
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 3.000,00  
3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 4.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 06.181.0012.2.034 - Rádio Patrulha  
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 01 - Assistência Social  
Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social  
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 27.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 06.181.0012.2.034 - Rádio Patrulha  
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2012  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1302/2012**

DECRETO Nº 1302, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 4001, de 20 de novembro de 2012 DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social  
Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
3.3.90.48.00.00.00.00.0152 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social  
Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1303/2012**

DECRETO Nº 1303, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 4001, de 20 de novembro de 2012 DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 237.518,27 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Unidade: 01 - Secretaria de Educação  
Atividade: 12.306.0011.2.000 - Alimentação Escolar  
3.3.90.30.00.00.00.00.0160 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 01 - Assistência Social  
Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social  
3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 101.287,91

Atividade: 08.243.0013.2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao

**Adolescente**

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita  
R\$ 8.100,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita  
R\$ 49.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita  
R\$ 23.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00  
3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita  
R\$ 2.187,36

3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.782,73  
3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Atividade: 08.242.0013.6.041 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - Port. de Deficiência

3.3.50.43.00.00.00.00.0352 - Subvenções Sociais R\$ 160,27

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados como fontes de recursos os excessos de arrecadações nas fontes: 0152 - Outras Transf. de Recursos do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$ 130.358,00 (cento e trinta mil e trezentos e cinquenta e oito reais) e na fonte 0160 - Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE, no valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e às anulações parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita  
R\$ 15.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Material Permanente R\$ 9.000,00

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00  
3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Mat. Permanente R\$ 2.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00.0352 - Equip. Mat. Permanente R\$ 160,27

Atividade: 08.244.0013.6.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social "Especial"

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00  
3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1304/2012**

DECRETO Nº 1304, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A**

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as seguintes áreas:

I - uma área com 897,20 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 65.248,50m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 15.723, de propriedade do Sr. Arnaldo Eichendorf, ao norte confronta com Arnaldo Eichendorf (matrícula 15.723) por 44,85m, ao sul confronta com Arnaldo Eichendorf (matrícula 15.723) por 44,87m, a oeste confronta com a Rua Léo Franz por 20,00m e a leste confronta com Eloi Gunther e Hermes Gunther (matrícula 15.722) por 20,00m;

II - uma área com 897,20 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 66.292,00m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 15.722 de propriedade do Sr. Eloi Gunther e Hermes Gunther, ao norte confronta com Eloi Gunther e Hermes Gunther (matrícula 15.722) por 44,85m, ao sul confronta com Eloi Gunther e Hermes Gunther (matrícula 15.722) por 44,87m, a oeste confronta com Arnaldo Eichendorf (matrícula 15.723) por 20,00m, e a leste confronta com Racho Grande Ltda (matrícula 04.046) por 20,00m;

III - uma área com 750,00 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 55.871,63m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 04.046, de propriedade do Sr. Alfonso Steiner, com a seguinte descrição: ao norte confronta com Alfonso Steiner (matrícula 04.046) por 37,50m, ao sul confronta com Alfonso Steiner (matrícula 04.046) por 37,50m, a oeste confronta com Eloi Gunther e Hermes Gunther (matrícula 15.722) por 20,00m, e a leste confronta com a Rua Agricultor Carlos Weiss por 20,00m;

IV - uma área com 750,00 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 10.875,00m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 04.042, de propriedade do Espólio de Rafael José Suominiski, ao norte confronta com Rancho Grande Ltda (matrícula 04.041) por 37,50m, ao sul confronta com Espólio de Rafael José Suominiski (matrícula 04.042) por 37,50m, a oeste confronta com a Rua Agricultor Carlos Weiss por 20,00m, e a leste confronta com Espólio de Alcásio Birckholz (matrícula 23.550) por 20,00m;

V - uma área com 769,90 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 44.083,64 m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 23.550, de propriedade do Espólio de Alcásio Birckholz, ao norte confronta com Espólio de Alcásio Birckholz (matrícula 23.550) por 38,46m, ao sul confronta com Espólio de Alcásio Birckholz (matrícula 23.550) por 38,53m, a oeste confronta com Espólio de Rafael José Suominiski (matrícula 04.042) por 20,00m, e a leste confronta com a Rua Hugo Otto Bernardo Roepke por 20,00m;

VI - uma área com 737,50 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 9.996,30 m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 02.850, de propriedade do Sr. Eugênio Albert Ilg, ao norte confronta com Eugênio Albert Ilg (matrícula 02.850) por 36,86m, ao sul confronta com Eugênio Albert Ilg (matrícula 02.850) por 36,89m, a oeste confronta com a Rua Hugo Otto Bernardo Roepke por 20,00m, e a leste confronta com Rancho Grande Ltda (matrícula 39.759) por 20,00m;

VII - uma área com 3.643,80 m<sup>2</sup>, parte de uma área maior de 143.136,40m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 39.759, de propriedade do Rancho Grande Ltda, ao norte confronta com Rancho Grande Ltda (matrícula 39.759) por 182,24m, ao sul confronta com Rancho Grande Ltda (matrícula 39.759) por 182,14m, a oeste confronta com Eugênio Albert Ilg (matrícula 02.850) por 20,00m, e a leste confronta com a Rua Albert Eichendorf por 20,00m.

Art. 2º. As áreas a que se referem os incisos do artigo 1º deste Decreto destinam-se a abertura de vias públicas, configurando a utilidade pública prevista na alínea "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. É declarada de urgência as desapropriações, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências



necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1305/2012**

DECRETO Nº 1305, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 623.500,00 (Seiscentos e vinte e três mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 23.000,00

Atividade: 12.365.0011.2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 202.000,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 70.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 328.000,00

3.3.90.18.00.00.00.00.0001 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 23.000,00

Atividade: 12.365.0011.2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 188.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00.0001 - Auxílio-Alimentação. R\$ 14.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo. R\$ 6.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. - PF. R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. - PJ. R\$ 2.500,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações R\$ 219.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equip. Material Permanente. R\$ 4.700,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 156.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de novembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1306/2012**

DECRETO Nº 1306, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social  
3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Trib. Contributivas R\$ 1.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.4.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.36.00.00.00.00.0163 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 3.860,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social  
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.4.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0163 - Material de Consumo R\$ 2.900,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0163 - Equip. Mat. Permanente R\$ 960,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de novembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Listagem de Portarias**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 14014, de 19 de novembro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 12 de novembro de 2012. Nilva Aparecida Cardoso da Luz. Assistente Social, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, com carga horária de 30 horas semanais no Instituto de

**Previdência Social dos Servidores Públicos - IPRESBS.**

Portaria nº 14015 de 19 de novembro de 2012. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/01, a partir de 19 de novembro de 2012. Emeli Elisabeth Beckert Schiesl. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 14016, de 19 de novembro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de novembro de 2012. Cleide Martins Dallmann. Atendente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais no CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 14017, de 19 de novembro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 07 de novembro de 2012. Jaqueline Kruger, com carga horária de 40 horas semanais no CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 14018, de 19 de novembro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de novembro de 2012. Catiane Schier. Atendente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais no CEIM Algodão Doce. SEMED.

Portaria nº 14019 de 20 de novembro de 2012. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/01, a partir de 20 de novembro de 2012. Arnaldo Paulino. Soldador. SEMOB.

Portaria nº 14020 de 20 de novembro de 2012. Exonera Chefe de Divisão de Manutenção de Vias, a partir de 19 de novembro de 2012. Arnaldo Paulino. SEMOB.

São Bento do Sul, 23 de novembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal

---

**SAMAE**

---

**Pregão 59/2012**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO Nº. 59/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 07/12/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Global, para serviço de: REPOSIÇÃO DE ASFALTO/TAPA BURACO. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderá ser obtido na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet ([www.samaesbs.sc.gov.br](http://www.samaesbs.sc.gov.br)).

CLAUDETE STAWNY  
Pregoeira

## São Lourenço do Oeste

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto Nº 4.527, de 22 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.527, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Fixa o valor de locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para o Baile do Chopp, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 7.968,00 (sete mil, novecentos e sessenta e oito reais), correspondente a 100 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para a realização do evento denominado "Baile do Chopp", a ser promovido no dia 1º de dezembro de 2012, pela Associação Atlética Veteranos de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.485/0001-29.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a entidade que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 370/2012, de 1º de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 370/2012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 162/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 107/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 80.095.466/0001-57.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 1º/11/2012.

Vigência: de 1º/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Lenoir José de Oliveira - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 374/2012, de 05 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 374/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 296/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 127/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 083/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PALÁCIO DAS CORTINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 49.926.926/0001-00.

Objeto: Aditar a quantidade do item 3, do lote 1, do Contrato nº 296/2012, de 21/08/2012, aditivo este que se faz necessário em razão da ampliação da capacidade de iluminação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges.

Valor: R\$ 9.576,18 (nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 05/11/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e José Garotti Júnior - pela contratada.

### **Aviso de Licitação 09/2012 Icslo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - INSTITUTO CULTURAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 05/12/2012, às 13:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 009/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº08 - OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para o Natal 2012, compreendendo a realização e a organização de eventos (sonorização, segurança, artistas, shows, ornamentação) a serem realizados na Praça da Bandeira e Teatro Professor Arno Ignácio Etges. Informações: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

EVERTON LUIZ LOVERA

Gerente Executivo

### **Retificação de Datas Processos 177/2012 TP 07/2012 e 178/2012 TP 08/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DAS SESSÕES DE ABERTURA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS Nº 177/2012 TOMADA DE PREÇOS 07/2012 E 178/2012 TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2012, publicadas no DOM/SC Edição nº 1118, pág 121, no que se refere AS SESSÕES DE ABERTURA leia-se: DIA 04/12/2012 MESMO HORÁRIO.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato Nº 371/2012, de 1º de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 371/2012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 162/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 107/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRANSIMON TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 04.535.268/0001-89.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 1º/11/2012.

Vigência: de 1º/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Claudinei Staudt - pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº 372/2012, de 1º de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 372/2012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2012, Modalidade Concorrência para Alienação nº 20/2012.

Vendedor: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Comprador: Antonio Carlos Fergutz, CPF nº 772.727.309-00.

Objeto: ALIENAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS: LOTE Nº 13, COM ÁREA DE 372M², MATRÍCULA Nº 15778 e LOTE Nº 14, COM ÁREA DE 390M², MATRÍCULA Nº 15.779, AMBOS SEM BENFEITORIAS, SITUADOS NO LOTEAMENTO WOLFART, NESTE MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 36.951,00 (trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e um reais), referente ao imóvel de matrícula nº 15.778, e R\$ 38.701,00 (trinta e oito mil, setecentos e um reais), referente ao imóvel de matrícula nº 15.779, totalizando o valor de R\$ 75.652,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

Pagamento: O pagamento referente ao imóvel deverá ser efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, por depósito bancário, na Agência nº 777-3, Banco Brasil, Conta Corrente 2584-4, de titularidade do Município.

Data de Assinatura: 1º/11/2012.

Vigência: de 1º/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Antonio Carlos Fergutz - pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº 373/2012, de 1º de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 373/2012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2012, Modalidade Concorrência para Alienação nº 20/2012.

Vendedor: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Comprador: Ricardo Antonio da Rosa Soster, CPF nº 057.864.379-06.

Objeto: ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL: LOTE Nº 15, COM ÁREA DE 360,00 M², MATRÍCULA Nº 15.780, SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO WOLFART, NESTE MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 37.001,00 (trinta e sete mil e um real).

Pagamento: O pagamento referente ao imóvel deverá ser efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, por depósito bancário, na Agência nº 777-3, Banco Brasil, Conta Corrente 2584-4, de titularidade do Município.

Data de Assinatura: 1º/11/2012.

Vigência: de 1º/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ricardo Antonio da Rosa Soster - pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº 375/2012, de 05 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 375/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 223/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 14/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.



Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 223/2009, de 22/12/2009, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de possibilitar a realização da vistoria e medição final da obra; bem como a elaboração dos projetos "as built", por parte da fiscalização do Município.

Data de Assinatura: 05/11/2012.

Vigência: de 05/11/2012 a 05/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 376/2012, de 05 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 376/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 238/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 074/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. nº 012/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 238/2012, de 06/07/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário em decorrência da verificação de materiais saturados e com baixa capacidade de suporte, encontrados durante a execução das camadas de regularização do subleito e sub-base com macadame seco, ocasionando, desta forma, um atraso significativo na realização das camadas nobres do pavimento.

Data de Assinatura: 05/11/2012.

Vigência: de 05/11/2012 a 05/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 377/2012, de 09 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 377/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 222/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 073/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços nº 011/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 222/2012, de 27/06/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de possibilitar a realização da vistoria e medição final da obra pela fiscalização da Contratada.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 09/11/2012.

Vigência: de 09/11/2012 a 11/12/2012

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 378/2012, de 12 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 378/2012, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 157/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 074/2011, Modalidade Concorrência

para Obras nº 004/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 157/2011, de 04/07/2011, por 49 (quarenta e nove) dias, lapso este que se faz necessário em razão de que o Município está aguardando a liberação financeira por parte do Ministério das Cidades/Caixa, referente ao Contrato de Repasse nº 330104-27/2010.

Data de Assinatura: 12/11/2012.

Vigência: de 12/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 379/2012, de 12 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 379/2012, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 167/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 060/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELVI COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 01.259.958/0001-64.

Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 167/2012, de 04/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário para que a Contratada atenda as pendências verificadas e apontadas no Ofício nº 45/2012/CGM/SLO.

Data de Assinatura: 12/11/2012.

Vigência: de 09/11/2012 a 11/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Luciano das Neves Sola - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 380/2012, de 13 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 380/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 101/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 28/2008, Modalidade Concorrência para Alienação nº 2/2008.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANGHEBEN & CIA LTDA, CNPJ nº 85.373.439/0001-12.

Objeto: Suspender os encargos do Contrato nº 101/2008, de 09/04/2008, conforme cláusula primeira do termo aditivo.

Data de Assinatura: 13/11/2012.

Vigência: de 13/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Joacir Angheben - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 381/2012, de 13 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 381/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 29/2008, Modalidade Concorrência para Alienação nº 3/2008.



Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANGHEBEN & CIA LTDA, CNPJ nº 85.373.439/0001-12.

Objeto: Suspender os encargos do Contrato nº 124/2008, de 23/04/2008, conforme cláusula primeira do termo aditivo.

Data de Assinatura: 13/11/2012.

Vigência: 13/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Joacir Angheben - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 382/2012, de 13 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 382/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FRANCIELI DELA GIUSTINA ME, CNPJ nº 10.463.951/0001-50.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, A LASER, MODELO HP LASERJET M-2727, PARA SER UTILIZADA NA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL SANTOS DUMONT, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 440,06 (quatrocentos e quarenta reais e seis centavos). Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 13/11/2012.

Vigência: de 13/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Francieli Dela Giustina - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 383/2012, de 13 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 383/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 321/2012.

Origem: Processo nº 138/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 05/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: dilação do prazo de execução do Contrato nº 321/2012, de 13/09/2012, por 25 (vinte e cinco) dias, lapso este que se faz necessário a fim de possibilitar a realização da vistoria e medição final da obra, por parte da fiscalização do Município.

Data de Assinatura: 13/09/2012.

Vigência: de 13/11/2012 a 10/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 385/2012, de 19 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 385/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 169/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 81/2010, Modalidade Concorrência de Preços nº 03/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 169/2010, de 02/09/2010, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário para a realização do projeto "as built", medição final e fiscalização da obra pelos técnicos do BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, bem como para proporcionar à Contratada tempo suficiente para a conclusão do objeto contratado.

Data de Assinatura: 19/11/2012.

Vigência: de 19/11/2012 a 19/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 386/2012, de 19 de Novembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 386/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 222/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 073/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços nº 011/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: supressão da quantidade de itens do Contrato nº 222/2012, de 27/06/2012, supressão esta que se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa técnica e planilha de orçamento reprogramado, ambas apresentadas em anexo ao presente termo aditivo.

Valor: R\$ 345,84 (trezentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 19/11/2012.

Vigência: de 19/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **1º Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório Nº 108/2012, Modalidade Pregão Presencial Nº 071/2012**

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Educação, Sra. Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, brasileira, casada, portadora do RG nº 9009543902 e inscrita no CPF sob nº 325.175.130-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado

CONTRATANTE, e a empresa DECORATIVA TINTAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 682, centro, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.014.131/0001-89, neste ato representada por seu administrador, Sr. Eloir Carlos Fabian, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 429.835.509-82 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.120.524, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 108/2012, Modalidade Pregão Presencial - RP nº 071/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo 19,81% (dezenove vírgula oitenta e um por cento) ao valor total do contrato, referente ao Processo supracitado, para que se conclua a pintura nas escolas EBM Santa Maria Goretti e EBM São Lourenço.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 9.444,60 (nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais com sessenta centavos) o que perfaz aproximadamente 19,81 % (dezenove vírgula oitenta e um por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 108/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 071/2012, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA DE PINTURA, PARA A EBM SÃO LOURENÇO E EBM SANTA MARIA GORETTI, os seguintes itens:

Contratada: DECORATIVA TINTAS LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TINTA ACRILICA 18 LT.	9	R\$ 395,00	R\$ 3.555,00
2	TINTA OLEO 18L	5	R\$ 220,00	R\$ 1.100,00
3	TINTA ES-MALTE 3,600 LTS	4	R\$ 69,00	R\$ 276,00
4	TEXTURA ACRILICA (LATA DE 18 Lt)	3	R\$ 95,00	R\$ 285,00
5	LIXA N. 150	4	R\$ 4,15	R\$ 16,60
6	SOLVENTE 5 LTS	2	R\$ 35,00	R\$ 70,00
7	SELADOR ACRILICO (LATA DE 18 Lt)	1	R\$ 92,00	R\$ 92,00
8	MASSA ACRILICA 18L	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
9	MÃO-DE-OBRA PARA PINTURA	600	R\$ 6,60	R\$ 3.960,00
TOTAL	R\$ 9.444,60			

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 9.444,60 (nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais com sessenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ELOIR CARLOS FABIAN

Decorativa Tintas Ltda EPP

LORECI C. S. DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

### **1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial Nº 064/2012**

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Educação, Sra. Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, brasileira, casada, portadora do RG nº 9009543902 e inscrita no CPF sob nº 325.175.130-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 527, centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.095.456/0001-47, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Márcia Regina Feuser Suzin, brasileira, inscrita no CPF sob nº 562.290.119-72 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 12/R-1.692.586 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o Lote 07 - item 32 do fornecedor acima citado, para que possa ser concluído o trabalho de instalação de rede de fibra óptica interligando as novas antenas do Programa Cidade Digital.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 2.399,98 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado para o Lote 07 - item 32 do fornecedor do Processo Licitatório supracitado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2012, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA, PARA O PROGRAMA CIDADE DIGITAL, o seguinte item:

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP;

LOTE 07	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
ITEM 32	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIGAÇÕES DE CABO DE FIBRA ÓPTICA	550	4,3636	2.399,98
TOTAL				R\$ 2.399,98

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.399,98 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito).

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA FEUSER SUZIN

ProjeteL Materiais Elétricos Ltda EPP

LORECI C. S. DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

**1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 125/2012, Modalidade Pregão Presencial Nº 081/2012**

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Educação, Sra. Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, brasileira, casada, portadora do RG nº 9009543902 e inscrita no CPF sob nº 325.175.130-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PROJETE L MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 527, centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.095.456/0001-47, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Márcia Regina Feuser Suzin, brasileira, inscrita no CPF sob nº 562.290.119-72 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 12/R-1.692.586 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 125/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 081/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 23,37% (vinte e três vírgula trinta e sete por cento) ao valor total contratado para o fornecedor acima citado, para que possam serem atendidas as necessidades das escolas da rede municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 7.595,13 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e treze centavos) o que perfaz aproximadamente 23,37% (vinte e três vírgula trinta e sete por cento) do valor total contratado para o fornecedor do Processo Licitatório supracitado.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 125/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 081/2012, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA REALIZAÇÃO DE REPAROS GERAIS DA REDE ELÉTRICA, DE DADOS E VOZ, DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, os itens referidos na Solicitação de Termo Aditivo anexa, totalizando o valor de R\$ 7.595,13 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA FEUSER SUZIN

ProjeteL Materiais Elétricos Ltda EPP

LORECI C. S. DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1194, de 23 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1194, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1194, de 23 de agosto de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD26, com registro no patrimônio do Município sob o nº 1A570SJ6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9863, de 23 de agosto de 2012.

Data da assinatura: 13 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 864, de 12 de Julho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 864, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 864, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH69, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9915, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 864, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 13 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Contrato de Prestação de Serviço N.º 137/2012 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 137/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado VÂNIO KRETZER, inscrito no CPF sob nº. 003.909.979-27 PIS/PASEP: 125.49089.49.0, residente a Estrada Geral Santa Filomena, s/n - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço a confecção de 10 (dez) aventais para o Grupo de Idosos de São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 14/11/2012 a 21/11/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de novembro de 2012.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Portaria Nº 4.821/2012, de 21 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.821/2012, de 21 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o afastamento em virtude da Licença Maternidade da servidora Taise Gehrmann Seefeldt, a partir de 05 de novembro de 2012;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2012/SM-SAS/ESF;

Considerando o Decreto nº. 2.515/2012, de 10/10/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Carolina Klein, para exercer o cargo de Enfermeira - ESF, percebendo o nível salarial nº 002 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 003/2012/SMSAS/ESF, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

### Portaria Nº 4.822/2012, de 21 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.822/2012, de 21 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,



**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Juliana Nasário Nascimento, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.823/2012, de 21 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 4.823/2012, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA SINDICÂNCIA NO 007/2012, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir de 12 de novembro de 2012, do prazo para encerramento da Sindicância no 007/2012, de 13 de setembro de 2012, destinada a apurar faltas ao trabalho, no período de 3 a 6 de setembro de 2012, sem autorização, do servidor Adilson Gorniack - Engenheiro Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 21 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 92/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 92/2012-PMS

PROCESSO Nº. 145/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 92/2012-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2-Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 11 de dezembro de 2012

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 11 de dezembro de 2012 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

**ANEXO III - PROPOSTA COMRCIAL E ANEXO X - TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
14	Pneu novo 185 R14 - 8 lonas para Kombi	30	Unidade	346,52	10.395,60

Schroeder, 22 de Novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**II Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 86/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2012-PMS

PROCESSO Nº. 138/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente

ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2012-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

### III - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

#### 1. III

3.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, inicialmente, será recebido os documentos para credenciamento, bem como os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO, E-EMAIL E TELEFONE.  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2012-PMS  
PROCESSO Nº. 138/2012-PMS  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC  
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO, E-EMAIL E TELEFONE.  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2012-PMS  
PROCESSO Nº. 138/2012-PMS  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC  
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO

Schroeder, 22 de Novembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 52/2012-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 52/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	DIGOXINA 0,05MG/ML ELIXIR	20	FRASCO	5,462	109,24
16	HALOPE- RIDOL DE- CANOATO 50MG/ML AMPOLA	80	AMPOLA	4,15	332,00
18	ISOFLA- VONA DE SOJA 60MG COMP	8.000	COMP	2,11	16.880,00
21	METOCLO- PRAMIDA 10MG COMP	8.000	COMP	0,024	192,00
22	METOPRO- LOL, SUC- CINATO, LIBERAÇÃO PROLONGA- DA 50MG COMP	8.000	COMP	1,33	10.640,00
24	METRO- NIDAZOL 400MG COMP	5.000	COMP	0,176	880,00
39	CETOCONA- ZOL 200MG COMP	10.000	COMP	0,083	830,00
41	CIMETIDI- NA 150MG/ ML AMPOLA IV/IM	500	AMPOLA	0,244	122,00
47	DIPIRONA 500MG/ML AMPOLA IV/ IM	2.000	AMPOLA	0,31	620,00
49	GLICAZI- DA 80MG COMP	3.000	COMP	0,162	486,00
76	SIMETICO- NA 40MG COMP	8.000	COMP	0,05	400,00
77	DEXCLOR- FENIRA- MINA 2MG COMP	3.000	COMP	0,022	66,00
81	ISOSSOR- BIDA 10MG COMP	3.000	COMP	0,049	147,00
86	NIMESULI- DA 100MG COMP	30.000	COMP	0,03	900,00
VALOR R\$ TOTAL					32.604,24

Valor do contrato: R\$ 32.604,24 (trinta e dois mil, seiscentos e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 53/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 53/2012-FMS

Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.607.956/0001-81, estabelecida na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP: 85601-030.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
15	ESTROGENOS CONJUGADOS 0,625MG/G CREME VAGINAL	100	BISNAGA	30,97	3.097,00
20	MEBENDAZOL 100MG COMP	800	COMP	0,025	20,00
31	IMIPRAMINA 25MG COMP	25.000	COMP	0,052	1.300,00
40	CETOPROFENO 50MG/ML AMPOLA IM	1.000	AMPOLA	1,538	1.538,00
60	OXCARBAMAZEPINA 6% SUSPENSÃO 100ML	300	FRASCO	23,999	7.199,70
61	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG COMP	3.000	COMP	0,043	129,00
73	CARBONATO DE LITIO 300MG COMP	5.000	COMP	0,131	655,00
75	CIPROFLOXACINO 500MG COMP	6.000	COMP	0,149	894,00
78	DOXAZOSINA, MESILATO 2MG COMP	3.000	COMP	0,095	285,00

80	HEPARINA SODICA 5.000/0,25MG AMPOLA SC	20	AMPOLA	5,822	116,44
88	MIDAZOLAM 5MG/ML AMPOLA	50	AMPOLA	0,865	43,25
VALOR R\$ TOTAL					15.277,39

Valor do contrato: R\$ 15.277,39 (quinze mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e nove reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 54/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 54/2012-FMS

Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.782.733/0001-49, estabelecida na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Santo Antônio, na cidade de encantado, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 95.960-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	ANLODIPINO 10MG COMP	20.000	COMP	0,038	760,00
38	CARVEDILOL 25MG COMP	20.000	COMP	0,125	2.500,00
48	GLICAZIDA (LIB. PROLONGADA) 30MG COMP	10.000	COMP	0,135	1.350,00
VALOR R\$ TOTAL					4.610,00

Valor do contrato: R\$ 4.610,00,00 (quatro mil, seiscentos e dez reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 55/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 55/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: CIRUGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.250.676/0001-93, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, nº 1695, Capoeiras, na cidade Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88090-060.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
11	VITAMINA A 5.000UI + VITAMINA D 10.000UI + VEICULO QSP 1ML FRASCO GOTEJADOR 20ML (AD-TIL®)	500	FRASCO	4,72	2.360,00
VALOR R\$ TOTAL					2.360,00

Valor do contrato: R\$ 2.360,00 (dois mil, trezentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 56/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 56/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.927.876/0001-67, estabelecida na Estrada Pedro Rosa da Silva, nº 515, Residencial Park, na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.640-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
13	EPINEFRINA/ADRENALINA 1MG/ML INJETAVEL	200	AMPOLA	0,525	105,00
30	TIAMINA, CLORIDRATO 300MG COMP	5.000	COMP	0,089	445,00
45	DICLOFENACO SODICO 50MG COMP	30.000	COMP	0,025	750,00
50	PARACETAMOL 500MG COMP	60.000	COMP	0,036	2.160,00
59	OMEPRAZOL 20MG COMP	150.000	COMP	0,04	6.000,00
71	CAPTOPRIL 25MG COMP	150.000	COMP	0,014	2.100,00
82	ISOSSORBIDA 5MG COMP	3.000	COMP	0,04	120,00
VALOR R\$ TOTAL					11.680,00

Valor do contrato: R\$ 11.680,00 (Onze mil, seiscentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 57/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 57/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal



Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rua Vasco da Gama, nº. 33, no Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.740-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
19	LOSARTANA POTASSICA 50MG COMP	120.000	COMP	0,052	6.240,00
34	AMIODARONA 200MG COMP	10.000	COMP	0,136	1.360,00
42	CLOMIPRAMINA 25MG COMP	8.000	COMP	0,52	4.160,00
44	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G	3.000	COMP	0,52	1.560,00
53	IBUPROFENO 50MG/ML GOTAS	1.500	FRASCO	0,789	1.183,50
55	LIDOCAINA 2% GEL 30G	300	BISNAGA	1,55	465,00
56	METFORMINA 850MG COMP	100.000	COMP	0,047	4.700,00
65	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG COMP	8.000	COMP	0,047	376,00
66	LORATADINA 10MG COMP	15.000	COMP	0,049	735,00
74	SINVASTATINA 10MG COMP	40.000	COMP	0,043	1.720,00
84	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG COMP	25.000	COMP	0,159	3.975,00
VALOR R\$ TOTAL					26.474,50

Valor do contrato: R\$ 26.474,50 (Vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

## Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 58/2012-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 58/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, estabelecida Rua Samuel Kruchim, nº. 200, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 97.020-670.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
33	ACIDO FOLICO 5MG COMP	10.000	COMP	0,015	150,00
43	CLOPIDOGREL 75MG COMP	10.000	COMP	0,47	4.700,00
52	IBUPROFENO 300MG COMP	10.000	COMP	0,05	500,00
54	IVERMECTINA 6MG COMP	500	COMP	0,274	137,00
58	NORTRIPTILINA 50MG COMP	8.000	COMP	0,10	800,00
69	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG COMP	50.000	COMP	0,11	5.500,00
70	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG COMP	5.000	COMP	0,03	150,00
72	CARBAMAZEPINA 20MG/ML XAROPE 100ML	300	FRASCO	4,88	1.464,00
87	NORTRIPTILINA 10MG COMP	3.000	COMP	0,168	504,00
VALOR R\$ TOTAL					13.905,00

Valor do contrato: R\$ 13.905,00 (treze mil, novecentos e cinco reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 59/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 59/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: PRODEIT FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.887.838/0001-40, estabelecida na Rua General Potiguar, nº. 1428, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81050-500.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
12	ACETATO DE RETINOL 10.000UI, AMINOÁCIDO 25MG, METIONINA 5MG, CLORANFENICOL 5MG BISNAGA COM BICO OFTÁLMICO COM 3,5G DE POMADA (EPITE-ZAN®)	20	BISNAGA	6,50	130,00
VALOR R\$ TOTAL					130,00

Valor do contrato: R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 60/2012-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 60/2012-FMS  
Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Vila Parolin, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.220-410

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ALBENDAZOL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML	2.000	FRASCO	0,93	1.860,00
03	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG COMP	25.000	COMP	0,119	2.975,00
06	ENALAPRIL, MALEATO 20MG COMP	120.000	COMP	0,05	6.000,00
08	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML + BETAMETASONA 0,25MG/5ML XAROPE 120ML	1.000	FRASCO	2,599	2.599,00
14	PASSIFLORA + ASSOCIAÇÕES COMP	40.000	COMP	0,219	8.760,00
17	HIDROXIDO DE ALUMINIO 200MG + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200MG COMP	5.000	COMP	0,199	995,00
37	CARBONATO DE CALCIO 1.250MG (EQ. 500MG) COMP	10.000	COMP	0,04	400,00
51	IBUPROFENO 200MG COMP	10.000	COMP	0,075	750,00
57	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS	2.000	FRASCO	0,687	1.374,00
62	PREDNISONA 20MG COMP	15.000	COMP	0,096	1.440,00
63	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS	700	FRASCO	0,545	381,50
64	SULFADIAZINA 500MG COMP	5.000	COMP	0,108	540,00
67	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ	6.000	SACHE	0,339	2.034,00

68	ALOPURINOL 100MG COMP	14.000	COMP	0,029	406,00
79	DOXAZOSINA, MESILATO 4MG COMP	3.000	COMP	0,209	627,00
83	PROPATILNITRA- TO 10MG COMP	15.000	COMP	0,279	4.185,00
85	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS	4.000	FRASCO	0,449	1.796,00
VALOR R\$ TOTAL					37.122,50

Valor do contrato: de R\$ 37.122,50 (trinta e sete mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/11/2012 – Vigência: 21/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Timbó**

**PREFEITURA**

### Lei Nº 2605, de 23 de Novembro de 2012

LEI Nº 2605, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta e Indireta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder à anulação, no valor de R\$ 708.000,00 (Setecentos e oito mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

02.01.004.122.0010.2004. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0010.2004. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0010.2004. MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00

TOTAL 50.000,00

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 125.000,00

TOTAL 125.000,00

RESUMO 175.000,00

0.10000 VINCULO LIVRE 175.000,00

#### CÂMARA DE VEREADORES

01.01.001.031.0001.2002. CÂMARA DE VEREADORES

01.01.001.031.0001.2002. ATIVIDADES LEGISLATIVAS

01.01.001.031.0001.2002. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 250.000,00

TOTAL 250.000,00

RESUMO

0.10000 VINCULO LIVRE 250.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

16.10.008.244.0086.1277. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.10.008.244.0086.1277. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIP. SOCIAIS

16.10.008.244.0086.1277. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 148.000,00

TOTAL 148.000,00

RESUMO FMAS

0.10000 VINCULO LIVRE 148.000,00

24.01.026.782.0046.1259. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN

24.01.026.782.0046.1259. DEMUTRAN

24.01.026.782.0046.1259. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 65.000,00

TOTAL 65.000,00

RESUMO FUMTRAN

0.10000 VINCULO LIVRE 65.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

19.01.027.813.0090.1237. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME

19.01.027.813.0090.1237. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO

19.01.027.813.0090.1237. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

RESUMO FME

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

22.01.013.392.0094.2248. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

22.01.013.392.0094.2248. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.392.0094.2248. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

TOTAL 60.000,00

RESUMO FCT

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 708.000,00 (Setecentos e oito mil reais), à conta da



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.05.028.845.0007.0004. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.05.028.845.0007.0004. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO  
03.05.028.845.0007.0004. CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00

TOTAL

RESUMO 25.000,00

0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA

15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 269.500,00

TOTAL 269.500,00

15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 120.000,00

TOTAL 120.000,00

15.04.010.304.0074.2166. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.04.010.304.0074.2166. VIGILANCIA EM SAUDE

15.04.010.304.0074.2166. MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 31.500,00

TOTAL 31.500,00

15.05.010.122.0078.2176. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.05.010.122.0078.2176. GESTÃO DO SUS

15.05.010.122.0078.2176. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 110.000,00

TOTAL 110.000,00

RESUMO FMS

0.10000 VINCULO LIVRE 531.000,00

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIP. SOCIAIS

16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00

TOTAL 82.000,00

RESUMO FMAS

0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

19.01.027.813.0090.2240. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME

19.01.027.813.0090.2240. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO

19.01.027.813.0090.2240. MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

RESUMO FME

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

22.01.013.391.0094.2252. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

22.01.013.391.0094.2252. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.391.0094.2252. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLOGICA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 60.000,00

RESUMO FCT

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### Lei Nº 2602, de 23 de Novembro de 2012

LEI Nº 2602, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a suplementação de Crédito Especial, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito Municipal fica autorizado a suplementar Crédito Especial, no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), à conta do excesso de arrecadação, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011 e Lei nº 2598 de 17/09/2012):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

13.01.018.542.0044.2112. FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ

13.01.018.542.0044.2112. MEIO AMBIENTE

13.01.018.542.0044.2112. MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00





TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Lei Nº 2603, de 23 de Novembro de 2012

LEI Nº 2603, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Indireta - SAMAE.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Indireta (SAMAE) do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011):

ANULA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (SAMAE)

25.01.017.512.0100.1305 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.1305 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

25.01.017.512.0100.1305 OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.20000 VÍNCULO LIVRE 440.000,00

0.60000 VÍNCULO LIVRE 200.000,00

TOTAL 440.000,00

TOTAL ANULADO SAMAE 640.000,00

RESUMO POR VÍNCULO

0.20000 VÍNCULO LIVRE 440.000,00

0.60000 VÍNCULO LIVRE 200.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Indireta (SAME) do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011):

SUPLEMENTA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (SAMAE)

25.01.017.512.0100.2300. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.2300. TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

25.01.017.512.0100.2300. MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.20000 VÍNCULO LIVRE 260.000,00

TOTAL 260.000,00

25.01.017.512.0100.2302 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.2302 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

25.01.017.512.0100.2302 MANUTENÇÃO DA ETA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.20000 VÍNCULO LIVRE 150.000,00

TOTAL 150.000,00

25.01.017.512.0100.2304. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.2304. TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

25.01.017.512.0100.2304. MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.60000 VÍNCULO LIVRE 200.000,00

TOTAL 200.000,00

25.03.017.512.0104.2312 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.03.017.512.0104.2312 TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

25.03.017.512.0104.2312 MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.20000 VÍNCULO LIVRE 30.000,00

TOTAL 30.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE 640.000,00

RESUMO POR VÍNCULO

0.20000 VÍNCULO LIVRE 440.000,00

0.60000 VÍNCULO LIVRE 200.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Lei Nº 2604, de 23 de Novembro de 2012

LEI Nº 2604, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a abertura e suplementação de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta e Indireta em relação a Reserva de Contingência, para atendimento da Situação de Emergência declarada através do Decreto nº 2.921 de 05 de novembro de 2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

0.10000 VÍNCULO LIVRE 200.000,00

TOTAL 200.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial,

no valor de até R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC  
 12.01.006.182.0013.2110. Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - FUMDEC  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INVESTIMENTOS  
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00  
 TOTAL 25.000,00 25.000,00

Art. 3º O Prefeito Municipal fica autorizado a suplementar o Crédito Especial, no valor de até R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2543 de 16/12/2011):

12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC  
 12.01.006.182.0013.2110. Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - FUMDEC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 175.000,00  
 TOTAL 175.000,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 3126, de 07 de Novembro de 2012

PORTARIA No 3126, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012  
 Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Marlene Aparecida Velho, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 05 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal MARLENE APARECIDA VELHO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2376, de 30 de setembro de 2011, a contar de 05 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 3127, de 07 de Novembro de 2012

PORTARIA No 3127, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012  
 Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Elinaldo Teixeira de Araújo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal ELINALDO TEIXEIRA DE ARAÚJO, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 3002, de 05 de julho de 2012, a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 3128, de 07 de Novembro de 2012

PORTARIA No 3128, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012  
 Designa profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, a contar de 05 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionado, a contar de 05 de novembro do corrente:

NOME	CARGO
Alexandre Ramos Silva	Médico - 40h/s

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 3130, de 09 de Novembro de 2012**

PORTARIA No 3130, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Isanete Marcia Riola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal ISANETE MARCIA RIOLA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2733, de 19 de março de 2012, a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 3131, de 09 de Novembro de 2012**

PORTARIA No 3131, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Paulo Roberto Lorenzetti, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 08 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal PAULO ROBERTO LORENZETTI, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2604, de 07 de fevereiro de 2012, a contar de 08 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 3132, de 09 de Novembro de 2012**

PORTARIA No 3132, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gustavo Luis Maass, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal GUSTAVO LUIS MAASS, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2698, de 21 de maio de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 3133, de 09 de Novembro de 2012**

PORTARIA No 3133, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, para o período de 01/11/2012 a 14/12/2012.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada, para o período de 01/11/2012 a 14/12/2012:

NOME	CARGO
Vanessa Luana Jost Ludovico	Enfermeira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria Nº 3136, de 14 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 3136, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a Portaria nº 1611, de 30 de setembro de 2010, alterada pela Portaria nº 2941, de 11 de junho de 2012, que nomeia membros para o Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e conformidade com o art.3º e seus §§ de 1º a 5º, da Lei nº 2.106, de 24 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 2476, de 30 de setembro de 2010:

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1611, de 30 de setembro de 2010,

alterada pela Portaria nº 2941, de 11 de junho de 2012, que nomeia membros para o Conselho de Alimentação Escolar, com mandato até 30 de setembro de 2014, designando:

**I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

Titular : SIMONE NOLLI, em substituição a Aline Burger  
Suplente :

**II - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DE DISCENTES:**

1. Titular : MARILU CAMPESTRINI, em substituição ao Roger Triotto  
Suplente: MAIRA LIANA MAAS, em substituição a Marilu Campes-trini

**III - REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS:**

1. Titular :  
Suplente: OZIR TAMANINI, em substituição a Elisandra Pazianoti Horst

2. Titular : DEISI MARIA PLANINSHECK, em substituição a Milena Aparecida Perini Fucili  
Suplente: FABRICIO ARENDT, em substituição a Zenaide Jesus de B. de Oliveira

**IV-REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS:**

Titular: EGON SONI ERN, em substituição ao Luiz Antônio Riboli  
Suplente: CARLOS AUGUSTO KLUG, em substituição ao Egon Soni Ern

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria Nº 3137, de 14 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 3137, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Altera a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 2.011, de 12 de junho de 1998 e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com mandato até 25 de maio de 2014, designando:

**VIII - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - ACIMVI:**

Titular: ANDRÉ ALEXANDRO KLABUNDE, em substituição ao Carlos de Andrade  
Suplente:

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria Nº 3138, de 16 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 3138, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012

Designa Servidoras Públicas Municipais como Orientadoras de Estudo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, resolve:

**DESIGNAR**

Art.1º As Servidoras Públicas Municipais Elizabeth Pisetta de Almeida e Jovina Marilei Berri, ocupantes do cargo de Professor, como Orientadoras de Estudo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 16 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## Vargeão

### PREFEITURA

**Extratos de Contratos**

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.  
VALOR: R\$ 12.501,00 (doze mil quinhentos e um reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 192/2012.

Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: WRJ COM. DE MÓVEIS E ELETROD. LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.  
VALOR: R\$ 1.035,00 (um mil e trinta e cinco reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 193/2012.



Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DILSO LUIZ FRAPORTI - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.896,50 (um mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 194/2012.

Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 195/2012.

Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GESUL COMERCIAL LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 3.019,00 (três mil e dezenove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 196/2012.

Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 2.743,00 (dois mil setecentos e quarenta e três reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0034/2012 e Contrato nº 197/2012.

Vargeão, SC, 21 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato N. 0555/2012

Extrato do Contrato n. 0555/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NADIESKA CRISTIANI BAÚ

CPF: 064.422.409-67

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CARLA SEIXAS PINHEIRO FELÍCIO

VIGÊNCIA: de 05 de outubro de 2012 a 05 de novembro de 2012

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.855,60 (dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0001/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0001/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIMAR DE FÁTIMA ALEXANDRE

CPF: 762.967.509-78

VIGÊNCIA: 03 de janeiro de 2011 até 23 de novembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0070/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0070/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLEI TEREZINHA RIGO PERAZZOLI

CPF: 001.144.679-00

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2011 até 30 de novembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0101/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0101/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI

CPF: 005.301.989-08

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0240/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0257/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0257/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELY APARECIDA BRANCALIONE

CPF: 044.275.099-40

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0258/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0258/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA DE OLIVEIRA  
CPF: 060.038.109-98  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0265/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0265/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FABIANI BREZOLIN  
CPF: 944.553.339-91  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0270/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0270/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI  
CPF: 008.789.459-97  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0272/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS  
CPF: 944.551.209-04  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 05 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0285/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0285/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI  
CPF: 044.123.639-10  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0375/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0375/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FÁTIMA DE JESUS BARBOSA  
CPF: 666.033.747-49  
VIGÊNCIA: 07 de março de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0400/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0400/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LETÍCIA PAULA SARTOR  
CPF: 067.610.529-71  
VIGÊNCIA: 12 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0404/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0404/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EUNICE DANIELA HOIER  
CPF: 062.316.669-05  
VIGÊNCIA: 05 de março de 2012 até 26 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0432/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0432/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI  
CPF: 023.329.109-13  
VIGÊNCIA: 03 de abril de 2012 até 26 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0432/2012 2**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0432/2012 2  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI  
CPF: 023.329.109-13  
VIGÊNCIA: 03 de abril de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0508/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0508/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA  
CPF: 008.937.029-51  
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0519/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0519/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JAQUELINE MORAIS  
CPF: 933.499.399-53  
VIGÊNCIA: 13 de junho de 2012 até 09 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0544/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0544/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA  
CPF: 006.396.670-07

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora ROSE MARIA BALDO PEREIRA, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à servidora VERA MARIA SCHLOSSER TROST, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia medica".  
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2012 até 01 de fevereiro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0548/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0548/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: NILSON SCOPEL  
CPF: 716.274.309-97  
VIGÊNCIA: 04 de julho de 2012 até 08 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0579/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0579/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIZETE TRENT  
CPF: 006.850.139-01  
VIGÊNCIA: 08 de agosto de 2011 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0113/2012**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0113/2012  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0117/12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ZILDA MIRANDA ALVES JUIR  
CPF: 443.483.639-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 01 de novembro de 2012.

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA****Portaria Nº 198/2012**

P O R T A R I A Nº 198/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**EXONERAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e suas alterações,

Nome: ELACIR EICKENBERG PRANGE  
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
22 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 199/2012**

P O R T A R I A Nº 199/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**EXONERAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e suas alterações,

Nome: PAULO RICARDO NUNES DE MELLO  
Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
22 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 200/2012**

P O R T A R I A Nº 200/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**EXONERAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e suas alterações,

Nome: REGIANE KAMMER  
Cargo: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
22 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 201/2012**

P O R T A R I A Nº 201/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**EXONERAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e suas alterações,

Nome: RICARDO PROBST  
Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura

Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança, dentro da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
22 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Aviso de Pregão Nº 12/2012 FMS

Processo de Licitação 12/2012 FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC  
Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de Equipamentos para o FMS. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 07 de dezembro de 2012 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 22 de novembro de 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

## Consórcios

### CIGA

#### Resolução CIGA Nº 10/2011

Resolução CIGA nº 10, de 15 de fevereiro de 2011  
Regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.  
\*Alterada parcialmente pela Resolução nº 33, de 21 de novembro de 2012.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Resolve:

Art. 1º Fica regulamentada no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme disposto nesta Resolução, a licitação pública na modalidade pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 2º Os contratos celebrados pelo CIGA para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, preferencialmente, de

licitação na modalidade pregão.

Art. 3º A licitação na modalidade de pregão obedecerá ao disposto na legislação federal e aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da isonomia, da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, eficiência, razoabilidade e competitividade.

§ 1º As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público.

§ 2º Os erros ou falhas apuradas no processo licitatório que não afetem a substância das propostas ou dos documentos da habilitação poderão ser saneados pelo pregoeiro e equipe de apoio.

Art. 4º Serão responsáveis pelo processo do pregão os seguintes agentes públicos:

I - Presidente do CIGA, na qualidade de Autoridade Competente;

II - Pregoeiro; e

III - Membros da equipe de apoio, em número mínimo de três.

§ 1º Compete ao Presidente do CIGA:

I - aprovar a abertura da licitação pública;

II - aprovar o edital da licitação pública, inclusive o termo de referência;

III - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

IV - julgar as impugnações ao edital da licitação;

V - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

VI - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VII - homologar o resultado da licitação; e

VIII - promover a celebração do contrato.

§ 2º Caberá ao pregoeiro coordenar o processo licitatório, em especial:

I - elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação do Presidente;

II - receber, examinar e emitir parecer sobre as impugnações e consultas ao edital;

III - presidir e coordenar a sessão pública do pregão;

IV - verificar e julgar as condições de habilitação;

V - receber, examinar e decidir sobre a aceitação dos recursos, encaminhando ao Presidente para julgamento;

VI - indicar o vencedor do certame, quando não houver recurso;

VII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

VIII - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

IX - encaminhar o processo devidamente instruído ao Presidente e propor a homologação.

§ 3º Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 5º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - requisição da aquisição de bem ou da contratação de serviço, contendo a descrição precisa e clara do objeto e a respectiva pesquisa de preço;

II - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos a serem firmados;

III - aprovação do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem o procedimentos, e da minuta do contrato, quando for o caso; e

IV - parecer jurídico relativo ao edital e seus anexos.

Art. 6º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados mediante publicação do aviso da licitação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

§ 1º Tratando-se de pregão processado em sua forma eletrônica, a convocação dos interessados deverá ser publicada também no respectivo provedor do pregão eletrônico.

§ 2º Do aviso da licitação constarão a indicação do objeto da licitação, do local, dias e horários em que poderão ser obtido a íntegra do edital e enviadas as propostas e os documentos para habilitação.



Art. 7º No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para credenciamento, abertura e julgamento das propostas, realização da etapa de lances, análise da documentação de habilitação e recebimento das manifestações de intenção de recurso, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I, II e III desta Resolução.

Art. 8º Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados e juntados no respectivo processo, compreendendo, sem prejuízo de outros, os seguintes:

I - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

II - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

III - autorização de abertura da licitação;

IV - edital e respectivos anexos;

V - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VI - parecer jurídico;

VII - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação;

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

g) termo de adjudicação; e

h) termo de homologação.

VIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 9º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos dos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

#### ANEXO I

##### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I - o edital conterá definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

II - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados apresentarem suas propostas;

III - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

IV - farão jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte credenciadas nesta condição, mediante entrega de certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial;

V - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e verificará a conformidade das mesmas com

os requisitos estabelecidos no edital;

VI - o pregoeiro classificará a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

VII - estando presentes e credenciados os autores das propostas classificadas nas condições definidas no inciso anterior, proceder-se-á à etapa de lances verbais;

VIII - quando não for atendido o número mínimo de três autores aptos a efetuar lances, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes até alcançar o limite de três autores aptos a efetuar lances;

IX - a falta da presença e credenciamento do autor da proposta não implicará na desclassificação da mesma;

X - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

XI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

XII - durante a etapa de lances, o pregoeiro poderá estabelecer tempo máximo para que o autor ofereça seu lance, respeitado o princípio da razoabilidade;

XIII - durante a etapa de lances é vedada a comunicação dos presentes à sessão pública com outras pessoas, exceto quando autorizado no edital da licitação pública;

XIV - a oferta de lance verbal de exequibilidade duvidosa poderá ensejar a suspensão da etapa de lances e a consequente determinação de diligência para que seu autor comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação do lance;

XV - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará no encerramento da etapa de lances verbais para o respectivo proponente, sendo facultado apenas o registro de seu lance final;

XVI - a etapa de lances será encerrada quando todos os licitantes desistirem de apresentar novos lances verbais;

XVII - na ausência de lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XVIII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIX - declarado o melhor classificado da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei;

XX - em seguida, é facultado ao pregoeiro promover negociação diretamente com o vencedor do certame para que seja obtido preço melhor;

XXI - pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XXII - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XXIV - declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante

importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;  
XXVI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;  
XXVII - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e  
XXVIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XXIII.

## ANEXO II

### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO - CIDADECOMPRAS

Art. 1º Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica realizado no CidadeCompras.

Art. 2º Para efeito deste Anexo considera-se:

I - CidadeCompras: portal de compras municipais, definido pelo CIGA como um dos sistemas eletrônicos a ser utilizado para realização de pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, disponível no endereço eletrônico <http://www.cidadecompras.com.br>; e

II - Confederação Nacional de Municípios: entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado CidadeCompras;

Art. 3º O pregão eletrônico realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º O pregão eletrônico será conduzido pelo CIGA, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios.

Art. 5º Serão previamente credenciados perante o CidadeCompras a autoridade competente do CIGA, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que tenham interesse em participar da licitação de pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao CidadeCompras.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no CidadeCompras;

II - remeter, no prazo estabelecido no edital e no sistema, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão

promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda da disputa diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no CidadeCompras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o CidadeCompras.

Art. 8º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal CidadeCompras.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora indicadas no edital e no sistema, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa acerca do cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até o horário limite para envio das propostas, os licitantes poderão excluir, aditar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase

competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance pelo sistema e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro devidamente informada aos licitantes, da qual será acrescentado tempo aleatório de até trinta minutos, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 7º O sistema examinará automaticamente a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da disputa, os lances continuarão sendo recebidos desde que o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será automaticamente suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada diretamente ao CIGA, podendo ser enviado por meio do serviço de correspondências, devendo o comprovante de postagem ser transmitido via fax.

§ 3º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 4º Caso a proposta não seja aceita ou se o licitante não atenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada conforme procedimento para envio dos documentos da habilitação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 14. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados

para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Na hipótese do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 4º, art. 13, do Anexo II desta Resolução.

Art. 16. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 17. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

#### ANEXO III

##### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO - BLL

Art. 1º Este Anexo III estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica realizado pela BLL.

Art. 2º Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: portal de compras municipais, definido pelo CIGA como um dos sistemas eletrônicos a ser utilizado para realização de pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, disponível no endereço eletrônico <http://www.bll.org.br>.

Art. 3º O pregão eletrônico realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º O pregão eletrônico será conduzido pelo CIGA, com apoio técnico e operacional da entidade provedora do respectivo sistema eletrônico utilizado no certame;

Art. 5º Serão previamente credenciados perante à BLL: o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que tenham interesse em participar da licitação de pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto à BLL, conforme sistema eletrônico determinado para o certame.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante da BLL.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.



§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se na BLL;

II - remeter, no prazo estabelecido no edital e no sistema, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda da disputa diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado na BLL terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no site da BLL.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 8º Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora indicadas no edital e no sistema, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa acerca do cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até o horário limite para envio das propostas, os licitantes poderão excluir, aditar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 9º. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet,

devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 10. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lance.

Art. 11. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance pelo sistema e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro devidamente informada aos licitantes, da qual será acrescentado tempo aleatório de até trinta minutos, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 7º O sistema examinará automaticamente a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da disputa, os lances continuarão sendo recebidos desde que o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será automaticamente suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

Art. 12. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada diretamente ao CIGA, podendo ser enviado por meio do serviço de correspondências, devendo o comprovante de postagem ser transmitido via fax.

§ 3º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 4º Caso a proposta não seja aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta



subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada conforme procedimento para envio dos documentos da habilitação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 13. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 14. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Na hipótese do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 4º, art. 13, do Anexo II desta Resolução.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

### **Resolução CIGA Nº 33/2012**

Resolução CIGA nº 33, de 21 de novembro de 2012

Altera a Resolução nº 10/2011 que regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 7º, da Resolução n. 10/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para credenciamento, abertura e julgamento das propostas, realização da etapa de lances, análise da documentação de habilitação e recebimento das manifestações de intenção de recurso, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I, II e III desta Resolução.

Art. 2º Alterar o artigo 9º, da Resolução n. 10/2011, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos dos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 3º Alterar o Anexo II, da Resolução n.10/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **ANEXO II**

#### **PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO - CIDADECMPRAS**

Art. 1º Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica realizado no CidadeCompras.

Art. 2º Para efeito deste Anexo considera-se:

I - CidadeCompras: portal de compras municipais, definido pelo CIGA como um dos sistemas eletrônicos a ser utilizado para realização de pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, disponível no endereço eletrônico <http://www.cidadecompras.com.br>; e

II - Confederação Nacional de Municípios: entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado CidadeCompras;

Art. 3º O pregão eletrônico realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º O pregão eletrônico será conduzido pelo CIGA, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios.

Art. 5º Serão previamente credenciados perante o CidadeCompras a autoridade competente do CIGA, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que tenham interesse em participar da licitação de pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao CidadeCompras.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no CidadeCompras;

II - remeter, no prazo estabelecido no edital e no sistema, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda da disputa diante da inobservância de quaisquer mensagens

emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no CidadeCompras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o CidadeCompras.

Art. 8º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal CidadeCompras.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora indicadas no edital e no sistema, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa acerca do cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até o horário limite para envio das propostas, os licitantes poderão excluir, aditar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance pelo sistema e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados

o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro devidamente informada aos licitantes, da qual será acrescentado tempo aleatório de até trinta minutos, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepeça de lances.

§ 7º O sistema examinará automaticamente a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da disputa, os lances continuarão sendo recebidos desde que o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será automaticamente suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada diretamente ao CIGA, podendo ser enviado por meio do serviço de correspondências, devendo o comprovante de postagem ser transmitido via fax.

§ 3º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 4º Caso a proposta não seja aceita ou se o licitante não atenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada conforme procedimento para envio dos documentos da habilitação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 14. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante

quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Na hipótese do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 4º, art. 13, do Anexo II desta Resolução.

Art. 16. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 17. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 4º Incluir o Anexo III na Resolução n.10/2011 com a seguinte redação:

#### ANEXO III

##### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO - BLL

Art. 1º Este Anexo III estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica realizado pela BLL.

Art. 2º Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: portal de compras municipais, definido pelo CIGA como um dos sistemas eletrônicos a ser utilizado para realização de pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, disponível no endereço eletrônico <http://www.bll.org.br>.

Art. 3º O pregão eletrônico realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º O pregão eletrônico será conduzido pelo CIGA, com apoio técnico e operacional da entidade provedora do respectivo sistema eletrônico utilizado no certame;

Art. 5º Serão previamente credenciados perante à BLL: o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que tenham interesse em participar da licitação de pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto à BLL, conforme sistema eletrônico determinado para o certame.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante da BLL.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente

ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se na BLL;

II - remeter, no prazo estabelecido no edital e no sistema, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda da disputa diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado na BLL terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no site da BLL.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 8º Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora indicadas no edital e no sistema, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa acerca do cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até o horário limite para envio das propostas, os licitantes poderão excluir, aditar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 9º. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os



requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 10. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lance.

Art. 11. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance pelo sistema e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro devidamente informada aos licitantes, da qual será acrescentado tempo aleatório de até trinta minutos, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 7º O sistema examinará automaticamente a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da disputa, os lances continuarão sendo recebidos desde que o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será automaticamente suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

Art. 12. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada diretamente ao CIGA, podendo ser enviado por meio do serviço de correspondências, devendo o comprovante de postagem ser transmitido via fax.

§ 3º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 4º Caso a proposta não seja aceita ou se o licitante não atenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º No caso de contratação de serviços comuns em que a

legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada conforme procedimento para envio dos documentos da habilitação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 13. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 14. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Na hipótese do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 4º, art. 13, do Anexo II desta Resolução.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 5º Determinar a republicação da Resolução 10/2011 com o texto consolidado.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

